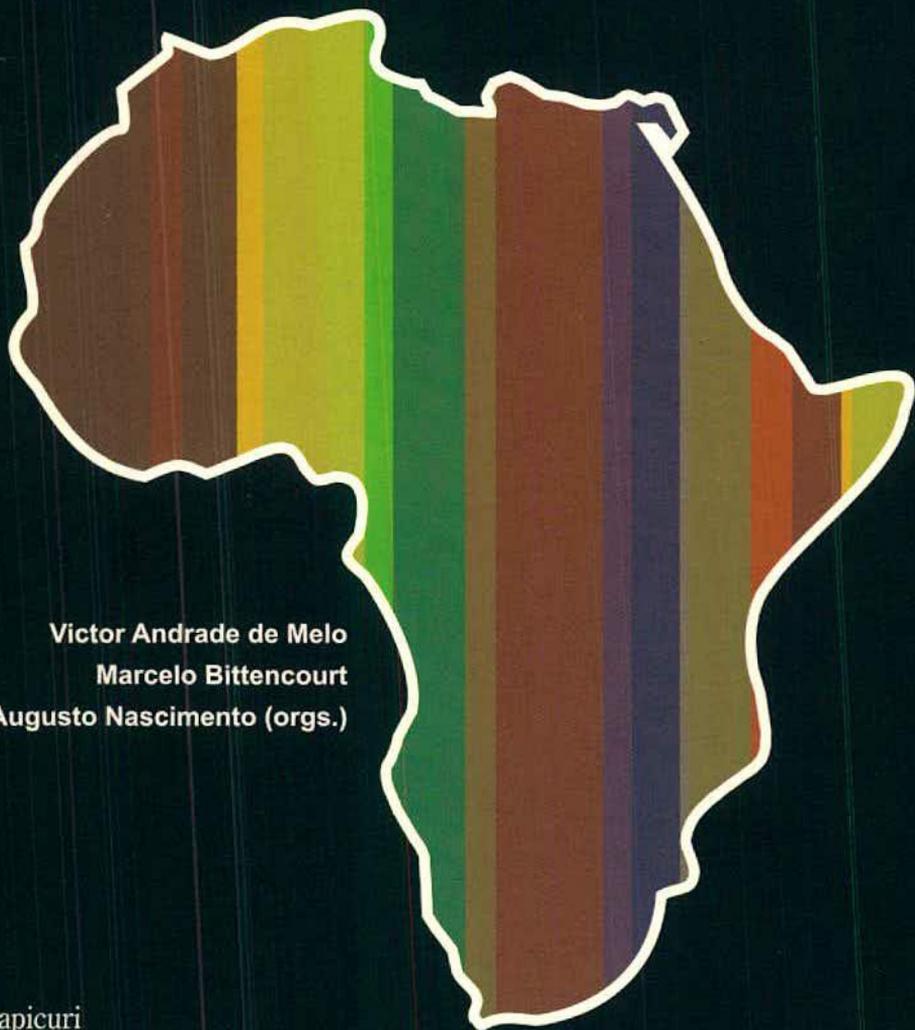


SPORT:HISTÓRIA

Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano



Victor Andrade de Melo
Marcelo Bittencourt
Augusto Nascimento (orgs.)

Não há como negar que o interesse pelo esporte, especialmente pelo futebol, tem crescido muito, na última década, entre os estudiosos da África. A despeito disso, parece claro que ainda se trata de uma produção limitada sobre tema de grande importância para um continente que, desde a década de 1960, tem se destacado por seu envolvimento com a prática esportiva. Além disso, entre os estudos sobre o esporte na África, há poucos dedicados aos países africanos de língua portuguesa.

É também fato que no decorrer da história foram múltiplas as relações estabelecidas entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa. No caso do esporte, entre tantas outras ocorrências, basta lembrar a importância atribuída ao futebol na formação cultural e na propagação da imagem da nação no exterior; percebe-se uma constantemente reafirmada admiração dos africanos pelo futebol brasileiro, o que não poucas vezes extravasa para o país como um todo.

A despeito dessas ocorrências, compreender tais encontros nem sempre se estabeleceu como prioridade para o pensamento intelectual brasileiro. A riqueza

SPORT: HISTÓRIA



**Mais do que um jogo:
o esporte e o continente africano**

organizadores

VICTOR ANDRADE DE MELO

MARCELO BITTENCOURT

AUGUSTO NASCIMENTO

apicuri

Rio de Janeiro

2010

Copyright © 2010 by Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt & Augusto Nascimento

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou fórmula, seja mecânico ou eletrônico, por fotocópia, por gravação e etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de bancos de dados sem a expressa autorização da editora.

Este livro está revisado segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição apoiada por:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Esporte, Fórum de Ciência e Cultura e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Editora responsável
Rosângela Dias

Revisão e copidesque
Maria Gabriela Miranda Delgado

Editoração eletrônica e projeto gráfico
Margareth Bastos

Capa
Veronica Machado / Design Imágico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M193

Mais do que um jogo : o esporte e o continente africano / organizadores: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento. - Rio de Janeiro : Apicuri, 2010.
336p. (Sport: História)

Textos apresentados no Simpósio Internacional "Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", realizado no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-61022-42-6

1. Esportes - África - História. 2. Futebol - África - História. 3. Esportes - Aspectos sociais. 4. Cultura - África. 5. África - História. I. Melo, Victor Andrade de. II. Bittencourt, Marcelo. III. Nascimento, Augusto. IV. Série.

10-5635. CDD: 796.0960
CDU: 796(6)(09)

01.11.10 16.11.10
022609

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Apicuri
Telefone/Fax (21)2533-7917
editora@apicuri.com.br
www.apicuri.com.br

3

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

O ESPORTE NO CONTINENTE AFRICANO: PANORAMA

O estudo do esporte no continente africano 13

Richard Giulianotti

O esporte e os estudos africanos 37

Bea Vidacs

ANGOLA

Práticas esportivas e expansão
colonial em Luanda 71

Andrea Marzano

Jogando no campo do inimigo:
futebol e luta política em Angola 101

Marcelo Bittencourt

Esporte em Angola: do ultra colonialismo à
independência 133

Jonuel Gonçalves

CABO VERDE

Jogando no meio do Atlântico: primeiros
momentos do esporte em Cabo Verde 159

Victor Andrade de Melo

Pontapé inicial:um estudo de caso
do futebol no Cabo Verde moderno 185
Fernando Borges

MOÇAMBIQUE

Desporto moderno e situações coloniais:
o caso do futebol em Lourenço Marques 211
Nuno Domingos

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Esporte em vez de política no
ocaso do colonialismo em São Tomé 243
Augusto Nascimento

A PRESENÇA DA ÁFRICA NO ESPORTE DA AMÉRICA DO SUL

Afrocolombiano no esporte:
o paradoxo de ser herói discriminado 279
David Quitán

Os usos políticos de uma "África mítica":
o caso da capoeira 305
Vivian Fonseca

SOBRE OS AUTORES 331

Apresentação

Este livro reúne artigos produzidos por ocasião do Simpósio Internacional "Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa" (realizado no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010), um dos desdobramentos do projeto de mesmo nome, desenvolvido desde o ano de 2007, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Bill Shankly, um dos personagens mais importantes da história do velho esporte bretão, técnico da equipe do Liverpool na década de 1960, certa vez afirmara: "O futebol não é uma questão de vida ou morte. É muito mais do que isso."

Mais do que uma frase de efeito, é inegável o grau de mobilização que se observa ao redor deste que é considerado o esporte mais popular do planeta. Basta perceber o que ocorre por ocasião da realização de uma Copa do Mundo de Futebol. No Brasil, por exemplo, as cidades praticamente param quando entra em campo o selecionado nacional, as ruas são enfeitadas, e, caso a equipe brasileira sagre-se vencedora, uma multidão sai de casa para festejar, confraternizar, celebrar a conquista de algo que aparentemente nada mudará em sua vida. Dificilmente alguém consegue ficar totalmente alheio à euforia contagiante desses dias.

O grau de popularidade e penetrabilidade do esporte por todo o mundo é realmente impressionante. Basta lembrar que há mais afiliados à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e ao Comitê Olímpico Internacional (COI) do que à Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde o século XIX, sobretudo a partir do momento em que claramente se estabelece de forma mais direta a vinculação do esporte à ideia de “saúde”, muitos são os produtos e iniciativas que com ele buscam se relacionar. A prática é identificada como uma “forma de viver”: o mercado ao redor do campo não só faz uso das imagens esportivas para vender o que deseja como também, nesse processo, ajuda a construir e reforçar sentidos e significados sociais, difunde maneiras de se portar, estimula a aquisição de hábitos, costumes, atitudes, comportamentos. Sua difusão mundial, na verdade, tem forte relação com as características históricas do momento: fortalecimento de um mercado mundial, desenvolvimento de movimentos internacionais, valorização da ideia de Estado-Nação, entre outras dimensões.

Nos dias de hoje, numa ordem mundial em que o sentido de nação parece difuso perante o poder das empresas transnacionais, algo que tem grande impacto nos países em desenvolvimento, e em que as organizações internacionais tradicionais (ONU, Unesco etc.) se encontram fragilizadas, as competições esportivas se apresentam como um dos principais fóruns para se louvar e exaltar a ideia de pátria, dimensão de grande importância para países que se tornaram independentes recentemente, como é o caso dos países africanos de língua oficial portuguesa.

No âmbito dos eventos esportivos, ainda que marcados por situações de desigualdade, mesmo os países menos conhecidos ou menos poderosos no tabuleiro geopolítico internacional podem tornar-se ativos, conhecidos, e até mesmo surpreendentes – há sempre a possibilidade de uma vitória, ou de uma bela

atuação, que será celebrada como uma grande conquista pela população local (que tem oportunidade assim de demonstrar sua lealdade à nação), com o incentivo de dirigentes e da imprensa. As competições permitem uma performance pública de nação que não se encontra em praticamente nenhuma ocasião na contemporaneidade. Como bem capta Richard Giulianotti (1999), no que se refere ao continente africano:

a longo prazo, a função mais importante do futebol e outros esportes na África deve estar relacionada ao seu potencial como meio de comunicação entre culturas. Especificamente, a atenção global que é dada às estrelas esportivas e a constante cobertura midiática dos atletas de elite, deve fornecer uma ponte de mediação entre o mundo em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Não pretendemos nesse instante inicial aprofundar tais debates, sobre os quais se debruçou Richard Giulianotti no artigo que abre o livro. De qualquer forma, uma questão certamente se impõe: por que organizar no Brasil um projeto de pesquisa, um evento e um livro para discutir o esporte no continente africano?

Vale começar a responder a pergunta com as palavras de Rita Chaves:

O inventário das relações entre o Brasil e o continente africano é um capítulo ainda a ser escrito em nossas histórias. Pela natureza do processo, pelas lacunas deixadas, pelos traumas provocados em séculos de laços tão confusamente atados, o tema ainda hoje suscita paixões e mexe com sensibilidades muito acesas, o que, traduzindo a dificuldade da abordagem, confirma a urgência de algumas tentativas (Chaves, 2005, p.275).

O fato é que no decorrer da história foram múltiplas as relações estabelecidas entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa. No caso do esporte, entre tantas outras ocorrências, basta lembrar a importância atribuída ao futebol na formação cultural e na propagação da imagem da nação no exterior; percebe-se uma constantemente reafirmada admiração dos

africanos pelo futebol brasileiro, o que não poucas vezes extravasa para o país como um todo.

A despeito dessas ocorrências, como aponta para o caso de Angola um dos autores desse livro, Marcelo Bittencourt, algo que certamente pode ser extrapolado para as outras nações lusófonas da África, compreender tais encontros nem sempre se estabeleceu como prioridade para o pensamento intelectual brasileiro: "O estudo das relações entre Angola e Brasil sempre sofreu as consequências do pouco interesse acadêmico brasileiro pela margem oposta do Atlântico, postura que tem sido alterada significativamente na última década." (Bittencourt, 2003, p. 87).

A riqueza dos relacionamentos com os países africanos é algo que deve ser melhor entendido, sendo fundamental não só para o âmbito das Relações Internacionais, a partir de uma compreensão mais profunda do cenário geopolítico contemporâneo, como também para que possamos ampliar o grau de entendimento sobre nossa própria trajetória, a partir de novas questões que vão emergir do contraste entre as peculiaridades históricas.

Por certo podemos observar mudanças alvissareiras nesse quadro de distanciamento. Percebe-se o crescimento do interesse e um maior número de investigações e de iniciativas de intercâmbio. Como aponta Bittencourt (2003):

Esse interesse tem sido acompanhado (ou será a causa?) da abertura de disciplinas ligadas à temática africana nos departamentos de história e ciências sociais. O que se traduz em espaço de trabalho, estímulo para o professor ampliar seus conhecimentos, expansão dos grupos de interesse (...). Vivemos, portanto, um momento de amplas possibilidades no campo de estudos africanos no Brasil. Cabe a nós, pessoas interessadas em aprofundar esses conhecimentos e em divulgar tais percursos, a tarefa de expandir esses estudos e vencer os obstáculos ainda teimosamente existentes (p. 88).

As nossas iniciativas, entre as quais esse livro, portanto, nesse contexto, intentam tratar de um tema relevante ainda pouco

abordado: o esporte. Pensamos que essa seja a primeira iniciativa no país e provavelmente no mundo de discutir mais detidamente a prática esportiva nos países africanos de língua oficial portuguesa (os PALOPs).

No âmbito da investigação científica que tem o esporte como tema, não identificamos grande número de iniciativas de colaboração entre os PALOPs e o Brasil. Embora venham sendo realizados há mais de 20 anos, os Congressos de Educação Física e Ciências do Esporte para Países de Língua Portuguesa, nos quais Brasil e Portugal desempenham papel de liderança, ainda não foram capazes de desencadear um movimento generalizado de intercâmbio e contribuição acadêmica.

Também no âmbito de outros eventos da área de ciências humanas e sociais, como nos Congressos Luso-Afro-Brasileiro, o tema não tem sido devidamente valorizado. De fato, temos que ter em conta as dificuldades gerais que tem se apresentado para a construção efetiva de uma comunidade de países de língua portuguesa.

Na verdade, não há como negar que o interesse pelo esporte, especialmente pelo futebol, tem crescido muito, na última década, entre os estudiosos da África. A despeito disso, parece claro que ainda se trata de uma produção limitada sobre tema de grande importância para um continente que desde a década de 1960 tem se destacado por seu envolvimento com a prática esportiva. Como observa Bea Vidacs (2006, p. 344):

a prática dos esportes modernos na África tem sido negligenciada, a despeito de sua grande importância para os africanos. Sugiro que isso está relacionado em parte à deficiência dos estudos sobre o esporte e em parte pela ideia de pesquisadores de que o esporte é algo trivial e seu estudo não pode contribuir para a solução dos graves problemas da África.

Não vamos adiantar mais sobre o tema, analisado detidamente no artigo dessa pesquisadora, que compõe essa obra. Mas

vale dizer que entre os estudos sobre o esporte na África, há poucas reflexões sobre os países africanos de língua portuguesa. Nesse sentido, devemos considerar a conclamação de Nuno Domingos, que também escreveu para esse livro um artigo sobre Moçambique, para termos clareza da necessidade de maiores investimentos acadêmicos:

Muitos dos princípios analíticos utilizados em estudos acerca do papel desempenhado pelo desporto em meio colonial, nomeadamente em trabalhos sobre as possessões francesas e britânicas, suscitam questões aplicáveis à análise do caso português. O benefício trazido pela comparação entre modelos nacionais não dispensa, porém, um escrutínio mais singular que remeta o objecto para o contexto particular das sociedades em estudo. A hipotética especificidade portuguesa deve ser estilhada em estudos sobre espaços de colonização concretos pela investigação das estruturas sociais locais, das dinâmicas regionais, dos padrões de desenvolvimento (Domingos, 2006, p. 397).

Miguel Almeida (2007) lembra, aliás, que a experiência colonial portuguesa tem algumas peculiaridades que devem ser consideradas: o hiato temporal entre o projeto colonialista do Brasil e dos PALOPs; o caráter subalterno do colonialismo português, em função do local semiperiférico da metrópole; o fato de ter sido administrado majoritariamente sob um regime ditatorial; a temporalidade tardia. Segundo ele:

estes fatores não impediram as negociações culturais entre indivíduos e grupos de origem africana e europeia que, nas colônias, divisaram formas híbridas de relações sociais e identidade apesar das tentativas (...) para regular as fronteiras sociais (p. 37).

O desafio para o pesquisador é:

aceitar a especificidade da sua experiência colonial, mas (...) recusar noções de excepcionalismo culturalista, libertando-se do luso-tropicalismo como interpretação do senso comum enraizada no imperialismo do século XIX (p. 39).

Esses foram, de alguma forma, alguns dos desafios que se apresentaram para nossos colegas que abordaram os casos das ex-colônias portuguesas em África: Augusto Nascimento (que escreveu sobre São Tomé e Príncipe), Nuno Domingos (que escreveu sobre Moçambique), Marcelo Bittencourt, Jonuel Gonçalves e Andrea Marzano (que escreveram sobre Angola) e Fernando Borges e Victor Melo (que escreveram sobre Cabo Verde). Nesse momento, lamentavelmente, ficou faltando um artigo sobre a Guiné-Bissau, já que não encontramos nenhum pesquisador se debruçando sobre o tema.

Para concluir, é bom dizer que ainda que no Brasil já estejam mais avançadas as investigações que fazendo uso do arcabouço das ciências humanas e sociais têm o esporte como objeto, quase não há estudos sobre o tema na África; tampouco tem sido corrente o uso do método comparado (Melo, 2008), que poderia contribuir para ampliar nosso olhar sobre o local, no contraste com o que ocorreu em outras realidades, inclusive com as quais, de alguma forma, compartilhamos códigos e relações históricas, como é o caso dos PALOPs. Uma primeira conclamação para a reflexão sobre a presença de elementos africanos no esporte nacional e da América do Sul foi feita a Vivian Fonseca e David Qutián.

Para encerrar esse já longo introito, devemos agradecer ao Ministério do Esporte, que nos concedeu os recursos necessários à realização do Simpósio, também apoiando a publicação desse livro; ao Conselho Nacional de Pesquisa, que concedeu tanto um apoio à realização do Simpósio quanto os recursos necessários para três anos de projeto de investigação; a todos os palestrantes, entre os quais aqueles cujos artigos não estão aqui publicados (Simoni Guedes, Ana Márcia Silva e Rejane Penna); ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, pela organização do Simpósio; aos membros do "Sport": Laboratório de História do Esporte e do

Lazer que participaram ativamente dessas iniciativas, em especial a Maurício Drumond e Rafael Fortes.

Esperamos que esse livro possa contribuir para preencher essas lacunas que apontamos, lançando novos olhares tanto sobre o esporte quanto sobre a África, bem como sobre o nosso país e sobre a América do Sul como um todo. E como não dizer: também sobre a imprecisa, mas necessária, ideia de constituição de uma comunidade lusófona.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso "lusófono". In: BASTOS, Cristiane, ALMEIDA, Miguel Vale de, FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 27-44.
- BITTENCOURT, Marcelo. As relações Angola-Brasil: referências e contatos. In: CHAVES, Rita, MACEDO, Tânia, SECCO, Carmen (orgs.). *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*. Maputo: Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 2003, pp. 79-110.
- CHAVES, Rita. O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa. In: CHAVES, Rita (org.) *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005, pp. 275-286.
- DOMINGOS, Nuno. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano. *Análise Social*, Lisboa, v.XLI, n.179, 2006, pp. 397-416.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sport and Social Development in Africa: Some Major Human Rights Issues*. (Papers from the First International Conference on Sports and Human Rights/September/Sydney/ Australia; disponível em: <<http://www.ausport.gov.au/fulltext/1999/nsw/p18-25.pdf>>. Acesso: 5 de fevereiro de 2010, 1999.
- MELO, Victor Andrade de (org.). *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2008.
- VIDACS, Bea. Through the prism of sports: why should Africanists study sports? *Afrika Spectrum*, v.41, n.3, 2006, pp. 331-349.

O ESPORTE NO CONTINENTE AFRICANO:
PANORAMA

O estudo do esporte
no continente africano

Richard Giulianotti

A realização da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul atraiu, pela primeira vez, a atenção do mundo esportivo para o continente africano. Tardiamente, os olhares dos acadêmicos interessados no esporte também começaram a voltar-se para a África.

Nesse texto, abordarei abordo cinco dimensões chave em relação ao estudo científico social do esporte africano. Estes estão relacionados aos seguintes temas: história social do esporte africano; formação de identidades étnicas e nacionais através do esporte; relevância do neoliberalismo no esporte africano; questões de governo e política; e a emergência do setor de "esporte, desenvolvimento e paz" (daqui em diante, EDP) no contexto africano. Argumento aqui que cientistas sociais devem examinar detalhadamente essas dimensões, de modo a adquirir um conhecimento adequado da posição contemporânea e da condição futura do esporte na África.

HISTÓRIA SOCIAL E O ESPORTE AFRICANO

Qualquer análise do esporte africano precisa estar completamente a par das histórias coloniais e neocoloniais em relação à chegada e à difusão das tradições esportivas na África. Os esportes modernos chegaram à África durante o período colonial, do final do século XIX em diante, inicialmente como um importante componente da missão imperial britânica. Os principais esportes imperiais eram o rúgbi e o críquete, acompanhados por práticas amadoras como boxe, atletismo, hóquei e tênis. Essas disciplinas esportivas foram estabelecidas por várias figuras coloniais – incluindo administradores, militares, empresários, fazendeiros, engenheiros, professores e missionários – em regiões de maior influência britânica, particularmente pelo sul da África (Mangan, 1998).

Os esportes imperiais possibilitavam que as classes coloniais reproduzissem suas identidades e práticas socioculturais nestes postos distantes (Baker & Mangan, 1987). Considerava-se que o inculcar dos esportes imperiais desempenhava funções sociopolíticas, na incorporação de códigos de conduta e normas civilizadas, controlando costumes corporais “lascivos” e amenizando as formas de agitação política (Bale & Sang, 1996). Como parte da missão “civilizadora” britânica, “movimentos culturais” indígenas africanos foram transformados, suprimidos ou erradicados. No Quênia, por exemplo, culturas corporais tradicionais inculcaram formas particulares de correr, pular e arremessar, em competições ou como parte de atividades sociais cotidianas. No entanto, os povos Watusi e Masai logo viram essas práticas culturais serem remodeladas para se enquadrarem nos modelos mais racionalizados e padronizados dos esportes bretões.

Ao longo do período colonial da história africana, até a década de 1960, as respostas das diferentes populações ao esporte

variaram. Junto à elite branca dominante – particularmente na África do Sul, Rodésia (atual Zimbábue) e Quênia – o esporte foi aproveitado a um grau ainda mais intenso do que o encontrado na Grã-Bretanha *per se* (cf. Booth, 1998; Thompson, 1935). Clubes e associações esportivas providenciavam cruciais laços pessoais, simbólicos e socioculturais com o lar (Inglaterra), e um foco para a vida social e de lazer masculina. Essas conexões com a Inglaterra eram incentivadas por visitas esportivas de times britânicos às colônias africanas, como, por exemplo, de críquete, rúgbi e futebol, entre outros. Ao mesmo tempo, a Inglaterra também encorajava turnês de equipes africanas, auxiliando a sustentação de laços coloniais e governança eficazes, assim como, no pós-guerra, a formar uma integração efetiva do continente africano com o sistema político internacional não comunista (Vasili, 1995).

Para a grande maioria – os muito diversificados povos colonizados por todo o continente –, o esporte possuía diferentes tipos de significado social. Os esportes modernos eram altamente desconhecidos em grande parte do continente, particularmente fora das colônias britânicas. Além disso, mesmo nas colônias britânicas, a maioria dos esportes era inacessível, devido à falta de recursos em tempo, dinheiro e liberdade pessoal. Para os estudantes africanos, atividades acadêmicas eram favorecidas sobre as esportivas, tendo em vista facilitar a pequena mobilidade social que era possível nas colônias (Mangan, 1987, p.164). Nas *townships*¹, onde uma nova classe trabalhadora estava sendo gerida, esportes como o futebol e o boxe receberam a maior parte do interesse e da paixão. O futebol era considerado “culturalmente neutro”, se comparado a outros esportes britânicos, não

¹ As *townships* são bairros ou pequenas cidades formadas majoritariamente por habitações precárias (de madeira ou zinco, por exemplo) e com graves problemas estruturais, como a falta de saneamento básico. O termo é mais conhecido por designar as áreas criadas para a população negra em cidades da África do Sul durante o período do apartheid, com o propósito de mantê-la separada dos brancos (N.T.).

possuindo a bagagem ideológica do quase militarizado rúgbi ou a ética colonial do críquete (Mazrui, 1987, p.219). Além disso, o futebol foi possivelmente o “esporte mais simples”, já que suas regras eram particularmente diretas e o equipamento necessário para sua prática era mínimo (Giulianotti, 1999, p.7 e 8). O boxe, entretanto, tinha forte congruência com algumas formas de identidade masculina africana (cf. Ranger, 1987).

O elevado status do esporte entre regimes coloniais africanos garantiu que ele desempenhasse uma posição chave na luta de movimentos anticoloniais e nacionalistas. Junto às populações africanas, os esportes modernos organizados – por todas as colônias britânicas e francesas – acabaram por encapsular formas de identidades indígenas que registravam tipos de independência do Estado e da Igreja (cf. Martin, 1995). No sul da África, formas mais distintas de resistência política estavam em jogo. Junto aos colonos – em especial aos africanos da África do Sul, fãs de rúgbi –, os esportes facilitavam a incorporação de formas de identidade étnico nacionais masculinas, que eram estabelecidas em uma diferenciação consciente dos “britânicos” (Black e Nauright, 1998). Na Rodésia, no final da década de 1940 e início da de 1950, a população africana já havia estabelecido seu próprio sistema de futebol, e foi vitoriosa na luta contra as tentativas da minoria branca dominante de colonizar essa esfera esportiva distintiva (Stuart, 1989). Obviamente, governos e movimentos independentes da África exerciam forte e exitosa pressão, sobre a Comunidade Britânica e além, para banir a África do Sul de competições esportivas internacionais durante o apartheid (Guelke, 1993). Por sua vez, turnês “rebeldes” de críquete e rúgbi foram organizadas, estrelando times de jogadores internacionais que estavam dispostos a aceitar dinheiro do apartheid em troca de quaisquer sanções que viessem a receber de organizações esportivas nacionais ou internacionais. No entanto, essas turnês foram

também alvo de um crescente protesto popular; a última turnê rebelde, realizada pela seleção inglesa de críquete, teve fim com grande prejuízo financeiro (Booth, 1998). Enquanto isso, a organização, a popularidade e o sucesso de competições de futebol entre as populações africanas na África do Sul demonstravam a efetividade que a comunidade majoritária poderia ter ao controlar os seus próprios negócios, constituindo assim desafios sociopolíticos simbólicos para o sistema do apartheid (Alegi, 2004; Korr & Close, 2008).

Na era pós-colonial, o continente africano ainda continua a lutar pela superação dos profundos legados coloniais de divisões sociais raciais. Abordo os problemas relacionados ao neoliberalismo em uma seção mais abaixo. Olhando o contexto pós-apartheid, as elites brancas da África do Sul continuam a possuir acesso altamente desproporcional a melhores instalações esportivas e educação. Deste modo, as seleções nacionais de críquete e rúgbi são basicamente brancas. Tentativas de remediar esses profundos legados estruturais através da introdução de sistemas de “quota” de jogadores não-brancos nas seleções obtiveram sucesso parcial: as equipes possuem maior representatividade junto a populações majoritárias, mas são menos competitivas e geram lucro menor, fazendo com que seja menor o valor dos financiamentos a serem injetados em trabalhos de desenvolvimento do esporte nas *townships* africanas (Vahed, 2001).

De forma geral, esse cenário colonial e pós-colonial estabelece o contexto sócio-histórico para o desenvolvimento moderno e condição contemporânea do esporte na África.

Muitos analistas examinaram como o esporte facilita a promoção de formas particulares de identidade étnica e nacional, e a África não é exceção (cf. Mangan, 1996). Os esportes são rotineiramente utilizados por Estados-nação tendo em vista cristalizar formas de união nacional e *communitas* entre populações diversas. Os papéis principais podem ser aqui desempenhados pela mídia nacional – especialmente o rádio –, ao criar e disseminar tipos específicos de perspectiva ou ponto de vista nacionais através do campo semiológico do esporte (Vidacs, 2000). Os esportes podem também dar vazão a demonstrações de “nacionalismo excepcional”, especialmente durante grandes campeonatos como as Copas do Mundo ou os Jogos Olímpicos (Giulianotti & Robertson, 2009). Na verdade, formas de identidade pan-africana podem ser promovidas quando algumas seleções – como Gana, Camarões ou Senegal, no futebol – conquistam vitórias sobre adversários considerados melhores.

No entanto, as consequências de fortes diferenças étnico-nacionais e étnico-linguísticas persistem em diversos contextos esportivos. Esportes coletivos africanos, como o futebol, que são avidamente acompanhados por multidões, têm como normal a desconfiança de torcedores quanto à lealdade étnica latente dos treinadores. Esta é uma das razões, nas maiores nações, para a utilização de técnicos europeus no treinamento de seleções nacionais, baseando-se em sua suposta neutralidade étnica.

Um tema recorrente e distintivo de investigação por parte de cientistas sociais é o papel de práticas espirituais e religiosas tradicionais no esporte africano, especialmente a bruxaria (*juju* ou *muti*) (cf. Clignet & Stark, 1974). Igbinovia (1985) chama a atenção para práticas que faziam parte de bruxarias em jogos africanos, como urinar em campos de futebol, enterrar animais mortos

nos campos ou passar sangue de animais mortos nos equipamentos. Por outro lado, times suspeitosos de que bruxaria estaria sendo utilizada poderiam tomar medidas para evitá-las, como pular muros em vez de entrar pelas portas, que poderiam ter sido alvo de bruxarias dos feiticeiros. Mais recentemente, na Tanzânia, Leseth (1997) testemunhou o sacrifício de um animal antes de um jogo de futebol como parte de um ritual *muti*, visando obter o resultado desejado. Durante minha própria pesquisa no Zimbábue, fui informado pelo antigo diretor de um clube que, antes de cada temporada, jogadores e dirigentes se retiravam para locais “espirituais” específicos e participavam de rituais tradicionais, como banhos coletivos em líquidos manipulados (Giulianotti, 2004). No entanto, um treinador no mesmo clube relatou que as intenções por trás dessas práticas tendiam a ser mais de psicologia competitiva do que inatamente espirituais. Notavelmente, a artimanha de uma aparente bruxaria poderia ser utilizada para influenciar os adversários. Por exemplo, antes de alguns jogos, ele misturava algumas ervas em uma garrafa de refrigerante e espalhava a mistura pelo campo; muitos dos jogadores adversários que testemunhassem esse “ritual” acreditariam que se tratasse de feitiçaria e dariam logo o jogo como perdido.

Dirigentes esportivos africanos têm tentado modernizar a imagem do continente, ainda que em termos um tanto eurocêntricos, buscando eventualmente se opor a esses rituais perante o olhar global. No futebol, a Copa Africana de Nações é uma zona regular de luta entre as forças tradicionais e “modernizadoras” sobre a questão da feitiçaria. Em 2000, durante um jogo entre Nigéria e Senegal, um dirigente da equipe local removeu o que acreditava ser um talismã; a Nigéria se superou e virou o jogo. Em 2002, antes da fase final da Copa Africana de Nações, os líderes da confederação africana de futebol baniram oficialmente o envolvimento de feiticeiros, mas muitas equipes encontraram maneiras

de importar esses “auxiliares” sob funções alternativas. Tudo veio à tona quando, na semifinal, os dois técnicos de Camarões foram presos pela polícia de Mali, supostamente por terem colocado um amuleto religioso no campo. Com um olho no marketing internacional, um porta voz dos organizadores do torneio reafirmou: “Não estamos mais dispostos a ver feiticeiros no campo do que canibais nas arquibancadas. Imagem é tudo” (*The Guardian*, 10 fev. 2002). No entanto, o que esta perspectiva “moderna” não percebe é o desejo do ocidente pela diferença cultural, por meios alternativos de se praticar esporte, em vez de ver diversos continentes que simplesmente assimilam o modelo científico de esporte ocidental.

NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo tem sido uma forte ideologia global desde a década de 1970, preconizando o advento de um “mercado livre” mundial, realizado através do corte de programas de bem social, privatizações de bens estatais e pela facilitação do fluxo internacional de bens, serviços, capital e investimento (Harvey, 2005; Smith, 2004). Essas políticas foram subscritas pelas maiores potências econômicas mundiais e por instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, supostamente para auxiliar nações em desenvolvimento (especialmente na África) a saírem da bancarrota e do subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, ignoram os fatos de que o “mercado livre” é altamente manipulado em favor no Norte global, e que nações historicamente mais bem sucedidas alcançaram esse status através do uso intensivo de tarifas de importação e políticas protecionistas (Chang, 2003). Na África, o neoliberalismo se manifestou especialmente através dos ditames das instituições do Norte global (como o FMI e o Banco Mundial)

e de governos, que pressionaram Estados do Sul global a cortarem gastos públicos através de políticas de “ajustes estruturais” (cf. Johnson, 2004).

No esporte, o neoliberalismo na África talvez seja mais bem ilustrado de três maneiras principais. Em primeiro lugar, obviamente, pelo declínio econômico, sobretudo na região subsaariana, nas décadas de 1980 e 1990, que teve impactos profundos na estrutura esportiva e em seus sistemas de desenvolvimento. Em esportes profissionais de elite, como o futebol, muitos clubes entraram em grave declínio ou falência, já que seus torcedores não mais podiam pagar entradas para os jogos e os patrocínios diminuía. No cinturão do cobre da Zâmbia, por exemplo, tanto a privatização de empresas estatais, o colapso do mercado de cobre e o desemprego fizeram com que os maiores clubes não fossem mais capazes de recorrer às suas principais fontes de receitas para funcionar efetivamente. De forma mais ampla, ao abandonar o apoio público, as políticas neoliberais minaram as tentativas do Estado de facilitar a participação das massas no esporte. As ONGs não foram capazes de preencher a lacuna criada, em parte devido ao compreensivelmente maior foco no suporte a necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e educação básica.

Em segundo lugar, podemos considerar como a elite dos trabalhadores do esporte africano foi integrada à emergente economia esportiva global. No futebol europeu, por exemplo, jogadores africanos rivalizam com os latino-americanos (especialmente com os brasileiros) em relação à sua proeminência em clubes profissionais (cf. Bale, 2004; Darby, 2007). No atletismo, há sinais extensivos de uma “fuga de músculos”, sobretudo porque o sistema norte-americano de esporte universitário atrai o talento de elite africano (Bale, 1991). Nos últimos anos, atletas quenianos têm estado no centro de um “mercado corporal” transnacional, com

nações ricas (especialmente o Qatar) recrutando esses corredores e mudando seus nomes e nacionalidades, em troca de quantias relativamente modestas, com os maiores salários mensais em torno de mil dólares (*The Times*, 10 abr. 2008). Em uma esfera mais ampla, houve grande preocupação em setores da mídia internacional, assim como nos órgãos internacionais de controle do esporte, em relação ao abuso e exploração de jovens atletas africanos que migram de seu cenário “periférico” para as maiores nações esportivas. Muitos jogadores que “são aprovados” nos mais altos níveis não possuem a educação mais básica e são incapazes de evitar sua exploração por agentes inescrupulosos. O caso do ganhês Nii Lamptey é altamente ilustrativo. Anunciado na década de 1990 como “o novo Pelé”, acabou roubado por um agente italiano e largado em uma vida pobre em Accra (*The Observer*, 3 fev. 2008). O presidente da FIFA, Sepp Blatter, argumentou que os maiores clubes europeus agem como “neocolonialistas”, através da “violação social e econômica” de nações em desenvolvimento, aprisionando jovens jogadores talentosos em um “glorificado mercado corporal” (*Financial Times*, 12 out. 2005). Caso isso seja verdade, então esse mercado é estruturado de forma similar ao mais amplo sistema econômico global, ao explorar ainda mais o trabalho e o produto africano. Os atletas africanos são mão de obra barata para as maiores nações esportivas; esses operários do esporte ainda têm quase certeza de que são mal pagos em relação a seus talentos específicos do que seus contemporâneos de nações desenvolvidas.

Inevitavelmente, um número muito maior de jogadores não alcança o nível mais alto, e relatórios da Bélgica e da França chamam a atenção para o “tráfico de pessoas” no futebol, em que jovens atletas, a quem são vendidas imagens de glória mundial, pagam agentes para entrarem na Europa, mas são depois abandonados ao não serem aprovados nos testes. Na França, a

organização beneficente *Cultur Foot Solidaire* tem ajudado esses jovens jogadores traficados, que já são mais de 7 mil, que vivem de forma árdua e quase sempre com status de imigrante ilegal.²

Em terceiro lugar, precisamos considerar como as forças econômicas transnacionais do esporte sustentam bases neocoloniais no esporte africano de formas mais “virtuais”, capturando a imaginação. Aqui, consideramos o expansionismo “neomercantilista” e “neoliberal” de ligas e clubes esportivos de elite e de empresas transnacionais ligadas ao esporte, assim como seu impacto no posterior desenvolvimento (ou não) da “indústria” esportiva africana (Giulianotti & Robertson, 2009). A ilustração mais pertinente talvez venha novamente do futebol, onde as principais ligas europeias (especialmente a Premier League inglesa), os clubes de elite (principalmente os ingleses) e as empresas transnacionais de comunicação (sobretudo a Sky) agem em conjunto para penetrar nos mercados esportivos africanos. Na maioria dos finais de semana, “bares esportivos” em todas as cidades africanas atraem grandes multidões para assistirem à cobertura ao vivo da televisão do que há de melhor no futebol inglês, em geral com times que estrelam os principais jogadores africanos (como Drogba e Essien no Chelsea, Adebayor e Toure no Manchester City, entre outros). Esses torcedores “virtuais” perdem o interesse em clubes de futebol locais. Como disse um técnico de futebol nigeriano:

quando você olha para os estádios, vê que as arquibancadas estão praticamente vazias, enquanto os bares e as birosucas que possuem TV por satélite estão lotados. As pessoas pagam para assistir o campeonato inglês na TV, mas não para assistir futebol nigeriano ao vivo.³

De forma geral, essa economia virtual neoliberal contemporânea do mundo do futebol é o mais novo meio no qual a

² Ver <<http://soccerlens.com/african-football-dreams-african-football-slavery/8218>>.

³ Ver <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/7526005.stm>>.

África se encontra junto ao esporte mundial, em posição estrutural altamente desfavorável.

GOVERNO E POLÍTICA DO ESPORTE

Um quarto enfoque de investigação de cientistas sociais no esporte africano é centrado em uma variedade de questões que abrangem vários temas do governo e da política do esporte. À primeira vista, esta parece ser uma história positiva, uma vez que nações africanas aparentam ter entendido o esporte como um mecanismo chave para seu maior envolvimento com a comunidade internacional. No entanto, questões mais complexas podem ser encontradas sob esses processos, e aqui destaco três delas.

Em primeiro lugar, há a questão da influência política no esporte e através dele. No nível nacional, alguns Estados africanos têm utilizado o esporte para promover formas de coesão nacional que, ao menos em parte, podem também ajudar a consolidar o apoio ao monarca, político ou partido que governa a nação. O sucesso de atletas internacionais, que são festejados em seu regresso ao lar, pode ajudar nesse sentido. O recente furor em relação à campeã de atletismo sul africana Caster Semenya, cujo status de “fêmea” estava sendo questionado pela Associação Internacional de Federações de Atletismo (em inglês, *International Association of Athletics Federations*, IAAF), também é ilustrativo, na medida em que ela se tornou uma causa célebre entre políticos sul africanos (*Daily Telegraph*, 25 ago. 2009).

No entanto, o esporte proporciona diversos casos em que atletas e torcedores resistem à dominação política. Por exemplo, a constante disputa política no seio das associações esportivas africanas pode se deparar com atletas e torcedores exigindo a renúncia de altos dirigentes, como ocorreu no atletismo do Quênia

(*Independent*, 28 mar. 2000). De outro modo, os atletas também se queixam por não serem pagos por suas associações esportivas nacionais, causando greves eventuais. Em 2002, por exemplo, um amistoso entre Nigéria e Egito foi cancelado, pois os jogadores nigerianos se recusaram a jogar, alegando o não pagamento da premiação pela classificação para a Copa do Mundo (*The Telegraph*, 08 jan. 2002).

Há também casos de atletas que deram declarações contra o governo em eventos esportivos. Em 2003, dois jogadores de críquete do Zimbábue utilizaram braçadeiras pretas em um jogo da Copa do Mundo protestando contra a “morte da democracia” em sua terra natal antes do regime de Mugabe; posteriormente, muitos jogadores pediram exílio e não retornaram para o país. Protestos contra o regime também aconteceram entre os torcedores. No futebol, multidões expressaram sua oposição aos regimes locais de Jerry Rawlings (Gana), Paul Biya (Camarões) e Kenneth Kanuda (Zâmbia). A resposta da polícia contra essas manifestações pode ser desastrosa. Na Líbia, em julho de 1996, pelo menos 20 torcedores foram mortos quando forças de segurança abriram fogo em um jogo de futebol entre El-Hilal e Al-Hal Benghazi, após torcedores terem cantado slogans anti-Kadafi. Em Harare, em um jogo de futebol entre Zimbábue e África do Sul em 2000, a polícia respondeu a um incidente onde garrafas eram arremessadas, acreditando que os torcedores sinalizavam apoio ao partido de oposição, atirando gás lacrimogêneo nas arquibancadas lotadas. Treze pessoas morreram e centenas ficaram feridas no tumulto daí resultante.

Em segundo lugar, a nível internacional, as associações esportivas africanas se tornaram agentes importantes em alguns esportes chave. O COI possui 112 membros, sendo 14 da África – dois a mais do que a América do Norte. Mais ainda, a FIFA possui 208 nações associadas, com mais de 25% da África (54 no total),

dando às associações de futebol do continente uma forte presença como *power broker*.⁴ As associações africanas viram seu número de vagas para a Copa do Mundo aumentar de 1 (Marrocos) em 1970 para 6 (Argélia, Camarões, Gana, Costa do marfim, Nigéria; somados à África do Sul como país sede) em 2010. As associações africanas também foram grandes aliadas dos presidentes da FIFA desde o início da década de 1970, com João Havelange e Sepp Blatter, permitindo que o primeiro tomasse o poder do inglês sir Stanley Rous em 1974 e tornasse a FIFA uma organização altamente comercial, com laços comerciais fortes com várias corporações televisivas e grandes empresas transnacionais.

Um terceiro tema diz respeito a assuntos mais críticos que envolvem o governo e o desenvolvimento do esporte. O esporte africano tem sido particularmente perturbado por disputas e lutas políticas que em geral envolvem políticos e dirigentes esportivos nacionais. No futebol, a FIFA se compromete com o princípio de que os governos nacionais devem ficar de fora dos assuntos esportivos e já suspendeu a afiliação de diversas associações nacionais africanas em casos de suspeita dessa “interferência”. No entanto, governos nacionais por vezes reclamam de que suas associações de futebol estão sendo mal administradas, ou pior, são centros de corrupção. No Zimbábue, a associação nacional de futebol e o corpo diretivo do campeonato nacional (ZIFA, PSL) estão regularmente atoladas em corrupção e má administração (Giulianotti, 2004). Da mesma forma, alguns governos nacionais se queixam de que a distinção futebol/política pode ser imposta de formas injustas e desleais. Por exemplo, quando os jogadores de futebol do Togo, a caminho da Copa Africana da Nações de 2010, foram atacados por rebeldes armados em Angola, resultando em duas pessoas mortas e vários jogadores feridos, o governo de

⁴ O termo *power broker* se refere a uma pessoa ou organização que exerce grande influência política ou econômica, especialmente em virtude dos indivíduos e/ou dos votos que controla (N.T.).

seu país insistiu que a equipe retornasse para casa. Para a indignação tanto no Togo como em grande parte do mundo do futebol, o órgão diretivo do futebol africano banuiu o Togo dos dois próximos campeonatos, alegando interferência política de seu governo.

Uma preocupação mais generalizada é de que muitos dirigentes esportivos africanos estejam implicados em corrupção, em níveis nacionais e internacionais. As possibilidades aqui são variadas: dirigentes e agentes de clubes que desviam taxas de transferência e salários de jogadores; dirigentes de clubes e de associações nacionais que se apropriam do dinheiro de entrada de jogos, ou quantias destinadas a pagamento de jogadores; e dirigentes nacionais que aceitam suborno de dirigentes esportivos internacionais em troca de votos. Nessas e em outras circunstâncias, tendemos a encontrar pequenas redes sociais cujo auto-enriquecimento é facilitado em grande parte pela cumplicidade de figuras da elite do esporte no Norte global, assim como pelos procedimentos contábeis inadequados das principais instituições esportivas. Essas práticas nefastas iluminam os modos pelos quais as extremas divisões de poder são corruptamente manipuladas no esporte africano e além.

ESPORTE, DESENVOLVIMENTO E PAZ

Ao longo das últimas décadas, o setor internacional de “Esporte, Desenvolvimento e Paz” (ou EDP) se expandiu de forma massiva e teve um foco especial no continente africano. O setor de EDP utiliza o esporte como uma ferramenta sociocultural para a promoção de objetivos humanitários, de bem-estar social e de desenvolvimento. Esses envolvem a redução de tensões sociais e a promoção de reconciliação e reconstrução de regiões devastadas pela guerra; lutando contra o racismo, a intolerância e o

preconceito; promovendo a educação para a saúde, a igualdade de gênero e a integração social de deficientes físicos; e combatendo o crime e a exclusão social em locais específicos (Giulianotti, 2010). O setor de EDP é principalmente impulsionado por instituições do Norte global, como os Estados-nação, organizações não governamentais (ONGs), organizações intragovernamentais, federações esportivas internacionais, corporações transnacionais (especialmente através de programas de “responsabilidade social corporativa,” ou RSC), e organizações populares de base comunitária. Um grande impulso para o desenvolvimento no setor de EDP veio das Nações Unidas, que dedicaram o ano de 2005 como seu Ano Internacional do Esporte e da Educação Física, com foco especial no desenvolvimento social e na paz (Assembleia Geral da ONU, 2006). A ONU também facilitou o estabelecimento, em 2004, do Grupo Internacional de Trabalho em EDP (*Sport, Development and Peace International Working Group*, ou SDP IWG), que teve como função explorar o papel do esporte na promoção de desenvolvimento e paz (SDP IWG 2008). Uma atenção especial tem-se centrado em utilizar o esporte no auxílio da realização das oito Metas de Desenvolvimento do Milênio, que incluem a erradicação da pobreza e fome extremas, a redução da mortalidade infantil e das principais doenças (especialmente HIV e malária), a promoção de igualdade de gênero, assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, e alcançar a educação primária universal.

A África é um foco continental chave para o trabalho de EDP por três motivos interligados. Primeiro, a África tem grande necessidade de intervenção de caráter humanitário e desenvolvimentista. Estima-se que, na África subsaariana, aproximadamente metade das pessoas vivam com menos de um dólar por dia, um terço sofra de desnutrição, em torno de 16% das crianças morram antes de alcançar os 5 anos de idade, e que somente um terço complete a escola; e que a expectativa de vida média na África

seja de 41 anos.⁵ Segundo, a África subsaariana possui a população mais jovem do mundo, com cerca de 44% das pessoas com até 15 anos de idade, em 2006 (Haub, 2006). Terceiro, muitos esportes (em especial o futebol) estão muito bem estabelecidos por toda a África, e assim fornecem o meio social e simbólico perfeito para a comunicação e o envolvimento com a crescente população jovem do continente.

Assim, encontramos uma diversidade de projetos e redes de desenvolvimento locais com foco no esporte em operação por toda a África. Por exemplo, no sul da África, os esportes são utilizados na promoção de mensagens sobre saúde em relação ao HIV e a AIDS; as iniciativas mais efetivas envolvem técnicos locais que transmitem mensagens sobre saúde aos participantes antes ou após os jogos. Nas regiões devastadas pela guerra da África central e ocidental, os esportes são utilizados para facilitar o contato social positivo entre comunidades diferentes divididas. Na Ruanda pós-genocídio, por exemplo, os esportes ajudam a construir coesão e confiança social entre Tutsis e Hutus em níveis cotidianos. Em Serra Leoa, o futebol tem sido utilizado no auxílio à ressocialização, educação e integração social de antigas crianças-soldado em guerras civis regionais (Richards, 1997). Em Estados do norte da África, os esportes têm sido utilizados para a obtenção de uma maior igualdade de gênero, através da promoção da confiança pessoal feminina e sua maior participação na vida pública.

Uma das maiores redes de EDP é o movimento *Football for Hope* (Futebol pela Esperança), que conta com grande apoio financeiro da FIFA e é coordenado e gerenciado pela ONG *Street-footballworld*, em Berlim, visando fornecer financiamento e suporte para projetos em todo o mundo. O movimento *Football for Hope* tem mais de 80 parceiros em todo o mundo, é especialmente

⁵ Ver <<http://www.food4africa.org.za/index.asp?pgid=42>>.

comprometido com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e tem um objetivo a longo prazo semelhante em relação à sua intenção em continuar ao menos até 2015. Na África, a *Street-footballworld* tem contatos com ONGs locais que incluem:

– “Play Soccer”, que tem sedes em Camarões, Gana, Malawi, Senegal, África do Sul e Zâmbia e utiliza um “programa holístico” para promover saúde e habilidades para a vida; essa agência afirma que mais de 13 mil jovens participaram de seus programas desde 2001.

– “Africaid”, que tem sedes em Gana, África do Sul e Uganda e tem como objetivo reduzir as infecções por HIV através da utilização do esporte na promoção de informações sobre saúde; essa agência afirma que cerca de 6 mil jovens participaram de seus programas desde 2003.

– “Association des Jeunes Sportifs de Kigali Espérance”, situada em Ruanda e que é principalmente engajada em construir relações sociais pacíficas após conflitos genocidas; essa agência afirma que por volta de 20 mil jovens participaram de seus programas desde 2002.

Seria errado assumir que o setor de EDP não possui deficiências e problemas. No passado, várias críticas eram especialmente aplicáveis, e essas falhas eram centradas no seguinte:

– A verdadeira função dos projetos: alguns projetos aparentavam ser mais direcionados às relações públicas e à consolidação de poder de importantes figuras públicas, especialmente de políticos e destacados dirigentes esportivos, mais do que ao impacto real sobre os que necessitavam.

– A sustentabilidade dos projetos: havia preocupações específicas no início dos anos 2000 de que muitos projetos estavam sendo iniciados sem se preocupar com sua sustentabilidade. Por exemplo, o equipamento esportivo deveria ser distribuído em meio a uma fanfarra publicitária, mas sem maior planejamento

sobre como esses projetos esportivos teriam continuidade depois que esse equipamento tivesse se desgastado ou quebrado (Armstrong, 2007).

– A ética dos projetos: as preocupações também se centravam em qual medida os grupos usuários locais estavam participando do diálogo em todos os estágios de desenvolvimento e implantação dos projetos (cf. Hognestad & Tollisen, 2004). Estariam esses projetos promovendo a “propriedade local” e ouvindo as percepções locais das necessidades das comunidades? Ou estariam eles chegando com planos pré-configurados que seriam implementados rotineiramente, não importando onde?

– A verdadeira efetividade dos projetos: as preocupações também questionavam até que ponto os projetos de EDP poderiam reivindicar ter qualquer efeito real nas vidas daqueles que deles participavam. Muitos projetos foram acusados no passado de não conseguir definir apropriadamente seus objetivos, e que assim seriam incapazes de refletir sobre, ou de medir, os resultados de suas iniciativas.

Nos últimos anos, o setor de EDP parece ter amadurecido significativamente, tendo assim que lidar com algumas dessas preocupações mais significativas. No entanto, o setor de EDP não é uma entidade singular, unificada, mas contém uma grande diversidade de agências que se diferenciam em escala (algumas são globais, muitas nacionais), recursos (por exemplo, esquemas de “responsabilidade social corporativa” dirigidos por grandes empresas contam normalmente com grandes financiamentos, enquanto iniciativas locais operam com baixos orçamentos e muita boa vontade local) e filosofia (algumas agências são mais positivistas na implementação e medição de resultados, outras agências são muito mais dialógicas e holísticas em seus trabalhos com grupos de usuários locais).

Conseqüentemente, diferentes tipos de agência tendem a adotar diferentes pontos de vista sobre como utilizar a publicidade e a mídia em seus projetos. ONGs menores geralmente criticam os motivos e os efeitos de grandes agências que usam forte esquema de relações públicas, incluindo aparições “paraquedas” de celebridades esportivas em locais onde novos projetos estão sendo introduzidos. De sua parte, as maiores ONGs enfatizam a importância de apoio político de alto escalão para seus projetos, assim como a realização de campanhas publicitárias efetivas que são geralmente criadas em torno de figuras muito proeminentes. No entanto, para todas essas questões, existem sinais claros de que o setor de EDP na África está crescendo exponencialmente, com foco muito maior nos impactos diretos e identificáveis entre as principais comunidades usuárias.

COMENTÁRIOS FINAIS

O esporte na África reflete muitos dos principais conflitos e problemas estruturais que marcaram os encontros do continente com a “civilização” e a “modernização”. A era colonial foi marcada pelo importante papel do esporte em consolidar hegemonias ocidentais (especialmente britânica) nas sociedades africanas, e posteriormente pelo molde político-econômico (especialmente neoliberal) que influenciou a era “pós-colonial”. Além disso, as características socioculturais do esporte africano também foram submetidas a algumas forças de homogeneização de cima para baixo, principalmente em relação a práticas culturais e rituais.

O apelo e a vitalidade populares do esporte africano também são evidentes, entretanto. Historicamente, o esporte é um local de luta por independência e de movimentos nacionalistas. Ele também funcionou como um veículo e um espelho para a

expressão e auto-concepção de identidades sócio-culturais particulares. Como fora exposto por Robertson (1992), todo esporte passa por um processo de “glocalização”, através de uma mistura do local com o global. O apelo transnacional do esporte africano reside na forma como este é adaptado, interpretado e jogado, nos níveis mais básicos, facilitando assim a manifestação de formas particulares de identidade sociocultural.

O campo de EDP fornece um espaço social contemporâneo, dinâmico e crescente para a interação desses processos congruentes, controle e criatividade, em termos político-culturais. Por um lado, algumas das relações mais problemáticas e etnocêntricas entre instituições ocidentais e sua “clientela” africana podem persistir. Mas por outro lado, atividades significantes estão acontecendo em níveis de base, para promover o envolvimento criativo de povos africanos com este domínio sociocultural ocidental. É essa criatividade e diferença do esporte africano que deve ser estimulada e facilitada através do envolvimento com instituições ocidentais, tanto dentro como fora do campo de jogo.

Tradução de Ana Beatriz Diniz Drumond

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGI, P. *Laduma! Soccer, Politics and Society in South Africa*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2004.
- ARMSTRONG, G. 'The Global Footballer and the Local Warzone: George Weah and transnational networks in Liberia, West Africa', *Global Networks*, 7(2): 230-247, 2007.
- BAKER, W.J. Political Games: the meaning of international sport for independent Africa. In: BAKER, W.J. e MANGAN, J.A. (eds.). *Sport in Africa: essays in social history*, Nova York: Holmes and Meier, 1987.
- _____. e MANGAN, J.A. (eds) *Sport in Africa: essays in social history*. Nova York: Holmes and Meier.

- BALE, J. e SANG, J. *Kenyan Running*. Londres: Frank Cass, 1996.
- BALE, J. *The Brawn Drain*. Champaign, IL: University of Illinois Press, 1991.
- _____. Three Geographies of African Footballer Migration: Patterns, Problems and Postcoloniality. In: ARMSTRONG, G. e GIULIANOTTI, R. (eds.). *Football in Africa*. Basingstoke: Palgrave, 2004.
- BLACK, D. e NAURIGHT, J. *Rugby and the South African Nation*. Londres: Frank Cass, 1998.
- BOOTH, D. *The Race Game: politics and sport in South Africa*. Londres: Frank Cass, 1998.
- CHANG, H.J. *Kicking Away The Ladder*. Londres: Anthem Press, 2003.
- CLIGNET, R. e STARK, M. Modernisation and Football in Cameroun, *Journal of Modern African Studies*, 12(3): 409-421, 1974.
- DARBY, P. Out of Africa, *WorkingUSA*, 10(4): 443-456, 2007.
- GIULIANOTTI, R. e ROBERTSON, R. *Globalization and Football*. Londres: Sage, 2009.
- GIULIANOTTI, R. *Football: A Sociology of the Global Game*. Cambridge: Polity, 1999.
- _____. Between Colonialism, Independence and Globalization: Football in Zimbabwe. In: ARMSTRONG, G. e GIULIANOTTI, R. (eds.). *Football in Africa*, Basingstoke: Macmillan, 2004.
- _____. Sport, Peacemaking and Conflict Resolution: a contextual analysis and modelling of the 'Sport, Development and Peace' sector, (unpublished paper), 2010.
- GUELKE, A. Sport and the End of Apartheid. In: ALLISON, L. (ed.) *The Politics of Sport*, Manchester: Manchester University Press, 1993.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HAUB, C. *2006 World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau*, Washington, DC: Population Reference Bureau, 2006.
- HOGNESTAD, H. e TOLLISEN, A. Playing Against Deprivation: football and development in Nairobi, Kenya. In: ARMSTRONG, G. & GIULIANOTTI, R. (eds.). *Entering the Field*, Oxford: Berg, 2004.
- IGBINOVIA, P. Soccer Hooliganism in Black Africa, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 29(2): 135-146, 1985.
- JOHNSON, C. *The Sorrows of Empire*. Nova York: Metropolitan, 2004.
- KORR, C. e CLOSE, M. *More Than Just a Game: Football v Apartheid*. Londres: Harper Collins, 2008.
- LESETH, A. The Use of Juju in Football: sport and witchcraft in Tanzania. In: ARMSTRONG, G. & GIULIANOTTI, R. (eds.). *Entering the Field*. Oxford: Berg, 1997.
- MANGAN, J.A. *Tribal Identities*. Londres: Frank Cass, 1996.
- _____. *The Games Ethic and Imperialism*. Londres: Frank Cass, 1998.
- MARTIN, P. *Leisure and Society in Colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MAZRUI, A. Africa's Triple Heritage of Play. In: BAKER, W.J. e MANGAN, J.A. (eds.). *Sport in Africa: Essays in Social History*. Nova York: African Publishing Company, 1987.

- RANGER, T.O. "Pugilism and Pathology": African Boxing and the Black Urban Experience in Southern Rhodesia. In: BAKER, W.J. e MANGAN, J.A. (eds) *Sport in Africa: Essays in Social History*. Nova York: African Publishing Company, 1987.
- RICHARDS, P. Soccer and Violence in War-Torn Africa: soccer and social rehabilitation in Sierra Leone. In: ARMSTRONG, G. e GIULIANOTTI, R. (eds.). *Entering the Field*. Oxford: Berg, 1997.
- ROBERTSON, R. *Globalization*. Londres: Sage, 1992.
- SDP IWG. *Harnessing the Power of Sport for Development and Peace: Recommendations to Governments*, Toronto: Right to Play, 2008.
- SMITH, N. *The Endgame of Globalization*. Londres: Routledge, 2004.
- STUART, O. *Good Boys, Footballers and Strikers: African Social Change in Bulawayo 1933-1953*, unpublished PhD thesis, School of Oriental and African Studies, Londres, 1989.
- THOMPSON, J. de L. *The Story of Rhodesian Sport. Volume One 1889-1935*, Bulawayo: Books of Rhodesia, 1935.
- VAHED, G. What Do They Know of Cricket Who Only Cricket Know: transformation in South African cricket 1990-2000, *International Review for the Sociology of Sport*, 36(3): 319-336, 2001.
- VASILIS, P. Colonialism and Football: the first Nigerian tour to Britain, *Race and Class*, 36: 55-70, 1995.
- VIDACS, B. Football in Cameroon: a vehicle for the expansion and contraction of identity. In: FINN, G.P.T. e GIULIANOTTI, R. (eds.). *Football Cultures: local conflicts, global visions*. Londres: Frank Cass, 2000.

O esporte e os estudos africanos

Bea Vidacs

É uma honra ser convidada a proferir uma palestra sobre a relação entre esporte e estudos africanos em uma conferência dedicada ao estudo do esporte nos países africanos de língua portuguesa. Acredito que o convite a mim feito seja um indício de que não haja estudos suficientes sobre o fenômeno esportivo nesses países, ainda que acredite que possamos afirmar que a importância do esporte, em especial do futebol, seja talvez até mesmo óbvia nos países lusófonos, principalmente no Brasil.

Em uma conferência sobre esportes na África lusófona, pode parecer desnecessário procurar demonstrar a importância do esporte para um melhor entendimento do continente. Ainda assim, apesar de ser evidente que as atividades esportivas, e especialmente o futebol, atraíam grande interesse de africanos e que milhões de pessoas estejam envolvidas na prática, apoio, organização e funcionamento do esporte, este tem sido, paradoxalmente, um aspecto muito pouco estudado da vida social africana. Além disso, os acadêmicos envolvidos no estudo do futebol na África regularmente se vêem na necessidade de defender, ou ao menos explicar, a importância do objeto escolhido para seus colegas em suas disciplinas. Até a segunda metade dos

anos 1990, apenas um punhado de estudos sobre o esporte na África poderiam ser encontrados, a maioria dos quais eram trabalhos históricos em geral sobre a difusão e a imposição do esporte sobre os africanos pelos poderes coloniais. Ainda mais raros e muito menos elaborados eram os textos abordando o esporte após a independência, que eram em grande parte relatos jornalísticos superficiais ou que se satisfaziam em delinear a estrutura organizativa dos esportes em um determinado país.

Ainda está para ser analisado se a Copa do Mundo de 2010 atingiu as enormes expectativas criadas por ela no continente e especialmente na África do Sul. Existem diversas razões para se duvidar disso (cf. Alegi 2007, Desai e Vahed 2010, Ngonyama 2010, Newton 2009), ainda mais porque as expectativas eram irrealmente altas – ou até mesmo messiânicas, alguém poderia dizer. Mas do ponto de vista do estudo do esporte na África, e especialmente do estudo do futebol, ela foi, sem dúvida, o melhor que poderia ter acontecido. Isto porque a singularidade da ocasião voltou a atenção de estudiosos de diversas áreas para a questão do esporte no continente; os quais não teriam, de outra maneira, considerado lidar com a questão. A “efervescência” resultante pode ser positiva para o aumento do entendimento tanto das sociedades africanas quanto do papel desempenhado pelo esporte no continente. Diversos periódicos já publicaram números especiais e, na África do Sul, ao menos um livro (e muito possivelmente outros que eu não tenha conhecimento) foi publicado por cientistas sociais locais em antecipação ao evento (ver, por exemplo, *Soccer & Society*, 2010, (1-2), *Black*, 2004, Alegi, 2007; Pillay, Tomlinson e Bass 2009). Não há dúvidas de que outros números especiais e edições dedicadas à Copa do Mundo de 2010 irão surgir após o evento – espero que não apenas sobre a África do Sul, mas sobre outras partes do continente também. Assim, esse pode ser um momento auspicioso para pensar no que a pesquisa

sobre o esporte no continente deve ou não fazer, e para considerar como e por que ela deveria ser sensível a algumas das críticas que estudiosos africanos têm feito à pesquisa africanista ao longo dos anos.

A seguir, tentarei inicialmente delinear os motivos pelos quais os estudos africanistas têm prestado tão pouca atenção ao esporte, observando rapidamente o que tem sido feito e apontando algumas direções que já foram abordadas e que podem ser ainda mais desenvolvidas. Argumentarei que o trabalho acadêmico sobre o esporte precisa se certificar de que contextualiza seu objeto e que dá ouvidos a algumas das críticas feitas por estudiosos africanos às pesquisas sobre a África. Como argumentei em outro trabalho (Vidacs, 2006), africanistas que desejam estudar o fenômeno esportivo devem se certificar de que encaram o esporte seriamente e de que não trivializam o esporte ou o rejeitam devido a noções preconcebidas. Estudiosos do esporte, por outro lado, em geral não possuem familiaridade com o continente. Adicionado a isso, há a sua incapacidade, ou falta de vontade, em gastar tempo suficiente em um determinado país para ir além de generalidades ou de ser capaz de se ligar às realidades cotidianas das vidas e aspirações das pessoas sobre as quais escrevem.

O ESTUDO DO ESPORTE

Uma das dificuldades que o estudo acadêmico do esporte encontra (ainda mais do que nos casos do estudo da maior parte dos outros tópicos das ciências sociais) é que, devido ao fato do esporte ser parte da vida da maior parte das pessoas – tanto como espectadores quanto atletas do passado e do presente –, o público leigo acredita saber o que é o esporte. A princípio isso não seria um problema, mas muito frequentemente esse “senso comum”

do conhecimento público afeta a visão de acadêmicos sobre o objeto, o que inclui até mesmo alguns estudiosos que lidam com o esporte cujos trabalhos misturam noções do “senso comum” com questões analíticas de forma irreflexiva. Ocasionalmente, é possível encontrar críticas em relação ao estudo acadêmico do esporte lamentando-se de que este não estaria realmente estudando o esporte. Isso se deve ao fato de que os grandes fãs do esporte acreditam que considerações não esportivas não deveriam ser emaranhadas com esporte. A interferência da política é em geral o primeiro alvo de protestos, com o dinheiro vindo provavelmente em segundo, ou mesmo em primeiro, como um tipo de representação que prejudicaria o mundo esportivo ideal. Ambos os protestos evidenciam o poder de permanência das ideologias que acompanham o esporte, cujos efeitos podem por vezes ser sentidos também em estudos acadêmicos sobre o mesmo. O absurdo de tal posição deve estar claro para qualquer cientista social, uma vez que, se nos mantivéssemos presos a esse pré-requisito, as únicas pessoas que poderiam escrever sobre o esporte seriam seus técnicos, o que ainda seria alvo de debate já que estes estariam também suscetíveis a trazer influências externas para suas ideias sobre o esporte. O resto do mundo é incapaz de agir de tal forma, o que é um fator positivo, visto que o esporte é, na verdade, um construto social no sentido em que é através da atribuição de significado(s) dado(s) a ele que se torna interessante para nós. Sem isso nós provavelmente não nos envolveríamos em esportes e certamente não assistiríamos eventos esportivos.

O esporte, como um construto simbólico, é inerentemente polissêmico e conseqüentemente é passível a múltiplas interpretações e contestações. Por envolver pessoas em diferentes níveis – do local, passando pelo regional, ao nacional, continental e global –, ele é idealmente adequado ao estudo da ação social em todos os níveis e da articulação desses diferentes níveis entre

si, assim como das múltiplas formas com que a agência local e forças maiores, do local ao global, se relacionam e por muitas vezes se embatem, ainda que haja momentos em que as forças globais tenham, de fato, um impacto positivo no local (Pelak, 2006).

A questão seria então se o esporte é um reflexo da sociedade ou se ele possui alguma autonomia própria, ou mesmo se é um meio de se transformar a sociedade. A resposta para essas perguntas está destinada a ser complexa. O esporte não é um reflexo da sociedade, mas parte dela: ele tanto é moldado por ela, como a modela. Se considerarmos o esporte como um mero reflexo da sociedade, podemos acabar em interpretações totalmente mecânicas que super simplificarão as realidades encontradas e não considerarão as motivações e aspirações das pessoas envolvidas. Autonomia e transformação são assuntos que se encontram mais no reino do imaginário do que no do real, mas a simples existência de certas ideias pode torná-las realidade (Nelson, 2007). No entanto, precisamos ter cautela ao desemaranhar as ideias (e esperanças) de pesquisadores sobre esses assuntos e as das populações sendo estudadas. Em qualquer caso, as percepções das pessoas sobre a autonomia do esporte, que é um produto da construção social dos esportes, são importantes aspectos do estudo do esporte, uma vez que trazem à tona a forma como as pessoas entendem seu próprio mundo. A questão do potencial transformativo do esporte está também fortemente ligada às percepções e aspirações dos indivíduos. O esporte pode ser percebido, em diferentes níveis, como um meio de possibilitar que as pessoas possam transformar as realidades que as constroem.

Na África (como em qualquer lugar onde existem muitas pessoas pobres), o esporte pode ser visto como a redenção de um indivíduo e uma forma de se escapar da pobreza que é em geral o destino de africanos. Ele pode ser visto como um meio de elevação do patamar social de um grupo étnico em um país, ou

como um tipo de justiça coletiva para toda uma nação ou continente, ou mesmo uma raça, sobre seus opressores. A que grau esse potencial transformativo seria ilusório ou não depende de como olhamos para ele. No caso do futebol, pode-se afirmar que o esporte alimenta a esperança de milhões, estrutura suas vidas e influencia suas ações. Ele ultrapassa suas fronteiras e a esperança que gera em muitas pessoas faz suas vidas serem não apenas passíveis de serem vividas, como também as proporciona um sentido e um sentimento de autoestima que poderiam de outra forma não existir. Em última análise, no entanto, os esportes se situam dentro de uma sociedade, dentro de uma ordem nacional e global, e ainda que se permita uma margem para a autonomia dos esportes, no final das contas a conjuntura externa e as relações sociais, políticas e econômicas prevalecerão, de forma que o mundo exterior irá se impor sobre o mundo dos esportes. Mas a análise final não é tudo. Tão importante como ela, é como chegamos lá. É onde encontramos nuances, onde podemos entender as motivações, onde podemos entender o sentido e a criação de sentido e, em última análise, por que as pessoas agem como agem.

A NEGLIGÊNCIA ACADÊMICA SOBRE O ESPORTE NA ÁFRICA

Em função do fato de o esporte ser uma área excepcionalmente rica para produção de sentido na África, a falta de interesse por ele demonstrado, por cientistas sociais em geral e por africanistas em particular, se torna ainda mais intrigante e paradoxal. Por que os esportes não são considerados um campo de pesquisa legítimo no estudo da África? Antes de abordar tal questão mais a fundo, apresso-me a acrescentar que, ao menos na comunidade acadêmica de língua inglesa, a África não está significativamente

muito atrás a esse respeito do que em muitas outras partes do mundo fora da Europa e dos Estados Unidos. A sociologia é a única disciplina das ciências sociais que possui uma subdisciplina reconhecida que lida com o esporte. Em geral, pouquíssima atenção tem sido dada ao objeto por parte das ciências sociais mais tradicionais (antropologia, ciência política e história), especialmente entre os praticantes dessas disciplinas que focam seus estudos em áreas fora da Europa. Na Europa o caso é um pouco diferente, uma vez que seu esporte é muito mais estudado do que esportes em qualquer outro lugar, ainda que isso seja feito com maior frequência por representantes do campo interdisciplinar dos Estudos do Esporte (*Sports Studies*) e da Sociologia do Esporte, do que por outras disciplinas das ciências sociais. Infelizmente, é provável que essa indiferença em relação ao esporte seja resultado, em parte, das falhas dos Estudos do Esporte, que em geral não possuem maior relevância social e profundidade etnográfica, e que por vezes apenas reproduzem estereótipos consagrados do esporte, e por outras os discutem sem inseri-los na realidade social da qual fazem parte.

Esse quadro está mudando rapidamente. O estudo do esporte está se tornando mais sofisticado e um número grande de novos estudos (não necessariamente sobre a África) demonstram uma preocupação crescente com o esporte e um nível de análise social digno da complexidade do assunto. Mas os moínhos acadêmicos moem lentamente, e ainda levará certo tempo até que outras disciplinas reconheçam esses novos avanços no estudo do esporte. Isso é ainda mais provável devido ao fato de que grande parte da produção recente se encontra em periódicos especializados, dedicados ao estudo do esporte, o que diminui as chances de que não especialistas os leiam. Parece-me que, ainda que seja evidente a importância de existir periódicos dedicados ao tema do esporte, é igualmente importante que os estudos do

esporte apareçam em periódicos não específicos de suas disciplinas, assim como em periódicos que abordem diversas áreas do mundo.

Em minha opinião, a fragilidade de alguns tipos de trabalhos sociológicos sobre o esporte e as formas, por vezes mecânicas, com que mesmo alguns dos estudos mais recentes aplicam certas teorias paradigmáticas ao esporte, ajudam a explicar por que o estudo dos esportes tem sido negligenciado por cientistas sociais. Especialmente na África, alguns estudos são baseados em dados etnográficos insuficientes, incluindo relatos impressionistas ou anedóticos, ou estudos duvidosos, baseados em entrevistas com alguns atletas ou dirigentes e algumas entrevistas por e-mail (Chappel, 2008). Essas fragilidades fazem com que, ao buscarem por inspirações teóricas, os estudiosos da África raramente pensem nos estudos do esporte como uma tentadora fonte de ideias.

Mas há outro problema com tais estudos, relacionado em parte com as fraquezas mencionadas no parágrafo anterior. Estudiosos africanos têm acusado, corretamente, em minha opinião, a academia euro-americana (a nebulosa categoria de africanistas) do que Victor Uchendu chamou de "uma ordem colonial terminal" (citado em Zeleza, 1997, p. 197), de estarem "implicados em relações assimétricas de dependência e dominação" (Zeleza, 1997, p. 197, ver também Mkandawire, 1997). Outros acadêmicos africanos corroboram essas críticas e o fato de que as acusações continuam ocorrendo demonstra que o problema ainda não foi resolvido. Uma dessas principais críticas tão repetidas é a de que os africanistas usam o continente para dedutivamente encontrar exemplos para seus paradigmas, utilizando o continente como um campo de testes para teorias metropolitanas. Nesse sentido, Thandika Mkandawire (1997, p. 28) argumenta:

Os Estados, sociedades e economias africanas são simplesmente imaginadas como se comportando de acordo com a previsão de certos modelos. [...] Um resultado disso é a forma descuidada e anedótica com que os dados empíricos da África são tratados. A impressão geral que isso cria é que a pesquisa africanista está à deriva, separada de suas amarras empíricas.

Pode ser que existam tradições e procedimentos disciplinares responsáveis por parte das aplicações mecanicistas feitas ao fenômeno esportivo africano por tais teorias. No entanto, aplicadas a povos que foram historicamente tão coisificados pelos ocidentais (pelo amplo público leitor de jornal e consumidor da mídia de massas, assim como por acadêmicos, tanto durante o colonialismo como após seu fim), sua prática é ao menos questionável. O problema da utilização de quadros teóricos pré-fabricados (sejam eles teoria dos sistemas-mundo, *dependência* ou alguma tipologia de motivação de migrantes ou modos de fuga) vai além do politicamente correto ou da sensibilidade com os sentimentos de africanos: ele incentiva a generalização ao ponto de se negligenciar o que está realmente acontecendo no terreno e tende a confirmar e a incentivar construções de estereótipos dos europeus sobre a África e os africanos. Acadêmicos africanos também reclamam de atitudes paternalistas de grande parte da academia ocidental sobre o continente, o que é geralmente acompanhado de linguagem negativa utilizada em relação à África,¹ sugerindo que esta seria uma indicação da permanência

¹ Apenas um exemplo do tipo de linguagem a qual eles podem estar se referindo: "O cheiro de motores a diesel ineficazes de caminhões, micro-ônibus – alguns com faixas demonstrando apoio a seu time da primeira divisão inglesa (indicando uma afinidade com a antiga potência colonial) – e mobiletes que passam poluem a atmosfera. [...] A poluição do trânsito é exarcebada pelo cheiro da vegetação apodrecida dos mercados locais e da incineração de lixo ao longo das estradas, até mesmo na cidade. Gralhas-pretas e grandes cegonhas circundam a vegetação apodrecida, dando mergulhos ocasionais em busca de qualquer pedaço comestível. Sacolas plásticas descartadas (*kaveera*) voam em rajadas de vento; estima-se que Kampala utilize 4 bilhões de sacolas plásticas por ano, causando grande poluição ao meio ambiente e à saúde, uma vez que o plástico queimado produz fumaças tóxicas que causam problemas respiratórios" (Chappell, 2008, p. 179).

de estereótipos negativos sobre o continente e suas populações. Citar condenações moralistas acerca da exploração de jogadores africanos pela elite do futebol mundial, mas não tocar nos calorosos debates que envolvem a prática da migração do futebol nos países envolvidos, prejudica nossa capacidade de entender a ação social na África e reforça a ideia de que apenas os ocidentais possuem as respostas para os problemas do continente (Darby, Akindes e Kirwin, 2007). Além disso, ao invocar ritualisticamente a corrupção, a má gestão etc. como uma explicação para os problemas no esporte na África, corre-se o risco de encarar esses fenômenos como dados, em vez de se buscar uma explicação e elucidação. Não estou sugerindo que os problemas do continente (alguns de causa local, outros devidos a influências externas) devam ser negados, mas que olhemos mais a fundo ao tentarmos entendê-los, pois de outra forma não poderemos esperar compreender as pessoas que estudamos ou que nossos estudos sejam levados a sério.

É evidente que existem outros motivos pelos quais os esportes têm sido tão negligenciados pelas ciências sociais, tanto em círculos africanistas como fora deles. Em geral, a falta de atenção dada aos esportes parece ser devido a ideias preconcebidas de acadêmicos e estudiosos sobre o que constitui um campo legítimo de investigação científica. Esportes são vistos como triviais, sem muita importância ou consequências sérias para a maioria das pessoas, e esse olhar leigo muitas vezes afeta o julgamento acadêmico sobre o que deve, ou não, ser estudado. Outros poderiam argumentar que isso não seria tanto um olhar leigo, mas um olhar elitista, onde os aspectos corporais, físicos, da vida são culturalmente menos valorizados do que as questões intelectuais (Hughson, Inglis e Free, 2005). Também é possível que por não levarem o esporte a sério em suas próprias vidas, os estudiosos não percebam sua "pesquisabilidade". Acredito que essa

natureza do esporte, vista como algo sem importância, foi um dos fatores que fez seu estudo ser tão "raso" quando atraiu a atenção de pesquisadores pela primeira vez, durante a década de 1960 até meados da década de 1970. Em geral, eles encaravam o esporte *por seu valor aparente, sem nenhum distanciamento crítico*, confundindo a ideologia do esporte com seu significado.

Uma razão ainda mais significativa por trás do negligenciamento do esporte como um objeto de investigação acadêmica na África é que, devido aos graves problemas que o continente enfrenta, o esporte pode ser visto como algo ainda mais trivial do que em outros lugares. Isso pode dificultar que agências financiadoras e acadêmicos socialmente conscientes considerem apoiar *ou conduzir pesquisas sobre esportes quando os problemas enfrentados pelo continente são tão sérios*. Essa objeção também não procede, uma vez que os problemas do continente podem ser abordados por muitos ângulos e pelo fato de que, uma vez que o esporte é também uma parte da vida social em uma sociedade, os problemas de um determinado país ou do continente aparecerão nos esportes, assim como em qualquer outro aspecto da vida.

Ainda que meio que contraditória, uma outra razão para que o esporte não seja levado mais a sério por cientistas sociais é que muitos acadêmicos o consideram o "ópio do povo", e assim o descartam como um exemplo de falsa consciência por parte dos torcedores, ou como retórica cínica dos líderes. Apelos similares foram feitos sobre religião e, na verdade, a frase "ópio do povo" foi cunhada por Marx sobre a religião, ainda que não tenha impedido que cientistas sociais estudassem a religião. Na verdade, poder-se-ia argumentar que a utilização do esporte no controle social é como uma das mais importantes ferramentas de ideologias hegemônicas, assim como de movimentos contra-hegemônicos,

estão entre os aspectos mais importantes que tornam o esporte um objeto digno de estudo.

No caso da África, essas facetas ideológicas do esporte foram estudadas principalmente no contexto colonial, onde o esporte foi conscientemente utilizado pelos colonizadores para controlar as pessoas, incuti-las com novos valores e visões de mundo e estender a hegemonia dos colonizadores sobre os colonizados (Baker, Mangan, 1987, Bale, Sang, 1996). O inverso também é possível, e existem vários trabalhos históricos de qualidade demonstrando como o esporte, especialmente o futebol, se tornou um local de resistência e de desafio aos colonizadores (Fair, 2001, 2004; Martin, 1991, 1995; Ranger, 1987).

Os usos ideológicos do esporte também podem ser observados além do contexto colonial. Governos pós-coloniais utilizaram o esporte tanto para o controle social como para a promoção de sentimentos nacionais. Na verdade, o nacionalismo é a principal ideologia que os líderes africanos tentaram impor através do esporte. Dado o fato, tantas vezes repetido, que os países africanos foram criados através da imposição colonial de fronteiras e não por algum processo mais orgânico, a própria existência de consciências nacionais tem sido questionada por grande parte dos estudos africanistas no continente. Em meu próprio trabalho, argumento que a existência de sentimentos nacionais em Camarões é evidente nos discursos futebolistas que surgem ao redor de diversas copas do mundo de futebol, mas a relação não é necessariamente tão direta. Baseada em minhas pesquisas sobre Camarões, acredito que sentimentos nacionais e étnicos possam coexistir e que se relacionem de forma dialética. No entanto, há muito trabalho a ser feito em diferentes países da África para mapear variações no tema de formação de identidade através do esporte. Tais estudos devem também levar em consideração a relação do esporte e de sentimentos pan-africanos,

que são geralmente negligenciados por estudiosos euro-americanos, possivelmente por não existirem paralelos a esse grau de identificação no mundo ocidental. Ainda que possam ter surgido originalmente das primeiras elites africanas educadas no ocidente, os sentimentos pan-africanos se tornaram parte de uma retórica popular, que é disseminada mais pelas camadas de base do que diretamente através dos atuais líderes africanos. O estabelecimento de relações entre o esporte e a formação de identidades não pode ser feito de uma maneira mecânica, mas através do trabalho de campo ou da pesquisa arquivística que podem desenterrar as nuances das negociações e das lutas de identidade que ocorrem (cf. Mehler, 2008, ao demonstrar diferenças significantes de retórica envolvendo a Copa do Mundo de 2006 em dois países africanos). Como tentarei demonstrar no estudo de caso na parte final deste artigo, essas lutas podem não ser sempre sobre a nação ou sobre o grupo étnico.

Como mencionado acima, além de ser um instrumento de controle, a prática e a retórica dos esportes podem assumir contornos de resistência, assim como de oposição étnica. Minha pesquisa em Camarões demonstrou que os usos ideológicos do esporte por governos africanos podem ser facilmente voltados contra os detentores do poder e o esporte pode se tornar uma arena contra-hegemônica no debate de responsabilidade política e em um local de resistência a governos impopulares. Mas ele também pode se tornar uma arena para a resolução de conflitos de significância local (Baller, 2005, Sarro, 1999). Ele também pode ser utilizado como um lugar para o duelo de poderes distantes, expressões de sentimentos anticoloniais ou antirracistas podem ser demonstradas em diferentes formas, em diferentes lugares, ao longo do tempo. Na realidade, discursos envolvendo o futebol internacional ou local podem ser muitas vezes interpretados como comentários sobre o estado do mundo, sendo assim um campo

rico através do qual podemos tentar compreender como as pessoas cujas vidas estudamos se posicionam no mundo, e que tipos de caminhos vêem diante de si mesmas (Farred 2003, Vidacs, 2003, 2010). Podemos examinar o efeito da pobreza através do olhar sobre o esporte, assim como os esforços feitos para se sair da pobreza (Hognestad, Tollisen, 2004). Isso pode ser concretizado através de diversos caminhos, assim como pessoas tentam qualquer coisa indiscriminadamente para sair de condições abaixo da pobreza. Podemos examinar as ações das pessoas e buscar entender suas teorias sobre o porquê de estarem nas situações em que se encontram e como concebem estratégias para sair de tais situações.

COMO PODEM SER DIFERENTES OS ESPORTES AFRICANOS?

Dado que os esportes modernos foram exportados para a África, levados pelos colonizadores e suas assistentes, essa é uma importante questão a ser colocada. Ainda que, tecnicamente falando, isso realmente seja verdade, como muitos autores afirmaram, a difusão das práticas esportivas modernas, e especialmente a do futebol, foi uma das histórias mais notáveis de sucesso do colonialismo (Stoddart, 1988). No entanto, seria, em minha opinião, um insulto a grande parte dos africanos retirar sua "propriedade" sobre o jogo. A questão então seria até que ponto os africanos podem, ou poderiam, se apropriar dos jogos então impostos? Aqui, mais uma vez, os processos se tornam importantes, porque muitas vezes as fases iniciais da adoção de um esporte (pugilismo, como descrito por Ranger, 1987, na Rodésia; e futebol, como descrito por Domingos, 2007, em Moçambique) em geral testemunharam momentos em que africanos reinterpretaram os jogos em questão e remodelaram-nos para se adaptarem melhor a suas concepções

e necessidades. Tais reinterpretações são muitas vezes vistas pelos acadêmicos como momentos triunfais de resistência, como a improvável, mas ainda assim mais do que bem vinda, sobrevivência da especificidade local.

O exemplo mais famoso disso é, com certeza, o filme documentário *Trobriand Cricket* (Leach, Kildea, 1975), que mostra um grupo de índios das ilhas Trobriand que transformaram completamente o jogo de críquete (introduzido por missionários para torná-los mais civilizados) à sua própria imagem, tornando-o um evento espetacular que evita significativamente a competição (o time da casa ganha, não importa o que aconteça). No entanto, R.J. Foster (2006) reanalisou recentemente o fenômeno para mostrar que, além da crítica colonial, o críquete de Trobriand também interage com competições internas entre as populações costeiras e a população do interior da ilha, assim como com o processo político de Papua Nova Guiné após sua independência, e providencia uma alternativa à ideia nacional proposta pelo Estado pós-colonial.

A maior parte dessas formas de apropriação e remodelação, entretanto, parece se referir ao passado. Seria menos provável encontrarmos casos de apropriações como essas no presente? Em certa medida, a resposta tem que ser sim. No caso dos esportes – como o futebol – que desejam fazer parte do quadro internacional de competições, a padronização significa que há relativamente pouco espaço para tal inventividade. Uma parte igualmente importante dessa padronização é a globalização que se dá pela cobertura televisiva, que expõe o público africano, assim como os esportistas africanos atuais e futuros, aos padrões, normas e estilos de jogo globais. O alcance que tal fenômeno deixa para a inovação cultural está aberto a debate, ainda que interpretações locais possam prosperar de forma quase independente da realidade observada (Farred, 2003). Enquanto jogadores africanos ainda são (em geral

com termos muito paternalistas, ou até mesmo racistas) saudados por comentaristas europeus como representantes de uma forma mais inventiva e prazerosa de jogo (Blain et al., 1993), camaroneses muitas vezes intimaram-me a me concentrar no futebol infantil (em lugar de no dos adultos), argumentando que diferentemente de seus pares mais maduros, as crianças ainda tinham originalidade. No outro extremo do espectro, lembro-me de um trabalhador em uma pequena lanchonete em Yaoundé, na Copa do Mundo de 1998, assistindo a um jogo durante seu horário de almoço, comentando com ninguém em particular: “então agora todos jogam do mesmo jeito?!” Assim, os camaroneses parecem deter alguns dos mesmos estereótipos que os ocidentais e subscrevem dicotomias ocidentais, ainda que por muitas vezes dêem sua própria conotação a essas ideias.

A questão do estilo, geralmente aparece no caso do futebol, é um assunto problemático, já que o estilo está em grande parte nos olhos do observador. Alegações de características estilísticas de inspiração africana no futebol correm o risco de se tornarem argumentos essencializadores e devem ser tratadas com muita reserva, como estereótipos homogeneizadores. É importante problematizar tais pressupostos, uma vez que – como mencionei em relação aos camaroneses – os próprios africanos são capazes de produzir esses estereótipos essencializadores e dicotomizadores, tanto entre eles mesmos como para se diferenciarem dos europeus; o que não os torna mais verdadeiros. Embora tais vinhetas estereotipadas para a descrição de estilo precisem ser examinadas, sua análise pode contribuir para uma maior compreensão de como o jogo é entendido (ele pode ser tanto local como global, talvez até mesmo ambos ao mesmo tempo) e de como identidade e alteridade são percebidas por um determinado grupo. Devemos estar cientes de que essas celebrações da originalidade local e o sentimento comum de perda que

acompanha a percepção de seu “falecimento” estão entre as alegorias do jornalismo esportivo mundial que penetraram nos discursos futebolísticos em todo o mundo. Os africanos estão completamente ligados ao futebol global e suas conceitualizações derivam tanto do que assistem e escutam na televisão ou no rádio e lêem nas revistas, quanto das “puras” percepções locais.

Acho geralmente suspeitas as alegações de sobrevivência das antigas práticas esportivas africanas na idade moderna. Ainda que não haja dúvida de que houve uma variedade de atividades físicas na África pré-colonial, que podem até ter sido competitivas, os contextos e as propostas sociais eram tão diferentes das propostas e usos dos esportes modernos que me parece um tanto temerário considerá-las exemplos de precursores dos mesmos. No entanto, existem algumas notáveis exceções. A luta senegalesa, por exemplo, parece ser um desenvolvimento paralelo que, ainda que seja muito uma criação senegalesa, é também um esporte/espetáculo no sentido moderno, e que na verdade se tornou o que é como resultado de iniciativas locais alimentadas por diversos aspectos da modernização (Faye, 2002).

Os estudos africanos navegam entre a Cila do particularismo e a Caríbdis do universalismo.² A situação é familiar a todas as ciências sociais, mas no caso da África é de importância fundamental visto que o problema, como um todo, é sobreposto pela questão de raça (Guyer, 2004). Isso ocorre devido às particularidades históricas das relações entre a África e a Europa, que é evidentemente de violência, opressão e exclusão. Se o estudo da África for particularista demais, ele pode acabar exotizando seu objeto; se for muito universalista, pode levar à negação a

² Na mitologia grega, Cila e Caríbdis eram dois monstros marinhos que se encontravam dos dois lados de um estreito canal. Os dois lados eram tão próximos que navegadores que evitassem Cila ficariam ao alcance de Caríbdis (em algumas versões um redemoinho), e vice-versa. (N. T.).

especificidade dos africanos. De acordo com Ernesto Laclau, paradoxalmente, "... a universalidade vai muito além de qualquer particularidade, mas não pode existir sem o particular" (1992, p. 90). Em outras palavras, é preciso haver uma dialética entre os dois. Quando um determinado grupo alega direitos universais, ele o faz em nome de sua própria particularidade. Mas ao atingir o objetivo da universalidade, de ser aceito em pé de igualdade, a mesma particularidade em nome da qual a alegação foi feita é descartada, e ainda assim o universal não possui sentido sem o particular. No caso africano, isso é mais do que uma questão retórica, posto que o colonialismo europeu implicou, muitas vezes explicitamente, na negação de humanidade dos africanos, em outras palavras, de seu direito de reivindicar a universalidade. A prática dos esportes modernos no continente incorpora esse paradoxo não apenas porque o esporte foi imposto externamente, mas porque a participação (e a vitória) em um esporte "europeu" é uma forma de se reivindicar a universalidade, i. e., a igualdade com europeus e ao mesmo tempo a afirmação de sua particularidade.

Richard Giulianotti e Gary Armstrong afirmam que "...seria ingenuidade sugerir que o futebol é um tipo de panaceia transcultural, que pode incapacitar conflitos sociais complexos incorporados" (Giulianotti, Armstrong 2004, p. 17). Dando prosseguimento a essa linha de pensamento, gostaria de sugerir que o futebol (a despeito das reivindicações de seus torcedores e aficionados) também não explica tudo sobre o mundo. Assim, ainda que seja tanto possível quanto importante multiplicar o número de estudos sobre os diversos aspectos do esporte no continente, acredito que seria ainda mais desejável que o fenômeno esportivo se tornasse uma das áreas sobre as quais os cientistas sociais rotineiramente se debruçam ao tentar entender aspectos não esportivos da vida social no continente. Um dos

pioneiros nessa área é, sem dúvidas, o cientista político Michael G. Schatzberg (2001), que reconheceu a natureza inerentemente política do esporte na África e sua relação com o governo, e fez disso um de seus muitos pontos de referência sobre os quais constrói seus argumentos acerca da natureza do reino da política, no que ele chama de África central. Curiosamente, ele justapõe sua visão sobre o papel e o lugar do esporte na África e na Europa, onde sugere a separação entre política e esporte. Essa é, em muitos pontos, uma posição insustentável. Um grande número de estudos sobre esportes na Europa mostraram que, historicamente e mais recentemente, o esporte foi e continua sendo inerentemente político, tanto em aberto como em segredo (Hargreaves, 1982, 1986, Bourdieu, 1978, Jones, 1992, Silverstein, 2000). Basta pensar na recente renúncia do presidente do Comitê Olímpico Russo após a desastrosa participação dos atletas do país nos Jogos Olímpico de Inverno para ver que o esporte penetra facilmente na política, até mesmo na Europa (Nowak, 2010). Ainda assim, entre os mais proeminentes cientistas sociais que lidam com a África, Schatzberg é singular ao considerar o esporte seriamente, e seria desejável que mais estudiosos da África seguissem seus passos. Espera-se também que o boom de estudos acadêmicos sobre o futebol que a Copa da África do Sul certamente causará seja estendido para a consideração de outras regiões da África e para outros esportes além do futebol.

A seguir, apresento um estudo de caso de Camarões, onde tenho conduzido pesquisa antropológica desde 1994.³ Através do delineamento das formas de divisão que separam pessoas de um determinado grupo étnico em torno do futebol, tento questionar a dicotomização que geralmente aparece em debates sobre relações étnicas no continente. Os exemplos que irei debater

³ Gostaria de agradecer a Fundação Wenner-Gren por generosamente apoiar minha pesquisa.

procuram demonstrar que, em tais conflitos, considerações de outra ordem que não a étnica são mobilizadas. Mas essas só podem ser observadas se levarmos em consideração a história e o contexto mais amplo do grupo em questão.

UM ESTUDO DE CASO: ETNICIDADE MORAL OU TRIBALISMO POLÍTICO EM CAMARÕES?

Um dos lugares comuns sobre a África é afirmar que, no lugar da nação, a etnia é a força motriz das relações e ações sociais no continente. O argumento, baseado na artificialidade das fronteiras colonialmente desenhadas, é que as nações africanas não possuem coesão nacional, muitas vezes negando o sentido e a importância de sentimentos nacionais por completo. Uma das distinções usuais – de acordo com John Lonsdale (1996) – feitas na literatura nos últimos anos, é a que difere “etnicidade moral” e “tribalismo político”. As duas representam as dimensões internas e externas da etnicidade, respectivamente. Dentro de um grupo étnico, onde a “etnicidade moral” prevalece, relações de confiança dominam e os indivíduos possuem certas obrigações sociais para com os outros. Como os organizadores de uma obra de 2004 sobre etnicidade e construção nacional na África afirmaram, “fazer parte de um grupo étnico implica na subordinação de seu comportamento a certos imperativos morais ao lidar com outros membros do grupo” (Berman, Eyoh, Kymlicka, 2004, p. 4). Em contrapartida, o “tribalismo político” diz respeito a relações entre grupos étnicos e entre grupos étnicos e o Estado, e é caracterizada por uma concorrência de recursos de base étnica. Os mesmos autores resumem o fenômeno da seguinte maneira:

Aqui [no campo do tribalismo político], o sucesso é definido como uma maximização do poder e dos recursos disponíveis para o seu próprio grupo, não importando as consequências

para outros grupos ou para o funcionamento do Estado como um todo (Berman, Eyoh, Kymlicka, 2004, p. 5).

Os autores têm o cuidado de não idealizar ou romantizar a etnicidade moral e de salientar que muito do que acontece em nome da etnicidade moral ocorre entre elites concorrentes que “estão continuamente contestando os significados de pertencimento ao grupo e buscando renegociar as responsabilidades a elas delegadas” (Berman, Eyoh, Kymlicka, 2004, p. 5). Examinarei algumas circunstâncias da criação de um time de futebol na província Central, em Camarões, e relatarei as “negociações” concorrentes e contraditórias que estavam ocorrendo em diferentes níveis de “eticidade moral”.

Em 2004, uma região na província Central, em Camarões – um conglomerado de uns vinte povoados – criou um time de futebol. O conglomerado se encontra ao longo da estrada entre Yaoundé e Douala, a aproximadamente uma hora de distância da capital. Para fazer isso, é necessário inscrever o time no campeonato da 3ª divisão do *Département* ou Divisão, uma das unidades administrativas de Camarões; a segunda divisão engloba uma província inteira, enquanto a primeira abrange o país. O time ascendeu à segunda divisão em duas temporadas. Proponho examinar três casos em que tensões surgiram em torno da equipe e que iluminam o funcionamento e as contradições de etnicidade e de sua moralidade, ou a falta dela.

Tive contato com o time através de um amigo e principal informante, um técnico, que foi chamado para treinar a equipe após sua primeira temporada sem êxito. Ainda que estivesse presente por grande parte da temporada de 2006, minha ligação de longa data com o treinador fez com que boa parcela do que sei sobre os acontecimentos do time tenha sido filtrado pelo conhecimento de todos de que estávamos trabalhando juntos. Como veremos adiante, ele era uma figura muito controversa entre

os habitantes locais, então minha informação foi, sem dúvida, influenciada por minha associação a ele.

O time foi criado em 2004 por um dos primos de uma das pessoas mais ricas do povoado e, a princípio, tinha um nome que era uma combinação dos nomes de um time europeu e do povoado. No ano seguinte, quando a equipe estava ainda na terceira divisão, o técnico foi chamado para treinar o time sob a recomendação de um de seus ex-jogadores. Ele assumiu o cargo por gostar de desafios e por estar sem time e em uma situação financeira desesperadora. De acordo com o que afirmou, de início estava trabalhando sob condições muito difíceis, praticamente como voluntário, com pouquíssimo apoio. Ele é um bom técnico e sob sua direção o time começou a ter algum sucesso. Como consequência, chamou a atenção de uma das pessoas mais ricas da área – na época um funcionário público e empresário – que assumiu o comando do time.

Quando, no final de 2005, o time passou para a segunda divisão, ele já estava completamente envolvido em sua direção como presidente geral [*Président Général*] e passou a pagar o salário de todo o time, assim como bônus diários pelos treinos e prêmios por jogo para os jogadores e técnicos. Foi nesse período que o time passou a ter o nome da empresa do presidente, que, segundo ele, serviria para trazer desenvolvimento rural para o “vilarejo”, concentrando sua produção agrícola no comércio e gerando empregos para muitas pessoas da região. Quando o time ascendeu à segunda divisão, ele também financiou a construção de um “estádio” (a rigor, um campo cercado) durante a pré-temporada, junto à estrada principal. A construção do campo foi uma questão de orgulho local, uma vez que sem ele o time teria que receber seus adversários em um estádio de uma cidade próxima. Campos de futebol de qualidade são uma raridade em Camarões e esse também não era perfeito, já que no lugar de

grama tinha cascalho, mas era cercado por um alambrado que protegeria os jogadores e árbitros e proporcionaria uma aparência de ordem. Vendo uma fotografia de um de meus amigos, um antigo jogador da segunda divisão exclamou com aprovação: "É quase um estádio decente!"

Enquanto isso, outro time foi fundado no mesmo povoado. O que dividia as duas equipes era que uma tinha sua liderança associada ao partido político do governo de Camarões, o RDPC (*Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais*/ União Democrática do Povo Camaronês) e a outra era ligada a UPC (*Union des Populations du Cameroun*). O RDPC foi criado pelo presidente Paul Biya pouco após sua ascensão ao poder, em 1982. Ele foi o sucessor da *Union Nationale Camerounaise* de Ahmadou Ahidjo, que havia sido o partido político no poder desde a independência de Camarões. O país teve um sistema de partido único até 1990, quando vários partidos foram permitidos pela primeira vez desde a independência. Durante a década de 1950, a UPC era a principal força de luta anticolonial camaronesa, e mesmo após seu banimento, em 1955, continuou suas atividades de guerrilha contra a França. Ahidjo foi escolhido pessoalmente pelos franceses para ser o primeiro presidente do país e, mesmo tendo absorvido muitas das demandas da UPC, continuou lutando contra seus partidários na década de 1960. Sob o governo de Ahidjo, a proibição à UPC foi mantida e seus membros eram ridicularizados, enquanto o fomento à desordem e a luta anticolonial travados por ela permaneceram esquecidos. Como afirmou Achille Mbembe (1986), o fato de Reuben Um Nyobe, o líder do movimento, ter permanecido insepulto deixou a legitimidade do Estado camaronês pós-colonial em questão. Isso era mais evidente entre a população bassa⁴, cujo território era o epicentro do movimento. Mas

⁴ Os bassa são um dos diversos grupos étnicos de Camarões. De língua Bantu, é a etnia de Reuben Um Nyobe. (N.T.).

Bamilekeland⁵ não foi poupada do sofrimento, seja durante a fase da rebelião da UPC ou especialmente após a independência (Malaquais, 2002). Depois que a rebelião da UPC foi suprimida, uma das poucas vias dos bassa para expressar seu desapontamento e sua raiva foi o futebol. Assim, o time bassa Dynamo de Douala ganhou significância simbólica e era torcendo para ele e criando tumultos durante e após os seus jogos que as pessoas exprimiam parte de sua ira suprimida. Um de meus amigos, um professor universitário bamileke, ponderou que os bassa foram tão oprimidos pelo governo nos anos iniciais após a independência, que era apenas através do futebol que poderiam extravasar parte de seus sentimentos reprimidos. De acordo com Mbembe, a vitória do Dynamo sobre o PWD Bamenda na final da Copa de Camarões em 1979 foi interpretada por muitos torcedores do time como uma “revanche sobre a história”:

Considerando-se constantemente humilhados e excluídos dos sistemas instituídos pelo sr. Ahidjo, esquecidos na redistribuição de bens simbólicos e materiais, esses torcedores comemoraram a vitória de seu time até mesmo nos vilarejos mais remotos (Mbembe, 1986, p. 64).

O artigo de Mbembe é sobre a permanência da memória da UPC junto à população bassa. No entanto, enquanto ele apresenta ampla evidência de que a memória do partido e de seu líder carismático Reuben Um Nyobe continuava viva junto à população, ele também explica que mesmo naquela época havia segmentos substanciais da população bassa que não apoiavam a UPC. Após a independência, grande parte dos membros da UPC se aliou ao governo de Ahidjo, saindo da ilegalidade. Não obstante, a base popular do partido, o povo, não desistiria tão facilmente.

⁵ Bamilekeland é uma região do noroeste camaronês, próxima da fronteira com a Nigéria. Sua população é composta, em sua maior parte, pelo grupo étnico bamileke, o mais numeroso de Camarões. A UPC possuía amplas bases junto aos bamilekes na região. (N.T.).

Depois de 1990, quando o multipartidarismo foi legalizado em Camarões, a UPC estava entre os novos partidos criados, alegando dar continuidade e buscando legitimidade através de sua histórica formação anticolonial. Entretanto, o partido nunca se tornou um adversário realmente importante do regime de Biya. Na verdade, seus representantes estiveram entre os primeiros a se aliarem ao regime em 1992, o que tornou a UPC um partido parlamentar que participou do governo de Biya desde então. No início do processo de “democratização”, o partido se dividiu em três facções e, em 1992, duas facções apoiaram o governo do RDPC e apenas uma apoiou a Frente Social-Democrática (SDF), a principal força de oposição ao governo em vigor (Ngoh, 2004, p. 445). Ao final, a facção liderada por Augustin Kodock se tornou a mais influente, visto que foi ela que fez parte da coalizão governista. O partido também recebeu cargos ministeriais, como o Ministério da Juventude e do Esporte, e Augustin Kodock, o líder do partido, ocupou diversos cargos importantes, como Ministro da Agricultura, até sua saída do governo em 2007.

Esse contexto nos ajuda a entender a situação dos nossos dois times da província Central. O rico funcionário público e empresário é um membro proeminente do RDPC e o time era tão associado à sua imagem que também poderia ser visto como um representante do regime. Na verdade, em 2007, ele concorreu a uma vaga no Parlamento sob a égide do partido do governo. A outra equipe, que também está na segunda divisão mas em um grupo diferente, é associado com a facção de Kodock da UPC. O presidente do time é um professor escolar que, de acordo com meu informante, fora incorporado ao Ministério da Agricultura quando chefiado por Augustin Kodock. As cores do time também refletem sua associação ao UPC, o uniforme vinho é da tradicional cor do partido.

Também havia conflitos no âmbito da própria equipe, treinada por meu amigo. A diretoria estava ligada às pessoas importantes e era etnicamente homogênea. O técnico era um profissional com uma longa carreira no futebol e suas ideias sobre como se deveria construir um time não estavam de acordo com a de alguns membros da direção. Ele próprio era do mesmo grupo étnico do vilarejo, mas como técnico de futebol era guiado por noções muito mais universalistas do que a de um camaronês “médio”. Durante sua primeira temporada com a equipe, na terceira divisão, o técnico teve que lidar com os jogadores que estavam a sua disposição, jogadores locais sem muita distinção. É de conhecimento comum nos círculos futebolísticos de Camarões que, quando um time ascende a uma divisão superior, é necessário que se reforce para que seja capaz de superar os desafios de um nível mais elevado de jogo. Dessa maneira, durante a pré-temporada, o treinador buscou jogadores novos, quase todos de grupos étnicos diferentes do que o do vilarejo, uma vez que, sob seu ponto de vista, o critério principal para a escolha de um jogador deveria ser sua habilidade, e não seu grupo étnico. Em contrapartida, de acordo com a opinião pública do vilarejo, apenas jogadores locais, ou ao menos de origem bassa, deveriam ser recrutados. Assim, o técnico passou a enfrentar uma dura oposição dos habitantes, assim como de grande parte da diretoria do time e até mesmo de sua comissão técnica. Seu assistente técnico, por exemplo, um professor de educação física, que morava há muito tempo no vilarejo, esteve sempre tentando impor suas escolhas na seleção de jogadores. Ele chegou ao ponto de substituir jogadores durante os jogos sem o consentimento do treinador, e suas escolhas sempre recaíam sobre os “rapazes locais”. Em um dos jogos ele gritava insultos a um jogador do grupo étnico bamileke, ao ponto do treinador sentir a necessidade de inverter o jogador para o

outro lado do campo para que seu assistente não o traumatizasse ainda mais.

A diretoria do time – com a exceção do dono, que por grande parte do tempo estava ausente a negócios – também tentava influenciar na seleção de jogadores em favor de atletas locais e, por diversas vezes, tentou sabotar o treinador, o que também significava sabotar o time. Por exemplo, após alguns jogos sem vitória, o dono do time decretou que os bônus por treino para os jogadores deveria ser suspenso. Em sua ausência, o tesoureiro estendeu a medida ao pagamento dos treinadores, ao contrário do que as diziam as instruções escritas. Usando o que para o treinador pareciam desculpas vazias – quando o dono não estava presente – os dirigentes argumentaram que o carro que deveria transportar os jogadores para o treino havia quebrado, e eles teriam que andar muitos quilômetros a pé, para ir e voltar. O técnico, sentindo-se cada vez mais desapontado com tudo isso, explodiu em uma ocasião: “Como pode um bamileke ser um estranho em Camarões?!”. Ele também reclamou, tanto para mim como para seus colegas de futebol e amigos em Yaoundé, sobre os problemas que estava enfrentando com o “verdadeiro time do vilarejo” (estava implícito em seus comentários que, para ele, tal nível de chauvinismo étnico era um sinal de atraso, típico de “vilarejos”, uma ideia não muito incomum em Camarões).

Antes do jogo mais importante da temporada, que definiria as chances do time avançar no torneio que permitiria a ele passar para o torneio inter-grupos para tentar a subida à primeira divisão, o técnico fez um discurso para a diretoria da equipe, pedindo que dessem apoio a todos os jogadores, independentemente de sua “raça”. Entretanto, como consequência de toda essa tensão e de diretivas em geral contraditórias, os próprios jogadores estavam desunidos, descontentes e indisciplinados, e manter a ordem entre eles tornara-se um problema. É

provável que a desordem que reinava entre os jogadores tenha contribuído para o declínio no desempenho do time, e seu eventual fracasso em atingir o objetivo de vencer seu subgrupo e conquistar a chance de tentar subir para a primeira divisão.

Existiam tensões em outro nível também. O “estádio” que havia sido recém-construído fazia parte do território do vilarejo, mas estava nas terras de algumas famílias que viviam ao lado do campo. Logo após a primeira derrota do time no campo local, fui abordada por um velho. Ele me explicou que a terra pertencia, na verdade, a sua família e que a razão para a derrota era que eles não tinham sido compensados pela apropriação de sua terra quando o estádio fora construído. Em outras palavras, ele estava sugerindo que aqueles cuja terra havia sido confiscada para a construção do estádio haviam causado a derrota por meios sobrenaturais (essa não é uma explicação incomum para derrotas no futebol; cf. Vidacs, 2001 e 2010, Schatzberg, 2001, p.55 e 56). Ele claramente me pediu para passar essa informação para a diretoria do time. Como explicitiei, minha relação não era muito estável com a equipe, então a única pessoa para quem eu podia realmente passar a mensagem era o treinador, que – sempre o racionalista – a encarou como chantagem, dizendo que as poucas famílias envolvidas haviam recebido a compensação típica e que não importava quanto recebessem, sempre pediriam mais.

Então, como estaria tudo isso ligado à etnicidade moral? Parece-me que os exemplos acima complicam, se não negam, a “moralidade” da etnicidade. O que é comum aos três exemplos é que eles podem ser expressos nos moldes de negociação de sentido de pertencimento ao grupo étnico, como sugerido pelos três autores citados, mas as estratégias empregadas lembram mais o que eles descrevem como características estratégicas do “tribalismo político”. A questão da competição entre dois partidos políticos resultando na criação de dois times rivais na mesma

comunidade, que ao invés de fortalecerem o grupo, o enfraquecem. A oposição às tentativas do técnico de formar o melhor time possível através do recrutamento de jogadores de fora do grupo étnico podem ser vistas como um exemplo de tribalismo "simples", mas o resultado ainda era o enfraquecimento do próprio grupo étnico. Por fim, apesar da explicação incrédula do treinador, acredito que a reivindicação do velho poderia ser interpretada como um exemplo de "etnicidade moral", no sentido de que o velho estava se referindo aos deveres e obrigações da elite para com os de pior condição social na comunidade étnica. No entanto, caso as reivindicações recebessem crédito, elas também significariam o desrespeito aos interesses do grupo, em prol de um grupo menor.

CONCLUSÃO

É impossível se fazer justiça a todos os temas e tópicos possíveis que o estudo do esporte em geral, e do futebol em especial, podem iluminar na África. Esse panorama da relação do esporte com os estudos africanos provavelmente deu ênfase a questões que fazem parte de minhas próprias preocupações em meu trabalho, e não lidou com outros assuntos que merecem atenção. Outras questões importantes como as relações de gênero, desenvolvimento, os usos e negociações sobre o espaço urbano, a utilização do oculto no esporte, a natureza e o papel dos esportes africanos nas relações internacionais, a migração de jogadores de futebol e de outros talentos esportivos, assim como a economia do esporte no continente também têm, em diferentes graus, sido estudados por acadêmicos do esporte. Ainda há muito espaço para novas investigações: estas poderiam incluir mais estudos de caso de esportes nos diferentes países africanos, com trajetórias históricas, políticas ou culturais similares ou divergentes, assim

como comparações entre os esportes no continente e em outras partes do mundo. Seja qual for nosso objeto de estudo, como tenho ressaltado repetidamente, é muito importante que contextualizemos nossos estudos com profundidade e levemos a sério a natureza socialmente construída e incorporada do esporte. Sugeri também que dar atenção às críticas de acadêmicos africanos direcionadas a africanistas em geral também ajudaria nosso trabalho, tornando-o mais envolvido com os problemas dos africanos e capaz de falar de forma significativa a respeito da variação e da diferença dentro do continente, fazendo assim com que nossos estudos se tornem teórica e praticamente mais relevantes para a compreensão da África. No estudo de caso apresentado, tentei demonstrar como o olhar sobre o futebol pode ser trazido para o diálogo com uma das vertentes mais proeminentes de debate africanista e propor questões significativas que, no mínimo, demonstram a versatilidade do fenômeno desportivo, e, na melhor das hipóteses, são capazes de estimular o debate de questões de maior relevância do que o esporte ou o contexto particular local em questão.

Tradução de Ana Beatriz Diniz Drumond

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGI, Peter. The Political Economy of Mega-Stadiums and the Underdevelopment of Grassroots Football in South Africa, "*Politikon: South African Journal of Political Studies* 34(3):315-331, 2007.
- ALEGI, Peter e BOLSMANN, Chris (eds.). South Africa and the Global Game: Football, Apartheid and Beyond. Special Issue of *Soccer & Society*, 11(1-2), 2010.
- BAKER, William J. e MANGAN, J.A. *Sport in Africa: Essays in Social History*. Nova York: Africana Publishing Company, 1987.

- BALE, John e SANG, Joe. *Kenyan Running: Movement Culture, Geography and Global Change*. Londres: Frank Cass, 1996.
- BALLER, Susann. Creating the Postcolonial City: Urban Youth Clubs in Senegal. In: SALM, S. e FALOLA, T. (eds.) *Urbanization and African Cultures*. Durham: Carolina Academic Press, 2005, pp. 139-154.
- BERMAN, Bruce; EYOH, Dickson e KYMLICKA, Will. Introduction: Ethnicity and the Politics of Democratic Nation-Building in Africa. In: BERMAN, Bruce, EYOH, Dickson e KYMLICKA, Will (eds.) *Ethnicity and Democracy in Africa*. Oxford/Athens: James Currey/Ohio University Press, 2004.
- BLACK, David R. e WESTHUIZEN, Janis van der (eds.) *Global Games. Special Issue of Third World Quarterly* 25(7), 2004.
- BLAIN, N.; BOYLE, R. e O'DONNELL, H. *Sport and National Identity in the European Media*. Leicester: Leicester University Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. "Sport and Social Class". *Social Science Information* 17(6):819-840, 1978.
- CHAPPELL, Robert. "Sport in Postcolonial Uganda". *Journal of Sport and Social Issues* 32(2):177-198, 2008.
- DARBY, Paul; AKINDES, Gerard e KIRWIN, Matthew. "Football Academies and the Migration of African Football Labor to Europe". *Journal of Sport and Social Issues*, 31(2):143-161, 2007.
- DESAI, Ashwin e VAHED, Goolam. "World Cup 2010: Africa's turn or the turn on Africa?". *Soccer & Society*, 11(1):154-167, 2010.
- DOMINGOS, Nuno. Football and Colonialism, Domination and Appropriation: the Mozambican Case. *Soccer & Society*, 8(4):478-494, 2007.
- FAIR, Laura. *Pastimes and Politics: Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar, 1890-1945*. Athens: Ohio University Press/Oxford: James Currey, 2001.
- _____. Ngoma Reverberations: Swahili Music Culture and the Making of Football Aesthetics in Early Twentieth Century Zanzibar. In: ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard (eds.) *Football in Africa: Conflict, Conciliation and Community*. Houndmills / Nova York: Palgrave MacMillan, 2004, pp. 103-113.
- FARRED, Grant. "Theatre of Dreams: Mimicry and Difference in Cape Flats Township Football". In: BALE, J. e CRONIN, M. (eds.) *Sport and Postcolonialism*. Oxford / Nova York: Berg, 2003, pp. 123-145.
- FAYE, Osseynou. Sport, argent et politique: La lutte libre a Dakar. In: Momar-Coumba Diop (ed.) *Le Sénégal contemporain*. Paris: Karthala, 2002, pp. 309-340.
- FOSTER, Robert J. From Trobriand Cricket to Rugby Nation: The Mission of Sport in Papua Nova Guinea. *International Journal of the History of Sport*, 23(5): 739-758, 2006.
- GIULIANOTTI, Richard e ARMSTRONG, Gary. Drama, Fields and Metaphors: An Introduction to Football in Africa. In: ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard (eds.) *Football in Africa: Conflict, Conciliation and Community*. Houndmills / Nova York: Palgrave MacMillan, 2004, pp. 1-24.

- GUYER, Jane I. Anthropology in Area Studies, *Annual Review of Anthropology* 33:499-523, 2004.
- HARGREAVES, John. Sport, Culture and Ideology. In: HARGREAVES, Jennifer (ed.) *Sport, Culture and Ideology*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1982, pp. 30-61.
- _____. *Sport, Power, and Culture: A Social and Historical Analysis of Popular Sports in Britain*. Nova York: St. Martin's Press, 1986.
- HOGNESTAD, Hans e TOLLISEN, Arvid. Playing Against Deprivation: Football and Development in Nairobi, Kenya. In: ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard (eds.) *Football in Africa: Conflict, Conciliation and Community*. Houndmills / Nova York: Palgrave MacMillan, 2004, pp. 210-226.
- HUGHSON, John; INGLIS, David e FREE, Marcus. *The Uses of Sport: A Critical Study*. Londres: Routledge, 2005.
- JONES, Stephen G. *Sport, Politics and the Working Class: A Study of Organized Labour and Sport in Inter-War Britain*. Manchester: Manchester University Press, 1992.
- LACLAU, Ernesto. Universalism, Particularism, and the Question of Identity, *October* 61:83-90, 1992.
- LEACH, J.W. e KILDEA, G. *Trobriand Cricket: An Ingenious Response to Colonialism*. Videorecording produced by the Office of Information, Government of Papua New Guinea. Berkeley, CA: University of California, Extension Media Center, 1975.
- LONSDALE, John. Listen while I read: the Orality of Christian Literacy in the Young Kenyatta's Making of the Kikuyu. In: Louise de la Gorgendière, Kenneth King e Sarah Vaughan (eds.) *Ethnicity in Africa: Roots, Meanings and Implications*. Edinburgh: Centre of African Studies, 1996.
- MALAUQUAIS, Dominique. *Architecture, pouvoir et dissidence au Cameroun*. Paris: Karthala, Yaoundé: Presses de l'UCAC, 2002.
- MARTIN, Phyllis M. "Colonialism, Youth and Football in French Equatorial Africa". *International Journal for the History of Sports*, 8:56-71, 1991.
- _____. *Leisure and Society in Colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MBEMBE, Achille. Pouvoir des morts et langage des vivants: les errances de la mémoire nationaliste au Cameroun. *Politique Africaine* 22: 37-72, 1986.
- MEHLER, Andreas. Political discourse in football coverage – the cases of Côte d'Ivoire and Ghana. *Soccer & Society* 9(1):96-110, 2008.
- MKANDAWIRE, Thandika. "The Social Sciences in Africa: Breaking Local Barriers and Negotiating International Presence". *African Studies Review* 40(2):15-36, 1997.
- NELSON, Alexander. "World Cup Fever, Nationalism, and the Ambiguous Alliance of Nation-States and Transnational Corporations". *Critique: A worldwide journal of politics*. <http://lilt.ilstu.edu/critique/FALL%202007DOCS/Alexander_Nelson_.pdf>, downloaded February 15, 2010, 2007.

- NEWTON, Caroline. The Reverse Side of the Medal: About the 2010 FIFA World Cup and the Beautification of the N2 in Cape Town, *Urban Forum* 20:93-108, 2009.
- NGOH, Victor Julius. "Biya and the Transition to Democracy". In: MBAKU, John Mukum e TAKOUGANG, Joseph (eds.) *The Leadership Challenge in Africa: Cameroon under Paul Biya*. Trenton/Asmara: Africa World Press, 2004, pp. 427-451.
- NGONYAMA, Percy. "The 2010 FIFA World Cup: critical voices from below". *Soccer & Society*, 11(1):168-180, 2010.
- NOWAK, David. "Medvedev demands resignations over Olympic flop, <http://www.google.com/hostednews/ap/article/ALeqM5isnPCOBS-fug_Kb03sVAwvDIM5vwD9E5VGEG2>", downloaded March 10, 2010.
- PELAK, Cynthia Fabrizio. "Local-global Processes: Linking Globalization, Democratization, and the Development of Women's Football in South Africa". *Afrika Spectrum* 41(3):371-392, 2006.
- PILLAY, Udes; TOMLINSON, Richard; BASS, Orli (eds.) *Development and Dreams: The Urban Legacy of the 2010 World Cup*, Cape Town: HSRC Press, 2009.
- RANGER, Terence. "Pugilism and Pathology: African Boxing and the Black Urban Experience in Southern Rhodesia". In: BAKER, W.J.; MANGAN, J.A. (eds.) *Sport in Africa*. Nova York: Africana Publishing Company, 1987, pp. 196-213.
- SARRO, Ramon. Football et mobilisation identitaire: la "réinvention des traditions" par les jeunes Baga de Guinée. *Politique Africaine* 74:153-161, 1999.
- SCHATZBERG, Michael G. *Political Legitimacy in Middle Africa: Father, Family, Food*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- _____. "Soccer, science, and sorcery: causation and African football". *Afrika Spectrum* 42(3):351-369, 2006.
- SILVERSTEIN, Paul A. "Sporting Faith: Islam, Soccer, and the French Nation-State". *Social Text*, 65, 18(4):25-53, 2000.
- STODDART, Brian. Sport, Cultural Imperialism, and Colonial Response in the British Empire. *Comparative Studies in Society and History* 30:649-673, 1988.
- VIDACS, Bea. Olympique Mvolye: The Cameroonian Team that Could Not Win. In: ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard (eds.) *Fear and Loathing in World Football*. Oxford: Berg, 2001, pp. 223-235.
- _____. "The Postcolonial and the Level Playing-field in the 1998 World Cup. In: BALE, John e CRONIN, Michael (eds.) *Sport and Postcolonialism*. Oxford: Berg, 2003, pp. 147-158.
- _____. "Through the Prism of Sports: Why Should Africanists Study Sports?" *Afrika Spectrum* 41(3):331-349, 2006.
- _____. *Visions of a Better World: Football in the Cameroonian Social Imagination*. Forthcoming Munster: Lit Verlag, 2010.
- ZELEZA, Paul Tiyambe. "The Perpetual Solitudes and Crises of African Studies in the United States" *Africa Today*, 44(2):193-210, 1997.

ANGOLA

Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda

Andrea Marzano

Este texto pretende abordar, através da imprensa de Luanda, as práticas esportivas – particularmente o remo, o atletismo e o futebol – durante a expansão colonial europeia, entre 1870 e 1930. Será focalizada a presença das *elites crioulas* nos clubes e modalidades esportivas, entendidos como espaços e oportunidades para a construção de alianças e negociações com os *colonos* e, ao mesmo tempo, para a eclosão e a manifestação de conflitos inerentes à situação colonial.¹

CRIOLIDADE E EXPANSÃO COLONIAL

A segunda metade do século XIX foi marcada pela intensificação da presença portuguesa em Angola, sobretudo em Luanda e arredores. Se em 1850 havia mil brancos vivendo em Luanda e no interior leste, até Malange, esse número subiria para 6 mil em 1898. O crescimento econômico de Angola no primeiro

¹ Expressões como *elites crioulas*, *colonos*, *indígenas*, *civilizados* e *gentio*, elaboradas em meio a conflitos sociais e/ou cristalizadas na legislação colonial e na historiografia, são apresentadas em itálico, neste artigo, apenas em sua primeira aparição.

quartel do século XX, com base na produção de açúcar e sobretudo café, geraria a multiplicação do número de colonos portugueses, atingindo quase 20 mil no distrito de Luanda por volta de 1920 (Dias, 1984, p. 62 e 63).

Embora a expansão colonial tenha sido iniciada na segunda metade do século XIX, a presença europeia na região era bem mais antiga. Luanda foi fundada em 1576 pelo português Paulo Dias de Novais, em uma região ocupada por população predominantemente ambundo, falante do quimbundo. Na sua vizinhança estavam presentes outros três grupos etno-linguísticos: congo, a norte, lunda, a leste e ovimbundo, a sul (Dias, 1984).

Apesar da antiguidade da sua fundação, ou talvez por causa dela, a cidade se tornaria uma espécie de posto avançado da penetração portuguesa na África, que até o século XVII se restringia a uma pequena faixa litorânea pontuada por portos para o comércio de escravos, além de uma pequena inserção pelas margens do rio Cuanza, onde foram construídos presídios e se estabeleceram mercados e feiras (Bittencourt, 1999, p. 31).²

A história de Luanda foi estreitamente relacionada ao tráfico de escravos, especialmente para o Brasil. O abastecimento de escravos para o tráfico intercontinental era feito com a mediação dos sobas, autoridades dos sobados, de base territorial, que existiam às centenas no entorno de Luanda até o século XIX (Dias, 1984, p. 63). Para além dessa mediação, o controle do tráfico foi sendo assumido, com o passar do tempo, não apenas por comerciantes vindos da metrópole ou do Brasil, mas também por elites africanas que fortaleciam progressivamente seus vínculos com a cultura europeia.

Elites nativas miscigenadas culturalmente ocuparam, com o passar do tempo, os espaços abertos pela fraca presença

² Mais do que cárceres, os presídios eram marcos da presença portuguesa que tinham a função de estabelecer algum controle sobre a região circundante, especialmente sobre o trânsito de pessoas e mercadorias. Ver, nesse sentido, Ferreira, s/d.

portuguesa em Angola. Se o tráfico de escravos era sua principal fonte de riqueza e poder, as elites crioulas também tinham nos postos da administração colonial, no exército e no clero, a possibilidade de se destacar, em termos culturais e financeiros, do restante da população africana.

Em 1836, Portugal proibiu o tráfico de escravos em suas colônias. Embora essa atividade tenha permanecido na ilegalidade, seu constrangimento levou os comerciantes luandenses a intensificarem o comércio com o interior, baseado sobretudo no marfim, na cera e na borracha. A aprovação da lei Eusébio de Queirós no Brasil, em 1850, acabaria obrigando as elites de Luanda a buscarem novas fontes de renda, como a lucrativa exportação de *serviçais* para as plantações de cacau de São Tomé.³

Algumas famílias crioulas buscaram utilizar suas reservas de escravos em novas plantações de açúcar e café. No entanto, essa tentativa foi dificultada pelas frequentes fugas, incentivadas pela proximidade a áreas não tocadas pelo colonialismo e pelo avanço de uma legislação que pretendia abolir a escravidão nos domínios portugueses antes do fim do século XIX. Dessa forma, o encerramento do tráfico intercontinental acabaria tornando as elites crioulas cada vez mais dependentes dos cargos direta ou indiretamente relacionados à presença colonial para a sua sobrevivência enquanto grupo privilegiado na sociedade luandense (Bittencourt, 1999, p. 40 e 41; 45).

A migração de colonos portugueses para Angola geraria inúmeros conflitos envolvendo a terra, a mão de obra e os cargos públicos. Em 1919, foi aprovada uma lei regulando a concessão de terras aos europeus pelo governo, prevendo inclusive a

³ A exportação de *serviçais* angolanos para as roças de São Tomé, as duras condições de vida desses trabalhadores e o debate sobre a caracterização jurídica dessa mão de obra – livre ou escrava? –, que opôs autoridades portuguesas e britânicas na primeira década do século XX, foi analisada por Augusto Nascimento (2002). No terreno do romance, uma comovente descrição foi feita pelo escritor português Miguel Sousa Tavares (2004).

expulsão de agricultores negros, para os quais seriam estabelecidas reservas de uso coletivo (Bittencourt, 1999, p. 73). Tal impedimento seria um duro golpe nas elites crioulas, já que um dos elementos que as distinguiam dos demais nativos era a propriedade individual da terra.

Além de terem suas terras expropriadas, crioulos negros e mestiços concorriam com os colonos na exploração da mão de obra, que vinha sofrendo severas alterações.

Acompanhando e sucedendo as leis que levariam à extinção formal da escravidão em 1875, foram sendo definidas uma série de categorias jurídicas que contemplavam formas de trabalho compulsório com baixíssima ou nenhuma remuneração. Ao mesmo tempo, decretos, portarias e códigos estipulavam a obrigatoriedade do trabalho dos *indígenas*. As expressões máximas dessa política, já no século XX, foram os decretos que estabeleceram o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África*, de 1928, o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas*, de 1929, e o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, de 1954. Este último, uma adaptação do primeiro, incluiu a descrição dos requisitos para que negros e mestiços fossem considerados *civilizados* ou *assimilados*, ganhando o direito à cidadania portuguesa. Até então, os cidadãos portugueses negros e mestiços, nascidos em África, eram definidos apenas em oposição aos indígenas, pela via da negação.⁴

Como já se aludiu, em finais do século XIX, com suas terras expropriadas ou ameaçadas e com dificuldades crescentes para a exploração da mão de obra nativa, camadas negras e mestiças das elites crioulas apegavam-se aos cargos públicos como último

⁴ Sobre a legislação laboral do período colonial, ver Vera Cruz (2006, p. 87-94); Bender (2004); Freudental (2005); Torres(1991); Neto (1997, p. 327-359).

refúgio para a manutenção de sua posição social.⁵ Entretanto, também aí os conflitos, particularmente com os colonos, se fariam sentir. Se a partir dos anos 1880 cada vez mais crioulos conseguiram empregos como amanuenses, intérpretes e professores primários, em consequência da expansão da administração colonial, a partir de 1900 o acesso aos cargos se tornaria mais difícil, com a exigência de instrução secundária, quase inexistente em Angola até cerca de 1920, até mesmo para os níveis mais baixos da burocracia. Todo este processo culminaria, em 1921, na criação de escalões diferenciados de salários para europeus e africanos negros e na interdição do acesso de negros aos cargos mais elevados (Dias, 1984, p. 73 e 74).

A restrição de oportunidades para os africanos acabou se materializando na geografia social da cidade. Em meados do século XIX, Luanda já era dividida em dois planos principais. Na cidade baixa, próxima ao mar, ficava a área comercial e as casas dos traficantes, muitos deles crioulos, com seus grandes quintais onde se comprimiam escravos esperando a venda ou sendo utilizados nos serviços domésticos. A cidade alta sediava o poder administrativo, militar, judiciário e religioso (Pepetela, 1997, p. 241).⁶ O fim do tráfico e, posteriormente, da escravidão, alteraria significativamente essa disposição habitacional. Comerciantes, funcionários metropolitanos e demais colonos, buscando transformar a cidade baixa em área residencial, expulsaram o que definiam como *gentio*, através de artimanhas políticas, para a parte alta e, mais ainda, para a zona desabitada, coberta de areia vermelha, onde cresceriam os *musseques*. Tal projeto atingiria, em seguida, também os crioulos. Ainda em decorrência do fim do tráfico, negros e mestiços livres, que o intermediavam no interior,

⁵ Epidemias devastadoras de varíola e doença do sono, naquele contexto, agravariam os conflitos em torno da exploração da mão de obra africana.

⁶ Sobre a história da cidade de Luanda, da fundação ao pós-Independência, ver, do mesmo autor, 1990.

migraram para Luanda, aumentando os conflitos habitacionais (Mourão, 2006, p. 211).

É nesse contexto que as elites crioulas, pressionadas pela crescente chegada de portugueses, começam a se organizar para defender os direitos adquiridos ao longo de cerca de três séculos de fraca presença colonial. Em Luanda, jornais fundados e dirigidos por intelectuais crioulos denunciavam o despreparo dos colonos que tomavam os cargos, as terras e o prestígio dos que se definiam como *filhos da terra, angolenses* ou *filhos do país*. Ao mesmo tempo, evidenciavam a ambígua relação das elites crioulas com os chamados indígenas. Se alguns artigos buscavam defendê-los dos desmandos dos colonos, outros demonstravam o desejo de distinguir radicalmente as duas principais categorias de nativos de Angola. Aos crioulos civilizados deveria ser reservada uma posição privilegiada na sociedade, a despeito da intensificação da presença portuguesa. Ao gentio, limitado pela obscuridade das tradições, restaria o trabalho braçal e, na opinião de alguns articulistas, a aculturação progressiva.⁷

As reivindicações e projetos das elites crioulas não seriam expressos apenas nos jornais. Existiam mais de uma dúzia de associações recreativas, culturais e de ajuda mútua envolvendo as elites crioulas entre 1910 e 1930, quase sempre fundadas por pequenos funcionários coloniais e artífices (Dias, 1984, p. 90 e 91). As mais conhecidas, a Liga Angolana e o Grêmio Africano, foram oficializadas, segundo Eugénia Rodrigues, em 6 e 20 de março de 1913. De acordo com a autora, o Grêmio Africano agregava famílias crioulas renomadas desde o século XIX, que se dedicavam à agricultura, ao comércio e aos cargos médios do funcionalismo público. Ao lado destas famílias constavam, ainda, alguns elementos europeus. A Liga Angolana, por sua vez, reunia famílias

⁷ Sobre a imprensa angolana do período, ver Cruz e Silva, Aparício e Gamboa (1993); Lopo (1964); Dias (1984) e Bittencourt (1999). Para um período posterior, particularmente no que diz respeito à construção da imagem dos brancos em um periódico angolano, ver Rodrigues (2003).

angolenses de ascensão social mais recente, sustentadas sobretudo por pequenos funcionários públicos, empregados do comércio, operários e pequenos proprietários rurais.⁸ Juntamente com jornais nativos, a Liga Angolana foi fechada em 1922, sob acusação de conspiração separatista. Em 1925, foi autorizada a sua reconstituição, dando origem à fundação, em 1930, da Liga Nacional Africana.⁹

Desde a vigência do tráfico intercontinental, africanos que mantinham contatos com brasileiros e europeus, adotavam padrões ocidentais de conduta e assumiam importantes funções no comércio de homens, escapavam da ameaça de escravização. Além de indicar que a cor da pele não era o único critério a estabelecer quais africanos estavam sujeitos ao cativeiro, tal situação mostrava que a cultura era um elemento central na definição das possibilidades e estratégias de cada segmento em meio aos conflitos presentes na sociedade. Isso se tornaria ainda mais verdadeiro com a intensificação da presença portuguesa em Angola.

A legislação criada após a abolição da escravatura, em 1875, distinguiria os nativos da colônia com base em critérios culturais. A separação entre civilizados e indígenas assumiu caráter legal em 1894. Os indígenas, submetidos à pena de trabalho correcional no lugar da prisão, eram os que “pelos usos e costumes não se distinguiam dos demais africanos”. O Regulamento do Trabalho de 1899, por sua vez, instituiu a obrigatoriedade do trabalho e o uso de passes pelos indígenas, com o registro de sua situação laboral (Dias, 1984, p. 59).

Levando em conta tais afirmações, podemos supor que as formas de sociabilidade características do modo de vida europeu nas primeiras décadas do século XX – a prática de esportes e

⁸ A expressão *angolense* era frequentemente utilizada pelas famílias crioulas como forma de designarem a si mesmas.

⁹ Discordando de outros historiadores, Eugénia Rodrigues defende que o Grémio Africano se manteve em atividade após 1922 (2000, p. 48; 50).

a frequência a teatros, hotéis, restaurantes e cinematógrafos – não eram apenas oportunidades para os colonos marcarem sua diferença em relação às populações nativas. É provável que as elites crioulas se esforçassem denodadamente por marcar presença em tais espaços e circunstâncias, evidenciando sua proximidade cultural dos colonos, seu grau de civilização e sua distância dos demais africanos, suscetíveis ao trabalho forçado e a todo tipo de explorações que caracterizavam a situação colonial.

O ESPORTE NA IMPRENSA

Práticas esportivas aparecem na imprensa de Luanda na segunda metade do século XIX, dispersas entre notícias e anúncios. Ainda não havia, então, uma delimitação clara entre o esporte e outras práticas e divertimentos.

No início dos anos 1910, demonstrando a crescente importância das práticas esportivas na cidade, o jornal *A Reforma* já possuía uma seção denominada “Recreio e Desporto”.¹⁰ Ali, o esporte aparecia junto a anúncios e comentários de espetáculos teatrais, sessões de cinematógrafo, bailes e outros eventos associados ao lazer. A relação estreita entre lazer e práticas esportivas ficava evidenciada nas atividades do Club Naval, que realizava regatas mas também abrigava uma companhia de teatro amador, além de organizar bailes que animavam as elites de Luanda.

O interesse pelo esporte avançou, e em 1923 iniciou-se a publicação do periódico *Desportos*, revelando a relativa autonomização do campo esportivo.¹¹ Em 1925, foi a público *Luanda*

¹⁰ *A Reforma*, Luanda, 23/12/1911, 30/12/1911, 06/01/1912, 13/01/1912, 20/01/1912, 27/01/1912, 03/02/1912.

¹¹ Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, com exemplares de 1923 e 1924. Um ano antes, começou a ser publicado *O Sporting*, possivelmente um boletim para os sócios do Sporting Club de Luanda, fundado em 1920. Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, com exemplares de junho e julho de 1922.

Desportiva (Ferreira, 2008, p. 69). Já em 1929 seria fundado o quinzenário *Angolana*, dedicado ao desporto e ao turismo.¹² No ano seguinte, surgiria *Angola Desportiva*, que permaneceria atuante por muitas décadas.¹³

As três primeiras décadas do século XX foram marcadas não só pela crescente presença do esporte na imprensa, mas também pela fundação de diversos clubes em Luanda: Club Trasmontano de Angola, em 1912, Grupo Nacional de Football, em 1913, Grupo Desportivo dos Caminhos de Ferro, em 1915 – que nos anos 1920 passou a se chamar Ferrovia Atlético Club –, Club de Tênis de Luanda, entre 1915 e 1919, Império Football Club, em 1921 – que seria dissolvido em 1926, com a transferência de seus atletas para o Operário Football Club –, Sporting Club de Luanda, em 1920, Club Trasmontano, em 1920 ou 1921, Sport Lisboa e Luanda, em 1922, Invicta Club de Luanda, em 1922, Operário Football Club, em 1922, Grupo Sportivo Nun'Álvares, em 1924 e Club Atlético de Luanda, em 1924 (Ferreira, 2008, p. 38 e 39).

CULTURA PHYSICA E EDUCAÇÃO

Em 1861, o programa do Liceu de Luanda, que pertencia ao brasileiro Francisco Pereira Dutra e era frequentado, salvo raríssimas exceções, por alunos de origem europeia, prometia para breve aulas de esgrima, que se iniciariam assim que fossem obtidos os equipamentos necessários. Na mesma época, outros estabelecimentos de ensino da cidade, como a Escola de Ensino Secundário, incluíam aulas de *cultura physica* em seus programas. Em 1908, o padre Artur Barbosa ministrava aulas semelhantes no Seminário-Liceu. Em 1910, no velódromo, ocorreu a primeira

¹² Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, com exemplares de 1929 e 1930.

¹³ Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, com exemplares de 1930 a 1971.

apresentação de alunos de uma escola oficial – a Escola Profissional D. Carlos I, criada em 1906 e dirigida por um tenente da Marinha – executando exercícios de ginástica sueca.¹⁴ Em 1912, o governador-geral de Angola, Manuel Maria Coelho, louvou o instrutor da classe de ginástica do Asilo D. Pedro V pelo “interesse dedicado”. No dia 5 de outubro de 1913, em meio às comemorações do terceiro aniversário da proclamação da República em Portugal, os alunos da Escola Municipal nº 3 e de outras escolas oficiais se apresentaram no velódromo, praticando tiro ao arco. Os estabelecimentos educacionais de Luanda seguiam, neste aspecto, o exemplo de seus congêneres metropolitanos (Ferreira, 2008, p. 29 e 30).

A presença de práticas esportivas nas escolas indica que elas eram entendidas como um importante componente da educação, preparando jovens e crianças para a vida social. Já na primeira década do século XX, um artigo publicado no jornal *Voz de Angola* demonstrava a crença no potencial pedagógico do esporte. Afirmando que os “lusíadas, por via de regra, só sentem prazer falando das vidas alheias”, o autor lamenta que as artes e as atividades físicas não sejam tão cultivadas nas colônias portuguesas quanto nas suas congêneres francesas e inglesas.

Não poderia ser mais agradável a vida em África (na nossa)? Sem dúvida; e para isso bastava que a *mocidade* que passa o tempo nas cervejarias, nas casas de tabolagem e nos centros de má língua se dedicasse a fundar sociedades recreativas, clubs de convívio agradável, dotados com bons livros de estudo e de arte que pudessem instruir e deleitar.

O português no Brasil educa-se. Na África bestializa-se. É um fato; ninguém o pode negar ou dele duvidar.

Há aqui magníficos recintos para o law-tênis, que é um belo divertimento e um ótimo exercício, e poderiam ser exercidos

¹⁴As primeiras referências que encontrei sobre o velódromo datam do início de 1908. *Voz de Angola*, Luanda, 19 jan. 1908. O velódromo abrigava, possivelmente, corridas de bicicletas e atletismo.

todos os ramos de sport que a imaginação inglesa e francesa inventaram para a saúde do corpo e do espírito.¹⁵
Temos sugestivos exemplos de proveito dos jogos atléticos e dos exercícios pedestres nas colônias inglesas, onde existem indivíduos nascidos e criados nelas que só conhecem a Europa dos mapas e que no entanto nada deixam a desejar aos que vêm da Europa. – Não os seguimos.¹⁶

O trecho acima revela, com clareza, a associação entre a introdução das práticas esportivas e o suposto caráter *civilizador* da colonização francesa e inglesa no continente africano, que segundo o autor se perderia, em parte, nos domínios portugueses. Por outro lado, as referências à presença de exibições esportivas de estudantes de Luanda em festas cívicas portuguesas revelam a associação entre esporte e colonialismo e, ao mesmo tempo, o potencial da *cultura physica* na formação e no reconhecimento dos cidadãos portugueses da metrópole e da colônia. Assim, podemos supor que as elites crioulas, percebendo a associação entre esporte, civilização e cidadania, tenham usado campos, pistas e ginásios como espaços onde podiam demonstrar o domínio de códigos culturais europeus, requisito essencial para que fossem reconhecidos como cidadãos.

Em 1929, um jornal de Luanda destacaria, a propósito da fundação da escola de natação do Club Atlético de Luanda, o papel da educação física na formação cívica e moral.

Assim compreende-se a ação de Club desportivo! Ao mesmo tempo que oferece aos seus associados o prazer de se divertirem [...] educa-os desportivamente, proporcionando-lhes cultivarem modalidades que fazendo parte da educação física de um indivíduo, o tornam apto a ser amanhã útil aos seus semelhantes e a si próprio (apud FERREIRA, 2008, p. 99).

Tal papel foi reafirmado na revista *Angolana*, em 1º de maio de 1930, na apresentação da entrevista concedida por João

¹⁵ Há também referências à existência de um Club de Tênis de Luanda no final dos anos 1920 (Ferreira, 2008, p. 100).

¹⁶ *Voz de Angola*, Luanda, 12/04/1908. Assinado sob o pseudônimo de Mefisto.

Anapaz de Lemos, um jovem desportista de 25 anos que era, então, presidente do Club Atlético de Luanda:

Erradamente, as entidades como o Club Atlético de Luanda têm encarado a sua missão; nem mesmo só o football constitui o desporto! É necessário educar sobre todos os pontos de vista, o indivíduo que amanhã ~ no futuro ~ seja uma base sólida da nossa integridade, impondo-se pela educação e pela sua cultura física. Salve, pois, o Club Atlético de Luanda, que merecedor de todos os elogios e credor de toda a nossa consideração, assim está procedendo (Ferreira, 2008, p. 107).

Na entrevista, João Anapaz de Lemos, pertencente a uma importante família crioula de Luanda, menciona os esforços de sua administração para melhorar a sede do clube e oferecer mais atrativos para os sócios, evidenciando, ainda, a preocupação em relacionar esporte e educação.

Contudo, as instalações atuais ainda são deficientes, estando procurando a sua ampliação para balneários, salão de leitura etc... [...] assim, para suprir essas deficiências, já proporcionamos presentemente um grande número de diversões aos nossos consócios, contando em breve – e isto quando conseguirmos a ampliação das nossas instalações – criar salão de bilhar, ping-pong etc., e também uma biblioteca, onde os sócios possam colher ensinamentos técnicos e desportivos, de literatura e científicos, pois que contamos presentemente com uma elite de sócios com elevada cultura. Está também no nosso programa, a realização de conferências educativas e desportivas [...] e possivelmente, a publicação dum “Boletim” que muito contribuirão para uma maior união dos sócios, visando, principalmente, a sua educação moral e desportiva (Ferreira, 2008, p. 107).¹⁷

As palavras acima punham em relevo a presença, no Atlético, “de uma elite de sócios de elevada cultura”, ao lado de outros que, talvez não tão cultos, teriam oportunidade de aprimorar seus conhecimentos na futura biblioteca do clube. Dessa forma, João

¹⁷ Quanto ao projeto de publicação de um Boletim, Anapaz de Lemos seguia o exemplo do Sporting Club de Luanda que, embora não tenha surgido oficialmente como filial do Sporting Club de Portugal, passou a sê-lo em 1922, mesmo ano em que iniciou a publicação de um Boletim.

Anapaz de Lemos valorizava o Atlético através da imagem de civilização de seus sócios, diante, especialmente, dos colonos. Tais afirmações ganham especial importância se considerarmos que uma das mais recorrentes justificativas para a expansão colonial era, precisamente, a civilização das populações africanas.

REGATAS

As primeiras regatas realizadas em Luanda ocorreram no início de 1863, em meio às comemorações do casamento do rei de Portugal, d. Luís I, com dona Maria Pia de Sabóia. Ainda em janeiro daquele ano foram organizadas na baía de Luanda, pela recém-fundada Associação Naval, várias regatas de embarcações a vela e a remos. Em outubro, a mesma baía abrigou um intenso programa de regatas em comemoração ao nascimento do infante Carlos, futuro rei de Portugal. Em finais do século XIX, regatas teriam sido sistematicamente incluídas nos festejos de 15 de agosto, que comemoravam a Restauração Portuguesa, ocorrida em 1648 com a expulsão dos holandeses, que haviam ocupado partes de Angola em 1641 (Ferreira, 2008, p. 27). A realização de regatas nas comemorações cívicas portuguesas reforçava a estreita relação entre esporte e presença colonial.

Já no início do século XX, as regatas de Luanda ficavam a cargo da Seção Luanda do Club Naval de Lisboa, cujo regulamento foi encaminhado para aprovação em 1902.¹⁸ Segundo Eugénia Rodrigues, a fundação, em fins do século XIX, do Club Naval, da Associação Comercial e da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda teve a participação de deportados

¹⁸ Segundo Luís Alberto Ferreira, o Club Naval de Luanda foi fundado em 1883. A mesma informação aparece no sítio eletrónico do clube [www.cnuanda.com]. Acesso em 17/06/2010.

européus republicanos, parte deles exilados após uma revolta na cidade do Porto, ocorrida em 1891 (Rodrigues, 2000, p. 47).

Um jornal de janeiro de 1908, referindo-se à eleição dos corpos gerentes do clube em assembleia geral com mais de 100 associados e 73 votantes, apresentou a listagem dos escolhidos.¹⁹ Confrontando a listagem com anúncios publicados no mesmo jornal, podemos ver que os eleitos daquele ano eram funcionários do Banco Nacional Ultramarino, membros da Comissão Municipal de Luanda, comerciantes, representantes de casas comerciais inglesas e alemãs, membros de outras associações – como a Associação Beneficente dos Empregados do Comércio e da Associação Comercial de Luanda –, funcionários públicos – como Júlio Lobato, Chefe da Seção de Estatística da Secretaria Geral do Governo – ou mesmo industriais, como Ribeiro da Costa, proprietário de um estaleiro naval, oficina de fundição de ferro e bronze, serração de madeira e fabricação de pregos.

Assim, podemos afirmar que o Club Naval era frequentado pelos segmentos mais elevados da sociedade luandense, podendo ser caracterizado com um espaço de sociabilidade típico dos colonos. Entretanto, isso não significa que a presença de membros das elites crioulas tenha sido vetada desde a sua fundação. Ao contrário, podemos supor que os primeiros tempos do clube tenham sido marcados pela convivência entre colonos e crioulos, e que esta tenha se tornado cada vez mais difícil com a intensificação da presença europeia na cidade. A esse respeito, Eugénia Rodrigues afirma que:

Com efeito, nas primeiras décadas do século XX, ainda eram frequentes as relações entre as mais eminentes famílias luandenses e a elite branca da colônia. Alguns apelidos dos participantes nas festas do Grémio Africano parecem apontar nessa direção. Os membros dessa associação, por sua vez, integravam-se nas festas e regatas do Clube Naval, a associação mais elitista

¹⁹ *Voz de Angola*, Luanda, 26/01/1908.

de Angola. Contudo, a partir de meados dos anos 1920 – [...] um período de grande aumento da imigração europeia e de notório crescimento de atitudes racistas –, esse convívio diminuiu e os nativos do Grêmio Africano ficaram cada vez mais isolados. Nessa época, houve aumento das cotas do Clube Naval, com o objetivo de evitar a admissão de “sócios sem os requisitos que os Estatutos prevêem”. Essa medida excluía os muitos colonos pobres recém-chegados a Angola, mas afastava também os nativos, cujos recursos diminuía e que se viam açoitados pelas atitudes racistas dos europeus. No início da década de 1930, já não se encontravam testemunhos da participação de nativos nos eventos sociais deste clube (Rodrigues, 2000, p. 51).

Crescentemente afastadas dos clubes frequentados pelos colonos mais ricos, as elites crioulas buscaram novos espaços onde, reproduzindo em vários aspectos as formas europeias de associação e sociabilidade, poderiam se encontrar, trocar ideias, praticar esportes e, com tudo isso, evidenciar o domínio de códigos culturais dos colonizadores.

DISSIDÊNCIA NO CLUB NAVAL: AS ELITES CRIOULAS NO ESPORTE

Referindo-se à fundação, em 1924, do Club Atlético de Luanda, por iniciativa e com a contribuição das mais importantes famílias crioulas, Luís Alberto Ferreira afirma que ela foi motivada por uma dissidência no Club Naval. Nas palavras do autor:

O Club Naval de Luanda, coletividade preferencial da classe média-alta da sociedade luandense, onde proliferavam oficiais da Marinha portuguesa e outros agentes da Administração colonial, que controlavam as atividades do aristocrático clube, deixando para os angolanos seus associados, a prática desportiva e pouco mais. Em desespero de causa, alguns desportistas do Naval chamavam-lhe ‘Club Bailal de Luanda’ numa jocosa alusão às atividades recreativas da coletividade (Ferreira, 2008, p. 47).

O trecho acima revela que conflitos entre crioulos e colonos no Club Naval estiveram na base da criação do Atlético. Ao

que parece, as atividades recreativas e administrativas eram cada vez mais monopolizadas pelos sócios de origem europeia, reservando-se aos africanos o papel de defender o clube nas poucas competições esportivas. Segundo Ferreira, o fechamento da Liga Angolana pelas autoridades coloniais, em 1922, acirrou os conflitos entre colonos e crioulos no Club Naval, contribuindo decisivamente para a fundação do Club Atlético de Luanda. O Atlético teria abrigado, desde o início, vários intelectuais crioulos oriundos da Liga Angolana, atraindo a animosidade das autoridades coloniais (Ferreira, 2008, p. 47 e 48).

Se no Club Naval a presença de crioulos tendia a se tornar difícil, o Atlético manteria em seus quadros, ao lado das mais ilustres famílias angolenses, indivíduos que, embora nascidos em Portugal, tinham interesses estabelecidos em Angola e defendiam sua autonomia, frequentemente em aliança com as elites nativas. Segundo Ferreira:

Os fundadores do Club Atlético, independentemente das suas ocupações profissionais (majoritariamente funcionários públicos e afetos ao ramo comercial), estavam igualmente ligados às atividades culturais, desportivas e políticas da Colônia, muitos deles, com sólidas provas dadas no meio associativo.

Outros elementos que desde a primeira hora prestaram apoio ao novo clube, tinham no mosaico político de Angola bem definidas as suas opções. Para além de António de Assis Júnior, desde muito cedo “comprometido” com a defesa dos desfavorecidos, denunciando amiúde as constantes injustiças, os “residentes” Armando Campos Palermo e Américo Jansen Verdades foram (por exemplo) subscritores em 1926 do manifesto do Partido Pró-Angola que, dentre outras reivindicações, reclamava de Lisboa uma Constituição política para Angola, um governo local com suficiente autonomia; Isidoro Teixeira, comerciante em Luanda (dono da “Bijou” e representante da Companhia de Seguros Garantia) e desde a primeira hora elemento que sempre apoiou o Club Atlético e que não teve dúvidas em abril de 1931 de aceitar a presidência do novo partido, chamado “Núcleo Liberal de Angola”; a admissão como sócio do Club Atlético de Luanda do jornalista e fundador do jornal *A Província de Angola*, homem de larga influência junto do poder político, Adolfo de Pina, serviu amiudadas vezes para travar os

ímpetus dos adversários sociopolíticos do novo clube, que cedo verificaram que o Club Atlético não fora fundado para abanar a cabeça ao poder político, bem pelo contrário (Ferreira, 2008, p.47).

A passagem acima é inequívoca a respeito da composição do Atlético em seus primeiros tempos: membros das elites nativas que dominavam códigos culturais europeus, que aqui designamos crioulas, e residentes – uma sutileza de linguagem para caracterizar os que, embora europeus, eram distinguidos dos colonos, cada vez mais reconhecidos como adversários dos angolenses.

Inicialmente, os dirigentes do Atlético ficaram instalados na Associação Beneficente dos Empregados do Comércio, que teria apoiado decisivamente o surgimento do novo clube, disponibilizando suas instalações sociais.²⁰ Em 1926, foi alugado um quarto na casa de dona Lulu Costa, da família crioula Pugliese, para abrigar a sede do Atlético (Ferreira, 2008, p. 54). As dificuldades financeiras se manteriam ao longo de sua existência, sendo comum a passagem de equipamentos e uniformes de um para outro atleta, durante as competições esportivas.

Vale ressaltar que elementos das mais conhecidas famílias crioulas estiveram presentes não apenas entre os desportistas do Atlético, mas também na administração do clube, ao contrário do que parece ter ocorrido no Naval. Francisco Ribeiro Castelbranco Júnior, por exemplo, foi eleito vogal dos corpos gerentes do Atlético em julho de 1926. Em 1929, foram escolhidos, entre outros, Antonio Velasco Galiano, João Furtado Antas e João Anapaz de Lemos. No ano seguinte, tal tendência se confirmou. Entre os eleitos para a direção estavam João Anapaz de Lemos (presidente) e Antonio Velasco Galiano (tesoureiro). No conselho técnico, podem ser mencionados João Furtado Antas e Demóstenes de

²⁰ O apoio da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio, que reunia um grande número de europeus, revela que a convivência e a cooperação entre colonos e *crioulos* era possível, embora tendesse a se tornar cada vez mais conflituosa.

Almeida. Também Ênio Castelbranco acabou assumindo o lugar de 2º secretário da Direção, substituindo José Vaz Goada (Ferreira, 2008, p.74, 99, 103).

Sugere-se, assim, que as elites crioulas, crescentemente afastadas dos clubes frequentados pelos colonos mais abastados, fundaram e ocuparam clubes que, seguindo a estrutura organizativa dos seus antecessores, se tornariam espaços privilegiados de sociabilidade e, ao mesmo tempo, oportunidades para o exercício dos mecanismos representativos e de administração nos moldes europeus.

ATLETISMO

As primeiras competições de atletismo, denominadas “Taça Luanda”, foram instituídas em 1915 pela Câmara Municipal, sendo realizadas anualmente como parte das festas do 15 de agosto, que comemoravam a Restauração Portuguesa. Se a introdução do atletismo em Luanda esteve associada à afirmação simbólica da presença portuguesa, já em 1916 um jornal da metrópole mostraria que os desportos atléticos podiam assumir outros significados.

Naquele ano, segundo *O Sport* de Lisboa, perante uma assistência de alguns milhares de espectadores [...] realizou-se [...] nesta cidade [Luanda], no dia 15 de agosto, o segundo Concurso de Desportos Atléticos [...]. Concorreram quatro agremiações – Grupo Nacional de Football, Associação dos Empregados do Comércio, Militar Football Club e Grémio Africano – [...], com um total de 64 concorrentes, que se apresentaram muito bem preparados e disputaram todos os números com muito entusiasmo (apud Ferreira, 2008, p. 32).²¹

²¹ Clubes criados especialmente para a prática do futebol acabaram por dedicar-se, também, ao atletismo.

A participação do Grémio Africano – uma associação composta basicamente por crioulos que se notabilizou pela defesa dos interesses deste segmento diante das ameaças advindas da expansão colonial – no Concurso de Desportos Atléticos de 1916 sugere importantes reflexões sobre os diversos sentidos das práticas esportivas na Luanda naqueles tempos. Embora seja possível sugerir que os esportes tenham sido espaços de sociabilidade típicos dos colonos europeus, que carregavam inclusive a marca da civilização, é inegável que membros das elites crioulas se fizeram presentes em clubes, esportes e campeonatos. A vertente esportiva do Grémio Africano parece indicar que as elites crioulas buscaram se aproximar da cultura e dos modos de vida europeus também através do esporte, em sua estratégia para serem reconhecidos como cidadãos portugueses.

Vale mencionar, a esse respeito, que entre os objetivos da Liga Angolana estava o de “montar, à medida de suas posses, aulas de ginástica para a educação física dos sócios e proporcionar-lhes toda a espécie de recreios e desportos” (Rodrigues, 2003, p. 28). O Grémio Africano, por sua vez, pretendia, entre outros propósitos, criar “aulas de ensino literário e físico” (Ferreira, 2008, p. 27). Já os Estatutos da Liga Nacional Africana, fundada em 1930, incluíram entre os objetivos da associação “montar aulas de ginástica, esgrima e jogos para educação física dos sócios, toda a espécie de divertimentos, recreio e desportos” (apud Ferreira, 2008, p. 115).

Entre 1925 e 1930, ocorreram cerca de dois campeonatos de atletismo por ano, organizados pela Câmara Municipal, por clubes, pela Federação Desportiva de Luanda (1929) ou mesmo pelo jornal *Última Hora* (1930). Nas provas de diversas modalidades, destacaram-se, além de atletas de origem europeia, competidores das mais conhecidas famílias crioulas de Luanda, como Luís Fontes Pereira e Paixão Franco, do Sport Lisboa Luanda, Inocêncio

Van-Dúnem, Cabedo de Lencastre, Francisco Castelbranco, João Anapaz de Lemos e Demóstenes de Almeida, do Club Atlético de Luanda, Romeu Galiano, do Sporting Club de Luanda, e A. Galiano, provavelmente Antonio Velasco Galiano, que atuou no Sporting Club de Luanda e, depois, no Club Atlético de Luanda (Ferreira, 2008, p. 63-65, 78, 80, 87, 91, 97, 116, 118).

Além das diversas competições de atletismo na pista dos Coqueiros, foram realizadas, nos anos 1920, corridas de longa distância seguindo roteiros pré-determinados na cidade. Em julho de 1926, o Club Sportivo Nun'Álvares organizou a "corrida pedestre Volta à Cidade", com uma distância de cerca de 15 mil metros, divididos em três percursos. Em julho de 1927, o mesmo clube promoveu a "II Volta Pedestre a Luanda" (Ferreira, 2008, p. 78, 87).

FINALMENTE, FUTEBOL

O futebol chegou ao continente africano com os funcionários da Companhia (inglesa) do Cabo Submarino, que se instalou em Luanda em 1897. Na mesma época, tripulantes de navios ingleses desembarcavam regularmente no porto trazendo consigo o futebol. No início da década de 1910, dois times se formaram: um com membros da Associação dos Empregados do Comércio e outro com funcionários da Alfândega e da Fazenda e empregados de escritório. Esta última equipe, denominada Grupo Nacional de Football, teria sido durante anos seguidos a campeã local (Ferreira, 2008, p. 30).

O primeiro jogo entre a Associação Beneficente dos Empregados do Comércio e o Grupo Nacional teria ocorrido, segundo Mateus Gonçalves e Carlos Pacavira, em 13 de julho de 1912, com uma assistência "composta majoritariamente por jovens

brancos e mestiços, empregados das lojas de Luanda”, que “vibraram de forma intensa num ritual jamais visto na capital e que suplantava o fervor habitualmente verificado na procissão a Sant’Ana” (Gonçalves & Pacavira, v.1, p. 17).

Aos poucos, os desafios se tornaram comuns. Aos domingos, uma filarmônica de educandos do seminário da cidade alta se encaminhava para a Baixa. Pela música, a cidade sabia que haveria futebol. Logo, outras equipes, como a dos empregados do antigo Caminho de Ferro de Ambaca e a Militar, inclusive comportando segmentos menos favorecidos da população da cidade, foram formadas. Mr. Allen, superintendente do Cabo Submarino, arbitrava os desafios (Ferreira, 2008, p. 30).

Em 1914, numa das salas do Club Naval, foi fundada a Liga de Football de Luanda, visando regulamentar os campeonatos. O jornal português *O Sport* de Lisboa, datado de março de 1915, referiu-se à formação da Liga e à organização do campeonato a ser iniciado em maio do mesmo ano. Mencionou, também, o sucesso do campeonato de 1914, disputado pelos quatro clubes então existentes: Grupo Nacional de Football, Associação Beneficente dos Empregados do Comércio, Grupo de Football do Caminho de Ferro de Ambaca e o Militar Football Club, composto somente por sargentos (Ferreira, 2008, p. 31).

Entretanto, apenas em janeiro de 1924 os principais clubes desportivos da cidade – Club Naval de Luanda, Invicta Club, Sporting Club de Luanda, Sport Lisboa e Luanda, Associação Beneficente dos Empregados do Comércio e Grupo Nacional de Football – teriam nomeado uma comissão para a elaboração dos Estatutos da Liga de Football de Luanda (Ferreira, 2008, p. 57).

A violência em campo marcaria profundamente os jogos e campeonatos de meados dos anos 1920. Os conflitos, aparentemente motivados pela violência de alguns jogadores e a falta de firmeza dos árbitros, acabariam provocando uma dissidência na

Liga de Football de Luanda, com a saída do Ferrovía Atlético Club, do Sport Lisboa e Luanda e do Club Atlético de Luanda, que fundaram, em janeiro de 1925, a Associação de Football de Luanda (Ferreira, 2008, p. 67).

É possível supor que a violência nos jogos, intensamente denunciada na imprensa dos anos 1920 e apresentada como motivo para a dissidência na Liga, tenha incluído algum grau de discriminação racial e social, já que o Ferrovía, o Sport Lisboa e Luanda, o Atlético e o Império, que depois se juntaria a eles, tinham forte presença de atletas negros. O Ferrovía, em particular, era um clube sediado no Bungo, junto à estação dos caminhos de ferro.²² Abrigava, assim, sócios e atletas que, além de serem majoritariamente negros, provavelmente tinham menor poder aquisitivo e, ao contrário dos membros das famílias crioulas que compunham o Atlético, não tinham a seu favor uma história mais longa de proximidade ao poder (Ferreira, 2008, p. 68).

Desta forma, podemos imaginar que o aumento do número de europeus na cidade tenha provocado a tendência de separação entre clubes e equipes de colonos e angolenses. A perpetuação da violência, no entanto, sugere que conflitos de outra ordem também se expressavam nas pancadarias em campo.

A partir de então, os clubes da cidade ficaram divididos em duas associações: Associação de Football de Luanda, com o Club Atlético de Luanda, o Sport Lisboa, o Ferrovía Atlético Club e o Império Football Club; e a Liga de Football de Luanda, com o Sporting Club de Luanda, o Grupo Sportivo Nun'Álvares, a Associação Beneficente dos Empregados do Comércio e o Club Naval. Como as associações organizaram competições separadas, em 1925 a cidade teve dois campeões de futebol: o Atlético e o Sporting (Ferreira, 2008, p. 69).

²² O Código de Posturas de 1930 estabeleceu que a cidade se dividia em três zonas: cidade baixa, cidade alta e, por fim, Ingombotas e Macolusso. A primeira zona tinha o Bungo como área limítrofe. Fora destas três zonas estava a periferia propriamente dita. (Mourão, 2006, p.182).

Em 1926, os dois campeões se enfrentaram pela primeira vez após a dissidência na Liga. Segundo notícia do jornal *Província de Angola*:

O campo do Ferrovia [...] apresentou-se [...] repleto de espectadores. [...] Notamos e lastimamos a maneira como estes grupos entraram em campo: esperávamos, quanto mais não fosse para inglês ver – o tradicional abraço dos capitães e troca de ramos; apenas um apagado Hurrah recebido com aplausos do público. [...] Claque ruidosa de ambos os clubs (Ferreira, 2008, p. 80).

As rivalidades permaneceram acesas. No ano seguinte, João Cabedo de Lencastre, membro de importante família crioula que atuava no Atlético, foi punido, com outros jogadores, por recusar-se a entrar em campo contra as primeiras categorias do Operário Football Club (Ferreira, 2008, p. 84). Podemos lançar a hipótese de que tenham pesado para tal recusa rivalidades entre os membros das famílias nativas melhor situadas social e economicamente, reunidas no Atlético, e elementos dos estratos sociais menos favorecidos, agrupados no Operário. De acordo com um jornal de agosto de 1926, sabemos que entre os jogadores do Operário encontravam-se “criados de servir, contínuos” e outros elementos de condição social semelhante,²³ enquanto o Atlético valorizava a presença de elementos das melhores famílias angolenses, atuantes no comércio e no funcionalismo público, ao lado de residentes igualmente qualificados. Podemos supor, então, que as rivalidades, no campo e fora dele, não opunham apenas nativos e colonos. Se membros das elites crioulas podiam se aliar, nos clubes e equipes, a residentes, podiam confrontar colonos e nativos menos favorecidos. Tais possibilidades são reforçadas pela posição ambígua das elites crioulas durante a expansão europeia, ora aproximando-se dos colonos, ora criticando-os, ora apresentando-se como porta-vozes dos chamados indígenas.

²³ *A Pátria*, Luanda, 06/08/1926. Apud Ferreira, 2008, p. 79.

Tal suposição é reforçada se lembrarmos, de acordo com Eugénia Rodrigues, que também os segmentos crioulos possuíam diferenciações e conflitos. Nas palavras da autora:

A clivagem entre os crioulos angolanos, herdada do século XIX, traduzia diferenças de origem social e de cor, assim reconhecidas e socialmente valorizadas. De um lado, um núcleo que, embora já em declínio, era economicamente mais poderoso e dispunha de um prestígio social enraizado; do outro, famílias que constituíam um estrato mais baixo da elite crioula. Essa divisão se traduzia em conflitos pessoais entre membros dos dois grupos independentemente das relações entre eles, manifestas em acontecimentos sociais como festas e, sobretudo, funerais (Rodrigues, 2000, p. 48).

Com base nessas afirmações podemos supor, ainda, que o futebol em particular, e o esporte em geral, tenham sido mecanismos de criouliização de parte das populações nativas menos favorecidas, contribuindo para que elas ganhassem alguma familiaridade com a língua portuguesa e os códigos culturais europeus. Crioulizados parcial e tardiamente, esses africanos seriam alvo de preconceitos não apenas dos colonos, mas também das famílias crioulas mais antigas.

Em 20 de abril de 1926 o jornal *A Pátria* mencionou várias reuniões dos clubes de Luanda, na tentativa de unificar as duas associações, que viviam em constante conflito.²⁴ A dissolução de ambas acabou dando lugar, naquele mesmo ano, à fundação da Federação Desportiva de Luanda. Os clubes da cidade registraram na Federação cerca de 400 atletas de futebol. O Império Football Club não se inscreveu, e seus jogadores se transferiram para o Operário Football Club (Ferreira, 2008, p. 79).

A fundação da Federação Desportiva de Luanda não seria suficiente para atender a todas as expectativas dos atletas e dirigentes, que reclamavam a fundação de uma Federação que organizasse os campeonatos em toda a Colônia. Em entrevista

²⁴ *A Pátria*, Luanda, 20/4/1926. Apud Ferreira, 2008, p.77-78.

datada de 1930, João Anapaz de Lemos, dirigente do Atlético, afirmou que a Federação:

Como está presentemente organizada, é insuficiente e está longe de preencher os fins para que foi criada! O football, por exemplo, não deve ser regido por aquele organismo. [...] Todos nós sabemos, as vantagens que adviriam de existir em Luanda, uma Associação que se pudesse filiar na Federação Portuguesa de Foot-Ball e conseqüentemente, na FIFA. [...] Isto porém, só poderia conseguir-se com um forte apoio moral e material do Governo, que é como quem diz: sonhos... de largo alcance!²⁵

As suas aspirações não eram modestas, já que ele pretendia que as equipas angolanas, associadas, se filiassem à Federação Portuguesa, único caminho possível, em função da situação colonial, para o seu reconhecimento pela FIFA. As palavras do dirigente do Atlético metaforizavam, em parte, os anseios das elites crioulas naquele contexto: o respeito à sua dignidade e a equiparação de direitos em relação aos colonos, ainda nos limites traçados pelo colonialismo.

Ainda em 1930, foram iniciados os debates para a elaboração dos estatutos da futura Federação Desportiva de Angola, que uniria as associações desportivas distritais a serem criadas nas capitais de distrito com dois ou mais clubes (Ferreira, 2008, p. 113). A violência em campo, no entanto, continuava, provocando discussões na imprensa até pelo menos o final da década de 1920. Referindo-se a uma partida entre o Ferrovía e o Atlético em 1928, o jornal *A Província de Angola* mencionou:

um princípio de desordem, provocada por um jogador do Ferrovía que, sem respeito para com o público nem para com a autoridade, portando-se incorretamente, em altos gritos, apodando o árbitro de incompetente, reclamava da não validade de um goal que o forward centro tinha metido ao Atlético. Segundo nos informaram, o jogador em questão está castigado. Se está castigado porque jogou? De quem é a culpa? [...] Os desafios do domingo passado vêm confirmar o que aqui

²⁵ *Angolana*, 01/05/1930. Apud Ferreira, 2008, p. 108.

temos dito: que o football deve ser proibido. Quando os desportistas são desta natureza, o que se deve fazer? Cortar o mal pela raiz. A Federação de mãos dadas com a Câmara deve mandar arranjar quanto antes o campo dos Coqueiros e disputar ali o seu campeonato. Não é com estas constantes desordens que o stadium do Ferrovias se classifica de campo desportivo. Antes pelo contrário (Apud Ferreira, 2008, p. 92).

Se o jornalista defende, primeiramente, a proibição dos jogos de futebol, logo em seguida deixa escapar que os principais alvos da sua preocupação eram as partidas realizadas no Bungo, onde provavelmente vivia uma população de menor poder aquisitivo. Numa clara manifestação de preconceito, o jornalista parece acreditar que a simples reforma do Campo dos Coqueiros, na parte mais central da Baixa de Luanda, seria capaz de disciplinar o futebol da cidade.

Demonstrando que africanos – inclusive os que não faziam parte das elites crioulas – insistiam em se fazer presentes no universo esportivo, em um momento em que as distinções entre nativos e colonos se acentuavam, o jornal *A Pátria* afirmou, em 1926:

Lamentamos e fazemos notar à FDL [Federação Desportiva de Luanda] o fato de o Operário Football Club ter apresentado jogadores em campo que, pelas suas profissões – criados de servir, contínuos etc., ao que nos informam – não elevam muito os créditos do Club que representam e, ainda menos, o Desporto em Angola. O 4º team, então, era na sua quase totalidade formado pelos indígenas a que atrás nos referimos, e, então, com o agravante de mal equipados. Não é bonito, nem educativo, moral ou fisicamente [...].²⁶

E, dias depois, voltando à carga:

Não é moral, por mais amplo que consideremos o campo da educação física, que se façam alinhar ao lado de homens com posições bem marcadas, outros que há dois dias os serviram, aos quais costumamos pagar o chamado imposto indígena, e a quem quantas vezes vamos retirar da polícia, por pequenos

²⁶ *A Pátria*, Luanda, 06/08/1926. Apud Ferreira, 2008, p. 79.

delitos! Não está certo assim, e pode ainda o caso acarretar consequências graves, que se podem evitar, excluindo do a quem doer, tais elementos que, repetimos, não honram o clube em que se inscreveram, nem a federação que tal permitiu.²⁷

As passagens acima revelam que africanos buscavam participar de atividades esportivas, e que isso podia gerar duras críticas entre colonos e grandes discórdias entre os segmentos crioulos. Tais conflitos tendiam a se acentuar com a intensificação da presença portuguesa. Como símbolo da suposta superioridade cultural europeia ou como espaço de afirmação da dignidade dos angolenses, o esporte assumiu diferentes significados. Desafios políticos também foram travados nas competições esportivas de Luanda durante a expansão colonial.

²⁷ *A Pátria*, Luanda, 10/08/1926. Apud Ferreira, 2008, p. 35.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDER, Gerald. *Angola sob domínio português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- CRUZ E SILVA, Rosa, APARÍCIO, Alexandra e GAMBOA, Fernando. *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica: a imprensa escrita de Angola do século XIX*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1993.
- DIAS, Jill. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.1, jan.-jun.1984, pp. 62-63.
- FERREIRA, Eugénio. *Feiras e presídios: esboço de uma interpretação materialista da colonização de Angola*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- FERREIRA, Luís Alberto. *História do Club Atlético de Luanda. Primeiro volume – 1924-1953. Subsídios para a história do desporto angolano*. Luanda: Edição do Club Atlético de Luanda e Saudade, 2008.
- FREUDENTAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola (1850-1880)*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.
- GONÇALVES, Mateus e PACAVIRA, Carlos. *Trumunu. Trinta anos de futebol em Angola*. Luanda: Edições Trumunu, v.1.
- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola. Subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- LOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- NASCIMENTO, Augusto. *Poderes e quotidiano nas roças de São Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense, 2002.
- NETO, Maria da Conceição. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX". In: *Lusotopie*, Bordeaux, 1997, pp. 327-359.
- PEPETELA. "Breve resenha sobre o crescimento de Luanda". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.32, dez.1997, pp. 241.
- _____. *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1990.
- RODRIGUES, Eugénia. *A geração silenciada. A Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003.
- _____. "As associações de nativos em Angola: o lazer militante em prol dos angolanos". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.37, jul. 2000, pp. 45-68.
- SOUSA TAVARES, Miguel. *Equador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

- TORRES, Adelino. *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O Estatuto do Indigenato. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006.

Jogando no campo do inimigo:
futebol e luta política em Angola

Marcelo Bittencourt

INTRODUÇÃO

Em julho de 1954, o *Jornal de Angola*, uma publicação da Associação dos Naturais de Angola (Anangola) noticiava da seguinte maneira a venda de ingressos para o campeonato da segunda divisão de futebol de Luanda:¹

Os preços de entrada para o Campeonato de Futebol de Luanda da II Divisão são os seguintes: Senhas de camarote 15\$00, Bancada 7\$50, Bancada para senhora 5\$00, Militares não graduados (entrada para bancada) 5\$00, Peão Central 5\$00 e Peão Lateral (Indígenas) 3\$00 (*Jornal de Angola*, em 31 de julho de 1954, p. 10).

Indígenas? Militares não graduados? Luanda tinha um campeonato de futebol? E uma segunda divisão? Para além destas perguntas mais imediatas, ainda que pertinentes, o anúncio da venda de ingressos em Luanda permite uma aproximação a

¹ Para a elaboração desse texto, consultei sobretudo o *Jornal de Angola*, de periodicidade mensal e depois quinzenal. A publicação do jornal se inicia em 1953 e o último número que tive conhecimento data de setembro de 1965. Consultei ainda alguns números de dois jornais diários: *Diário de Luanda* e *A Província de Angola*. A Anangola era uma associação cultural e de assistência dos naturais de Angola, que tem sido analisada pela historiografia como arregimentando, sobretudo, mestiços, mas alcançando também negros e brancos, em certa contraposição à Liga Nacional Africana, uma outra associação cultural dessa época, que contaria com a participação mais intensa dos negros angolanos.

discussões muito próprias do cotidiano colonial de Angola nos anos 1950. Questões de ordem racial, sobre o nacionalismo angolano, o estado colonial e os casos de repressão aos clubes e associações culturais são temas que surgem como desdobramento de uma análise mais detida sobre o futebol em Angola nos anos de 1950 e 1960.

O objetivo desse texto é refletir até que ponto o estudo do esporte em Angola, em especial do futebol, em Luanda entre os anos de 1950 e o início dos anos 1960, pode nos auxiliar na observação de outras formas de relacionamento entre colonizadores e colonizados, que uma história política mais preocupada em olhar para as lutas explicitamente anticoloniais tem dificuldade em enxergar.

A QUESTÃO RACIAL OU SUA INVISÍVEL PRESENÇA

Voltando ao anúncio da venda de ingressos, chama a atenção o fato de que, sem que se mencionasse a “cor” da plateia, as divisões de ordem racial estavam evidentes. De fato, os preços e as posições na plateia não definiam a “cor” das pessoas, mas indicavam os seus lugares de forma bastante direta.

O primeiro obstáculo à presença na plateia dos campos de futebol de mestiços e, sobretudo, negros, era evidentemente de ordem econômica. Ao ter em conta que o salário médio dos africanos não assimilados, os chamados indígenas,² girava em torno de 25 a 30 escudos angolanos,³ que o soldo dos soldados

² O Estatuto político, civil e criminal instituído pelo Estado português a fim de dar conta dos nativos, inicialmente das colônias de Angola e Moçambique, posteriormente alargado para Guiné Bissau, definia como indígenas os nativos africanos não brancos que não dominassem “códigos culturais europeus”. Decreto 12.533, de 23 de outubro de 1926, publicado no Diário do Governo n. 23, 23-10-26, p. 903.

³ Ao contrário das demais colônias portuguesas na África, Angola contava com um banco próprio, o Banco de Angola, criado em 1926. Com a criação do banco, Angola passou a ser a única colônia a possuir emissão e moeda própria, o Angolar,

indígenas era de 35 escudos angolanos e que o valor do ingresso variava entre 3 e 15 escudos angolanos, para um jogo da segunda divisão, é fácil perceber que poucos conseguiam assistir a tais partidas.⁴ Mas ainda assim, os registros fotográficos existentes nos jornais do período demonstram que essa participação existia.

Por outro lado, tanto no caso dos militares não graduados quanto no dos indígenas não se menciona a “cor” dos frequentadores, mas é preciso ter em consideração que boa parte dos militares não graduados,⁵ aos quais se “permitia” o acesso às bancadas, eram negros, e que os indígenas, restritos a uma faixa lateral em volta do campo, sem direito a acento, eram, senão todos, ao menos na sua esmagadora maioria negros.

Adotando a ideologia e o discurso colonial reinantes à época, já que nem sempre fora assim, o anúncio da venda de ingressos não faz referências à “cor”, nem mesmo em se tratando de um jornal de uma associação de naturais de Angola. Ainda assim, é possível afirmar que ela, a “cor”, continua presente, diferenciando e hierarquizando a sociedade colonial e, como não poderia deixar de ser, também o esporte.

instituído oficialmente a partir de 1928. Em 1953, a Lei Orgânica do Ultramar estabeleceu o escudo como unidade monetária para todas as Províncias Ultramarinas, mas no caso angolano a emissão local foi mantida. As demais colônias usavam o escudo emitido pelo Banco Nacional Ultramarino (Sousa, s/d, p. 103-111, 135).

⁴ Muitas das opções de lazer eram de difícil acesso para a população angolana. Outro bom exemplo para dar conta dessa afirmação era o preço do ingresso para o Cine-Teatro Nacional: 15\$00, também em 1954.

⁵ O recrutamento realizado pelo exército português até 1958 contava com os indígenas para o preenchimento das vagas de soldado, enquanto os oficiais eram de origem metropolitana. Essa tendência de recrutamento local, com o início da luta de libertação, em 1961, seria ampliada para os postos de oficiais. Contaria para tanto a queda no recrutamento de soldados metropolitanos. Em Angola, no fim da guerra colonial, de um total de aproximadamente 66 mil soldados nas forças regulares do Exército, 28 mil eram angolanos. Se a esses números somarmos as tropas de apoio compostas por africanos o total de africanos alistados poderia chegar a 50 mil (Bittencourt, 2008, v. 2, p. 110).

Os militares, ainda que negros e mesmo indígenas, eram alçados a uma outra condição, reconhecidamente mais elevada socialmente, podendo se sentar com os brancos e assimilados.⁶ Curiosamente, seu alistamento militar se traduzia numa “ascensão civilizacional”. Sua postura em “defesa da pátria” possibilitava uma diferenciação automática dos demais angolanos não assimilados.

Evidentemente, em relação aos indígenas o seu estatuto civil por si só já os definia como “não civilizados”. O mais importante, no entanto, é que o termo indígena encobre, escamoteia discursivamente a “cor”, que só está presente no decreto que cria a categoria jurídica do indígena uma única vez, no artigo terceiro, quando a “raça” alvo da legislação é explicitada: “são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”⁷.

Não só os espaços dos espectadores e torcedores eram definidos racialmente, mas também os clubes, embora seus estatutos não admitissem o uso dessas barreiras de “cor”. Sobre esse ponto, vale lembrar uma designação utilizada por depoentes em entrevistas por mim realizadas nos anos 1990⁸ e que tentava dar conta de determinada característica dos clubes: “clube dos brancos”. Nessa categoria estariam o Sport Luanda e Benfica, o Futebol Clube de Luanda e o Sporting Clube de Luanda, espécies de filiais dos respectivos clubes metropolitanos, Benfica, Porto e Sporting,

⁶ Era a designação dada ao africano que conseguia alcançar a categoria de “civilizado”. Essa condição era acessível por meio de um exame realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de “civilidade” dos candidatos mestiços e negros, já que os brancos não precisavam passar por tal processo, sendo considerados, a priori, “civilizados”. Levava-se em consideração, entre outras coisas, o seu domínio da língua portuguesa, sua condição econômica, sua moradia e seus hábitos cotidianos (Bittencourt, 2008, v. 1, p. 47).

⁷ Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique. Decreto 12.533, de 23 de outubro de 1926, publicado no Diário do Governo n. 23, 23-10-26, p. 903.

⁸ Adriano dos Santos, Luanda, 13/9/1997 e José Gonçalves, Rio de Janeiro, 2/7/1996.

ainda que eventualmente atletas mestiços, moças e rapazes de importantes famílias luandenses, frequentassem tais clubes e mesmo os times. Estes clubes não admitiriam jogadores negros em seu plantel até meados dos anos 1950. E mesmo jogadores de futebol mestiços só seriam aceitos nos fins da década de 1940. Curiosamente, na metrópole os clubes de futebol já aceitavam jogadores mestiços e negros desde os anos 1940.⁹

Por sua vez, o Clube Ferroviário de Angola, também conhecido como clube do Bungo, nome dado a um subúrbio de Luanda, seria apelidado pejorativamente de “clube dos contratados”, numa explícita associação aos negros, que eram os que preenchiam a condição de contratados¹⁰, apesar de ter entre seus atletas alguns brancos pobres. Da mesma forma, o Clube Atlético de Luanda, fundado em 1924, e que mais tarde, nos anos 1960, seria conhecido como o “clube dos terroristas”, pelo fato de por ele terem passado alguns dos futuros dirigentes da luta anticolonial, nos anos 1950 era conhecido como o “clube dos mulatos”.

No entanto, o que interessa aqui destacar é que os clubes, ainda que fossem racialmente pensados e concebidos, não apareciam dessa forma na imprensa. Vale referir que ainda hoje muitos clubes do período colonial são lembrados, como deixam transparecer algumas entrevistas, a partir de designações raciais. O que intriga na leitura dos periódicos, em especial o *Jornal de Angola*, é a ausência de referências às designações negro, mestiço

⁹ Vale destacar que mesmo esses “clubes de brancos”, nos anos 1920, apresentavam times de futebol com negros e mestiços, o que sugere que a intensificação das barreiras raciais está associada ao crescimento da população branca, ou seja, à migração mais intensa de colonos nos anos 1920 e 1930.

¹⁰ O “trabalho contratado” ou simplesmente “contrato” era o mecanismo pelo qual o “indígena” poderia adquirir moeda para arcar com o pagamento do imposto obrigatório. A fuga a esse esquema facultava às forças da ordem colonial o direito de deter os indivíduos não vinculados a um posto de trabalho e consequentemente incapazes de pagar o imposto, enviando-os, de acordo com as prioridades das autoridades coloniais, para o serviço obrigatório (Bittencourt, 2008, V. 1, p. 48).

e branco para apresentar os jogadores, dirigentes e também torcedores.

Dessa forma, como podemos afirmar que negros, mestiços e brancos estão no mesmo espaço? Foram as fotos e os raros anúncios de venda de ingressos que permitiram ver que brancos, mestiços e negros estavam no mesmo ambiente e campo de jogo, ainda que em posições bem definidas.

O passo seguinte foi procurar as matérias sobre os jogadores que mais se destacavam e sobre aqueles que se transferiram para jogar em clubes da metrópole. Talvez aí, nos casos de maior sucesso, fosse mais fácil encontrar referências se o atleta em questão era mestiço, negro ou branco. Mais uma vez é a ausência que se impõe, ao menos no texto, já que as fotos são uma presença constante.

Um bom exemplo é o caso do Fernando Mendonça, jogador nascido em Luanda, "mestiço", que se transferiu para o Sporting de Lisboa, recebendo tal negociação grande destaque na imprensa luandense. Ainda assim, no *Jornal de Angola*, não há menção a sua "cor". Por outro lado, a transferência de jogadores brancos passaria despercebida no jornal, não fosse a publicação dos informes da Associação de Futebol de Luanda que apresentam a lista de todos os jogadores que assinam contratos com os clubes metropolitanos. O que é ainda mais interessante quando se percebe que essas transferências vão aumentando ao longo dos anos 1950.

No caso do próprio Mendonça há um outro episódio que chama a atenção. Ele seria proibido de jogar na África do Sul, quando da excursão do Sporting, em 1954, pelo país do *apartheid*. O *Jornal de Angola* iria criticar a direção do clube, mas continuaria não apresentando-o racialmente, apenas informando que os sul-africanos o proibiram de jogar por não ser branco.

Os exemplos se sucedem. Assim também seria em relação ao sempre citado Demóstenes de Almeida, famoso atleta dos anos 1920 e 1930 que, nos anos 1940, 1950 e 1960, se destacaria como treinador e dirigente, sem nunca ser apresentado como negro.

É importante mencionar que os jornais angolanos só começariam a passar pelo crivo da censura prévia em 1957. Mais ainda, tendo em conta os trabalhos existentes sobre a imprensa no período salazarista, não parece ter sido essa uma diretiva do governo colonial. Isso demonstra que a “negação da cor” não era uma imposição das autoridades coloniais aos periódicos editados em Angola, de modo a reforçar a ideia de inexistência de discriminação racial nos domínios portugueses, como atestam algumas entrevistas dessas autoridades recheadas de “classificações raciais”:

Saindo do campo do esporte e olhando as outras colunas dos jornais foi possível perceber que essa omissão da “cor” era uma constante. Os jovens que partiam para a metrópole para cursar o ensino universitário ou os bachareis que de lá chegavam nunca eram identificados como negros, mestiços ou brancos, mas havia uma valorização dos jovens negros e mestiços explicitada *unicamente pelas fotos*.

E porque isso chama a atenção? Porque em paralelo a essa postura de não definir ou apresentar os indivíduos segundo os padrões “raciais” existentes e corriqueiros na vida colonial, se constrói uma luta reivindicativa crítica a alguns aspectos do colonialismo, mas pautada no discurso colonial de que no território português não há “discriminações raciais” e “preconceitos de pigmentação”.

Numa perspectiva mais panorâmica é preciso lembrar também que Portugal, a partir dos anos 1950, percebendo o cenário político internacional e a chegada do vento das descolonizações, passa a defender que não tem colônias na África, mas sim

Províncias Ultramarinas, alterando tal nomenclatura em sua legislação. Recuperando Gilberto Freyre, os ideólogos do regime insistem no caráter particular do português e de sua colonização. Associando a ideia de uma presença de mais de 500 anos com a de um colonialismo mais humano, miscigenado, o Estado colonial português enfatiza o discurso de que não há discriminações raciais em seu território, ainda que houvesse um estatuto de cidadania diferenciado para assimilados e indígenas.

É assim, baseados no discurso colonial de ausência de discriminação, que alguns jornalistas e dirigentes de clubes questionam o descaso que a Federação Portuguesa de Futebol relega ao futebol angolano ou criticam a falta de intercâmbio com os clubes metropolitanos.¹¹ É o caso, por exemplo, do texto de António do Couto Cabral Junior, publicado em 30 de junho de 1954 no *Jornal de Angola*, que critica os debates sobre a reorganização do “Desporto Português” que estavam sendo travados na metrópole, pois continuavam a não levar em consideração o esporte nas províncias ultramarinas. Couto Cabral era também dirigente do Clube Atlético de Luanda, o que demonstra como alguns nomes circulam entre o esporte, o jornalismo e as associações culturais, já que o *Jornal de Angola* era um órgão da Anangola. Seu texto destaca que a mudança do termo “colônias” para “províncias portuguesas do ultramar” parecia ser falso, pois “o certo é que em matéria desportiva continuamos a ter leis separadas, das quais só a metrópole tira benefícios, sem qualquer lucro para os clubes de

¹¹ Antes dos anos 1960 eram raros os contatos desportivos entre clubes metropolitanos e das colônias. Contribuía para isso o tempo de deslocamento marítimo, somando mais de um mês entre Lisboa e Luanda. Esta dificuldade só seria ultrapassada com a expansão dos voos entre Lisboa e Luanda. Outro fator era a reclamação por parte dos jogadores metropolitanos por atuarem em campos de terra em Angola. Sobre esse ponto caberia ainda mencionar que alguns desses encontros foram marcados por brigas entre os times metropolitanos e os de Angola, como acontecera com a Acadêmica, em 1938, o Benfica, em 1949, e a CUF de Lisboa, em 1954. Essa última equipe havia vencido a 2ª divisão metropolitana e em viagem a Angola enfrentou um selecionado luandense, sendo derrotado por 6 a 1. Inconformados com a derrota, os jogadores da CUF partiram para a agressão.

Angola e Moçambique". Afirmando que "aqui também é Portugal", aproveita para reclamar que apesar do descaso com os clubes das províncias de ultramar acontece um êxodo de jogadores angolanos para atuarem nos times da 1ª e 2ª divisão da metrópole.

O tom dessas críticas é sempre no sentido de reforçar "que somos todos portugueses" e que, por isso, não poderia haver diferenciações entre os atletas. Eram recorrentes, por exemplo, as críticas quanto ao fato de Luanda ter apenas um estádio, o dos Coqueiros, construído em 1947,¹² sendo que este só seria gramado em 1964. Mais interessante ainda é que, como o esporte era associado à educação escolar, um segundo passo das reivindicações será a demanda por mais escolas para todos os angolanos, vinculando tal ação à noção de "civilização".

Evidentemente, essas críticas no campo futebolístico também irão surgir em outras esferas da vida colonial. Sempre adotando o discurso colonial de que não há diferenciações de ordem racial em Portugal que causem discriminações e privilégios, esses angolanos, jogando dentro do campo da legalidade, irão pleitear conquistas no terreno jurídico que atacavam os privilégios coloniais.

Sobre isso é importante ter em conta a ausência de um espaço político formal, como os partidos, por exemplo, que fez com que determinados espaços associativos, como os clubes esportivos, assumissem uma conotação política, se transformassem em espaços de discussão política, mas não necessariamente anticolonial. Seria o caso, portanto, de buscarmos diferenciar ou pelo menos alargar a nossa percepção do político e não pensá-lo apenas pela postura anticolonial.

Para fechar esse item da não exaltação da "cor" e da existência de discriminações raciais, vale referir o caso da licença graciosa no Banco de Angola. Essa licença, que poderia variar de 6

¹² Ainda que se tenha registro de partidas de futebol naquele local desde 1912.

a 8 meses, dada a cada 3 ou 5 anos, era concedida por lei aos nascidos no continente ou ilhas adjacentes, filhos de pais europeus, que servissem nas dependências africanas, em diferentes órgãos do governo colonial. O estatuto do banco, no entanto, previa ainda que os nascidos nas colônias, filhos de pai e mãe europeus, seriam considerados para esse efeito, nascidos na metrópole. Ou seja, o que está por traz desse privilégio colonial é uma questão racial.

A estratégia de alguns jornais angolanos e não só o *Jornal de Angola* ou alguns jornalistas seria lutar não pelo fim da licença, mas sim pela sua expansão para todos os portugueses, incluindo evidentemente os negros e mestiços angolanos. Ou seja, para esses angolanos está evidente que a leitura do problema é racial, afinal, ainda que o estatuto do banco não fale em "cor" e sim em naturalidades, o que se está discutindo é o privilégio dos brancos, mas seu argumento será a "ausência de discriminação" por parte do governo português.

Merece destaque, portanto, a "coerência" dessa estratégia. Como os articulistas do jornal se valem do discurso colonial da igualdade entre os portugueses para reivindicarem conquistas, que em última análise atacavam os privilégios coloniais, não podiam se deixar trair, abrindo mão de ressaltar se os angolanos a serem beneficiados eram negros ou não. Através da apresentação dessa estratégia de luta fica mais fácil entender o porquê da não explicitação das categorias "raciais" que marcavam o cotidiano da vida colonial.

FUTEBOL E NACIONALISMO

Como o anúncio da venda de ingressos apresentado no início desse texto informa, Angola tinha uma segunda divisão de futebol. Esta era composta em 1954 por 8 clubes: Grupo Desportivo

Os Malhões (que nesse mesmo ano muda de nome para Império Futebol Clube), Futebol Clube Vila Clotilde, Atlético Sport Aviação, Grupo Desportivo Vasco da Gama, Desportivo União de S. Paulo, Clube Sport Marítimo de Luanda, São Paulo Futebol Clube e C.F. Os Luandenses. Nesse mesmo ano, na primeira divisão estavam o Futebol Clube de Luanda, o Sport Luanda e Benfica, o Sporting Clube de Luanda, o Clube Ferroviário de Angola e o Clube Atlético de Luanda.

Alguns desses clubes apresentavam clivagens raciais mais acentuadas, em especial os “clubes da baixa” ou “clubes dos brancos”, como apresentado anteriormente. Ainda assim, os anos 1950 consistiram num cenário de grande mutação, e logo passariam a figurar nos times “de brancos” jogadores mestiços e negros. Para além disso, disputavam a mesma divisão clubes como o Sport Luanda e Benfica, Clube Atlético de Luanda e Clube Ferroviário de Angola, que pelo que foi afirmado, nos permite concluir que atuavam nos mesmos campos jogadores negros, mestiços e brancos.

Essa constatação é relevante porque põe em causa uma imagem, que podemos chamar de congelada, que posiciona brancos de um lado e negros de outro no cotidiano da vida colonial. É fácil cair no equívoco de que tais vivências se davam de forma isolada, a não ser no tocante à imposição do trabalho aos negros pelos brancos. Uma percepção como essa desconsidera a existência de brancos pobres, que viviam nos mesmos bairros que os negros “indígenas”, ou ainda a presença de um razoável número de mestiços, que por si só tende a desarrumar essa perspectiva estática.

O colonialismo é mais complicado que isso. A condição de colonizador e de colonizado é vivida desde a infância. Há um aprendizado racial que é difícil de ser superado. O racismo é o mecanismo delimitador dessa condição. Em algumas entrevistas que realizei em Angola e Moçambique nos anos 1990, com

homens de mais de 55 anos que vivenciaram o período colonial, uma surpresa trazida pelos relatos foi que muitos deles lembravam como grande marca da colonização a obrigatoriedade de dizerem “Bom dia, senhor” ou “Bom dia, patrão” para os meninos brancos.

Evidentemente há inúmeros casos de militantes brancos da causa independentista nesses países que demonstram a possibilidade de enfrentamento dessa situação. A “cor” dos indivíduos não necessariamente os ligava a um destino ou a um papel definido previamente de forma insuperável.

Entretanto, o que interessa frisar nesse momento é que o cotidiano colonial angolano dos anos 1950 permite a vivência de negros, mestiços e brancos em determinados espaços, que não apenas o do trabalho. O que não se traduz num abrandamento do racismo, muito pelo contrário, as categorias “raciais” saem fortalecidas como mecanismo de demarcação social, ainda mais quando se trata de ambientes em que a estratificação econômica não se conjuga à racial. Nesse sentido, é possível especular sobre os motivos de algumas brigas ocorridas nos campos de futebol e frequentemente retratadas nos jornais como contrárias à “civilização”, ou ainda sobre o apoio dado pela torcida luandense aos clubes de fora de Luanda, quando as disputas envolviam o Atlético, o “clube dos mulatos” e o Ferroviário, o “clube dos contratados”, como podemos observar em matéria do *Jornal de Angola* sobre o campeão angolano de 1958, o Sports Club Catumbela:

No jogo com o Catumbela, o representante desta cidade – o Ferroviário – teve todo o público contra si, exceção feita à sua falange, evidentemente. Porque será que o público se comporta assim? Não, não podemos aceitar como bom estas provas de pouca simpatia que vêm sendo dadas pelo público de Luanda, que tinha o dever moral de incitar as equipas da capital, sempre que estas jogassem com clubes de outras cidades (*Jornal de Angola*, 31 de janeiro de 1959, p. 7).

Por outro lado, em paralelo à convivência entre brancos, negros e mestiços no esporte é preciso destacar a presença de críticos ao colonialismo nos clubes. Relacionando a leitura dos jornais com determinadas entrevistas, percebemos que alguns atletas e dirigentes esportivos eram nomes ligados ao nacionalismo angolano. Isso não é uma novidade. O que pode ser considerado uma surpresa é a intensidade, o número de indivíduos com essa trajetória de proximidade entre luta política e esporte. Mais surpreendente ainda é o quanto essa presença de nomes de destaque da luta anticolonial angolana frequentaram as páginas desportivas até muito tarde, ou seja, mesmo após o início da luta armada em fevereiro de 1961.

É dessa permanência de nomes do nacionalismo no esporte e no jornalismo até muito tarde que se pode perceber a fragilidade da ideia de fronteira, dividindo os que optaram por uma esfera legal de atuação crítica ao colonialismo e os que optaram pela clandestinidade ou abraçaram a luta armada.

Os angolanos que enveredaram pela clandestinidade rapidamente saíram ou tentaram sair de Angola e foram se juntar aos movimentos de libertação que estavam no exterior da colônia. No entanto, muitos de seus aliados políticos e amigos permaneceram em Angola e mantiveram uma atuação, evidentemente ainda mais limitada, mas acenando com alguma forma de reivindicação crítica a aspectos do colonialismo.

Numa determinada face interna da luta anticolonial, e, com maior precisão, em Luanda, talvez fosse mais interessante pensar na ideia de mancha para dar conta dos angolanos que pleiteavam o fim do colonialismo. As áreas de atuação desses homens, quase sempre muito jovens, eram as mesmas: o jornalismo, o esporte, a música e as associações. Muitos dos nomes presentes nesses diferentes ambientes também eram os mesmos. Indivíduos que escreviam nos jornais defendendo melhorias na colonização,

que eram dirigentes esportivos com aprovação do governo colonial, mas que ao mesmo tempo elaboravam panfletos independentistas e ajudavam no estabelecimento de contatos entre jovens da colônia e a guerrilha.

Só assim podemos entender que homens como Costa Andrade, Antonio Jacinto, Luandino Vieira, Henrique Abranches e Arnaldo Santos atuassem na imprensa angolana, mesmo após o início da luta armada. Ou ainda que Daniel Chipenda, Helder Neto e João Vieira Lopes aparecessem como atletas ou dirigentes. Homens que ainda no início dos anos 1960 ingressariam na guerrilha do MPLA, seriam presos por mais de 10 anos ou manteriam uma postura reivindicativa nos marcos da legalidade, mas sobre os quais nunca pairou dúvida quanto ao seu compromisso com o ideal de independência.

Evidentemente, é fundamental termos em conta a heterogeneidade de gerações, horizontes políticos, grupos raciais e expectativas de classe que essas organizações angolanas, ou melhor, luandenses, comportavam. As associações culturais, os clubes esportivos e os jornais em questão absorviam e recrutavam *angolanos com diferentes ambições e posicionamentos*. Talvez tenha sido exatamente por conterem essas diferenças que tais espaços conseguiram jogar o jogo da legalidade, quer dizer, que conseguiram manter algumas reivindicações, num ambiente tão hostil. Do contrário, seria difícil entender o porquê do consentimento da sua simples existência pelas autoridades coloniais. O governo colonial certamente tinha muitos aliados nessas organizações, mas também muitos inimigos.

Um exemplo ainda mais evidente de como essa movimentação política contestatória alcançava os clubes esportivos é o caso do Botafogo. O nome da agremiação angolana era devido ao clube brasileiro, e sua concentração na área esportiva estava limitada quase integralmente ao futebol. Era um "clube de

musseque” que chegou a disputar jogos com os “clubes dos brancos”. Na direção estavam Manuel dos Santos, Antônio Contreiras da Costa, Aristides Van-Dúnem, Lopo do Nascimento, Armando Correia de Azevedo, Vítor Hugo, Adriano dos Santos, entre outros. Comportava, como nos casos referidos acima, nomes ligados ao nacionalismo angolano.

Sua localização no bairro indígena de Luanda, que reunia uma razoável quantidade de indivíduos oriundos de localidades mais do interior, como Catete, Golungo Alto e Malange, permitia o cruzamento de gerações e regiões. É assim que o Botafogo vai se transformando em um local de encontro, de discussão política e até mesmo, para alguns de seus adeptos, em local de conscientização política e trabalho clandestino.

O clube tinha um serviço de assistência gratuita para consultas médicas, dadas pela doutora Julieta Granda, que seria presa no famoso Processo dos 50, ocorrido em 1959.¹³ Tinha também um serviço de alfabetização e um departamento cultural que publicava um jornal chamado *Balumuquene* (segundo Adriano dos Santos, esse título em kimbundu poderia ser traduzido como “Levantem-se”).¹⁴

Em 1961, o Botafogo seria fechado pela Pide, sob o argumento de que seus dirigentes atuavam em organizações clandestinas (Bittencourt, 2008, p. 288 e 289). Alguns desses homens conseguiram sair de Luanda quando do início da repressão em 1959. Este seria o caso de Adriano dos Santos, que partiria para N’dalando, que à época ostentava o nome de Vila Salazar, a fim de trabalhar como auxiliar de topografia, e Lopo do Nascimento, que iria

¹³ Tratou-se da primeira grande ação da polícia política portuguesa, a Pide, em Angola, detendo para interrogatório e posterior abertura de processo político indivíduos que defendiam a independência de Angola ou que eram acusados de tal projeto.

¹⁴ Adriano dos Santos informa que, anos depois, ficou sabendo que esse jornal apareceu citado numa publicação do PC francês (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

trabalhar nas obras públicas, no início do ano seguinte, também em N'dalatando, evitando assim prisões anunciadas.

O caso de Lopo do Nascimento é ainda mais interessante por termos encontrado um registro da Associação Provincial de Futebol de Angola, dando conta de que um jogador de nome Lopo Ferreira do Nascimento estava entre os jogadores que mudaram de equipe. Nesse caso a mudança implicava na saída do Atlético de Luanda e no ingresso no Club Lusitano de Salazar, na mesma atual N'dalatando (*Jornal de Angola*, 15 de abril de 1960, p. 3). É bem provável que seja a mesma pessoa, o conhecido dirigente do MPLA, que ao retornar para Luanda em 1963, após passar num concurso para os serviços de educação, seria preso, logo em seguida, por participação em organização clandestina.

Os fatos chamam atenção não só pela possibilidade de especularmos o quanto a vinculação esportiva ajudava na montagem de uma face legal de atuação – afinal houve a preocupação em pedir a transferência de clube, ainda que sob um clima de tensão e perseguição política – como também sugere que essas redes realmente se espalhavam por setores jovens, urbanizados, com ramificações em diferentes ambientes, já que o clube de vínculo inicial é o Atlético de Luanda e não o Botafogo. Tais informações tendem a fortalecer, nesses dois casos, a ideia de mancha em contraponto à de fronteira como forma de melhor observar os homens que se dedicavam à luta política em Luanda.

Adriano dos Santos, por sua vez, também volta a Luanda e já não encontra sua rede de atuação política mais próxima, já que seus parceiros ou estavam presos, ou na guerrilha, ou ainda desmobilizados. Em 1965, seria transferido para a Huíla, onde de novo tentaria formar redes clandestinas preocupadas com a conscientização dos jovens e a discussão dos problemas para a organização de grupos de apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas sem grande sucesso. Regressaria a

Luanda em 1970, para trabalhar no serviço de geologia e minas, o que lhe permitiria percorrer quase todo o território angolano e assim voltar a fazer ligações de Luanda com o interior (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

É possível argumentar, a partir das relações apresentadas entre futebol, jornalismo e nacionalismo, que a concentração exercida pela historiografia em determinados aspectos da luta pela independência e, sobretudo, nos movimentos institucionalizados, aqueles que se organizaram e se apresentam como defensores de posições mais extremadas, em último caso, os movimentos de libertação, dificulta e talvez desvalorize a observação das ações não institucionalizadas e mesmo as ocorridas no campo da legalidade colonial. O que, em certa medida, significa abrir mão de se debruçar sobre aspectos importantes da vida cotidiana dos angolanos no período em causa.

O ESTADO COLONIAL E O FUTEBOL

No que diz respeito à relação do estado colonial com o esporte na colônia, o que se pode perceber até finais dos anos 1950 é uma relação de certa proximidade, sem que tais contatos se traduzam de forma automática num “uso”, por parte dos organismos estatais, do esporte como espaço privilegiado de controle, fomento ou mesmo divulgação da ordem colonial. Obviamente, a interação de dirigentes e clubes esportivos com as autoridades coloniais implicava no reconhecimento dessa ordem, mas não parece que esse canal tenha recebido qualquer prioridade por parte do governo colonial.

Pelo contrário, é possível ponderar que tenha existido uma busca de maior proximidade por parte dos clubes esportivos e das associações culturais angolanas aos diferentes poderes

coloniais. Para além da necessidade de chancela dos nomes eleitos para a gestão desses clubes e associações, por parte do governo geral da colônia, chama a atenção o esforço dessas organizações em se fazerem reconhecer enquanto representantes dos angolanos junto aos poderes coloniais.

Nessa direção, temos como exemplo o fato dos corpos gerentes eleitos dos clubes e das associações, como a Liga Nacional Africana e a Anangola, cuidarem sempre de realizar uma peregrinação por espaços do poder político colonial e destacar ao máximo tais ações. Visitas ao governador geral, aos secretários de governo, aos representantes da União Nacional, mas também entre eles, clubes e associações. Ou seja, havia uma postura de afirmação de suas organizações e de tentativa de estabelecimento de canais de comunicação, que também podem ser vistos como canais da política, com as chamadas autoridades coloniais, o que certamente abriria espaço para lutas reivindicativas, ainda que tais visitas, muito provavelmente, fossem apreendidas pelos dirigentes coloniais como um reconhecimento da ordem colonial.

A busca pela interlocução com as autoridades coloniais fazia parte da estratégia de serem ouvidos, mas também de serem reconhecidos, o que, mesmo não sendo uma garantia de sobrevivência, permitia alguma margem de manobra. O exemplo da Liga Nacional Africana, que passaria por inúmeras intervenções governamentais já nos anos 1940, era algo presente aos homens dessas associações e clubes. Tais intervenções chamavam-se comissões administrativas e sua principal função era controlar o uso do espaço dessas associações e clubes e identificar seus membros, debilitando, senão impedindo, a capacidade de articulação política dos angolanos.

A estratégia da interlocução implicava na reciprocidade das visitas, o que era valorizado ao extremo, pois significaria, talvez, o reconhecimento máximo do papel de destaque dessas

associações e clubes na vida social da cidade de Luanda. É assim que podemos enxergar o destaque dado pelos jornais angolanos à visita do governador geral coronel Horácio de Sá Viana Rebelo¹⁵ à Liga Nacional Africana, em 1959, quando esta vivia sob uma das diversas comissões administrativas que enfrentou. Com o sugestivo título de “Não podemos nunca deixar de pensar que Angola foi, é e será sempre portuguesa – afirmou ontem o sr. governador geral – ao discursar na Liga Nacional Africana”, o periódico *A Província de Angola* reproduz trechos do discurso do governador durante a visita:

as caravelas que há 400 anos atravessaram os mares, enfunadas pela brisa da civilização e da cristianização que aqui vieram assentar arraiais para sempre [...]. Angola foi, é e será sempre portuguesa. Fazem mal aqueles que, lá fora, possam pensar o contrário [...]. Podem ser diferentes as caras, podem ser diferentes as mãos. Mas as caras estão em cabeças que pensam assim. As mãos trabalham, unidos uns aos outros, todos nós portugueses – pretos, brancos ou mestiços – em levar por diante esta grandiosa obra que é Angola [...] Ouvi interessadamente o que me disseram tanto o sr. presidente da Liga Nacional Africana como o sr. Agnelo Paiva, e posso dizer que é firme intenção do governo geral continuar a desenvolver, por toda a província a instrução e a assistência. Aquilo que agora se processa na Liga Nacional Africana, em que cerca de trezentas crianças estão a aprender as classes da instrução primária temos que desenvolver ainda mais por essa terra fora (*A Província de Angola*, 30 de janeiro de 1959, p. 1, 5).

Pela fala do governador é possível perceber como as cobranças pela ampliação dos serviços de educação e saúde continuavam, mesmo num contexto mais delicado, em 1959, com a Liga vivendo uma comissão administrativa, o vizinho Congo já em grande agitação política e a própria cidade às portas de enfrentar suas primeiras detenções políticas com o Processo dos 50. De fato, o discurso do governador, reforçando a “portugalidade” de Angola, demonstrava o reconhecimento do momento que a presença

¹⁵ Horácio Rebelo foi governador geral de Angola entre janeiro de 1957 e janeiro de 1960.

portuguesa na África começava a enfrentar. Todavia, apesar desse contexto e de se tratar de uma visita protocolar, o que a princípio poderia sugerir uma maior polidez, é possível ponderar que as palavras do governador, em tom de resposta aos temas da saúde e da educação, reforçavam a ideia de uma luta pela cidadania que era levada adiante no campo da legalidade.

Na sequência da visita à Liga, o governador iria visitar, no dia seguinte, a Anangola, sendo acompanhado pelo Comandante Militar, pelo Presidente da União Nacional, pelo comandante da Polícia de Segurança Pública, pelos diretores dos serviços de saúde e dos hospitais de Luanda e pelo presidente da Liga Nacional Africana (A Província de Angola, em 31 de janeiro de 1959, p. 1, 4). Dessa visita à Anangola vale realçar alguns trechos do discurso de seu presidente, Fernando Alves Baptista da Costa, por destacarem determinados aspectos e mesmo os alcances da associação, tais como o fato de suas escolas atuarem “sem distinções de cores, pois nesta casa cabem todos”; ou ainda a menção ao fato do *Jornal de Angola* ter 2 mil assinantes, mas por não possuir uma tipografia precisar contar com o apoio financeiro da Anangola; que essa associação tinha 12 mil sócios; que entre os seus principais cursos estavam o de corte, costura e bordado, com 30 alunas, o de datilografia, com 70 alunos, homens e mulheres; e que o serviço mais destacado era o do dispensário creche, criado em 19 de setembro de 1949, tendo atendido a mais de 10 mil crianças:

[dos] dois sexos, sem preocupações de cores, como demonstram as estatísticas e o movimento diário ali registrado. Desde a consulta médica, a consulta de higiene infantil, banhos de limpeza, injeções, tratamentos e curativos, raios de luz, operações de pequena cirurgia, vacinações de toda espécie, tudo é feito, com a superior orientação do nosso diretor clínico (*Jornal de Angola*, 28 de fevereiro de 1959, p. 1, 2, 6).

Mas o discurso, como seria de esperar, após os agradecimentos à ajuda do governo na manutenção dessas ações e

algumas juras de amor a Portugal, investe em nova estocada no que se refere à criação de mais escolas, em especial para os indígenas:

para que os possamos chamar à civilização [e continua o elenco de demandas pedindo a valorização] e a proteção e a preferência dos naturais de Angola, sem quaisquer distinções, nos empregos públicos, a construção de moradias para indígenas, a criação de escolas técnicas, a repressão aos abusos que muitos praticam, especialmente no que refere ao esbulho de terras indígenas etc. Mas, repetimos, pedimos tudo isto, sempre com a maior correcção, lealdade e honestidade (*Jornal de Angola*, 28 de fevereiro de 1959, p. 1, 2, 6).¹⁶

No périplo do governador geral de Angola pelas associações culturais, nesse ano de 1959, não foi possível observar se as visitas alcançaram também os clubes esportivos. Mas através das matérias publicadas no *Jornal de Angola* sobre essas visitas é possível identificar que alguns dos dirigentes dessas instituições acumulavam funções semelhantes nos clubes esportivos, reforçando o argumento das inter-relações entre associações culturais e clubes, como seriam os casos de Óscar Vieira da Costa, vice-presidente da Anangola e presidente da Associação Provincial de Futebol de Angola, e Edgar Lucas da Costa, tesoureiro da Anangola e dirigente do Clube Atlético de Luanda, o mesmo clube que dois anos depois ganharia o apelido de “clube dos terroristas”.

¹⁶ Esse mesmo discurso pode ser observado numa edição especial do *Jornal de Angola*, datada de dezembro de 1959, com cerca de 60 páginas e editada em Lisboa, com o apoio do Ministério do Ultramar e do Governo Geral de Angola. O número traz uma sugestiva capa com uma foto emoldurada de duas meninas, uma branca e uma negra, tendo à base a expressão “Fraternidade Portuguesa”; e abaixo da foto a seguinte frase: “Número dedicado ao estreitamento das relações entre Angola e a metrópole”. Entre as principais matérias, o título “O chefe do Estado distinguiu *Jornal de Angola* concedendo audiência ao seu representante”, que trata da visita do representante do *Jornal de Angola*, Alexandre de Sousa e Andrade, ao Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, no Palácio de Belém, em 7/9/1959. O texto afirma que foram poucos minutos, mas o suficiente para um elogio do presidente ao papel da Anangola e do *Jornal de Angola*. Na sequência é comentada a visita do mesmo representante ao Ministro do Ultramar, Contra-Almirante Vasco Lopes Alves.

Entretanto, a ligação entre as autoridades coloniais e os clubes esportivos de Luanda e, mais do que isso, a demanda desses clubes por uma maior proximidade e apoio dos órgãos estatais pode ser percebida em outros momentos da década de 1950, através de diferentes matérias jornalísticas que versam sobre a necessidade de apoio financeiro aos clubes, de melhorias no Estádio Municipal dos Coqueiros e mesmo de uma intervenção oficial para regularizar as associações esportivas.

Exemplo dessa postura pode ser verificado na coluna Desporto do *Jornal de Angola*, de 31 de janeiro de 1959, que confirma o apoio dado pelo governador geral Horácio de Sá Viana Rebelo, após a demanda dos “desportistas de Angola” há 3 anos, na “organização ao desporto de Angola” e na concessão de “subsídios substanciais”. O texto é bastante ácido em relação aos dirigentes das associações e dos clubes, afirmando serem eles os responsáveis pela criação de obstáculos ao melhor convívio e desempenho do esporte em Angola. Por fim, lembra, inclusive, que essa postura já havia sido criticada pelo próprio governador, quando da sua visita ao Sporting de Luanda para acompanhar o lançamento da primeira pedra da sede e do parque esportivo desse clube. Sobre isso, o texto reproduz as próprias palavras do governador naquela ocasião:

E teria muita pena, se realmente depois da ajuda se ter dado, de se ter correspondido àquele mandato que a população desportiva da Província me veio pedir, se continuem a registar divergências entre dirigentes das associações, divergências entre os dirigentes dos clubes, demissões, zangas, questões entre os clubes e as associações e outras coisas do género, e pior ainda, quando se dá com aqueles que nada têm a ver com o desporto, que se metem nas coisas do desporto. Isso terá de desaparecer. Teremos de buscar uma harmonia que é necessária, para que eu não me arrependa daqueles benefícios que tenho dado e que me levem, inclusivamente, a ter que diminuir certas ajudas que tenho dado a alguns sectores da vida desportiva da Província. Isto são, apenas, umas palavras ditas à boa paz, visto que estão aqui homens do desporto, dirigentes

das associações, dirigentes dos clubes, etc., e porque elas não visam ninguém e muito menos o Sporting, que está comemorando ou festejando uma data como é esta da primeira pedra do edifício (*Jornal de Angola*, 31 de janeiro de 1959, p. 7).

O tom do discurso é de repreensão às discussões que o meio esportivo luandense parecia apresentar, o que pode ser avaliado como uma cobrança do governador pelo fato de estar ajudando a financiar tais atividades, ao mesmo tempo em que reforça a ideia do quanto esses clubes demandavam a proximidade das autoridades coloniais.

Enquanto os anos de 1958 e 1959 apresentam inúmeras demandas quer dos clubes quer das associações culturais por um maior apoio das autoridades coloniais às suas atividades, os anos de 1960 e, sobretudo, 1961, trariam mudanças significativas nesse posicionamento. Os acontecimentos políticos desses anos, com destaque para o Processo dos 50 e a independência do Congo, em janeiro de 1960, levam a uma radicalização das autoridades coloniais portuguesas. Os olhos e os ouvidos das instâncias governamentais passam a suspeitar de qualquer tipo de associação, seja ela cultural, esportiva ou profissional que congregasse angolanos negros e mestiços.

É assim que, no ano de 1960, passa a chamar a atenção a incidência nos jornais angolanos de matérias valorizando a presença portuguesa, mesmo no que diz respeito ao esporte. Os motivos para essa expressão de "portugalidade" não são explicitados com clareza, faz-se quando muito menção aos problemas que estão acontecendo no exterior, fora da colônia. Com citações do tipo "o que se passa lá fora é bem o problema humano daqueles que, mais ou menos, praticaram a segregação racial ou evitaram o convívio social, e por conseguinte está o feitício a virar-se contra o feiticeiro..." (*Jornal de Angola*, 15 de abril de 1960, p. 1), o *Jornal de Angola* parece estar enquadrado por essa campanha oficial, que pretendia demonstrar que o caso português era

diferente, pois sua colonização teria sido marcada por uma “harmonia racial”. Essa será a expressão recorrentemente utilizada para definir a diferença portuguesa.

No entanto, nesse mesmo número do jornal, uma nota divulgaria a eleição para os corpos gerentes da Casa dos Estudantes do Império¹⁷ e felicitaria os eleitos, citando entre eles Edmundo Rocha, Paulo Jorge e Gentil Viana (*Jornal de Angola*, 15 de abril de 1960, p. 3). No número seguinte seria destacada uma outra eleição, agora para a nova diretoria da Associação Provincial de Futebol de Angola, listando entre os eleitos o nome de Diógenes Boavida (*Jornal de Angola*, 30 de abril de 1960, p. 3). Todos esses nomes passariam, num futuro muito próximo, a estar indiscutivelmente ligados ao nacionalismo angolano e, mais do que isso, ao MPLA e a sua guerrilha anticolonial. Definitivamente, esse início dos anos 1960 era um momento de grandes mudanças para ambos os lados: autoridades coloniais e independentistas.

Esse mesmo ano de 1960 seria um marco importante no futebol das colônias de Angola e Moçambique. Finalmente teria início sua participação na Taça de Portugal. Esta era uma demanda que frequentava os jornais angolanos desde o ano de 1953, mas que só seria contemplada nesse cenário de preocupação portuguesa com o avançar das independências na África e os ensaios de uma luta mais acirrada em suas colônias. A participação africana seria limitada às colônias de Angola e Moçambique e seria realizada através de uma única equipe vencedora do duelo entre os campeões de 1959 de Angola e Moçambique. O time vencedor prosseguiria na Taça defrontando times da metrópole.

¹⁷ A Casa dos Estudantes do Império (CEI) era uma instituição acolhedora não só de angolanos, mas também de indivíduos oriundos das demais colônias portuguesas, onde era possível obter um mínimo de assistência e, principalmente, algum companheirismo enquanto realizavam seus cursos universitários na metrópole. Ela era financiada pelo governo português e organizava atividades culturais e esportivas. Acabaria sendo reconhecida nos anos 1960 como um berço dos nacionalismos africanos pelas próprias autoridades.

Por Angola classificara-se o Portugal de Benguela, enquanto por Moçambique alinharia o Sporting de Nampula. No entanto, para os objetivos desse texto, mais interessante do que a participação do time de Nampula na metrópole, talvez seja a disputa pelo campeonato em Angola. Segundo uma descrição da época, alinhariam para a fase final dessa decisão quatro clubes: o Ferroviário de Luanda, o Portugal de Benguela, o Negage do Congo Português e o Sporting do Lobito. O curioso é que apesar do favoritismo do Ferroviário, o time da capital, este precisaria jogar contra os adversários e o público:

Muitos dos que vão ao Estádio Municipal, hostilizam a equipe do Bungo, sem saberem os motivos... O que é preciso, é incitar o seu adversário, insultar, vexar os rapazes do Ferroviário, mas eles, alheios a essa antipatia do público pela camisola que envergam (estamos certos de que é só a camisola...) lá vão torneando todas as dificuldades (*Jornal de Angola*, 31 de janeiro de 1960, p. 3).

O clima de tensão política vivido na colônia muito provavelmente também se apresentava nos gramados e nas arquibancadas. O “clube do Bungo” ou o “clube dos contratados” certamente continuava a levantar preconceitos de raça e classe, mas agora seria somado a esses o temor de um levante por parte daqueles que o frequentavam e o representavam.

O ano seguinte iria agudizar essa efervescência. Em 4 de fevereiro de 1961, o temor viraria realidade. Teria início a luta armada pela libertação de Angola. Os ataques às prisões de Luanda na tentativa de libertar presos políticos marcaria o início de um caminho sem volta. As possibilidades de negociação se reduziram ainda mais, prevalecendo a lógica do apoio ou guerra. Novos parceiros entravam em campo, países africanos independentes, União Soviética, Estados Unidos e África do Sul, complexificando ainda mais o cenário angolano.

Necessitando comprovar sua teoria de que tudo estava bem em Portugal e nos seus territórios ultramarinos e de que o ocorrido em Angola era fruto da ação de “grupos terroristas estrangeiros”, o governo português investe na ideia de normalidade da vida colonial. Entre as novas iniciativas surgiram os “Jogos do Mundo Português”. O esporte passava ao primeiro plano da estratégia de demonstrar o quanto a “harmonia racial” era também política. Exaltava-se dessa forma a “portugalidade”, outros dos termos caros ao estado colonial, a união e a participação de todos os portugueses, diminuindo a ideia de separação entre metrópole e colônias.

Em Luanda, imediatamente após o ataque às prisões, a Anangola e demais associações culturais, que compunham também o campo de atuação dos indivíduos que defendiam a ideia de independência, os situados na tal mancha descrita anteriormente, pedem audiência ao governador e vão se apresentar como defensores da cidadania portuguesa e repudiar os atos de violência ocorridos. Sua estratégia de sobrevivência implicava nessa proximidade, ao mesmo tempo em que explicitava a diversidade de forças políticas que a própria associação contemplava.¹⁸

A permanência do funcionamento da Anangola e de seu jornal, ainda que mantendo como articulistas nomes como Luandino Vieira, Henrique Abranches, Arnaldo Santos e Antonio Cardoso, provavelmente será melhor entendida se tivermos em consideração esse “jogo” da legalidade colonial, do respeito ao

¹⁸ A edição do *Jornal de Angola* imediatamente posterior ao 4 de fevereiro apresenta um título que não deixa dúvidas quanto a estratégia da Anangola e de seu jornal: “O sr. governador-geral garantiu à Anangola a repressão e condenação rigorosa de actos tendentes a provocar desarmonia entre a população.” O texto diz que os membros da Anangola ficaram surpresos e indignados com os atos “cometidos por bandos de indivíduos, a soldo com certeza de inconfessáveis interesses além fronteira” que resultou na morte de portugueses. Ou seja, é uma repetição das declarações oficiais que espelhavam o discurso colonial português dos últimos anos (*Jornal de Angola*, 15 de fevereiro de 1961, p. 1 e 2). Os números posteriores já não mencionariam o ocorrido em Luanda, nem mesmo as novas ações guerrilheiras no norte da colônia.

limite imposto pelas autoridades coloniais, mas mantendo algum espírito crítico, ainda que esgrimindo tais críticas a partir de elementos do próprio discurso colonial.

Uma das últimas aparições de Luandino Vieira no *Jornal de Angola*, através de uma longa entrevista dada ao jornalista Orlando de Távora, parece ser um dos raros momentos em que se percebe o ultrapassar do limite acima mencionado. Caberia especular se o escritor já sabia dessa ultrapassagem, ou talvez estivesse testando até onde poderia ir, ou ainda estivesse ciente da importância de um maior enfrentamento naquele exato momento. O que se pode afirmar é que suas ideias tinham endereço certo e que devem ter pesado decisivamente para sua detenção logo em seguida, por longos 11 anos. O tom da entrevista é mais do que reivindicatório, é acusador. Começa afirmando que a publicação do seu livro *A cidade e a infância*, pela Casa dos Estudantes do Império, ocorrera porque essa instituição “sentiu a necessidade, perante as imposições do meio que o tentava assimilar, de reagir, exibindo a sua voz própria”. Mas suas críticas vão muito além ao assinalar que ainda existe uma literatura colonial que deve ser combatida e que Angola vive uma crise literária por fatores extraliterários, em que os autores estariam perplexos diante da situação vivida, por ele descrita da seguinte forma:

estamos todos agarrados a um passado recente, mas já morto e nenhum começou ainda a trilhar na literatura o caminho que já se define nas situações que anunciam esse estado de vivência, determinantes por isso de outro tipo de literatura (*Jornal de Angola*, 15 de março de 1961, p. 1, 4).

Na mesma entrevista, Luandino anuncia o que acha essencial para um maior desenvolvimento literário:

ainda que o saiba, no momento, utópico. Em primeiro lugar liberdade de expressão e imprensa; em segundo lugar e como consequência, uma tribuna livre onde se reunisse os trabalhos de todos os que por Angola fora vêm criando, isolados, obra

literária; em terceiro lugar, reuniões periódicas... (*Jornal de Angola*, 15 de março de 1961, p. 1 e 4).¹⁹

Nem todos optaram por esse caminho mais frontal de embate. O próprio jornal que publicara a entrevista continuaria mesclando conteúdos desafiadores, como o de Luandino Vieira, com matérias defendendo que Angola é Portugal e que o fundamental era preservar a unidade nacional. Por outro lado, isso não impediria o periódico de manter suas reivindicações por escolas, hospitais e empregos que também continuam a pontuar as edições. Demandas que saem reforçadas pelo fato de nesse mesmo ano de 1961 ser extinto o regime do indigenato, que diferenciava cidadãos e indígenas. Todos passaram a ser, diante da lei, cidadãos portugueses, o que evidentemente não se traduzia de imediato no cotidiano colonial, provocando uma nova onda de reivindicações agora pelo reconhecimento da igualdade de direito para todos os portugueses. O que não aparece nos jornais é a luta armada. Nem as ações da guerrilha, nem a ofensiva colonial, marcada por atos de grande barbaridade, são retratadas, mesmo que minimamente.

No campo esportivo os enfrentamentos também parecem ter seguido uma orientação mais moderada, como a do *Jornal de Angola* e a da Anangola, o que não impediria retaliações duras por parte das autoridades coloniais, como seria o caso do

¹⁹ De fato, suas críticas não param por aí, alcançando também aqueles que, segundo ele, pararam de produzir ou se renderam aos “condicionalismos” para não tomar a atitude que deveriam tomar. Ainda que afirmando não defender atitudes quixotescas, diz que pouco ou nenhum artista angolano estaria correspondendo à responsabilidade que lhe cabia. Citando nominalmente alguns autores argumenta que Mário Antonio continua a produzir, mas o que tem feito não é uma “mensagem consciencializada”; António Jacinto teria partido para o jornalismo; enquanto Viriato da Cruz e Agostinho Neto silenciaram. Vale lembrar que por essa época Viriato estava no exílio organizando o MPLA e Neto estava preso, o que parece sugerir que seu objetivo era fazer aparecer tais nomes. Segundo Luandino impõe-se o momento que pede que estes autores “revejam a sua posição e acertem o passo com o momento que a terra vive e lhe dêem a literatura que esse momento determina, justifica e exige” (*Jornal de Angola*, 15 de março de 1961, p. 1 e 4).

Botafogo, já comentado, e que foi fechado nesse mesmo ano de 1961. Os poucos indícios de que dispomos parecem apontar para ações mais extremas por parte do governo colonial e das forças de repressão portuguesas quando se tratava de clubes menores, os “clubes de musseque”. Esse seria o caso não só do Botafogo, mas também do Clube de Futebol Luandenses, que ainda em 1961 seria submetido a uma comissão administrativa. Essa comissão informaria à Associação de Futebol de Luanda que, por não ter condições, o clube não se apresentaria na próxima temporada, ficando com suas atividades suspensas por um ano (*Jornal de Angola*, 15 de abril de 1961, p. 6). Atitude bem diferente da que fora tomada em relação ao Clube Atlético de Luanda, que apesar de ser conhecido como o “clube dos terroristas”, continuaria a participar de campeonatos em diferentes modalidades.

CONCLUSÃO

É possível perceber uma maior concentração da produção historiográfica que se dedica ao estudo da Angola contemporânea nos temas relacionados aos conflitos e, sobretudo, às guerras. Tal concentração se deve à existência de inúmeros embates que marcaram de forma decisiva a vida dos angolanos nos últimos 50 anos: guerra colonial, guerra fria, guerra contra o *apartheid*, guerra regional, guerra pós-independência, guerra pós-eleitoral e guerra civil.

Todavia, esse olhar focado na luta de tipo armado parece dificultar a observação de outras lutas, também políticas e reivindicativas, mas que conheceram outro formato e, conseqüentemente, tiveram outro alcance. Esse seria o caso do que temos chamado de luta dentro dos marcos da legalidade colonial. Uma luta pela igualdade de direitos, pautada pelo discurso da civilização e

da cidadania portuguesas, que foi implementada por angolanos sobretudo nos centros urbanos e que buscava combater os privilégios da situação colonial. Em certa medida, lutava-se contra o colonialismo, ao combater as bases dessa situação, criticando os privilégios dos colonos defendidos pelo estado colonial.

Para conceber dessa forma as ações desses homens, é preciso considerar a distância existente entre, por um lado, ideologia e discurso colonial e, por outro, a prática colonial. Só assim podemos entender como os angolanos usaram o discurso colonial português da não racialização, da “harmonia racial” e da cidadania portuguesa para combater os privilégios impostos pela colonização. Esse é um ponto fundamental para perceber como alguns angolanos fizeram do discurso colonial uma arma para lutarem contra as discriminações coloniais.

Uma pergunta que pode ser formulada a partir dessas considerações é a seguinte: Até que ponto é possível admitirmos a existência de uma luta anticolonial dentro da legalidade colonial? Isso porque os colonos não exercem no seu cotidiano o discurso colonial, muito pelo contrário, o dia-a-dia das relações entre colonizadores e colonizados é marcado por situações em que as posições sociais são reforçadas, em que a cor é um elemento decisivo para se definir os lugares sociais e as hierarquias que elas implicam. Portanto, um ataque aos privilégios coloniais, mesmo que a partir de argumentos coloniais, acabaria por questionar a própria ordem colonial.

Não me parece, no entanto, que os elementos apresentados permitam ir tão longe, afinal os limites existentes no espaço colonial acabavam por condicionar os enfrentamentos selecionados. O que não invalida a ideia, muito pelo contrário, de recuperar esse terreno da luta política. Foi nele que muitos angolanos investiram seus esforços, empunharam a bandeira da igualdade de direitos e enfrentaram as autoridades coloniais jogando no campo

do inimigo. Faziam isso, evidentemente, em determinados espaços, salvaguardados em certa medida pela diversidade de opiniões e projetos que esses próprios espaços comportavam.

Como podemos imaginar, esse tipo de luta não é fácil de ser percebida, muito em função da concentração da atenção nos movimentos de libertação, que afinal desafiaram abertamente o colonialismo e avançaram com a luta anticolonial armada. Movimentos de libertação e, posteriormente, partidos políticos, que, por sua vez, ao longo de sua história, defenderam e continuam a defender sua legitimidade, como os principais atores angolanos, pelo fato de terem lutado com armas em punho contra as forças militares coloniais. A memória desses movimentos e partidos é uma credencial fundamental para o processo de condução da Angola independente e, portanto, difícil de ser questionada. A ponderação a ser feita aqui é sobre o quanto tal concentração parece fortalecer o esquecimento das ações de reivindicação e luta no campo da legalidade colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Espanha: Círculo dos Leitores, Volume 5, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. *"Estamos Juntos!" O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. v. 2. 710 p.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Ill Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- FERREIRA, Luís Alberto. *História do Club Atlético de Loanda. Primeiro volume – 1924-1953. Subsídios para a história do desporto angolano*. Luanda: Edição do Club Atlético de Luanda e Saudade, 2008.
- GONÇALVES, Mateus e PACAVIRA, Carlos. *Trumunu. Trinta anos de futebol em Angola*. Luanda: Edições Trumunu, v.1.
- MABEKO TALI, Jean-Michel. *O MPLA face a si próprio*. Luanda: Nzila, 2002.
- MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.

- MESSIANT, Christine. "Em Angola, até o passado é imprevisível. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais da investigação." In: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. pp. 803-859.
- MOORMAN, Marissa. "Semba é nossa bandeira: Música e nação em Angola, 1961-1974." In: *III Encontro Internacional de História de Angola*. Mimeo.
- NETO, Maria da Conceição. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX." In: *Lusotopie*, Bordeaux, 1997, p. 327-359.
- PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. Orgeval (França): Pelissier, 1978.
- SOUSA, Luis Manuel Rebelo de. *O papel-moeda em Angola. Subsídios para o seu estudo*. Luanda: Ed. Banco de Angola, s/d.

Esporte em Angola: do ultra
colonialismo à independência

Jonuel Gonçalves

INTRODUÇÃO

A elaboração deste texto assenta basicamente no método de observação participante com características multidisciplinares.

A vertente pesquisa implicou consulta a documentos em bibliotecas ou sites de internet de Angola e Portugal, entrevistas com personalidades angolanas sobre ligações entre o esporte e a sociedade e anotações de comentários de rádio e televisão em várias cidades de Angola. Acresce a longa experiência pessoal, como atleta nos períodos colonial e pós-colonial, como técnico e dirigente de clube após a independência e comentarista de mídia.

O diálogo com colegas e amigos abrangeu sobretudo atletas e intelectuais ou, com frequência, pessoas em ambas as situações. Citarei alguns nomes, sublinhando que nenhum deles é responsável por erros que este texto possa comportar: Eduardo Macedo dos Santos, José Rocha de Abreu (falecidos), Carlos Louzeiro, Mateus Gonçalves, Victor Silva, Domingos Coelho, José Carlos Guimarães, Eduardo "Moscavide", José Cunha.

A consulta documental sobre os acontecimentos narrados, baseou-se sobretudo em jornais, até porque são muito escassos os livros ou dissertações sobre o assunto pesquisado. Na

maioria dos casos, porém, isso aconteceu apenas para confirmar datas e classificações, por duas razões principais: evitar que o texto se transforme em trabalho de “recorte e colagem” ou repetição de notas já muito conhecidas, preocupação presente também com as citações em geral, conforme se sublinha mais adiante; a imprensa publicada em Angola no período colonial a partir dos anos 1920 e maior parte do pós-colonial não é fonte suficiente em virtude não só das censuras explícitas ou implícitas, mas também da desatenção estrutural dos próprios jornalistas, em ambos os períodos, perante muitos aspectos da realidade angolana, situações que só começaram a alterar-se na primeira década do século XXI, graças a maior diversidade de órgãos de comunicação e subida nos níveis de liberdade de expressão.

Em contrapartida, são muito numerosos e completos os testemunhos pessoais. Este texto procura sistematizar os aqui acumulados – incluindo os do próprio autor – e dar-lhes perfil de estudo multidisciplinar coerente, onde se destaca: uma dinâmica desportiva angolana em termos gerais idêntica ao resto do mundo mas que, em virtude da modéstia dos desempenhos internos e ligações afetivas a clubes portugueses, acompanha com entusiasmo competições internacionais, mesmo sem envolvimento de atores angolanos; a íntima ligação dos principais clubes a empresas e a setores ou situações militares, tanto nas últimas décadas coloniais como nas pós-coloniais. Esta ligação íntima é, na maioria dos casos, estrutural e em vários outros decorrente de apoios pontuais ou sistemáticos, por vezes como mecenato, por vezes com objetivos publicitários; em ambos os períodos: extrema sensibilidade dos calendários desportivos ao agravamento das crises de violência (1961; 1974-75; 1992; 1994) e improvisação organizativa.

Para colegas ou leitores menos familiarizados com designações e/ou períodos da história do antigo império colonial português, assinala-se que “ultra colonialismo” é a fase final desse

império, com negação do direito à autodeterminação, reforço da repressão política e tentativas assimilacionistas, após a Segunda Guerra Mundial, em sentido oposto ao das outras potências coloniais. A expressão repercutiu a partir de um livro de Perry Anderson, cuja edição francesa (*Le Portugal et la fin de l'ultra colonialisme*, 1964) obteve grande difusão em meios nacionalistas africanos e de oposição portuguesa da época.

Com relação a aspectos teóricos do projeto em que o texto se insere, há duas expressões cujo esclarecimento é indispensável para situar a perspectiva do trabalho e até sua compreensão: pós-colonial e identidade. Ambas vigoram nas ciências sociais sob conceitos distintos, às vezes antagônicos e quase sempre marcadas por ideologias

Neste texto, a noção de pós-colonial significa basicamente, elaboração de pesquisa sobre as sociedades que foram colonizadas, tendo em conta suas próprias agendas e prioridades, com conceitos testados, em vez dos conceitos vazios ou agendas e prioridades impostas por organizações de antigas metrópoles ou pesquisadores de outras origens mas situados na mesma linha de prioridades e conceitos. Este "em vez de" obriga a certas críticas em relação a tais imposições e a seu caráter colonial, no sentido da "colonialidade do saber" do sociólogo venezuelano Edgardo Lander (1999).

A criação endógena de agendas de pesquisa e a crítica aos critérios coloniais, não está isenta de influência de opções ideológicas, constatação que não significa condenação a priori, desde que se trate de diversidade de opiniões ou enfoques, sem intenção manipuladora.

Também não significa obrigatoriamente mentalidade tribal, xenofobia, negação dos antagonismos sociais dentro de cada país ou auto-fechamento cultural. Embora isso possa ser veiculado em alguns apelos, aqui corresponde apenas à vontade

de sair da subalternidade para participar na construção do universalismo.

Em termos históricos, surge o problema de fixar limites temporais ao que é “período pós-colonial” ou “pós-independência”, para evitar o risco de prolongar eternamente esses períodos em países ex-colonizados (alguns há mais de dois séculos) o que os impediria de serem vistos em função deles mesmos.

Para Angola, proponho situar o período pós-colonial ou pós-independência, até setembro de 1992, quando se realizaram as primeiras eleições multipartidárias com voto universal na história do país. Ou seja, quando a herança colonial deixou de ser determinante no processo político. A guerra pós-eleitoral (1992/2002) teve suas motivações em fatores e atores locais. À soma dos dois períodos bélicos aplica-se a expressão “guerra civil”.

Sobre as identidades, tem havido até o momento consenso sobre definições como a que Allan G. Johnson elaborou no seu *Dicionário de Sociologia* (1997): “conjunto relativamente estável de percepções sobre quem somos em relação a nós mesmos, aos outros e aos sistemas sociais”.

Nestes termos bem simples, parece tratar-se apenas de um conceito sociológico capaz de ajudar, principalmente, em estudos culturais, porém, sua utilização prática revela várias manipulações e argumentos para exclusões. Amartya Sen (2006) chama a atenção para os riscos do conceito em si, dizendo que todos temos várias identidades (gênero, local de nascimento, ascendentes, profissão etc.) e que identidades rígidas são fator de conflito violento.

Na verdade, assiste-se neste começo de século a um retrocesso cultural para princípios do século XIX na Europa, quando aquilo que hoje se designa por identidades correspondia à definição de povo, em bases étnicas ou aristocráticas. Reproduzir tais definições hoje, provoca as mesmas marginalizações, violação de

direitos e agressões que alimentaram propaganda de guerras e mentalidade de gueto. O genocídio do Ruanda teve como combustível, uma dessas definições.

Na África, Europa e largos setores da Ásia, recorre-se a perfis da história antiga para apresentar o tipo de identidade que convêm a classes dominantes, para fixar direitos de cidadania. Com frequência, mesmo esses dados de história antiga aparecem editados pelos mitos, fundadores ou de sublimação.

O problema é ainda mais grave na África, em virtude da artificialidade das fronteiras que dividem famílias e comunidades, o que não impede a maioria dos Estados de copiarem os modelos das antigas metrópoles em matéria de cidadania, criando um quadro de restrições objetivando uniformizar a identidade.

É assim que se fixam "indicadores de autenticidade" como únicos a legitimar cidadania, que descem até modos de vestir, consumo alimentar e gostos musicais que rejeitem "influências estrangeiras".

Em países multiétnicos, multirraciais e com fronteiras marcadas por decisão administrativa, só tem sentido falar de identidade nacional numa base plural, onde se congregue no território nacional perfis de várias origens e evoluções.

A prática desportiva é uma das que melhor pode estimular esta via, já que ela própria vive graças a multiplicidade de "identidades" (clubes, torcidas, modalidades), mas é regularmente aproveitada para afirmações de identidade chauvinista. Nazismo e fascismo usaram largamente o esporte nesse sentido e diversas formas de nacionalismo estreito procuram fazê-lo na África contemporânea, mesmo quando são obrigados a contornarem seus próprios princípios para convocarem atletas de qualidade.

Assim, o estudo das identidades nacionais do ponto de vista desportivo, decorre neste quadro de armadilhas.

O método de apresentação dos resultados da pesquisa teve a grande preocupação de facilitar a leitura, sem que isso afete o rigor descritivo e analítico.

Em virtude de se tratar de projeto multinacional dentro da língua portuguesa, vou usar indistintamente as palavras esporte (equivalente a desporto) e desportivo/a (equivalente a esportivo/a), porque ambas ortografias são legais.

ANTECEDENTES

O esporte em Angola foi sempre um dos reveladores do contexto político social do país. Desde o período colonial, incidências raciais na composição dos clubes e equipes; influência decisiva dos modelos “metropolitanos” na configuração local das atividades; reflexos do nível de vida no desempenho atlético; maior ou menor contato entre regiões em função das infraestruturas materiais são alguns dos exemplos que, com modificações nos praticantes, se prolongaram na fase que consideramos como pós-colonial.

Os primeiros clubes angolanos foram em larga maioria fundados por imigrantes portugueses e, em muitos casos, eram filiais de clubes portugueses com quem esses imigrantes simpatizavam. Três exceções importantes, são o Clube Atlético de Luanda, os três principais Ferroviários [de Luanda e das então Nova Lisboa (Huambo) e Sá da Bandeira (Huila)] e, mais tarde, o Portugal de Benguela.

Se o Atlético foi fundado e desenvolvido por angolanos e se os Ferroviários de Luanda e Lubango, iniciados por responsáveis do então Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, sempre estiveram abertos a praticantes locais de todas as raças, o mesmo não se produziu com o Ferrovia de Nova Lisboa,

onde o número de atletas negros oscilava entre ausência e o caso isolado e onde abundavam exemplos como o acesso à piscina reservado para brancos até começo da década de 1960. Apesar disso, possuía, já nessa fase, elevado número de mestiços.

O Lobito Sports Clube, que também pertencia à área dos serviços ferroviários (tinha na fachada de sua sede por baixo do nome oficial a palavra Ferrovia), adotava até aos anos 1960, política racial semelhante à do Ferrovia do Huambo.

Por essa altura, algumas filiais do Benfica (Luanda e Benguela) adotavam esse comportamento também. A frase dos respectivos dirigentes na época era de que “na metrópole o Benfica não tem estrangeiros e aqui não tem negros”. Mesmo o número de mestiços era muito reduzido.

Esta prática segregacionista motivou a criação do Portugal de Benguela, aberto a todas as raças e cujas cores oficiais (emblema e equipamento) era intencionalmente preto e branco. José Rocha de Abreu, residente em Benguela desde os anos 1920, disse-me em 1969, que a escolha do nome foi motivada pela necessidade de evitar proibição pela autoridade administrativa colonial, que acompanhou a divergência e receava o caráter de crítica multirracial da iniciativa. Abreu, nas suas deslocações a Luanda ou em períodos de curta residência na capital, frequentava o Atlético e, grande parte de seus amigos eram atletas ou dirigentes deste clube, sobre o qual mencionou – para o período de final dos anos 1930 a começo dos 1950 – um ambiente de abertura no plano racial que, mais tarde, se encaminhou em duas direções: evitar tanto quanto possível jogadores brancos e evitar também jogadores negros ditos “pé descalço” – a não ser que fossem de muito alto nível – ao contrário do que ocorria no Ferroviário de Luanda.

Entre os amigos de Abreu no Clube Atlético estava Demóstenes de Almeida, sucessivamente ou simultaneamente jogador de futebol, corredor de velocidade e lançador de peso,

técnico de atletismo, dirigente e promotor de iniciativas tão marcantes no esporte angolano que, num estudo de conjunto, merece tratamento específico inserido no final deste texto.

Na província da Huila, o surgimento de dois clubes – Juventude e Académica – tem mais relação com configuração de classe que com raça, ainda que em vários segmentos houvesse nesse momento, se não ligação direta, pelo menos fortes laços entre ambas.

Na década de 1960, surgiram alguns pequenos clubes desportivos de maioria (ou totalidade) negra, parte dos quais não sobreviveu por razões financeiras e em virtude do abandono da segregação racial por parte dos clubes mais poderosos, que absorveram atletas daquela origem. Um exemplo foi o São Paulo Futebol Clube, composto por jogadores da área mais pobre do bairro de São Paulo, negros ou “mulatos escuros”, significando isto que os “mulatos claros” ou os muito claros (“cabritos”) atuavam no que em Luanda se designava por “clubes da Baixa”.

O modelo “metropolitano” não se mostrava apenas pelo grande número de filiais de clubes portugueses, mas também pela valorização atribuída a jogadores angolanos que fossem atuar no futebol português. Nos anos 1950, futebolistas como Peyroteo e Águas chegaram à seleção portuguesa, e Óscar, Fernando Mendonça e Eduardo Santos, mesmo sem terem entrado na seleção, afirmaram-se em Portugal. Nos anos 1960 foi a vez de Chipenda, Jacinto João, Inguila e Diniz.

No atletismo, o salto em altura português mobilizava muito em Angola e Tavares Alves (que mais tarde se exilou em França até abril de 1974) foi o primeiro saltador “português” a passar os dois metros. Já antes dele, os irmãos Mingas tinham batido recordes no mesmo contexto.

Em Angola, a mudança de atitude dos antigos clubes excludentes, foi decorrência da insurreição de 1961, que iniciou a

guerra pela independência e provocou do lado colonial uma política reformista de abolição da Lei do Indígenato e instruções a vários agentes políticos e atores sociais para evitarem práticas raciais muito evidentes.

Sobre a Lei do Indígenato, críticas sociais generalizadas eram ouvidas, com dois argumentos. Uns críticos apontavam seu caráter claramente discriminatório até em detalhes como os documentos de identificação pessoal e outros, com apego ao significado etimológico da palavra, insistiam em que a palavra indígena devia cobrir todos os naturais de Angola, fosse qual fosse sua raça. Esta insistência tinha tradição histórica e, artigos de mídia de começo do século XX, mencionavam o desprezo dos colonizadores “pelo indígena negro, branco ou mestiço”. Parte dos jogadores antes classificados como “indígenas” passaria, no decorrer dessa década, a integrar clubes informais de futebol que participavam num campeonato popular, organizado pela cervejeira Cuca. Este campeonato congregou, desde meados da década de 1960 até 1974, dezenas de clubes dos muceques ou bairros populares – localização da maior fatia do mercado consumidor do produto – muito competitivos, com forte presença de público e que propulsaram muitos jogadores para o futebol federado.

Fora do futebol, a prática de hóquei em patins, basquetebol, voleibol, atletismo e esportes náuticos localiza-se nos clubes maiores e no esporte escolar, onde nunca houve discriminação racial, embora a composição dessas equipes fosse consequência da composição do corpo discente dos estabelecimentos de ensino, ou seja, com distintos volumes de presença. Nos anos seguintes, ao desencadear da guerra de independência, tal composição era acentuatadamente multirracial até ao ensino médio e de larga maioria branca na Universidade criada em 1963 e na qual foi criado um clube com presença importante nos campeonatos de hóquei – o Centro Desportivo Universitário de Angola (CDUA).

Na verdade, nos campeonatos escolares, pelo menos desde meados da década de 1950, havia forte preocupação em evitar até referências à cor da pele. Foi assim que se popularizou entre os adolescentes – com rápida extensão a adultos – a frase “nossa equipe tem jogadores de cabelo que voa e de cabelo que não voa” ou “aquilo é jogo de cabelo que voa contra cabelo que não voa”.

Em modalidades como voleibol, basquetebol, handebol e hóquei em patins, os campeonatos escolares eram muito competitivos, tinham fases finais a nível de todo o território, atraíam torcidas numerosas e entusiastas, de tal forma que atletas adolescentes não abdicavam dessas competições, mesmo que estivessem em clubes federados.

O alargamento das infraestruturas de Angola fez parte daquela mesma política reformista de última hora para responder às críticas de subdesenvolvimento acentuado pela exploração colonial. A abertura de estradas, por exemplo, correspondia à necessidade militar e de aumento da circulação de mercadorias (a guerra colonial em Angola foi financiada com recursos angolanos), mas teve no plano esportivo o efeito de permitir a realização de competições regulares “provinciais” (a designação oficial das colônias portuguesas a partir dos anos 1950 era Províncias, embora a palavra fosse informalmente usada muito antes. Sua oficialização marca o começo da fase ultra colonialista).

Na década de 1960, fundam-se (ou reforçam-se) clubes ligados a empresas em áreas cafeeiras, como Os Dinizes (de NdalaTando, então Salazar) e o ARA da Gabela (Kuanza Sul) ou piscatórias, como o Independente de Porto Alexandre (hoje Tombwa), acentuando-se o apoio de empresários portugueses instalados no país a clubes de sua simpatia ou regiões de origem (os vários Benfica, Sporting e os F.C. ligados ao Porto).

A situação social de muitos atletas pobres obrigou vários clubes a fornecer apoio alimentar ou a oferecer emprego. Mesmo com alguns pagamentos propriamente desportivos, mantinha-se o caráter amador em virtude da relativa modéstia desses pagamentos, ou seja, o emprego na vida econômica era indispensável. Nesse aspecto, por exemplo, era excelente a posição dos Ferroviários, onde esses empregos eram nos próprios serviços patrocinadores.

Aspecto de alto relevo na relação entre a guerra dos anos 1960 e começo de 1970, era a forte presença de militares nas equipes de todas as modalidades desportivas, tanto angolanos (abrangidos pela mobilização militar obrigatória) como portugueses. No caso destes, redundou mesmo na conquista de títulos "provinciais" angolanos de futebol pelo até então modesto e quase desconhecido Futebol Clube do Moxico. Motivo: a maioria das operações guerrilheiras decorria nesse "distrito" e a maioria do contingente operacional português também lá se posicionava. O fim da guerra faria aquele clube voltar à existência modesta ou, durante algum tempo, de simples semi-existência. Mas enquanto durou, os militares envolvidos em competições de topo, se beneficiavam de quase isenção de tarefas no exército fazendo deles virtuais profissionais, situação que se verifica de novo no período pós-colonial.

Nos anos 1960, a mídia desportiva de Angola ganhou contornos mais profissionais, inspirada pela evolução da mídia desportiva portuguesa e pela narração de futebol de rádios brasileiras. Não se tratou de evolução importante segundo padrões internacionais, mas sim em comparação com décadas anteriores, quando a mídia de edição local (mas não de propriedade local e raramente com colaboração de locais) minimizava a cobertura do desporto angolano, com extremos de comentários paternalistas e ridículos e frequentes erros.

No período de meados dos anos 1950 até começo dos 1960, a extensa cobertura desportiva angolana limitava-se ao pioneiro jornal *Angola Desportiva* e a alguns rádio clubes, obrigando os diários portugueses publicados no país a reverem as linhas editoriais na matéria. A tendência cresceu após a insurreição de 1961 e o número de angolanos mestiços e brancos nessa área jornalística aumentou durante essa década, permanecendo no pós-independência. São exemplos desta geração, nomes como Carlos Pereira e Rui de Carvalho. No entanto, isto não anulou dados estruturais definidores: a propriedade e a direção desses órgãos, de qualquer ramo da comunicação, eram portugueses.

Com isso, pode-se dizer que no final do império colonial era notória a ausência de racismo estrutural no esporte, tanto na escalação das equipes como na composição geral do público. Neste caso, havia separações de lugar nos estádios e pavilhões em função da classe social que, em situações coloniais do tipo da existente em Angola nessa época, apresenta sempre componentes raciais no topo e na base da pirâmide, enquanto que os vários segmentos da classe média eram de composição multirracial. Esta composição era a que mais influía na composição das equipes e torcidas, gerando um clima de relacionamentos por cima das linhas raciais, superior ao do resto da sociedade.

Entre os dirigentes, porém, a presença de portugueses permanecia dominante, situação portanto comparável à da mídia, traduzindo as relações coloniais de poder no esporte também.

O desmoronar do sistema colonial provocou fuga massiva dos colonos portugueses, causando abandono ou paralisação de mais de 600 empresas industriais, quase todas as explorações agrícolas e severos desfalques em serviços públicos, alguns dos quais entraram em colapso. Esta situação reproduziu-se nos clubes.

A TRANSIÇÃO

A retirada, em 1975, de dirigentes, técnicos e atletas, conduziu ao abandono de instalações e paralisação seguida de desaparecimento dos clubes onde a presença portuguesa era largamente majoritária. Resistiriam clubes com maioria de dirigentes e atletas angolanos ou clubes com alguns dirigentes angolanos e bastantes praticantes nacionais. Nos casos em que se tratava de clubes filiais de portugueses, procedeu-se a mudança de nome (por orientação governamental). Sem esperar por essa orientação, o Portugal de Benguela rebatizou-se de Nacional.

Aquela mudança, porém, não impediu um fenômeno muito sublinhado por observadores do quadro angolano: a persistência de elevado número de torcedores angolanos de equipes portuguesas de futebol (raramente em outras modalidades) até hoje. É reconhecida a força da fidelidade nas opções de simpatia esportiva adquiridas na adolescência e é essa força que explica tal fidelidade mesmo em clima de exacerbação nacionalista. O futebol estava para além das diferenças políticas ou até culturais.

A importância dessas fidelidades permitiu sua reprodução para gerações posteriores, e o interesse pelo futebol português em Angola até hoje só é menor se comparado com o interesse pela seleção angolana. Mesmo o interesse pelo futebol de clubes locais oscila, consoante os anos e os níveis, entre igual ou inferior ao equivalente português, a tal ponto que em dado momento dos anos 1990, o FC Porto propôs uma final da Taça de Portugal em Luanda.

Novos clubes foram fundados utilizando sedes ou recintos de clubes considerados abandonados, mas no ano de 1975 e começo de 1976, a atividade desportiva organizada quase não existia a nível local e não existia de forma alguma a nível nacional. A razão era a situação de guerra que atingiu fortemente tanto as

idades como as zonas rurais, até março de 1976, enquanto o colapso do sistema econômico rapidamente fez cair os estoques alimentares no país, bem como a densidade e qualidade dos serviços médicos, dois fatores que se transformaram em sérios obstáculos à prática desportiva durante vários anos.

Assim, a atividade desportiva assumiu um perfil episódico e, nos primeiros meses da independência, apresentou pequenos torneios improvisados ou comemorativos de datas e festividades diversas e até um jogo entre veteranos da luta política opondo equipes designadas como da guerrilha e da clandestinidade.

À fragilidade da prática desportiva organizada nos primeiros anos da independência correspondeu um elevado grau de interesse pelas competições europeias. Em audiência desportiva de televisão, a Liga dos campeões europeus de futebol cedo ganhou o topo em Angola, para o que muito contribuiu o trabalho de Rui de Carvalho, com papel de relevo na vida desportiva pré-independência e jornalista que dirigiu parte da mídia pós-colonial. Na fase anterior e imediatamente seguinte às eleições de 1992, seria ministro da Comunicação Social. Como diretor da Rádio Nacional, organizou um grande apoio de torcida à equipe angolana de basquetebol júnior, que ganhou no começo dos anos 1980 o primeiro título africano para Angola e, ainda na mesma década, patrocinou o campeonato infanto-juvenil de futebol “Os caçulinhas da bola”, com características muito próximas – número e origem das equipes, tipo e volume de público – dos já referidos campeonatos patrocinados pela cervejeira Cuca, na década de 1960. A grande diferença residia na faixa etária.

O patrocínio da Rádio Nacional ao “Caçulinhas da bola” teve sua importância acrescida pelo apoio alimentar e de material de jogo, dois setores em que as carências nacionais da época eram dramáticas. Mas é também significativo do tipo de organização de que dispunha, então, o esporte e a vida em geral no país,

onde as iniciativas individuais assumiam relativamente tanta relevância como as estruturas organizadas. Uma vez mais, o esporte espelhava o conjunto da sociedade.

REORGANIZAÇÃO

A constituição de federações desportivas angolanas decorre a partir de final da década de 1970, mas já no início da década de 1980, a maior parte das que hoje existem estava formada. A de futebol (FAF), por exemplo, foi criada em 1979 (filiou-se à FIFA no ano seguinte) e nesse mesmo ano organizou um campeonato nacional com 24 equipas divididas por séries e escolhidas por cada província do país. No ano seguinte, o campeonato inclui as 14 melhores colocadas do ano anterior e, naturalmente, assistiu-se ao afastamento dos clubes das províncias com mais baixo nível, o que significou, a curto prazo, uma concentração de equipas das províncias com mais recursos e mais tradição no futebol de competição organizada. Principalmente Luanda, seguida de Benguela, Huíla e Huambo.

Ao mesmo tempo, afirmaram-se os clubes com mais suporte financeiro e/ou administrativo: o Primeiro d'Agosto, clube das forças armadas pelas vantagens que oferecia aos jovens em idade militar, vantagens apreciáveis se nos lembrarmos que o país estava em guerra; o Petro Atlético, graças ao patrocínio e importantes investimentos da Sonangol, maior empresa produtiva de Angola; o Primeiro de Maio de Benguela, enquanto a empresa África Textil teve força; o Sagrada Esperança do Dundo, clube ligado à companhia diamantífera; o Inter Clube, pertencente à polícia e o ASA, dependente da companhia aérea TAAG.

Inicialmente, estes clubes facilitavam abastecimento de primeira necessidade aos atletas num contexto de grandes

carências do mais elementar, obtinham para eles emprego nas respectivas empresas (em geral apenas com função desportiva) e, já no começo da década de 1980 alguns pagamentos em dinheiro eram efetuados. Ao mesmo tempo, foram contratados técnicos estrangeiros.

Nos dois primeiros anos seguintes à Independência surgiram fortes críticas políticas à profissionalização dos jogadores, abandonadas a partir do momento em que ficou evidente serem impossíveis resultados internacionais aceitáveis sem profissionalismo. Nesse debate teve grande papel, o dr. Eduardo Macedo dos Santos, primeiro presidente da FAF, ex-jogador do Sporting de Luanda (década de 1940 e 1950) e da Acadêmica de Coimbra (década de 1950), em cuja universidade se formou em medicina, sendo em 1961 membro da direção exilada do MPLA, com base na Guiné-Conacry.

Outras figuras de relevo no nacionalismo angolano têm currículos desportivos, como Daniel Chipenda (futebolista no Lobito e mais tarde também na Acadêmica de Coimbra), Ngola Kabango, nome adotado durante a guerra que mantém até hoje, dirigente da FNLA que jogou futebol num clube popular de Luanda (segundo testemunhos que recolhi, com o nome de Novato, informação que não consegui checar com ele), Rui e Saily Mingas (saltadores em altura com recordes portugueses), Rui de Sá (nome de guerra "Dibala"), coronel das forças armadas após a independência e ex-jogador de voleibol do Benfica de Lisboa.

Para se ter uma ideia do impacto daqueles apoios de entidades oficiais ou empresariais, basta referir que de 1979 a 2009, só os seis clubes mencionados conquistaram campeonatos de Angola de futebol, com a seguinte repartição de títulos: Petro: 14; D'Agosto: 9; ASA: 3; Maio: 2; Sagrada: 1; Inter: 1.

Na fase não federada, a atividade desportiva era organizada por ministérios ou empresas em torno de datas importantes

ou por desportistas que faziam parte dos quadros de uns e outras. Um evento, porém, tem significado especial pela preocupação de se manter uma tradição histórica, mesmo numa fase altamente conturbada – a realização da corrida de São Silvestre poucas semanas após a proclamação da Independência.

Esta prova, inspirada pela de São Paulo, tem uma história de décadas e é, no gênero, a principal em toda a África, com participação internacional e maior número de vitórias para atletas etíopes. Seu idealizador foi Demósthene de Almeida.

A Federação de Atletismo foi das primeiras que se criaram, tendo como primeiro presidente Armindo Fortes, ex-presença político.

A fundação da Federação de Voleibol é um bom exemplo e seus antecedentes vêm de um grupo de voleibolistas que desde 1976 se juntavam numa quadra de piso de asfalto do Banco Nacional, na rua Rainha Ginga, em Luanda. Alguns haviam estado no exílio, outros vinham do voleibol universitário e havia até um ex-funcionário dos serviços prisionais (onde no tempo colonial se jogava vôlei) que se dedicou à arbitragem.

Quando a FAV foi legalizada, sob a presidência de Rui de Sá “Dibala”, torneios começaram a ser organizados no Pavilhão do Rio Seco, sede do Primeiro d’Agosto (pertencente no período colonial ao Maianga, clube que desapareceu), inicialmente com equipes informais e variáveis.

Pouco depois, porém, clubes como o D’Agosto, o Petro e o Ferroviário interessaram-se e formaram equipes.

A organização do voleibol no Ferroviário – masculino e feminino – implicou aulas de iniciação para jovens que nunca tinham praticado ou melhoria para praticantes informais, o que significava desenvolvimento desportivo, cujos resultados deram ao clube vitória no primeiro campeonato de Luanda em masculino,

enquanto o feminino venceu não só vários campeonatos luan-
denses mas, posteriormente, campeonatos nacionais.

O Ferroviário é um caso interessante, pela sua tradição multirracial antes da independência e pelos esforços de dirigentes no imediato pós-colonial para resolver problemas de base, o principal dos quais era conseguir condições alimentares corretas para os atletas. O abastecimento alimentar era, desde 1976 até pelo menos 1991, a questão central de qualquer habitante de Angola, em virtude da escassez de produtos que marcou aqueles anos. Mas sem resolver esse problema nenhuma prática de esforço físico seria possível, sendo esse um dos motivos para a lentidão na subida de nível do esporte angolano.

Mas a década de 1980 tem também outras marcas, porque apesar das dificuldades, foi possível reunir apoios ou obter verbas oficiais que conduziram a vitórias motivadoras.

Em matéria de organização, Angola foi sede dos segundos Jogos de África Central, em cuja zona desportiva o país se situava então, passando nos anos 1990 com o fim do apartheid, para África Austral.

Com relação aos resultados, obtiveram vitória no campeonato africano de basquetebol júnior, com uma seleção que logo em seguida passou à principal e abriu caminho para uma sequência de nove títulos africanos e participações em mundiais e olimpíadas e teve início de uma sequência de vitórias em campeonatos africanos de handebol feminino, também seguidas de participações constantes em mundiais e olimpíadas.

CONTINUIDADES HISTÓRICAS

As condições políticas então vigentes tiveram também reflexos no esporte, em virtude da cobertura e comentários da mídia especializada.

Os 18 anos que decorreram entre os Acordos de Alvor (transição para a Independência) e de Bicesse (fim da guerra pós-colonial) foram de severas restrições à liberdade de expressão. Toda a mídia era propriedade estatal o que equivalia, nas condições de então, a ser propriedade do partido no poder. A liberdade de crítica resumia-se à crítica desportiva.

É regra geral nas situações de autoritarismo ou totalitarismo, intelectuais procurarem vias camufladas para fazerem críticas ou pelo menos mencionar de forma alusiva alguns problemas. Esta prática é secular e exerceu-se, por exemplo, durante a vigência de monarquias absolutistas na Europa, dela tendo saído livros como *Dom Quixote*.

Este fenômeno geral perante ditaduras, muitas vezes é organizado pela resistência clandestina que a designa como “frente legal”, forma de aproveitar a comunicação do adversário para difundir ideias ou fazer alusões que permitam associações de contextos. Muitas vezes, porém, é mera decorrência de iniciativas individuais. Na Angola pós-colonial tratou-se deste segunda componente e, em grande número de casos, sem intenção de alvejar o regime. Mas a persistência de estrangulamentos desportivos provocados pela conjuntura social ou por decisões incompetentes, criou espontaneamente um quadro em que à crítica do desenrolar de uma partida se juntavam quase sistematicamente observações críticas sobre orientações para o esporte no seu conjunto e, com o passar dos anos, elementos críticos usavam o comentário desportivo como via respiratória na escrita local, na medida em que todas as demais vias estavam sob forte monopólio do

partido dirigente e seus intelectuais mais ortodoxos. Os reformistas – ainda que simpatizantes do governo – participavam deste processo ou davam-lhe apoio discreto.

Isto se tornou tão notório que, em meados dos anos 1980 (referência aproximada, feita de memória), o ministro da Juventude e Desportos, Rui Mingas, protestou sem esconder o fundo do problema. Disse que estava insuportável receber tantas críticas porque em relação aos outros setores a crítica não estava autorizada. Frase pronunciada em círculos de seu relacionamento e dizia-se nos meios do esporte em Luanda que ele levantou o assunto em Conselho de Ministros.

A interrupção do conflito armado em 1991 e a campanha eleitoral de 1992, abriram uma fase de considerável liberdade de expressão na comunicação social e nos debates, ao mesmo tempo em que a esperança de normalização da vida nacional repercutisse positivamente sobre o esporte, limitou mais a crítica desportiva aos desempenhos nos estádios, quadras e pistas.

Em outubro de 1992, poucos dias após a publicação dos resultados eleitorais – base da esperada institucionalização democrática – a guerra recomeçou. Nos meses seguintes, o país conheceria os mais duros combates de toda sua história, onde se conjugaram enormes capacidades militares em zonas densamente povoadas, conjugação que não tinha ocorrido no passado.

Em quase todo o país, a atividade desportiva foi paralisada, mas um dos ícones do esporte angolano manteve-se, apesar de dezembro de 1992 ter sido um mês de guerra de grande intensidade em vários pontos do território e grandes incertezas no país inteiro.

A corrida de São Silvestre teve lugar nas ruas de Luanda, como em todos os anos desde que foi criada, exceto em 1961, ano em que teve início a luta armada pela independência, apesar de nesse final de ano haver menos riscos em Luanda que em 1992.

A história geral da corrida marca a primeira edição, em 1954, numa iniciativa de duas figuras centrais do atletismo angolano daqueles anos: Demóstenes de Almeida e Câmara Pires, inspirados pela São Silvestre de São Paulo. Nessa edição e nas duas seguintes, venceu Isidro Louro, do Clube Atlético de Luanda, símbolo do desempenho e sucesso que candidatos a atletas recém-saídos da infância naquela época queriam atingir. Algo como equivalente local do que a nível mundial se tornou o fundista checo Emil Zatopek, exemplo máximo da época.

A São Silvestre decorreu com atletas locais até 1963, tendo Antonio Esperança sucedido a Isidro Louro. Em 1964, com corredores de outros pontos do então império colonial português, venceu um moçambicano. Entre 1965 e 1967, venceram portugueses, depois ganharam sul-africanos por três anos e um rodesiano por dois anos, composição que traduzia no esporte a aliança de poderes brancos na África Austral de então.

Ao longo desses anos, a prova ganhou notoriedade internacional e, no ano da independência, em virtude da dificuldade em convidar estrangeiros, decorreu novamente só com atletas nacionais, como nos tempos de Louro e Esperança.

Em 1984, exemplo de ano de enormes dificuldades alimentares até para competidores, houve pela primeira vez prova no masculino e no feminino, tendo vencido a prova de mulheres uma atleta portuguesa.

Nesse mesmo ano, começou uma fase de pré-São Silvestre, algumas semanas antes da prova principal, como preparação para atletas nacionais, além das já mencionadas dificuldades.

Mas já nessa altura a supremacia da Etiópia, sobretudo no masculino, estava estabelecida. O número de atletas inscritos subiu até o número máximo de 3.500, considerável ao se comparar com os cerca de 800 em 1984. Em 2009, a verba fornecida pelo governo à organização foi de 29 milhões de Kz (dados em vários

órgãos da mídia em outubro desse ano) equivalentes a 322 mil dólares USA, ao câmbio do momento.

A partir da década de 1980, a Federação Angolana de Atletismo acrescentou ao nome popular de Corrida de São Silvestre, o nome oficial de Corrida Demóstenes de Almeida e, na virada do milênio, Isidro Louro era membro da comissão de honra da prova.

AS NOVAS OPORTUNIDADES

A guerra pós-eleitoral durou nove anos e quatro meses. Terminou em fevereiro de 2002, mas as dificuldades no esporte causadas pelo ambiente bélico terminaram muito antes, visto que os efeitos diretos de combates sobre os grandes e médios centros populacionais, quase desapareceram desde 1999.

É neste contexto que em 2001, Angola conquistou o título africano de futebol sub-20 na Etiópia e teve prestação correta no Mundial da mesma categoria na Argentina, sob a direção técnica do angolano Oliveira Gonçalves. Sucessos importantes porque motivadores, tanto de talentos quanto de investimentos.

A segunda metade da última década do século passado, já tinha permitido a realização de campeonatos nacionais em todas as modalidades possuidoras de mínimos organizacionais e Angola teve em ação diversas seleções nas respectivas competições africanas ou mundiais, (como foi o caso do basquetebol masculino, handebol feminino e hóquei em patins) e olímpicas. Do ponto de vista desportivo, toda África progrediu nesse bloco de anos. Casos como o atletismo deram lugar a confirmações repetidas do alto nível atingido por países como Etiópia e Quênia; no futebol, as seleções da Nigéria, Argélia, Tunísia e Camarões passaram a ser adversários respeitados e o fim do apartheid na África do Sul recolocou no cenário mundial um país com forte potencial desportivo.

Em 1998, um acontecimento histórico facilitou olhares sobre os caminhos do esporte angolano em muitas décadas. Nesse ano comemorou-se o centenário do nascimento de Demóstenes de Almeida Clington, nascido numa pequena localidade da ilha de São Tomé e falecido em Luanda em 1973. Figura central na organização e motivação desportiva, com impacto social muito para além do esporte, Demóstenes entrou e permanece na história como símbolo da busca constante de aperfeiçoamento, representando nas então colónias portuguesas uma postura semelhante a atletas negros norte-americanos.

Socialmente, essa mesma postura tem valor equivalente a escritores africanos de língua portuguesa, como Francisco José Tenreiro, também nascido em São Tomé, cujos poemas combatiam o racismo com constante referências desportivas: “quando nas Olimpíadas corres veloz/é África que está chegando” (no *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, de Mário de Andrade, anos 1950, citado de memória) ou “caminhos trilhados na Europa/ de coração em África/...cantando dizia eu em sua voz de letras as melancolias do orçamento que não equilibra/ do Benfica venceu Sporting ou não/ ou antes ou talvez seja que desta vez vai haver guerra/...De coração em África em noites de vigília escutando o olho mágico do rádio/ e a rouquidão sentimento das inarmonias de Armstrong” (“Coração em África” in *Obra Poética*, Lisboa, 1967).

Além de Louis Armstrong, este poema cita também Leopold Senghor, ou seja, dois nomes que atuaram no espaço cultural contra o racismo, essenciais para se compreender toda a geração nascida entre finais do XIX e começos do XX. Foi nesse espaço que Demóstenes atuou.

Além da influência pessoal nos seus pupilos, Demóstenes de Almeida inseriu-se como figura mais destacada de uma geração, que semeou e fez crescer a vida desportiva como parte da cultura angolana, estabelecida em bases que hoje chamaríamos

de identidade aberta. Thelmo Vaz Pereira, os irmãos Diogenes e Américo Boavida, Anibal de Melo, Serra Coelho, Saldanha Palhares, Luís Alberto Ferreira, são nomes que pela diversidade exemplificam tal tipo de identidade, como futebolistas, corredores, técnicos ou jornalistas desportivos.

Em 2006 Angola ficou mais visível no Atlas Universal com a classificação para a Copa do Mundo da FIFA, na Alemanha, onde teve uma derrota e dois empates, portanto, acima das previsões.

As previsões pessimistas partiam do princípio de que o primeiro lugar no grupo de classificação africano fora facilitado pela negligencia e excesso de confiança da Nigéria em dois ou três jogos. Havia também uma evidente falta de experiência internacional de todos os jogadores e, pensavam alguns, uma possível falta de entrosamento entre os que jogavam no campeonato angolano ("Girabola") e os que jogavam fora, sendo que neste caso estavam atletas de divisões secundárias da Europa e um de clube egípcio, Flávio, autor do primeiro e até aqui único gol de Angola nesta competição.

Esse sucesso relativo não se repetiu nas eliminatórias para a Copa do Mundo na África do Sul, nem deu lugar a exibições como se esperava na Copa de África das Nações de 2010 (CAN), organizada pela própria Angola, o que levanta a questão crucial da continuidade do trabalho e da soma de fatores criadores de bons e sustentáveis resultados.

No basquetebol masculino e handebol feminino, as vitórias de Angola nos campeonatos africanos, com relativa facilidade, traduzem uma supremacia que, nos campeonatos mundiais ou nas Olimpíadas não dá lugar a bons lugares na tabela. Nestes termos, tudo indica que as vitórias interafricanas são em larga medida produto do fraco nível dos adversários, tornando difícil avaliar o progresso real das respectivas seleções angolanas. Mais

competição com seleções de outros continentes é um imperativo, mas resta encontrar o quadro para tal.

Diversas disciplinas desportivas permanecem em Angola muito modestas e o relativamente fraco número de atletas explica em parte os desempenhos. O atletismo é um exemplo que pede muito mais competição interna, além dos curtos campeonatos nacionais e da São Silvestre.

CONCLUSÕES

Este estudo permite desde já algumas conclusões imediatas, sendo a primeira bastante óbvia: o futuro imediato do esporte angolano está ligado – como muitas outras coisas em Angola – à capacidade de investimento público que, por sua vez, depende dos royalties petrolíferos, dependência excessiva causada pelos limites do atual modelo produtivo. Esta capacidade não se refere apenas a aplicação direta no esporte, mas também na educação, na saúde e na qualidade geral de vida, condições sociais indispensáveis ao surgimento de talentos desportivos.

A segunda é que a maior parte dos investimentos de impacto são recentes demais para produzirem efeitos multiplicadores visíveis: aumento das verbas de preparação de seleções, construção de estádios de basquetebol e de futebol para os africanos, restauração do histórico estádio dos Coqueiros. Porém, no que se refere a infraestruturas, permanece alguma ansiedade sobre sua conservação, em virtude de anteriores dificuldades de manutenção do capital fixo, em vários setores econômico-sociais.

Na terceira conclusão, constata-se que no basquetebol, handebol e futebol, Angola superou o nível existente no período colonial e as estruturas federativas estão pelo menos no mesmo

nível. A única ressalva que se pode fazer é que em ambos os casos os níveis coloniais eram baixos.

A quarta conclusão é importante num país que viveu longo conflito armado. O clima geral que envolve as competições é pacífico, com ausência de *hooligans* e de rivalidades agressivas de torcidas.

Finalmente, é através do acompanhamento desportivo que grandes percentagens populares conhecem a geografia da Terra. Dado social constatável em todos os continentes, no africano está acima dos demais, em virtude das insuficiências escolares. Para a continuidade da linha universalista de Demóstenes de Almeida, é um detalhe importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Le Portugal et la Fin de l'ultra colonialisme*. Paris: François Maspéro, 1964.
- JONHSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber*. Buenos Aires, Clacso, 1999.
- SEN, Amartya. *Identity and violence*. Londres/Nova York: Morton, 2006.

CABO VERDE

Jogando no meio do Atlântico:
primeiros momentos do esporte
em Cabo Verde¹

Victor Andrade de Melo

IMPULSOS PARA UMA
SOCIABILIDADE PÚBLICA

Para falar do período colonial de Cabo Verde, poderíamos adotar como parâmetro de periodização os três grandes momentos de construção identitárias: a) os primeiros instantes do nativismo, observáveis na transição dos séculos XIX e XX; b) o segundo momento do nativismo, por Gabriel Fernandes (2006) chamado de nativismo lusitano-crioulo, um desdobramento da redução de possibilidades de participação em função da assunção de Salazar ao poder em Portugal; c) a crítica às construções anteriores, nas décadas pré-independência, quando surgem nas colônias os movimentos anticoloniais, com a peculiaridade de que, no caso cabo-verdiano, isso foi mais forte não no território do arquipélago, mas sim na Guiné-Bissau, liderado por um guineense-cabo-verdiano, Amílcar Cabral.

¹ Esse artigo é um resumo de uma investigação mais ampla sobre o esporte em Cabo Verde. Para mais informações, ver Melo (2010).

Em cada um desses momentos, bem como nos que se seguiram à independência em 1975 (os primeiros anos do pós-independência, o fim do projeto de Estado binacional com a Guiné, 1980, e a adoção do multipartidarismo, em 1991), podemos ver a mobilização do esporte na construção de orientações identitárias e projetos políticos. Nesse artigo, optei por discutir os primórdios do movimento esportivo na colônia, que correspondem em linhas gerais aos dois primeiros momentos antes citados, dando ênfase à implementação de duas práticas, o cricket e o golfe, informando também algo sobre o que depois seria o "esporte-rei" no arquipélago, o futebol.

Foi significativo o número de sociedades e clubes fundados em Cabo Verde entre o quartel final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Oferecendo um diversificado conjunto de atividades, de acordo com sua intencionalidade central podemos classificá-los em: a) recreativos; b) artísticos, notadamente teatrais; c) filantrópicos; d) esportivos (Oliveira, 1998).

Se essas iniciativas ainda não expressavam exatamente a efervescência que marcaria as décadas seguintes, certamente anunciavam que mudanças estavam em curso. Essas sociedades, naquele contexto histórico, tiveram grande importância para a história de Cabo Verde, já que: a) incentivaram a vida pública, promovendo o fortalecimento da elite local; b) ajudaram a configurar uma nova sociabilidade pública feminina; c) inclusive devido ao estímulo à leitura, contribuíram para a formação intelectual e cultural não só de seus agremiados como de outros interessados dentro do seu raio de ação; d) expressavam o desejo de sincronia com uma estrutura de sensibilidades em construção no cenário internacional.

Se, de alguma forma, a criação de clubes e a adoção de novas práticas de lazer tinham ligação com o que ocorria no cenário internacional, com as novas construções sociais e

simbólicas relacionadas à consolidação dos sentidos e significados da modernidade, não devemos investir na ideia de que se tratava um processo “mimético”. Devemos compreender a peculiaridade do caso caboverdiano.

A própria condição de colônia portuguesa trazia para Cabo Verde alguns desdobramentos. Portugal, na sua condição semiperiférica, teve menos influência no desenvolvimento das novas práticas do que aquela metrópole que era mesmo quase um colonizador do colonizador, a Inglaterra. Podemos supor que tais iniciativas se constituiriam como práticas emancipatórias, ainda que, no caso caboverdiano a reivindicação básica não fosse a autonomia jurídica, mas sim o pleno reconhecimento como parte do “glorioso império português”.

É importante considerar que, já desde o século XIX, em Cabo Verde encontramos atitudes que apontam para a construção de uma identidade local, mesmo que ainda atrelada ao colonizador, um laço que só será rompido, não sem polêmicas, já no pós Segunda Guerra Mundial, no quadro de lutas pan-africanas.

Nesse quadro, o esporte ter-se-á constituído como uma “prática deslizante”, uma das ferramentas que contribuiu para a “reavaliação das bases de legitimação e lealdade nacionais, para a reinterpretção dos seus sentidos e prática para a (re)emergência de novos sujeitos” (Fernandes, 2006, p. 33). Argumentamos, assim, que o estudo do esporte, nesse sentido, pode ajudar a pensar a relação colonizador-colonizado na especificidade tanto portuguesa quanto caboverdiana.

A CIVILIZAÇÃO CABOVERDIANA

Não foi uma característica contumaz dos britânicos impor em suas colônias todos os seus traços culturais, entre os quais

os esportes, em muitas oportunidades, inclusive, considerados “inacessíveis” para aqueles que não dispunham, numa visão colonial, dos mecanismos sensórios e intelectuais para entender o seu refinado funcionamento (especialmente os ideais de cavalheirismo e *fair play*). Tampouco os portugueses, a princípio, tiveram o claro intuito de usar a prática esportiva como instrumento de controle e disciplinarização. No máximo, com muitas ressalvas, os clubes se constituíram como mecanismo de identificação da elite metropolitana em territórios insulares.

Por que, então, o “colonizado” caboverdiano se envolveu tão rápida e enfaticamente com a prática esportiva? Para além do prazer e oportunidade de encontro oferecidas pelo esporte, havia a possibilidade de mobilizá-lo como estratégia para subverter a consideração do colonizador de que se tratava de “alguém menor”: civilizado que era, em certa medida algo reconhecido pela própria metrópole, que lhe concedia certas exceções no tratamento colonial, podia exigir um tratamento diferenciado. Demonstrar hábitos modernos, entre os quais o de fazer esportes e cuidar da saúde e do corpo, reforçava a ideia tão mobilizada, ora mais ora menos explícita e sempre com um fundo rácico, de que Cabo Verde era uma colônia distinta, superior.

Assim, com ênfases distintas nos diversos momentos da história do arquipélago, a construção de uma identidade local contemplou um olhar sobre o esporte (ou pelo menos ele foi um elemento importante nas tensões internas sobre o que deveria ser essa identidade); ao mesmo tempo, essa prática ajudou na consolidação do que deveria ser compreendido como “caboverdianidade”. Mas, como isso pode ter se dado de forma tão precoce em Cabo Verde, que condições havia para tal construção simbólica?

De um lado, há um traço comum com outras colônias africanas: a transição de uma sociedade eminentemente rural para

outra com características urbanas ocasionou o rompimento com uma anterior concepção de tempo (a passagem para uma lógica marcada pela artificialização dos tempos sociais, uma das consequências do próprio modo de produção fabril) e contribuiu para a estruturação de uma nova dinâmica e organização dos divertimentos. Como lembra Martin (1995, p. 71), até mesmo por isso, “enquanto europeus mais duros defendiam medidas punitivas, liberais investiam no conhecimento técnico das atividades de lazer, como o esporte e novas formas de música”.

De outro lado, há peculiaridades. Uma delas é o fato de que os caboverdianos aprenderam a bem lidar com a dubiedade colonial de Portugal, que sobrepunha Império e nação, postura necessária em função da necessidade de manutenção dos territórios em África, da peculiaridade do desenvolvimento econômico da metrópole (ao contrário de outras colonizações, a portuguesa não era fruto da industrialização) e da própria construção da ideia de uma nação lusa que extravasava o continente europeu, algo que tinha mesmo relação com as características geográficas do país. Essas dimensões tornaram-se mais contundentes depois dos fatos da Conferência de Berlim (1885) e do Ultimato de 1890.

Foi a partir das brechas e contradições dessa compreensão que, no meio do Atlântico, se foi constituindo uma proto-nação com aspirações modernas. Os caboverdianos, assim, ao mesmo tempo em que dialogavam com um processo macro, deram uma solução específica: não esperaram iniciativas de “civilização”, trataram eles próprios de se mostrar “civilizados”. O que nos interessa mais diretamente neste momento é que uma nova dinâmica de lazer e o desenvolvimento da prática esportiva foram partes constituintes desse processo.

Dois aspectos merecem destaque para compreendermos a eleição dessas estratégias modernas: o desenvolvimento precoce

de um sistema de educação e o surgimento de uma imprensa ativa, relacionados à existência de uma elite local.

Em Cabo Verde, em função das condições de seu “achamento” (ilhas desabitadas que foram colonizadas por povos de fora) e da falta de controle rígido da metrópole, desde o século XVIII percebe-se a formação de uma elite local, constituída inclusive por mestiços, que foi se fortalecendo à medida que os colonos brancos deixavam a terra em função das deficientes condições de desenvolvimento econômico. No caso específico do arquipélago:

a criouliização abre portas para que determinados segmentos populacionais comecem a presumirem-se detentores dos atributos antes reconhecíveis apenas aos grupos de maior prestígio e poder e a exigir um tratamento consentâneo com essa condição (Fernandes, 2006, p. 69).

Para não fugir do escopo de nosso estudo, não nos parece adequado discutir as polêmicas sobre a criouliização, que transitam entre os que a consideram uma estratégia eficaz de ressignificação e luta e os que a pensam como uma fuga que obliterou uma mais profunda tomada de consciência, passando por um grande número de matizes. Em linhas gerais, devo explicitar, concordo com Fernandes (2006) que, mesmo com limites, as ações dos crioulos não devem ser desprezadas, especialmente se estamos falando de construções identitárias.

Basta-nos nesse momento dizer que a criouliização foi um termo constantemente mobilizado pelos intelectuais caboverdianos; não poucas vezes o arquipélago foi apontado, curiosamente junto com o Brasil, como um dos maiores exemplos do planeta de mestiçagem bem-sucedida, um discurso que também impregnou muitos posicionamentos sobre a prática esportiva.

A ideia será, por exemplo, futuramente mobilizada para explicar porque esportes que são considerados de elite em outros países, como o golfe e o cricket, supostamente se tornaram, em

Cabo Verde, especificamente na Ilha de São Vicente, práticas populares. Isso teria sido possível em função das características superiores do crioulo caboverdiano, que soubera aproveitar o melhor dos dois mundos que o constituíram como ente autônomo: nem africano, nem europeu, um bocado dos dois, ainda que tenham sido enfáticos os debates sobre o quanto de cada um, cuja mais clara dramatização foram os embates entre Santiago e São Vicente, entre Praia e Mindelo, algo que também envolveu e foi dramatizado pelo campo esportivo.

Mesmo quando, em alguns momentos da história, em função de desdobramentos das mudanças em Portugal, reduz-se o poder e a influência das elites nativas, estas permanecem ativas e ainda mais dispostas a reivindicar tratamentos iguais. Com isso implementavam estratégias emancipatórias que marcaram definitivamente as relações entre a metrópole e a colônia. A resistência às ingerências coloniais (de caráter anticolonial, mas não antinacional) levou à construção, como contraponto, de um conjunto endógeno de compreensões sobre o que é ser caboverdiano. Com o decorrer do tempo, esta construção funcionou eficazmente e logrou grande grau de penetração e aceitabilidade entre os diversos estratos sociais do arquipélago.

IMPrensa E Educação

Na transição dos séculos XIX e XX, os intelectuais, mais do que apresentar-se, passaram efetivamente a ser reconhecidos como interlocutores/mediadores, substituindo mesmo a antiga elite proprietária de terra nessas funções. Em grande medida, progressivamente passou a ser construída a "ideia de que o caboverdiano desenvolveu um *ethos* próprio que o distingue dentro do contexto regional africano e universal" (Graça, 2007, p. 40).

Grande parte desses embates entre colonizado e colonizador teve a imprensa, que desde 1842 já se desenvolvera no arquipélago, como fórum principal. O aspecto notável é que não se trataram de iniciativas exclusivas de colonos, mas de periódicos feitos por caboverdianos, que, tratando de questões caboverdianas, trabalhavam na construção e difusão de uma autorrepresentação caboverdiana.

Isso foi possível, em certa medida tolerado, pelo fato de que não se reivindicava a quebra dos laços coloniais, sempre se pregava a lealdade à nação portuguesa, e fundamentalmente graças ao precoce desenvolvimento de um sistema educacional, algo que tinha relação com as próprias reivindicações e ações da elite local, mas também com os próprios interesses do colonizador, que podia usar caboverdianos bem formados e “leais” para ocupar espaço de liderança nas outras colônias africanas, minimizando o problema interno de Portugal não contar com mão de obra suficiente para exercer essas funções.

Era necessário materializar a autorrepresentação em construção com um conjunto de elementos simbólicos e materiais, entre os quais podemos situar a língua (o crioulo), a música e, como não dizer, também a prática esportiva. Por isso pode-se compreender porque essa importância da classe letrada, segundo França (apud Graça, 2007, p. 50), tem exatamente como um dos indicadores “o elevado número de associações de natureza recreativa e cultural fundadas em todas as ilhas”.

Assim, articulada com o contexto português (o liberalismo monárquico; as tensões de fim de século, entre as quais se destacam os conflitos com os ingleses, que, de qualquer forma, seguem dando as cartas; a necessidade de referendar o controle nas colônias africanas), com o contexto internacional (as novidades da modernidade que desembarcavam no mundo, ainda mais nos países que tinham portos em situação privilegiada) e com o

cenário interno (uma elite local letrada que desejava provar seus parâmetros civilizados), desenvolve-se uma nova dinâmica social na qual as atividades de lazer e esportivas encontraram terreno fértil para se instalar e se desenvolver como em poucas colônias africanas ocorreu. Aliás, eram bastante distintos os sentidos e significados da estruturação dessas práticas em Cabo Verde, já que não se estabeleceu estritamente como controle externo, mas sim como iniciativa e desejo endógenos.

Não surpreenderá saber que algumas dessas práticas, notadamente as esportivas, organizaram-se pioneiramente em São Vicente, a ilha que melhor expressou uma vitalidade cultural em função de uma educação ativa, de uma imprensa vibrante, da atuação de intelectuais notáveis, de sua sintonia com o mundo, via seu porto. Por lá quem dava as cartas não era a elite agrária, como em Santiago, mas sim uma elite intelectual e/ou ligada ao comércio internacional, indivíduos mais antenados com as novidades e com a ideia de progresso.

O CRICKET: O PRIMEIRO SPORT

O esporte, a princípio uma “invenção inglesa” que se sistematizou no formato moderno na transição dos séculos XVIII e XIX, rapidamente se espalhou pelo planeta no seio dos contatos materiais e simbólicos que marcaram fortemente o século XIX. Pelo convés dos navios a vapor, foram as modalidades que marcavam o caráter imperialista das elites inglesas, incorporados aos hábitos de oficiais e comandantes: cricket e golfe, por exemplo. Pelos porões, junto com os subalternos, foram aquelas que rapidamente foram apreendidas pelos mais populares: futebol, notadamente. Nesse processo, as influências não foram lineares, lidaram com as peculiaridades históricas e culturais locais. Vejamos o que houve no caso caboverdiano.

Ao contrário do teatro, que teve como lócus inicial de estruturação a cidade de Praia, o esporte se organizou pioneiramente em São Vicente. Na verdade, no terceiro quartel do século XIX deslocara-se para Mindelo o centro de desenvolvimento econômico e cultural de Cabo Verde. Isso tem relação com o próprio contexto internacional e com a situação estratégica do Porto de Mindelo.

Na segunda metade do século XIX, com a expansão do comércio internacional que fazia uso de navios a vapor, tornaram-se necessários entrepostos para abastecimento de carvão. Na Baía de Mindelo, no Porto Grande, que estava no caminho de várias importantes rotas, são instalados diversos depósitos de combustível, notadamente de companhias de capital inglês.

A Ilha de São Vicente foi uma das últimas do arquipélago a ser habitada, o que só começou a ocorrer definitivamente quando a primeira companhia de ingleses por lá se estabeleceu a partir do final da década de 1830, instalando um depósito de carvão de pedra. A empresa fora fundada nos anos iniciais do século XVII e servia à coroa inglesa fazendo o transporte de produtos (algodão, seda, chá, ópio, entre outros) do Oriente (Índia, China, entre outros) para Londres. Foi uma das responsáveis pela ampliação territorial do Império Britânico no momento em que esse assumia uma posição de liderança mundial no tabuleiro geopolítico internacional.

Mesmo que a East Índia tenha permanecido pouco tempo em Mindelo, logo outras companhias inglesas por lá se estabeleceram. Além disso, nas décadas de 1870 e 1880, a Western Telegraph instalou linhas telegráficas entre o país, o Brasil e a Europa. Com isso, mudou significativamente a paisagem da cidade, inclusive devido à instalação de infraestrutura adequada à nova movimentação comercial. Marília Barros lembra que esse período foi marcado por São Vicente ter se constituído no primeiro

centro urbano da colônia, pela sua grande contribuição para a economia do arquipélago, pelo desenvolvimento de uma burguesia local menos dependente da metrópole e por uma taxa de alfabetização incomum em um território colonial.

A presença britânica em São Vicente foi mesmo muito intensa. José Augusto Martins, originário de Cabo Verde que vivia em Portugal, narrando uma viagem que fizera à ilha na década final do século XIX, a bordo de um paquete da Empresa Nacional Portuguesa, percebe que, desde o navio, de nacional só mesmo a bandeira e uma parte da tripulação; de resto, tudo era inglês.

Mesmo que pondere que Mindelo ainda se encontrava abandonada pelos poderes públicos, observa que era uma cidade bastante diferente das outras localidades africanas:

E é aí, na comunidade e ao impulso do exemplo inglês, que o seu povo tem adquirido com os hábitos do trabalho e da dignidade da vida, e com o gozo das comodidades experimentadas, o estímulo de ambições que o impelem a progredir. E tudo o quanto é S. Vicente hoje, e toda a benéfica influência que ela exerce nos destinos de Cabo Verde, é devida direta ou indiretamente aos ingleses, é preciso dizê-lo com justiça (Martins, 1891, p. 87).

Martins, todavia, faz ressalvas, lançando um olhar crítico para a ferocidade dos ingleses no que se refere aos negócios e os desdobramentos dessa postura em São Vicente:

Hoje, esta ilha verdadeiramente não é nossa, ou é-o apenas naquilo e pela maneira que os ingleses querem que ela seja. A quase totalidade dos terrenos do litoral, tanto do Porto Grande como da Matiota, onde se podiam estabelecer depósitos de carvão, foram concedidos imprevidente e criminosamente aos ingleses (Martins, 1891, p. 87).

Outro que ressaltou a influência dos britânicos foi Francisco Xavier da Cruz, o B.Léza, um dos grandes nomes da música de Cabo Verde. Ele escreveu "Razão da amizade caboverdiana pela Inglaterra", em que faz um arrazoado das relações com os

britânicos. Para além de demonstrar pontualmente a presença de elementos culturais da Grande Ilha no arquipélago, o autor e compositor argumenta que há mesmo influências nos traços de personalidade do caboverdiano, notadamente o cosmopolitismo.

De fato, as relações entre Portugal e Inglaterra já eram fortes e desiguais desde o Tratado de Methwen, assinado em 1703. A Revolução Industrial e as Guerras Napoleônicas tornaram ainda maior a dependência da nação lusitana. As tentativas de reduzir a influência britânica, como por ocasião da Revolução Liberal de 1820, não lograram sucesso. Em 1842, um novo tratado, cujo foco era a repressão do tráfico clandestino de escravos, acaba por ampliar para os ingleses os proveitos dos contatos comerciais entre os países.

Nesse percurso, não foram poucos os que consideraram Portugal como um “quintal” da Grã-Bretanha. É nesse contexto que os britânicos acabam por conseguir aquilo que os portugueses não haviam conseguido: o povoamento e o desenvolvimento econômico de São Vicente.

De qualquer forma, parece consenso que essa influência dos britânicos ultrapassou os aspectos comerciais, se transformou em oportunidades de interações e trocas culturais, tendo deixado como marcas certos costumes que se estabeleceram como símbolos identitários.

Como bem define Manuel Lopes, o reflexo (ou a leitura acerca do reflexo) desse contato “na maneira de ser do povo daquelas ilhas, na sua educação, na sua cultura, no seu caráter, na sua sensibilidade”, transformaram São Vicente na “sala de visitas do arquipélago crioulo” (1959, p. 10). Segundo ele:

Por influência do Porto Grande, que lhe deu a possibilidade de um convívio permanente com outros povos e outras terras, o caboverdiano é sensível ao que se passa mundo afora (...). A mocidade ama também o desporto, que é praticado em grande escala (p. 11).

Era habitual, nas diversas colônias em que se instalavam, a criação de clubes ligados às empresas britânicas. Na verdade, o *ethos* esportivo já marcava as lideranças inglesas desde as *public schools*, como mostra Richard Holt (1989) e enfatiza Kirk-Greene (1987):

a qualificação de ser um bom desportista (sempre como um amador, nunca um profissional, com todas as nuances de classe inerentes a tal status) era de uma só vez um produto integral das *public schools*, bem como uma abertura social e um cartão de apresentação profissional. Em termos gerais, a partir de 1850, certamente até 1939, e frequentemente até os anos 1950, o sucesso no desporto escolar e universitário forneceu o denominador comum entre a *gentry*, as profissões da cidade e a fidalguia colonial (p. 84).

Se se tratava de uma dimensão importante para todos que vislumbrassem ocupar postos de importância no império britânico, Kirk-Greene sugere que era ainda maior para os que viriam a trabalhar na África, inclusive em função da compreensão de que eram mais rígidas as exigências no que se refere às condições da natureza e estruturais locais:

O *motif* dos jogos de equipe, tão valorizados e bem-vindos pelos comitês de seleção como uma qualidade admirável e difundida entre candidatos bem-sucedidos, foi possivelmente mais importante nas relações administrativas coloniais entre os colegas do que no que se refere aos africanos (Kirk-Greene, 1987, p.110).

Os ingleses levaram alguns de seus hábitos para as localidades em que se estabeleceram. Mas se eram seletivos, como se deu a difusão do esporte? Em alguns casos, o esporte foi utilizado como forma de estabelecer relações com uma elite local (caso do cricket, na Índia). Em outras oportunidades, não havendo possibilidade de compor equipes exclusivas, convidavam os nativos a participar dos jogos. Em muitas ocasiões, os nativos aproveitavam os espaços de interrelação para aprender a prática.

Ramos (2003) nos mostra que em São Vicente os ingleses organizaram suas atividades esportivas:

Devo esclarecer que os ingleses possuíam cá no Mindelo, cinco *courts* de tênis espalhados pela cidade e dois estrados de cimento armado para a prática do cricket, sendo um na chã de Alecrim e outro na antiga Salina, hoje praça Estrela. Desses cinco *courts*, o primeiro foi construído no século passado no Quintalão da Vascônia, mesmo junto ao citado Pavilhão da Salina e além disso, eles construíram também 2 campos de golfe, nos arredores da cidade (p. 95).

Ao discorrer sobre essa influência no desenvolvimento de hábitos esportivos entre os habitantes da ilha, Ramos é categórico:

apesar dos britânicos viverem isolados do povo, havia sempre nacionais que os acompanhavam no seu dia-a-dia, por exemplo, como serventes, ajudantes, como *caddies* no golfe, no tênis, apanha-bolas no futebol, aprendendo, imitando os costumes e o estilo característico dos ingleses, transmitindo simultaneamente à geração... Eles deixaram profundas raízes e marcas indeléveis, quer nos grandes da sociedade e também nos habitantes humildes de S. Vicente (...). No desporto, então, é que nos deixaram profundamente vinculados, em todo desporto praticado em S. Vicente, desde o futebol, o tênis, o cricket, o golfe, o basebol (o chamado rodeada pau ou corrida pau), o footing, a natação, o *cross*, o uso constante do short branco e camisola e meias altas da mesma cor (p. 92).

Esses espaços de contato, portanto, foram fundamentais para que aquelas práticas, a princípio “europeias”, fossem se estabelecendo. Um exemplo: no dia de Natal, era comum que ingleses promovessem festas populares, oportunidades de encontros com os nativos; o mesmo se passava nas festividades do dia 22 de janeiro, data comemorativa do município, quando eram organizadas, entre as atividades, corridas entre britânicos e os caboverdianos. Outro exemplo: ingleses, funcionários das empresas carvoeiras, estiveram entre os primeiros habitantes da Praia da Matiota. Por lá fundariam clubes de cricket e tênis, instalariam um

trampolim de saltos. Ainda que os nativos achassem distante essa praia, para lá se dirigiam para acompanhar os britânicos praticando esportes. Nessas oportunidades acabavam por aprender os novos hábitos. Aliás, como informa Ramos (2003), não surpreende que durante muitos anos esse balneário tenha sido utilizado pelos caboverdianos para a prática esportiva, para exposições atléticas e acrobáticas, para experiências de lazer. Segundo ele, ao falar de sua infância:

os meninos da rua entretinham-se a jogar futebolim com bola de meia, ou então ténis com raquetes feitas de tabuinhas de caixote de petróleo. Outras vezes, jogávamos o cricket com tacos de tona de rama de coqueiro e bola dura forrada de linha de feira (p. 165).

O próprio banho de mar torna-se um hábito distinto, à moda do que propunham os europeus. De um lado, passa a ser um costume mais difundido; de outro, surgem novos rigores. Como lembra Ramos (2003):

Antigamente, quando senhoras de respeito iam tomar banho de mar usavam toucas de borracha para proteger os cabelos; o fato de banho era azul escuro ou preto e consistiam em calções com saio de lã grossa a cobrir os joelhos, mangas curtas com listas brancas nas orlas. Os homens por sua vez usavam fato idêntico, às riscas e era uma espécie de roupa à marinheira (p. 149).

Segundo informa Antero Barros (1998), o primeiro a organizar uma equipe de cricket com os trabalhadores, foi o inglês John Miller, da companhia Miller's & Cory's, no que logo foi seguido pelo funcionário Morgan da Wilson & Sons e por John e Planker da Western Telegraph. Os jogos eram disputados em um campo construído, pela Companhia Cory Brothers, já em 1879, na antiga Salina, onde também se praticava o futebol e outras provas atléticas. Segundo Ramos (2003):

Ali era o campo oficial de futebol e era onde se praticava atletismo e todas as modalidades desportivas, desde o futebol, cricket, corridas de velocidade, saltos à vara e em altura, lançamento do dardo e do disco, enfim, uma autêntica escola do desporto mindelense! (p. 16).

Em 1913, conforme informa Ramos (2003), Jonatham Willis e George Smalcomb solicitaram um terreno para a construção de um pavilhão de cricket no Alto da Matiota, localidade que depois ficou mais conhecida como Chã d'Alecrim ou Chã do Cricket, lá instalando o St. Vicent Cricket Club. Nessa ocasião, já eram acompanhados com interesse os tradicionais torneios (que seguiam o mesmo ritual britânico, inclusive com o "*five o'clock tea*"):

Os espectadores lá fora à volta do campo eram o povo em geral que apreciava bastante esse desporto e ia aprendendo e aperfeiçoando os seus conhecimentos por essa modalidade desportiva praticada pelos britânicos em S. Vicente. Com muita atenção fixavam a técnica de *bowler*, do *wicket keeper*, da colocação do *bat* na marca do tapete e na dos jogadores ao largo do estrado (Ramos, 2003, p.94).

Como se pode perceber, os mindelenses, tendo contato com o cricket, passavam a praticá-lo. Não devemos negligenciar, aliás, o fato de que eram próximas as relações com os donos das empresas carvoeiras; sem falar que a possibilidade de acesso a novas profissões, com melhores salários, e o desenvolvimento do comércio, propiciaram uma certa ascensão social para um grupo local. Algumas vezes, os locais eram até mesmo convidados para completar as equipas de europeus, bem como para participar em partidas realizadas com as tripulações de navios estrangeiros que atracavam no Porto Grande.

A prática foi se difundindo pela população. Não tardou para que os mindelenses comesçassem a também organizar seus jogos, aproveitando os horários vagos das canchas inglesas (algo nem sempre visto com bons olhos pelos estrangeiros) ou criando seus espaços próprios (ainda bem precários, é verdade).

O campo da Salina ficou para que os mindelezes realizassem seus jogos, uma evidência de que eles já eram comuns. Barros (1998) lembra que, com o decorrer do tempo, muitos caboverdianos chegaram a destacar-se em outros países por sua habilidade no esporte, tocando em uma questão central na história do país: a emigração.

Alguns anos mais se passaram e os nativos criaram agremiações próprias: o Clube Africano de Cricket (1915), o Grêmio Sportivo Caboverdiano (1916) e o Club Sportivo Mindelense (1922). Com isso, aumentaram as rivalidades entre os estrangeiros e os da terra, como lembra o músico B.Leza:

Ainda nos lembramos aquelas saudosas tardes cheias de sol *doirado*, em que os ingleses desembarcavam na ponte da Alfândega ou no cais número um, trazendo as bandas de música que enchia de alegria as ruas do Mindelo até o Campo da Salina ou da Mاتيota, onde se disputavam os desafios de cricket ou de futebol, entre caboverdianos e ingleses (apud Barros, 1998, p. 11).

Antero Barros, um dos mais antigos líderes do esporte caboverdiano, argumenta que o cricket viveu nesse primeiro momento sua fase áurea. Posteriormente, ele entraria em decadência e em alguns períodos praticamente deixaria de existir.

De qualquer forma, o esporte já deixara marcas na construção identitária de Cabo Verde, já tinha sido apreendido como um dos elementos que demonstrava a cultura elevada dos caboverdianos, ainda mais dos mindelenses, que se julgavam mais europeizados do que africanizados, representantes fidedignos do sucesso da expansão da cultura lusa pelo mundo.

A GINÁSTICA: UM NOVO PERFIL DE ATIVIDADES FÍSICAS

A primeira agremiação com uma vertente mais claramente esportiva formada majoritariamente por naturais parece ter sido o Club Mindelo, fundado em 1904. Mesmo se apresentando como uma “associação literária e de instrução”, previa em seu artigo 2º: “proporcionar o desenvolvimento físico por meio da ginástica”. Como observa Oliveira (1998): “Note-se (...) a primazia dada às atividades físicas. Talvez resultado da influência britânica, mas que anuncia já os clubes do século XX em que a cultura cede o primeiro lugar ao desporto na motivação dos sócios” (p.95).

A referência à ginástica é um claro indicador da busca de sintonização com um novo conjunto de exigências da modernidade, entre as quais os cuidados com o corpo, com a saúde e com a higiene. Certamente isso tem mesmo relação com os novos parâmetros de vida trazidos pelos ingleses que habitavam Mindelo, mas também com o diálogo com outras matrizes europeias. A ginástica já era, ao final do século XIX, uma preocupação e motivo de investimento em muitos países, entre os quais Suécia, Dinamarca, França, Alemanha e mesmo o Brasil.

Não surpreende que já nos primeiros anos da década de 1910 tenha sido criado, em Mindelo, um grupo de escoteiros, movimento fundado alguns anos antes pelo general inglês Baden Powell, a partir de suas experiências de condução de jovens em campanhas militares na África do Sul. Eram chefiados por Simão Barbosa, um dos educadores notáveis de São Vicente, um dos envolvidos com a criação do tradicional Liceu de São Vicente, personagem importante da sociedade mindelense. Além das atividades clássicas de campismo, os *boys scouts* possuíam um grupo de teatro e praticavam a ginástica.

A ginástica virou até motivo de curiosidade pública, apresentada à população em exposições, como vemos a seguir:

A ginástica sueca executada (...) agradou muito, despertando admiração o fato de se não desconectarem os meninos, quando, em outras circunstâncias, poderiam assustar-se e interromper os exercícios.²

Chegou-se a organizar récitas a favor do grupo de escoteiros. Como informa Joaquim Saial (2006):

Ainda no mesmo ano (1913), em 7 de novembro, houve no Mindelo uma récita a favor dos escoteiros (*boy-scouts*), organizados por Simão Barbosa, que reverteu para o cofre dos mesmos. Cantou-se "A Portuguesa" – acompanhada ao piano por uma miss Eveleigh, à rabeça por Chaluío e Correia e ao violão por Mariano e Martinho –, representaram-se comédias, cantou-se a "Sementeira", fez-se ginástica sueca, e "o filhinho do sr. Frusoni, com uma divina voz, demonstrando a sua veia artística italiana, prendeu a assistência, cantando duas canções napolitanas. Foi justamente mimoseado com um lindo bouquet de flores." Dois italianos participaram também nesta récita: Temistocle Neri, que cantou uma romanza da ópera "Fédora", e P. Bonuci (sic) [Pedro Bonucci, tio paterno de Sérgio Frusoni, longo dono da Loja Central e proprietário da Central Eléctrica, como nos conta o professor Mesquitela Lima] que "numa canção napolitana, teve uma entrada primorosa e a execução saiu superiormente cativante".

Os rapazes chegaram a se apresentar em Praia:

Principiou o espetáculo pela apresentação de um grupo de 18 alunos os quais, sob a direção do seu professor, Simão Barbosa, executaram com muita correção e uniformidade vários movimentos livres de ginástica sueca (p. 2).³

Enfim, os *boys-scouts* estavam plenamente inseridos no quadro sociocultural caboverdiano do momento, marcado pela influência estrangeira, pela busca de sintonia com os novos padrões modernos, entre os quais o combate à monotonia e o desenvolvimento de uma vida pública dinâmica, ainda que regulada pelos discursos de saúde. Na verdade, é possível perceber que em muitos países africanos:

² *O Futuro de Cabo Verde*, ano 1, n. 30, 20 de novembro de 1913, p. 3.

³ *Independente*, ano 1, n. 15, 12 de agosto de 1912.

esforços para organizar a recreação africana a princípio atraíram as elites. O escotismo foi visto como um excelente treinamento base para formar uma elite que por sua vez, irá exercer boa influência sobre as massas (Martin, 1995, p. 92).

A diferença do caso caboverdiano é que se tratava fundamentalmente de algo que tinha raízes locais, não uma imposição externa.

GOLFE

A prática do golfe sempre teve um sentido bastante inusitado na Ilha de São Vicente, tão curioso que a destacou mundialmente. Um dos aspectos mais peculiares é o fato de que, em função das condições climáticas, das características do solo e da escassez de água e, por conseguinte das dificuldades para cultivar grama, os campos nunca foram exatamente "greens", mas sim "browns". O Clube de Golfe de São Vicente até hoje segue sendo o único do mundo que disputa suas provas na terra.

Outro aspecto curioso é que comumente se argumenta que no arquipélago, especialmente em São Vicente, trata-se o golfe de uma prática popular, acessível a todos. Vejamos como Baltasar Lopes se refere ao tema no prefácio do livro de Barros (1981):

Como se sabe, o golfe pertence ao número das actividades desportivas reservadas ao escol social, definido, em regra, pelas suas disponibilidades financeiras. Ora, em S. Vicente assiste-se (assistiu-se sempre no que creio poder afirmar) ao facto curioso de a prática do golfe ter sido sempre livre, isto é, aberta a todas as camadas da população, bastando apenas o gosto pela modalidade e o mínimo de aparelhagem técnica (p. 5).

Segundo Lopes, isso se tornou possível porque, quem vivia próximo aos campos de golfes dos ingleses, aproveitou para aprender o jogo, criando alternativas para praticá-lo:

Refiro-me ao fato de, então, os garotos terem os seus “cam-pinhos” espalhados por toda a cidade e adjacências: era cavar um buraco no chão, para meter a bola num plôche – crioulização de approach, e com o único pau para todo serviço (era o lofta) e já estava o jogo instalado e implantado (p. 6).

Com o golfe se deu um processo semelhante ao que ocorrera com o cricket: se a princípio era uma prática exclusiva e restrita, logo os nativos se aproximaram e se apropriaram. Os *caddies*, normalmente jovens mindelenses responsáveis por carregar os tacos e bolas, utilizavam o campo no momento em que os ingleses e/ou portugueses não estavam jogando.

Será que isso pode mesmo ser observado ou trata-se de mais uma construção ideal relacionada aos sentidos e significados que adquiriu a caboverdianidade no decorrer da história? Trata-se de um tema que merece ser analisado na interface das duas possibilidades.

Os ingleses da Western Telegraph foram os responsáveis pela introdução do golfe em Cabo Verde. Segundo Barros (1981), já nos anos finais do século XIX eles construíram um campo na Ilha de São Vicente, onde disputavam jogos com certa constância. Em 1933, da fusão do The Western Athletic Club, do St. Vicent Sport's Club, do St. Vicent Golf Club e o St. Vicent Lawn Tennis Club (todos fundados na década de 1920), foi criado o St. Vicent Golf Cape Verde Island and Lawn Tennis Club, restrito a ingleses e poucos convidados (a princípio, só havia dois portugueses).

Alguns mindelenses, entre os quais Antero de Barros, fundaram, em 1938, uma agremiação própria, o Lord Golf Club.⁴ Para tal, contribuiu o sucesso de uma competição, aberta a todos da ilha, organizada logo antes da fundação da agremiação, no mesmo ano de 1938.

⁴ Na verdade, já existia anteriormente um clube de futebol chamado Lord, que muda de perfil e passa somente a se dedicar ao cricket e especialmente ao golfe (Barros, 1981).

Para além dos jogos internos dos clubes, havia disputas festivas, como as de telegrafistas versus não telegrafistas, que procuravam seguir todo o ritual da prática, inclusive com o *lunch* no intervalo.⁵ Nesse momento já havia também competições entre os sócios de agremiações locais, entre eles o Clube Sportivo Mindelense e o Grémio Recreativo Castilho. Segundo Barros, na ocasião três grupos praticavam o golfe:

Os ingleses utilizavam o Campo da Amendoeira (Big Tree) e parte do antigo Campo da Cova Inglesa; os 'portugueses' (grupo liderado por Virgílio Malheiros) e os jogadores do Lord utilizavam esse último campo (p.18).

Aproveitando que os ingleses do St. Vicent mudaram de sede (para o Campo da Amendoeira), para se afastarem ainda mais dos nativos e dos funcionários públicos portugueses, de forma a manter o sentido de exclusividade, os colonos, liderados pelo Capitão Ferreira Pinto, administrador de São Vicente, fundaram uma nova agremiação, o Clube de Golfe de São Vicente (1940), autorizada pelo decreto n. 14 de 6 de abril de 1940, que inclusive relacionava a iniciativa ao desenvolvimento do turismo na ilha. Com isso, os mindelenses, que já tinham que chegar muito cedo para jogar, antes da chegada dos portugueses, foram impedidos de frequentar o antigo campo. Barros (1981), que presidiu o clube desde a fundação até 1951, informa que inclusive havia policiamento para que a ordem fosse cumprida.

Os membros do Lord, então, conseguiram autorização governamental e construíram, com seus recursos, muito trabalho e organização (em seis meses), um campo de 18 buracos, onde ficaram por quatro anos. Ao comentar o esforço de todos que contribuíram, Barros lembra que o fizeram por "amor à terra natal". Mas amor a uma terra que lhe tirava os terrenos (Portugal)? Ou o local

⁵ *Notícias de Cabo Verde*, ano 1, n. 5, 17 de maio de 1931.

aqui se refere a Cabo Verde? Ou tratava-se mesmo amor de ao esporte que tanto significava para os locais?

Na verdade, como lembra Barros (1981): “o golpe do capitão Ferreira Pinto estava condenado a um fracasso, na medida em que o golfe tinha raízes muito profundas na massa popular do Monte, Dji de Sal e Monte Sossego” (p. 19). Não tardou para que os caboverdianos fossem convidados a integrar o Golfe de São Vicente, já que os portugueses não davam conta de manter o clube; com isso deixa de existir o Lord.

CONCLUSÃO

Os ingleses também foram os responsáveis pela introdução de outras modalidades em Cabo Verde. Obviamente que nem todos os esportes foram implantados a despeito de serem praticados por eles. Por exemplo, a natação e o remo sempre foram comuns como práticas ocasionais, mas não como competições estruturadas, fato curioso, já que o arquipélago a princípio forneceria todas as condições para estimulá-las, inclusive porque muitos caboverdianos se destacaram como bons profissionais da área náutica. A título de comparação, o Clube Naval de Luanda foi fundado em 1883, permanecendo ativo até os dias de hoje.

Foi também na virada dos séculos XIX e XX que se introduziu na colônia o futebol, que depois se tornaria o esporte-rei no arquipélago. No caso caboverdiano, essa modalidade, de alguma forma, tumultuou as construções identitárias intelectuais, sendo motivo de preocupação constante de alguns claridosos (o segundo momento citado no início), que, aliás, foram praticantes de cricket. Vejamos um dos pronunciamentos de Baltasar Lopes:

O cricket, antes de o futebol se impor às massas, era o “desporto-rei” do Mindelo, suscitador de enorme entusiasmo popular

até as duas primeiras décadas do presente século. Lamento, disse, a substituição do cricket pelo futebol por duas ordens de razões: o futebol é de aprendizado técnico e de execução mais elaborada e difícil que o cricket; em segundo lugar o desgaste físico produzido pelo consumo de energia na prática do futebol implica o contrapeso de uma alimentação quantitativa e, principalmente qualitativamente fora do alcance do jogador comum. Ora, o cricket pelas suas características acomodase às potencialidades da cachupa extrema (apud Barros, 1998, p. 65).

Lopes promove uma verdadeira inversão de sentidos usuais: ao contrário do que normalmente se considera, para ele o cricket seria de mais fácil prática do que o futebol, normalmente conhecido, do ponto de vista material e técnico, como um dos mais acessíveis esportes. Haveria até mesmo razões alimentares, segundo seus argumentos, para estimular o jogo dos bastões.

Independentemente da procedência de seus argumentos, parece claro que estava em jogo uma certa visão do que seria mais apropriado tendo em vista a representação de caboverdianidade historicamente construída, da qual aquele poeta e escritor foi um dos artífices mais privilegiados.

O futebol expunha os limites das representações cavaleirescas construídas ao redor do cricket e do golfe. Se essas duas práticas ajudavam a enaltecer a ideia de que o caboverdiano era um "lord", o que o colocava em um patamar superior a seus congêneres africanos, motivo pelo qual Portugal deveria tratar a colônia como parte efetiva do Império, uma antiga reivindicação dos líderes do arquipélago, os campeonatos do velho esporte bretão feriam tal construção, já que os conflitos e a violência eram constantes, algo sempre repreendido pelos intelectuais e jornalistas, suscitando debates profundos que tocavam na própria questão da identidade.

De qualquer forma, espero ter demonstrado que o esporte, em Cabo Verde, mais do que uma estratégia de controle do

colonizador, foi uma estratégia do colonizado para não se mostrar colonizado, mas sim parte do mesmo povo que compõe o colonizador. Tratava-se, portanto, de uma estratégia anticolonial, ainda que não antinacional, algo que tem profunda relação com a própria construção da identidade local, a caboverdianidade.⁶

Se estou certo nessa argumentação, a investigação do esporte tem muito a contribuir para nossas discussões não só sobre Cabo Verde e sobre a prática em si, como também sobre a própria colonização e mesmo sobre a ideia de lusofonia.

⁶ Para mais informações sobre as peculiaridades dos debates identitários caboverdianos, ver Fernandes (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- BARROS, Antero. *Subsídios para a História do Golf em Caboverde*. S. Vicente: Clube de Golfe de S. Vicente, 1981.
- _____. *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*. Praia: COC/CPV, 1998.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- GRAÇA, Camilo Querido Leitão da. *Cabo Verde: formação e dinâmicas sociais*. Praia: IIPC, 2007.
- HOLT, Richard. *Sport and the British: a modern history*. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- KIRK-GREENE, Anthony. Imperial administration and the athletic imperative: the case of the district officer in África. In: BAKER, William J., MANGAN, James A. (eds.). *Sport in Africa: essays in social history*. Nova Iorque: African Publishing Company, 1987. p.81-113.
- LOPES, Manuel. Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana. In: JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.
- MARTIN, Phyllis M. *Leisure and society in colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MARTINS, João Augusto. *Madeira, Cabo-Verde e Guiné*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1891.
- MELO, Victor Andrade de. *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*. Rio de Janeiro, 2010. Relatório de investigação de pós-doutorado em História Social: Universidade Federal Fluminense.
- NOGUEIRA, Gláucia. *O tempo de B.Léza*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.
- OLIVEIRA, João Nobre de. *A imprensa cabo-verdiana: 1820-1975*. Macau: Fundação Macau, 1998.
- RAMOS, Manuel Nascimento. *Mindelo d'outrora*. Mindelo: Gráfica do Mindelo, 2003.
- SAIAL, Joaquim. Aspectos da biografia de Sérgio Frusoni. 2006. Disponível em: <http://saial.info/index.php?option=com_content&task=view&id=121&Itemid=37>. Acessado em 21 de março de 2010.

Pontapé inicial:
um estudo de caso do futebol no
Cabo Verde moderno

Fernando Borges

INTRODUÇÃO

Na aventura dos descobrimentos e nos processos de colonização não consta que houvesse bolas nos porões das caravelas. A interação entre metrópole e colônia se dava através da troca de mercadorias, da catequização e presença da igreja e do devir civilizacional. Apesar das variadas possibilidades de origem do futebol, o que ainda vale é seu início na Inglaterra do século XIX, e através da influência exercida pelo império inglês se espalhou pelo mundo. Primeiramente, os esportes foram introduzidos como instrumentos da dominação colonial (Baker e Mangan *apud* Giulianotti, 1999), hoje, os grandes clubes do mundo – onde se inserem Benfica, Porto e Sporting – são novas caravelas, um dos poderosos instrumentos do processo de ocidentalização.

Para Richard Giulianotti, existe um novo “poder imperial” que é formado pelas grandes companhias transnacionais e empresas comerciais. Neste sentido, os grandes clubes de futebol do mundo operam na mesma escala que as grandes transnacionais, estando lado a lado tanto a Coca-Cola e o Real Madrid, como Mota-Engil e o Benfica.

Além disso, como ressaltou Bea Vidacs (2006), as práticas esportivas oferecem pistas muito importantes para a compreensão de eventos sociais, políticos, culturais e históricos. Para que o entendimento desses fenômenos seja correto, é preciso que, além dos aspectos metodológicos, os pesquisadores tenham um cuidado especial em relacionar o esporte com as causas sociais e levar em conta os reais interesses da população. Por conta disso, apesar de o esporte trazer inúmeros momentos de lazer e felicidade – inclusive para aqueles que trabalham e escrevem a seu respeito – não se pode deixar de manter o olhar crítico.

Levando em consideração as preocupações levantadas por Paul Darby (2006) e Nuno Domingos (2006) de que estudos sobre o esporte e futebol nos países africanos de Língua Portuguesa era muito escasso, e tendo em conta que a produção do mesmo tipo de trabalho em Cabo Verde é ainda menor, esse artigo se insere no que se espera ser uma pesquisa maior sobre o futebol em Cabo Verde. Não só em relação à produção acadêmica faltam informações, mas também no que diz respeito aos dados atuais, a própria federação de futebol local não possui dados históricos, nem de saída de jogadores, nem de estatísticas e números de público. Espera-se, assim, contribuir para o acervo de estudo sobre a questão esportiva em Cabo Verde e, quem sabe, nas ex-colônias portuguesas, favorecendo o diálogo entre outros países, com realidades semelhantes. Devido ao pouco material existente, no caso do presente artigo, escolheu-se por uma abordagem inicialmente mais ampla, com objetivo de dar um primeiro panorama, para, na sequência das pesquisas, poder ir mais a fundo em outras questões.

O presente artigo trata de como a população cabo-verdiana é fã do futebol português, mais até do que das competições locais. Apesar de ser esse um dado comum para quem vive a realidade local, elaboramos um questionário com a população

para mostrar a real dimensão da preferência dos cabo-verdianos. Depois desse levantamento, é a nossa intenção procurar algumas explicações para o fato de que o caboverdiano prefere e se emociona mais com o campeonato português, especificamente com Benfica, Porto e Sporting, do que com as equipes nacionais. Para essas análises é importante levar em consideração a formação identitária do povo caboverdiano, a realidade local do futebol e a influência dos órgãos de comunicação.

METODOLOGIA

De forma a criar um quadro das torcidas em Cabo Verde, foi feito um questionário para identificar os seus clubes de preferência e fazer um breve levantamento de como se dá a relação entre eles. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), é estimado ter em Cabo Verde uma população de 517.831 pessoas, sendo 250.710 homens, 267.121 mulheres e tendo a idade média de 22 anos. No entanto, o detalhamento estatístico disponível ainda apresenta lacunas significativas, assim, seria muito difícil manter uma proporção estatisticamente semelhante a população em geral.

Para que a abrangência fosse a mais ampla possível, os questionários foram aplicados em diferentes bairros da cidade da Praia, nomeadamente Achada Santo António, Palmarejo, Plateau e Sucupira, onde foram direcionados a homens e mulheres de diferentes idades e perfis socioculturais. Além da cidade da Praia, também foram feitos inquéritos na Assomada – terceira maior cidade de Cabo Verde, que fica localizada no interior da Ilha de Santiago, e que possui uma população com perfil misto entre o urbano e o rural.

Esses bairros, dentro da cidade da Praia, foram escolhidos por terem em seus moradores e frequentadores perfis variados entre si. Na Achada Santo António encontra-se pessoas de nível médio para alto; o Palmarejo é um bairro de urbanização mais recente com um perfil de classe média; o Plateau – o centro da cidade – é a confluência da cidade, além de seus cafés serem um reduto da intelectualidade e elite local; e por fim, o Sucupira é a zona do mercado, frequentado pelas classes mais populares.

Os questionários foram feitos em português – apesar disso apresentar alguma dificuldade para a população mais desfavorecida.¹ Além de contar com idade e sexo do entrevistado, o inquérito era composto de oito perguntas:

1 - “Torce por que equipa?”

Escolhemos por fazê-la de maneira direta, sem estabelecer algum tipo de necessidade em responder se era alguma equipe cabo-verdiana, estrangeira ou seleção nacional. No caso de uma eventual dúvida, ou quando o inquirido perguntava se era uma equipe nacional ou de outra origem, os entrevistadores deixavam aberta a resposta para a equipe de preferência, sem requisitos de origem;

2 - “Existe alguma razão para ter escolhido essa equipe?”

Nessa pergunta o entrevistado poderia responder abertamente sobre os motivos de sua preferência, e cabia ao entrevistador preencher uma ou duas categorias dentre as predefinidas, tais como, “Influência da família”, “Influência dos amigos”, “É uma equipe vencedora”, “Por causa de algum jogador especial”, “Marcou a minha infância”, “Gosto da sua ideologia”, “Gosto das cores, símbolos ou uniforme”, “Era fácil de assistir aos jogos dessa equipe” e “Outra”;

¹ A língua oficial em Cabo Verde é o português. No entanto, as carências no ensino, e a prática corrente do crioulo criam uma certa dificuldade em grande parte da população, principalmente nas classes mais baixas na compreensão e expressão em Língua Portuguesa.

3 - "Tem alguma preferência em segundo lugar?"

Foi aberto às mesmas possibilidades de resposta que a primeira pergunta;

4 - "Já morou fora do país?"

Uma pergunta simples de sim e não que levava a outras questões, em uma tentativa de poder estabelecer a relação entre a experiência de ter morado fora na influência da sua preferência clubística;

5 - "Onde?"

Identificar o local onde se morou;

6 - "Por quanto tempo?"

Essa questão abria a possibilidade para respostas em categorias: até 1 ano, entre 1 e 2 anos, entre 2 e 5 anos, e mais de 5 anos;

7 - "Assiste aos jogos pela TV?"

Pergunta feita para ver a importância da TV no processo de escolha e acompanhamento das equipes favoritas;

8 - "Com qual frequência assiste aos jogos?"

Nessa questão foram predefinidas quatro categorias: uma vez por semana ao menos, uma vez a cada 15 dias, uma vez por mês e menos do que isso.

A pesquisa foi feita através do contato direto entre entrevistadores e entrevistados, sendo os últimos escolhidos ao acaso, na rua. As únicas indicações foram as escolhas dos lugares, acima mencionados, a tentativa de manter um equilíbrio nas respostas entre homens e mulheres, além da necessidade de ser cabo-verdiano e ter alguma agremiação futebolística por quem torcesse. Como os questionários ficavam em posse dos entrevistadores o tempo todo, cabia a eles definir as categorias de resposta, quando necessário.

RESULTADOS

Foram feitos um total de 265 inquéritos, tendo sido 152 homens e 113 mulheres com média de idade geral de 27 anos, correspondendo a população jovem do país. A equipe no topo das preferências caboverdianas é o Benfica com 60% dos entrevistados. Além desse grande número de torcedores “encarnados”, é mais impressionante ainda quando vemos o quadro geral, em que é possível constatar que 95% das escolhas está nos clubes portugueses de maior destaque: Benfica, Porto e Sporting.

Tabela 1 – Equipe favorita dos caboverdianos

EQUIPE FAVORITA	%
Benfica	60
Porto	28
Sporting	7
Clubes de Cabo Verde	3
Outros clubes europeus	2
Outros clubes	Menos de 1
Total	100

Apesar de existir caboverdianos que torçam para outros clubes lusitanos que não os três grandes, esse número é menor do que aqueles que dizem ser Real Madrid ou Barcelona seu clube favorito. Dentre os clubes caboverdianos, os favoritos foram os Travadores, seguido do Sporting da Praia e o Académica da Praia e essas escolhas correspondem a mais de 70% dos clubes locais. É digno de nota que os três times representam de alguma maneira clubes de Portugal, os Travadores usam as cores e inclusive o símbolo do Benfica, o Sporting da Praia, assim como outros espalhados pela África lusófona, eram filiais do Sporting Clube de Portugal, e

o Académica da Praia usa os mesmos símbolos do seu correlato em Coimbra.

Tendo em vista o histórico e a propensão para a migração da população em Cabo Verde, uma das hipóteses de trabalho era de que morar fora do país era um fator determinante para a escolha da equipe favorita. No entanto, 78% dos entrevistados disseram nunca ter morado fora do país – em grande parte por conta da população jovem que permanece no arquipélago – e se levarmos em consideração o contingente que morou fora, a proporção das equipes favoritas muda sensivelmente. Os três clubes portugueses que contavam com 95% da torcida, passaram a contar com 83%, tendo aumentado significativamente os torcedores de equipes de Cabo Verde, de 3% para 9%. Ao levar em consideração apenas as pessoas que moraram em Portugal, vemos que os torcedores de outros clubes europeus e outros clubes do mundo desaparecem, a diferença entre os torcedores dos três times portugueses e os cabo-verdianos diminui, assim como a percentagem total da torcida dessas equipes.

Tabela 2 – Clube favorito das pessoas que moram fora do país e pessoas que moraram em Portugal

CLUBE FAVORITO	TENDO MORADO FORA DO PAÍS (%)	TENDO MORADO EM PORTUGAL (%)
Benfica	47	40
Porto	20	32
Sporting	16	16
Clubes de Cabo Verde	9	12
Outros clubes europeus	5	–
Outros clubes	2	–
Total	100	100

Embora não possa ser comprovado com esses números, podemos supor que o maior número de torcedores de equipes

caboverdianas no grupo de pessoas que morou fora do país vem de alguns fatores: a maior sensibilidade ao nacionalismo de quem residiu fora do país; aqueles que moraram fora fazem parte de uma elite econômica e intelectual que está mais presente na vida cotidiana e cargos diretivos de instituições locais, valorizando a importância simbólica de se torcer por uma equipe local. Podemos ver ainda que, dessa forma, o país de destino migratório influencia em pequena quantidade a escolha das equipes, embora não seja essa a razão pela qual os caboverdianos não preferem suas próprias equipes. Apesar de não ser significativo, é possível constatar uma tendência em que as escolhas das segundas equipes estejam associadas a esse local de destino.

Outro ponto interessante de se ver os resultados é na comparação entre a população com mais e menos de 35 anos. Com a independência em 1975, Cabo Verde deixou de ser uma colônia portuguesa para ser um país independente, nesse sentido é interessante comparar as pessoas que nasceram após o período de independência e as pessoas nascidas durante o regime colonial.

Dentre os números destacados, chama atenção a diferença entre o percentual de torcedores dos times caboverdianos. Enquanto os mais novos praticamente não se identificam com as equipes locais, os mais velhos têm um número significativo, ficando muito próximo dos segundos e terceiros com maior torcida. De todo o universo de pessoas que escolheu uma equipe caboverdiana como favorita, 91% está acima dos 35 anos.

Tabela 3 – Comparação entre as equipas favoritas dos caboverdianos do período pré e pós-independência

EQUIPE FAVORITA DE PESSOAS ATÉ 35 ANOS	%
Benfica	61
Porto	32
Sporting	5
Clubes de Cabo Verde	menos de 1
Outros clubes europeus	1
Total	100
EQUIPE FAVORITA DE PESSOAS COM MAIS DE 35 ANOS	%
Benfica	56
Porto	15
Sporting	13
Clubes de Cabo Verde	12
Outros clubes portugueses	2
Outros clubes	2
Total	100

É significativo o aumento de torcedores do Porto. Enquanto o Benfica mantém a sua liderança absoluta na preferência, o Sporting diminui significativamente e o Porto praticamente dobra de tamanho. Precisamos levar em consideração que o FCP (Futebol Clube do Porto) teve um período de muito sucesso a partir da década de 1980, que angariou muitos torcedores com suas vitórias. Por sua vez, o Sporting perdeu o seu espaço também por conta de fracos resultados em competições.

Outro aspecto a ressaltar na comparação é a presença, ou a falta dela, de clubes europeus na lista de preferências. Na população mais velha, quando se fugia aos três grandes times

portugueses e as equipes nacionais, a preferência recaía sobre outras equipes lusitanas (2%) e outras equipes do mundo (2%), no caso brasileiras. Já na população mais nova a presença de outras equipes portuguesas desaparecem e surgem equipes europeias como Barcelona e Real Madrid na lista de favoritas.

Essa tendência de acompanhar o futebol internacional é ainda mais marcante ao ver as escolhas das segundas equipes. 30% das pessoas já se identificam com outras equipes europeias, sendo o Barcelona a equipe mais popular, com 39%, seguido de Real Madrid, com 17%, Chelsea, 14%, Manchester United, 12%, Inter de Milão, 6%, Liverpool, 5%, Milan, 4% e Arsenal, Roma e Celtic, todos com 1%. Dentre as razões para as escolhas desses times não existe nada na presente pesquisa que possa ser definitivo, mas o sucesso recente da equipe catalã aparece como grande justificativa, tendo em vista que a preferência por segundas equipes não se sedimenta em fidelidades extremadas.

Tabela 4 – 2ª equipe favorita dos cabo-verdianos

2º EQUIPE FAVORITA	%
Outros clubes europeus	30
Sem clube	25
Sporting	12
Clubes de Cabo Verde	12
Porto	9
Benfica	6
Outros clubes PT	3
Seleções nacionais	2
Outros clubes	1
Total	100

Em segundo lugar, vemos aqueles que não escolheram nenhuma equipe. Podemos entender esses torcedores como

aqueles que são fiéis ao seu clube, e são daqueles que torcem apenas por seus times não tendo outra equipe de preferência. Segundo a taxionomia dos espectadores de futebol feita por Giulianotti, esses seriam os *supporters*, que são um tipo ao mesmo tempo “quente” e “tradicionalis”² de torcedor (Giulianotti, 2002). Com essa perspectiva que podemos entender os baixos números que apresentam Benfica e Porto – times com maior torcida – e intuir que sua identificação é bastante significativa.

No entanto, a presença do Sporting em terceiro lugar, com 12% empatado com as outras equipes caboverdianas, levanta algumas questões. Por um lado, a sua torcida tem diminuído de tamanho e pode ter sido relegada a uma posição inferior na preferência pessoal. Por outro lado, um bom número de pessoas responderam ter o Sporting (e em menor escala Benfica e Porto) como sendo a segunda equipe de preferência tendo umas das rivais lusitanas em primeiro lugar. O baixo número de outros clubes portugueses pode fazer supor que apesar dos times da antiga metrópole dominarem o cenário da antiga colônia, o universo na hora da escolha é reduzido devido ao desconhecimento de outras equipes. Faz ainda levantar questões – e isso fica por responder – sobre a rivalidade entre essas equipes fora de seu território nacional.

Os 12% de preferência por outras equipes caboverdianas mostram a fragilidade do futebol local. Muitos são os motivos para que a população local tenha uma maior atração pelos clubes portugueses, mas, no momento em que nem na segunda opção de escolha os clubes do arquipélago figurem com destaque, é um representativo da falta de identificação com o futebol local.

² A classificação de Giulianotti é baseada em dois eixos de classificação: quente/frio e tradicional/consumidor. A partir disso, se dividem quatro grupos de classificação *supporter* (quente e tradicional), *follower* (tradicional e frio), *fans* (quente e consumidor) e *flaneurs* (frio e consumidor).

Ao ver os resultados das razões que levaram os caboverdianos a torcer por suas equipes de preferência não se pode concluir nenhum motivo específico das causas que levam o caboverdiano a escolher um time estrangeiro e não um local. As razões dadas mostram uma presença constante e familiar do jogo português no cotidiano, comprovada pelos motivos como acreditar que é uma equipe vencedora independente de seus resultados recentes (no período da pesquisa o Benfica estava tendo uma boa temporada, embora nos últimos anos o maior destaque tenha sido do Porto), a influência da família e o fato de ter marcado a infância do entrevistado. Quando comparadas a razões apresentadas com a diferença de idade, a ordem de grandeza não se modifica significativamente.

Tabela 5 – Razões para escolher a equipe favorita

RAZÕES PARA TORCER POR UMA EQUIPE	%
É uma equipe vencedora	25
Influência da família	20
Marcou a minha infância	17
Gosto das cores, símbolos ou uniforme	13
Por causa de algum jogador especial	12
Gosto da sua ideologia	5
Outra	4
Influência dos amigos	3
Era fácil de assistir aos jogos dessa equipe	1
Total	100

Ao serem questionados sobre os hábitos de assistir aos jogos é normal que, tendo apresentado a tendência de torcer por equipes estrangeiras, as partidas sejam assistidas pela televisão. Dos entrevistados, 98% responderam “sim” à questão se assistiam aos jogos pela TV. Mas é preciso ver esse número associado a

frequência com que os caboverdianos dizem assistir aos jogos de futebol pela TV. Como as perguntas eram feitas sem apresentar as categorias possíveis, muitos dos entrevistados respondiam com frases como: “sempre” e “toda vez que dá na TV”.

Tabela 6 – Com qual frequência assiste aos jogos pela TV

COM QUAL FREQUÊNCIA ASSISTE AOS JOGOS	%
Pelo menos 1 vez por semana	71
1 vez a cada 15 dias	19
1 vez por mês	4
Menos do que isso	6
Total	100

Este é um percentual bastante alto, mas, apesar de um número maior de homens ter respondido ao questionário, isso não é determinante. Ao separar as mulheres dos homens, o percentual de pessoas que assiste aos jogos pelo menos uma vez por semana ainda é maior do que a metade do universo de entrevistados, 55%, e os que assistem uma vez a cada 15 dias corresponde a 27% dos entrevistados. Além de mostrar um certo nível de popularidade do jogo, esses altos valores podem ser entendidos a partir da oferta de jogos na televisão aberta. Em Cabo Verde existem cinco canais de televisão aberta, sendo dois nacionais, a estação pública, TCV (Televisão de Cabo Verde), e a privada, Tiver; um português, Radio e Televisão Portuguesa África – mais conhecida como RTP África; um brasileiro, Record; e um francês, TV5 Monde Afrique.³ Em relação a transmissão de jogos do campeonato português é possível assisti-los em duas emissoras, na TCV e

³ Os canais internacionais têm uma mistura de produções locais e produtos de sua matriz. A RTP África ainda conta com produções de outros países africanos de Língua Portuguesa.

na RTP África. O canal caboverdiano transmite ao vivo um jogo por rodada, o que totaliza 34 jogos durante a temporada de futebol português. E ainda transmite um jogo por cada dia de prova da Champions League, que totalizou 25 jogos na época (2008-2009). Enquanto isso, a RTP África transmite dois jogos por rodada, sempre um ao vivo e o outro em VT.⁴ Apesar de não ter uma regra definida, o canal português tem o cuidado de ter um certo equilíbrio entre a quantidade de jogos das grandes equipes portuguesas – Benfica, Porto e Sporting – enquanto a TCV transmite ao vivo o jogo mais importante desde que a RTP não transmita. Para efeito de comparação, vale dizer que a TCV também transmite os jogos dos torneios locais, mas as quantidades são bem inferiores, no ano de 2009 foram nove jogos do campeonato nacional e três da Taça de Cabo Verde.⁵

ANÁLISE

Apesar de o futebol servir muito a nacionalismos e à construção de estereótipos identitários (O'Donnell, 1994), ele também pode servir para a construção de identidades transnacionais como visto no caso de clubes europeus (Millward, 2006). Essa contraposição à relação entre futebol e nacionalismo – normalmente tão propagandeada e pouco questionada – é importante para tentar entender o caso caboverdiano. Para Gabriel Fernandes (2006), Cabo Verde tem encontrado muita dificuldade para definir o seu nacionalismo segundo os padrões clássicos.

A formação da identidade nacional antes da independência (Brito-Semedo, 2006) se dividiu em três etapas: os nativistas, os claridosos e a geração de 50. O nativismo era o movimento de um

⁴ Transmitido depois de já ter terminado.

⁵ Informações conseguidas através de contatos telefônicos e por e-mail com as sucursais das respectivas televisões na cidade da Praia em Cabo Verde.

segmento de intelectuais “filhos da terra” – uma burguesia mestiça que aos poucos foi ganhando o poder econômico e substituindo a elite branca – que queriam exprimir os valores culturais da sua origem. Do ponto de vista político, queriam um melhor tratamento da metrópole, pois consideravam injusto o tratamento recebido, com base em leis discriminatórias. O movimento claridoso tinha como objetivo “fincar os pés na terra”, defendia uma formação cultural particular – a união harmoniosa entre negros e brancos, formando a cultura crioula – para reivindicar uma identidade regional e tentar mudar o quadro de abandono que Portugal relegava ao arquipélago. A geração de 50, depois das seguidas demonstrações de desinteresse do poder colonial na administração e na situação de Cabo Verde, decidiu pela busca da autonomia política e, para isso, fundamentou a sua luta na busca das suas origens culturais negro-africanas. Em resumo, no período nativista eles se sentiam portugueses e queriam igualdade, no momento claridoso queriam mais autonomia e um estatuto de região como tinha a Madeira e os Açores, e só na geração de 50 é que deixaram de se considerar portugueses para lutar pela independência.

Gabriel Fernandes, em seu livro *Diluição de África* (2002) apontou as dificuldades de se defender essa identidade mestiça. No contexto de surgimento e afirmação dos nacionalismos, as identidades eram essencialistas, e, portanto, não admitiam uma dupla identificação como no caso do crioulo caboverdiano e exigiam o pertencimento único de uma identidade que se queria pura:

Esse modelo analítico (...) mostra o quanto o binarismo identitário tende a colocar em situação de marginalidade todo aquele que propende para uma dupla consciência. É da natureza dos discursos totalizantes a eliminação de ambivalências. Daí que nas reivindicações de cunho essencialistas, os mestiços tenham aparecido como desprovidos de *ser*, uma espécie de alma penada à procura de um pouso seguro (Fernandes, 2002, p. 202).

Mas a oposição entre colonizador e colonizado, que ficou marcante em grande parte das colônias, foi diluída pela falta de população nativa nos ilhéus e um certo abandono dos portugueses em relação a Cabo Verde, gerando uma situação peculiar.

Se procedermos a uma breve analogia com outras sociedades similares, resultantes da colonização e marcadas pela criouliização, constatamos que o caso caboverdiano foi o único onde houve uma crescente tendência à homogeneização, através de um duplo movimento: a criouliização abrangente, pela qual os diferentes grupos étnico-culturais convergem para um único referencial cultural, o crioulo; e o branqueamento socioeconômico e institucional, pelo qual negros e mestiços se apropriaram do imaginário e do *modus vivendi* dos brancos, quebrando a barreira rracica ou fazendo-a perder seu significado e poder originários. Ou seja, tanto as culturas quanto as raças matriciais são apanhadas por uma dinâmica de reconfiguração, que na prática conduz à descaracterização dos traçados fronteiros originários (Fernandes, 2006, p. 253).

Diferente da grande parte de movimentos nacionalistas de independência africana, que extrapolavam as diferenças entre os grupos étnicos, o modelo caboverdiano se pautava pela assimilação e ajustamento das diferenças.

Em termos políticos, esse mestiço harmonioso e conciliador representa um antídoto natural contra quaisquer projectos de alteração do status quo colonial. Ele seria a expressão do quanto em Cabo Verde se conseguiu contornar os efeitos perversos do sistema, não pela ruptura, mas sim pelos ajustamentos (Fernandes, 2006, p. 218).

Os nativistas se proclamavam portugueses e defendiam uma cultura local particular para reivindicar uma maior igualdade no tratamento recebido da metrópole. Já os claridosos queriam para Cabo Verde um estatuto de região, e, para isso, foram buscar referências na literatura regionalista brasileira, para dar mais corpo ao seu movimento cultural. Por fim, para poder se juntar a causa panafricanista foi preciso abandonar a identidade mestiça que legalmente se vinculava a Portugal, apesar de culturalmente ser

caboverdiano, posto que isso significava cooptar com o colonizador. Desta maneira, por não ter essa raiz identitária africana bem definida, foi preciso se unir na luta com a Guiné-Bissau (Fernandes, 2006, p. 223).

O movimento claridoso, na medida em que não lutava pela autonomia do arquipélago, foi importante para a legitimação do modelo colonial português. Ao defender a mestiçagem e harmonizar as diferenças, os caboverdianos eram um exemplo da integração colonial luso-tropicalista e por isso ganhavam cargos de destaque na administração de outras colônias portuguesas em África. No entanto, a luta armada a partir da Guiné-Bissau pôs em evidência a fragilidade político-identitária dos caboverdianos. Enquanto lutavam pela independência, e se afirmavam como negros-africanos, os combatentes guineenses os hostilizavam como mestiços. Eles que abandonaram a sua identidade crioula para abraçar uma causa panafricanista “e no âmbito da luta, eles não lograram ser reconhecidos como autênticos africanos pelos seus colegas africanos e nem puderam (re)afirmar a sua caboverdianidade” (Fernandes, 2006, p. 223).

A partir do fim da união com Guiné-Bissau⁶, Cabo Verde pôde reviver alguns dos símbolos de sua cultura e retomar a sua identidade mestiça. Essa identidade híbrida, segundo Gabriel Fernandes, permite que haja uma falta de apego ao local – lançando a sua população em aventuras diaspóricas – além de um certo cosmopolitismo na sua identidade. Essa tendência ficou ainda mais marcada após a transição para a democracia na década de 1990. Cabo Verde decretou unilateralmente o estatuto do cidadão lusófono além de passar a fazer parte de uma série de instituições internacionais como a CPLP (Comunidade de Países de

⁶ Desde a independência, Guiné-Bissau e Cabo Verde constituíam dois Estados governados pelo mesmo partido, o PAIGC (Partido Africanista pela Independência da Guiné e Cabo Verde). Em 1980, após um golpe de Estado na Guiné-Bissau, os dois países se separam e cria-se o PAICV que continua a política de partido único no arquipélago.

Língua Portuguesa), Francofonia, OUA (Organização da Unidade Africana), CEDEAO (Comunidade dos Estados da África Ocidental), União dos Pequenos Estados Insulares etc. (Fernandes, 2002, p. 236). Isso mostra que não apenas a sua população tem uma vocação para ir para fora, mas mesmo em termos de políticas de Estado, Cabo Verde também busca apoios no estrangeiro.

Dessa maneira, Cabo Verde mostra que o seu processo de construção da identidade nacional foi valorizando aspectos que atualmente são parte de qualquer debate sobre identidade: o hibridismo, o duplo pertencimento e o cosmopolitismo.

Para Bauman:

É comum afirmar que as “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta”, e outras que são “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios”. (...) A questão da identidade só surge quando entramos em contato com as comunidades “fundidas por ideias”, e no nosso mundo policultural são muitas as ideias capazes de forjar e manter unido um grupo. Assim tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não são sólidos como uma rocha, não são para toda a vida, são negociáveis e revogáveis, e a maneira como o indivíduo percorre os seus caminhos e a maneira como age já são cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (Bauman, 2005, p. 18).

No que diz respeito a identificação com o clube de futebol, os caboverdianos tiveram durante a sua história a constante possibilidade do pertencimento “líquido”. A própria trajetória do arquipélago, comentada anteriormente, demonstra como eles lidavam bem com essa situação. As respostas dadas aos questionários mostram que não há nenhuma contradição para os caboverdianos o fato de torcer para clubes que não são do seu país.

Para Mário Semedo, presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), as razões para a maior preferência pelo futebol português está na história de Cabo Verde e na

comunicação social.⁷ Além da herança colonial, os meios de comunicação dão muito destaque aos jogos e às notícias do campeonato português, em detrimento do campeonato local. Essa diferença na transmissão dos jogos já foi referida anteriormente, com clara vantagem para os jogos de Portugal, sendo 68 jogos do campeonato português ao vivo – além dos 25 da Champions League – contra apenas 12 jogos de equipes nacionais, divididos entre o Campeonato Caboverdiano e a Taça de Cabo Verde.

Para analisar melhor esse quadro é preciso entender a organização atual do futebol em Cabo Verde. A federação da modalidade foi fundada em 1982, evidenciando uma lacuna entre a data da independência, 1975, e sua formação em que foi preenchida pelo futebol português. Organizado pela FCF, o campeonato nacional acontece nos meses de maio e julho entre os campeonatos regionais (cada ilha é uma região, com exceção de Santiago e Santo Antão que têm duas regiões). Cada região é responsável pela organização de seus torneios e eles acontecem entre outubro e abril. A situação dos clubes no arquipélago não é muito bem definida. Existem desde equipes amadoras a “equipes que pagam seus jogadores”.⁸ Dessa maneira, o campeonato nacional é todo financiado pela FCF.

Segundo Mário Semedo, o papel da Federação é desenvolver o futebol em Cabo Verde e que esse se divide em três aspectos: a formação, a competição e a seleção nacional. A formação prevista pela FCF é ampla e envolve dirigentes, árbitros, treinadores e jogadores. No que diz respeito à competição, o objetivo é criar um modelo atraente para poder cativar a comunicação social e parceiros comerciais, e passa essencialmente pela reestruturação dos clubes. Em relação à seleção nacional, a função da

⁷ Entrevista cedida ao autor em março de 2010.

⁸ Apesar de ser essa a definição de uma equipe profissional, esse foi o termo utilizado por Mário Semedo para explicar a situação do profissionalismo em Cabo Verde, deixando claro que não existe uma equipe 100% profissional, mas sim alguns jogadores que recebem salário do clube.

federação é administrar a equipe para as competições internacionais, e essa beneficia do sucesso dos dois aspectos anteriores.

A formação é até agora o aspecto mais bem desenvolvido. Com ajuda da FIFA, a FCF pode promover diversos cursos, investir nas suas instalações e criar um centro de formação para formar jogadores de elite, que já funciona desde 2007. Quanto à saída desses jogadores, Mário Semedo se mostrou resignado por um lado, porque não é possível competir com a oferta financeira de fora, mas, por outro, a experiência de se jogar fora contribui para o desenvolvimento da seleção nacional. Em relação à competição, Mário Semedo apontou a crise econômica como um dos empecilhos na obtenção de parcerias para reformatar o campeonato nacional em um sistema de liga com separação em primeira e segunda divisão.

As questões levantadas pelo presidente da FCF mostram que os problemas e a preferência pelos clubes lusitanos passam pela maior qualidade e visibilidade da liga portuguesa. A associação desses fatores com a presença cada vez maior da televisão na difusão do esporte é a marca da mercantilização do futebol atual. Embora o futebol português, como um todo, não esteja no mesmo patamar das competições inglesas, espanholas, italianas e alemãs, os seus três principais times têm um destaque das outras equipes do país, e já possuem o mesmo tipo de organização empresarial dos clubes mais ricos do mundo.

Ao falar sobre o cricket na Índia, Appadurai (1996) deixou claro que o processo de assimilação cultural passava em grande medida pela comercialização do fenômeno esportivo. Contudo, no caso caboverdiano não houve um desenvolvimento, nem no campo esportivo, nem no campo comercial, que justificasse a apropriação do esporte como ferramenta da identidade nacional. Quando a comunicação social e a opinião pública caboverdiana louvam algum desempenho esportivo, não raro são atletas que

defendem a bandeira de Portugal com origens no arquipélago, como é o caso dos futebolistas Nani e Rolando, e do medalhista olímpico Nelson Évora.⁹

Apesar de não ter medições de audiência do público específico dos jogos transmitidos pela televisão, a quantidade de oferta de futebol nos canais abertos de TV e a frequência apontada como resposta aos questionários demonstram como o futebol é um produto de interesse da população em Cabo Verde. Complementa-se a essa informação o fato de o jornal *A Bola* ser um dos mais vendidos no arquipélago (Andrade, 2009, p. 24). A relevância da mercantilização ganha ainda mais força ao se levar em conta que Cabo Verde vem, nos últimos anos, melhorando sua posição no ranking de desenvolvimento. Dessa maneira, ganha mais corpo uma classe média, principalmente urbana, que assiste ao futebol como produto comercial – uma tendência global hoje em dia.

CONCLUSÃO

Não se pode negar a importância da herança histórica que a colonização portuguesa deixou na hora de analisar a questão do esporte em Cabo Verde hoje. Seja por conta dos caminhos que seguiu o processo de formação da identidade nacional, seja por conta da herança futebolística. Não podemos esquecer que os três “F” de Portugal do regime de Salazar, “Família, Fado e Fátima”, se transformaram durante a década de 1960 em “Futebol, Fado e Fátima” por conta do destaque do Benfica e o desempenho da seleção nacional, 3ª colocada na Copa da Inglaterra, em 1966. Essa importância do futebol em território lusitano não ficou restrita ao passado e, nos últimos anos, Portugal tem tido destaque no cenário

⁹ Notícia disponível em <<http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/3072.html>>.

internacional, podendo ser considerado “um país do futebol” (Coelho e Tiesler, 2006, p. 519).

No entanto, ao comparar a população mais velha com a mais nova, pudemos ver que a parcela de pessoas que torcem por equipes portuguesas aumentou, assim como também cresceu daqueles que acompanham outras ligas e clubes europeus. Esse processo passa pela mercantilização do futebol e, consequentemente, pela oferta de jogos transmitidos pela televisão aberta ou via satélite. Considerando a estrutura precária da organização atual do futebol, e a força dos fluxos de informação dos meios de comunicação social, é compreensível que a identificação esportiva seja mais forte numa relação eletrônica do que através de uma relação local.

Como dito anteriormente, o objetivo desse estudo era fazer uma abordagem inicial sobre a problemática do futebol em Cabo Verde. Pelo que foi analisado, o campo de estudo se mostra bastante rico, tendo ainda aspectos interessantes a se estudar, tais como: a formação de jogadores como exportação da mão-de-obra – uma prática bastante comum na África (Darby et al., 2007); o papel da comunicação social na difusão do esporte, associado às consequências da mercantilização do futebol internacional, não podendo esquecer o papel das organizações de mídia globais (Maguire, 2004); as transformações causadas pela hipermercantilização dos clubes mais ricos do mundo e sua cada vez maior abrangência global – tendência apontada pelos resultados nas escolhas das segundas equipes; uma análise dos processos de recepção de fluxos comunicacionais vindo de fora do país e as consequências em termos de identidade; a relação dos clubes de Cabo Verde com os clubes de Portugal, tendo em vista a utilização dos mesmos nomes e símbolos, a herança histórica e a prática dos clubes lusitanos em manter filiais pelo mundo colonial.

Por fim, em termos de identidade, merece destaque o fato de que Cabo Verde, no seu processo de construção nacional, tenha recorrido tanto a relações extraterritoriais em busca de suporte. Como salienta Gabriel Fernandes:

Nos dois períodos decisivos da história do país – colonização e descolonização –, a pretensa especificidade cultural cabo-verdiana revelou-se incapaz de se autoafirmar como ferramenta autônoma de mobilização ou resistência política. Neste sentido, embora considere que “Cabo Verde, pela sua própria localização, pela sua história e cultura tem vocação para ser ponte entre diversos espaços (lusófonos, francófonos e outros espaços do mundo)”, o que se verificou, na prática, foi que essa sua histórica vocação para ser ponte tem sido contrariada pela sua histórica necessidade de buscar pontes. Uma situação evidenciada tanto no âmbito da colonização, em que Cabo Verde viu-se obrigado a recorrer ao Brasil para se inserir no mundo lusitano, quanto no âmbito da descolonização, em que recorreu à Guiné-Bissau, para se inserir no mundo africano. Hoje, no quadro da globalização, ao que tudo indica, ele vem recorrendo a Portugal para se inserir no mundo! (Fernandes, 2002, p. 235).

Cabo Verde tem sistematicamente buscado um maior destaque no mundo, e esse caminho tem passado, em grande parte, pelo mundo da lusofonia. Através de acordos com o Brasil, e muito através de Portugal e seu acesso a União Europeia. No entanto, nesse processo de trocas, não apenas se intercambiam mercadorias e se fazem acordos comerciais e econômicos, mas na medida em que as fronteiras se abrem para esses produtos, aumenta-se da mesma maneira as trocas simbólicas – que tem no futebol um dos seus maiores produtos. Não bastasse esse cenário, a herança histórica deixada por Portugal fertilizou o terreno para que a bola portuguesa pudesse rolar tranquilamente nos gramados eletrônicos em Cabo Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- ANDRADE, Victor. "O Clube não se encontra à venda": O Golfe e o Debate sobre os rumos de Cabo Verde, 2009.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BEM-PORAT, Amir. "Overseas Sweetheart: Israelis fans of English Football". *Journal of Sports and Social Issues*, vol. 24, 2000, pp. 344-350.
- BRITO-SEMEDO, Manuel. *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- COELHO, João Nuno e TIESLER, Nina Clara. "O paradoxo do jogo português: a omnipresença do futebol e a ausência de espectadores dos estádios". *Análise Social*, vol. 179, 2006, pp. 519-551.
- DARBY, Paul. "Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial". *Análise Social*, vol. 179, 2006, pp. 417-433.
- DARBY, P., AKINDES, G. e KIRWIN, M. "Football Academies and the Migration of African Football Labor to Europe". *Journal of Sport and Social Issues*, vol. 31, 2007, pp.143-161.
- DOMINGOS, Nuno. "Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: o caso moçambicano". *Análise Social*, vol 179, 2006, pp. 397-416.
- FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- _____. *Em Busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sport and social development in Africa: some major human rights issues* (1999). Disponível em: < <http://www.ausport.gov.au/fulltext/1999/nsw/p18-25.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2010.
- _____. "Supporters, Followers, Fans, and Flaneurs: A taxonomy of Spectator Identities in Football". *Journal of Sport and Social Issues*, vol. 26, 2002, pp.25-46.
- MAGUIRE, Joseph. "Pontos e questões chave do complexo desporto media globais". *Media e Journalism*, vol. 4, 2004, pp. 7-26.
- MILLWARD, P. "We, ve all got the bug for Euro-aways'What Fans Says about European Football Club Competition". *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 41, n. 3, 2006, pp. 375-393.
- O'DONNELL, Hugh. "Mapping the Mythical: A geopolitics of National Sporting Stereotypes". *Discourse and Society*, vol. 5, 1994, pp. 345-380.

- TIESLER, Nina Clara e COELHO, João Nuno. "O futebol globalizado: uma perspectiva lusocêntrica". *Análise Social*, vol. 179, 2006, pp. 347-369.
- VIDACS, Bea. "Through the prism of sports: why should Africanists study sports?" *Afrika Spectrum* vol. 41, n. 3, 2006, pp. 331-349.

MOÇAMBIQUE

211

Desporto moderno e situações
coloniais: o caso do futebol
em Lourenço Marques

Nuno Domingos

Um dos interesses fundamentais em estudar as práticas desportivas modernas em contexto colonial é o modo como o desporto se constituiu como um instrumento do estudo do colonialismo. Neste caso preciso, trabalhar sobre a história do desporto na colónia portuguesa de Moçambique, nomeadamente na sua capital, Lourenço Marques, permitia interrogar as várias estruturas do poder colonial. A organização de práticas desportivas dependia em parte da acção do estado, da lógica do enquadramento legislativo e do modo como este se relacionava com a classificação das populações, do aparelho administrativo e da sua burocracia, da gestão política da ordem social e da capacidade da máquina estatal controlar o território. A uma escala mais particular, o desporto fez parte do quotidiano de instituições coloniais como a escola, o exército, as missões religiosas ou a grande empresa capitalista. É redutor, no entanto, confinar o desporto a estes observatórios. As práticas desportivas revelaram-se como elementos cruciais dos lazeres das populações, em especial em espaço urbano, tanto no que respeita a práticas informais, como aquelas

enquadradas em estruturas organizadas. O desporto foi um dos elementos de uma cultura popular urbana, progressivamente amplificada pela cobertura mediática. No caso do colonialismo português, o associativismo desportivo sustentou-se numa dinâmica rede de associações e clubes, focos do estabelecimento de competições organizadas. A proliferação das práticas desportivas não deixou, mais uma vez, de expressar a estratificação social imposta pelo colonialismo, resultado de um sistema de dominação que dividia as populações ditas civilizadas das designadas populações indígenas, mas que reflectia também divisões de classe mais subtis.

A partir do exame das práticas desportivas é possível obter uma imagem do processo colonial. Esta imagem é enriquecida, porém, se o desporto não for considerado apenas como um reflexo estático de uma dinâmica histórica. O reconhecimento da sua autonomia específica, como um elemento de um processo social complexo que Norbert Elias designou, inspirado na hegemonia moderna do processo de industrialização, por “processo de desportivização” (Elias, 1992) permite relacionar um espaço de análise próprio, definido por uma prática propriamente corporal e performativa que se tornou substância de uma cultura popular urbana, com as suas condições históricas e sociais de produção. A interpretação do desenvolvimento deste processo permite salientar a importância da cultura popular urbana e a sua relação com as estruturas hegemónicas de poder, mas também realçar as suas potencialidades enquanto universo de recriações e reinvenções. A este propósito, cabe realçar que este estudo da evolução das práticas e consumos desportivos em Moçambique procurou recuperar uma história perdida do desporto africano, um mundo de práticas de lazer e de performances físicas que, desenvolvidas para lá do desporto organizado pelos europeus, revelava, apesar da escassez de fontes escritas, o mundo dos dominados e o modo

como, dentro das contingências dos processos históricos, estes desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência.

A narração deste processo histórico recorre a uma aparelhagem conceptual que procura torná-la mais fluída. É neste sentido que nos referimos ao desenvolvimento do desporto enquanto forma social inscrita na cultura popular urbana a partir de um conjunto de instrumentos que procuram realizar uma ligação entre o processo social, neste caso, recorrendo ao conhecido conceito do Balandier, entre a situação colonial (Balandier, 1951), e escalas sociais mais baixas. O desenvolvimento do futebol enquanto elemento de uma cultura popular urbana resultou na criação de *stocks* de conhecimento específicos (Berger e Luckmann, 1967: 41), acumulados individualmente de forma desigual, de acordo com o percurso dos indivíduos no espaço social. Organizado em narrativas, este conhecimento foi por sua vez utilizado no quotidiano interaccional, transformando-se num repertório da interacção (Domingos, 2009), isto é, segundo a terminologia de Goffman, possuíam a faculdade de um “material de interacção” (Goffman, 1983, p.11), útil para o desenvolvimento de interdependências sociais.

Este texto, referindo-se diversas vezes ao desporto em Moçambique, debruça-se com mais pormenor sobre a relação do desenvolvimento do futebol com o processo de estruturação urbano em Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique. O rumo do processo de desportivização em Maputo reflecte uma situação colonial particular, que é ousado, em alguns aspectos, usar como matriz de análise para estudar as práticas físicas no resto do território. É provável, por exemplo, que o modelo de segregação social das práticas desportivas dominante em Lourenço Marques não fosse generalizado por toda a colónia. Em contextos mais isolados, em que as sociedades colonas se encontravam menos

organizadas, as práticas desportivas estariam sujeitos a um menor controlo social, mesmo porque muitas vezes não havia atletas brancos suficientes para formar equipas. Em Lourenço Marques, como parece ter sido também o caso da Beira, o racismo do sistema colonial impôs-se, no entanto, de modo visível.

LOURENÇO MARQUES E O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DESPORTIVAS NA CIDADE COLONA

O desenvolvimento do desporto moderno em Moçambique concentrou-se, de acordo com o padrão geral do processo de desportivização, nos principais núcleos urbanos do território. É certo que a rede associativa colona, como se irá notar mais à frente, tratou de levar as práticas desportivas, nomeadamente o futebol, aos lugares mais recônditos de Moçambique. Lourenço Marques reunia, porém, uma fatia esmagadora do desporto moçambicano (Feio, 1978). Atendendo à história da cidade o facto está longe de ser surpreendente. A ocupação portuguesa confinou-se inicialmente a um presídio, construído em 1782, à volta do qual surgiu um núcleo de casas. A passagem a vila, em 1876, anunciava uma nova fase na vida de Lourenço Marques. Nos anos seguintes, um conjunto de planos urbanos, obras públicas e a expulsão das populações locais do centro da cidade revelavam o interesse voraz do estado colonial português e de outros agentes da colonização internacional, comerciantes, empresários, missionários, aventureiros, etc. Em 1897, a cidade tornou-se a capital de Moçambique, substituindo a anterior capital situada na Ilha de Moçambique. A opção do estado português reflectia o rumo do processo colonial europeu.

O florescimento de Lourenço Marques dependeu em grande medida da industrialização sul-africana, conduzida por

capitais britânicos. O porto de águas profundas dotava o pequeno núcleo urbano de condições comerciais únicas, eixo de passagem de mercadorias e trabalhadores. Rapidamente a cidade se encontrou ligada às regiões vizinhas por estrada e via-férrea. À circulação regional de mercadorias juntou-se um dos fenómenos mais estruturantes do colonialismo português na região: as transferências de mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas (Newitt, 1995, p.425, Harries, 2003). Centro de uma emergente actividade económica, Lourenço Marques atraiu um conjunto de agentes que, progressivamente, foram edificando a malha urbana e dotando-a dos equipamentos que definiam a existência de uma condição urbana. Não faltavam os símbolos de uma hegemónica presença empresarial: firmas diversas, sobretudo de importação e exportação, empresas de contratação laboral, bancos, companhias de seguros, hotéis e uma miríade de pequenas ocupações, resultado da crescente divisão social do trabalho. O aparelho de estado desenvolveu a máquina administrativa, organizou a malha de vias pedonais e rodoviárias, mas também, por intermédio de concessão a privados, a rede de transporte e de outros equipamentos públicos. Noutra sentida, despontavam instituições e práticas que caracterizavam a vida urbana, os cafés, os salões de chá, os teatros, as associações, que enquadravam um conjunto de actividades de lazer, entre as quais se encontravam as práticas desportivas.

O lazer urbano expressava não apenas a difusão de uma "cultura urbana", mas também o surgimento de estilos de vida diferenciados, reflexo do desenvolvimento de um processo de estratificação social que se repercutia na geografia da cidade e na especialização funcional das suas diversas parcelas. A marca mais profunda deste processo de estratificação era sem dúvida a que reflectia a instauração de uma sociedade segregada, típica das cidades coloniais (Coquery-Vidrovitch, 1991, p.69). A conclusão da

estrada da Circunvalação, em 1903, consagrava a existência de uma fronteira que separava a cidade colonial, também designada “cidade de cimento”, dos seus subúrbios, constituídos maioritariamente por construções precárias feitas de “caniço”, nome pelo qual a periferia da cidade colonial era também nomeada. Esta fronteira matricial na organização urbana da cidade inscrevia no espaço uma divisão social, de claros contornos raciais, entre os agentes do poder colonial e as populações africanas progressivamente integradas, muitas vezes de forma compelida, em lógicas de exploração laboral (Penvenne, 1993 e 1995). Este processo de discriminação, cuja tradução em Lourenço Marques Valdemir Zamparoni relatou com minúcia (Zamparoni, 1998), foi legitimado pelo enquadramento legal instituído pelo estado colonial, que impôs sob o território um “sistema de indigenato”. Entre os civilizados e os indígenas, o estado colonial considerava a existência de uma categoria intermédia, a dos assimilados, constituída por todos aqueles que provavam estarem em condições de viver sob as instituições e formas de vida dos europeus. Durante o domínio português, a insignificância numérica desta categoria denunciava as suas funções legitimadoras e a forma como a hipotética benevolência do sistema pouco se adequava à realidade.¹

A fronteira física entre as “duas Lourenço Marques” não impediu a disseminação de práticas de lazer modernas por toda a cidade. No quotidiano da urbe colonial no princípio do século XX, a extensa comunidade inglesa desempenhou um papel pioneiro na institucionalização de alguns desportos e competições (Domingos, 2006). Estas actividades faziam parte de um estilo de vida mundano de uma classe dirigente que incluía também alguns

¹ Em 1955, de uma população com 5 764. 362 indivíduos, apenas 117.405 eram considerados civilizados. Destes, apenas 4.554 cabiam na categoria de africanos civilizados, portanto assimilados. Existiam ainda 29 873 “mistos”, todos considerados civilizados. Existiam, deste 5 646 957 de africanos não civilizados. Apenas 4.538 africanos, pertencentes ao grupo dos assimilados, eram considerados portugueses.

membros da elite portuguesa. A restrita sociabilidade britânica, promovida junto de clubes como o English Club (n.1905), o British Club, ou a Caledonian Society (n.1919), compreendia também a organização de actividades desportivas. Clubes como o Lourenço Marques Athletic Club (n. 1908), o Lourenço Marques Lawn Tennis Club (n. 1908), o Club de Golf de Lourenço Marques (n.1918) ou o Club da Polana (n.1923) promoviam desportos como o ténis, o golfe, a vela, o rãguebi, o cricket e também o futebol. Faziam-no num contexto social fechado, como marca distintiva e celebradora de um *ethos* amador. Alguns destes desportos nunca deixarão de se constituir como uma marca de distinção social.

O movimento desportivo fomentado pelos ingleses foi reforçado pelo alvor do associativismo dos colonos portugueses. De entre as modalidades que procuraram desenvolver, entre as quais se encontravam a vela, o atletismo, o automobilismo e a ginástica, o futebol acabou por se destacar. Vários relatos dão conta da realização de jogos informais entre equipas locais e a tripulação de navios que acostavam no porto de Lourenço Marques. Esta informalidade daria lugar a um processo de institucionalização. Depois de um conjunto de clubes e associações de existência efémera², na transição para a década de 1920 foram fundados alguns dos principais clubes de Moçambique: o 1.º de Maio, criado em 1917 por um grupo de operários do caminho-de-ferro, o Sporting de Lourenço Marques (n. 1920, hoje Maxaquene), o Grupo Desportivo de Lourenço Marques (n. 1921) e o Clube Ferroviário (n. 1924), pertencente à empresa dos caminhos-de-ferro e sede de uma rede de filiais espalhadas pelo território.³ Os terrenos onde jogavam, quase todos situados na baixa da cidade, valeram-lhe a designação de “clubes da baixa”. Estes clubes foram quase sempre

² Em 1905 surgiu o Sport Clube Português; em 1910, o Grupo Lusitano; em 1912, o Grupo Desportivo Francisco Lázaro e o Club Internacional de Futebol.

³ O Clube Ferroviário era um elemento de uma prática moderna de gestão de recursos humanos.

patrocinados por notáveis locais, comerciantes, empresários, altos quadros administrativos e militares, que em troca de apoio financeiro viam alargar-se a sua notoriedade.

Em 1923, foi formada a Associação de Foot-ball da Província de Moçambique, que a partir de 1926 se passou a designar por Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM). Filiada na então União Portuguesa de Foot-ball (mais tarde Federação Portuguesa de Futebol), a Associação constituiu-se como o núcleo principal da promoção da versão oficial do jogo de futebol (o *association*), em consonância com o regulamento do *International Board*.⁴ Moçambique encontrava-se assim ligado a um rede internacional de instituições federadas. A pujança do associativismo português impôs-se progressivamente à influência inicial britânica. A popularização do futebol acompanhou esta transformação. Os clubes, além de núcleos da organização de actividades de lazer, transformaram o jogo num espectáculo público, dirigido aos espectadores e tendencialmente pago. Anunciava-se o desenvolvimento de um “processo de desportivização,” fundado numa lógica competitiva, no confronto regular de clubes e no acompanhamento realizado pelos seus grupos de adeptos, identificados socialmente com as suas agremiações preferidas. O modelo competitivo despertou o interesse mediático e em Lourenço Marques, como em todos os cenários de desenvolvimento do desporto moderno, a relação entre as competições e os meios de comunicação social foi simbiótica.⁵

⁴ O International Board foi criado em 1886 pelas associações de futebol da Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda.

⁵ Em 1922, nasceu a primeira publicação especializada, *A Semana Desportiva*, que duraria apenas um ano, regressando em 1932, também de forma efémera. Em 1938, o *Eco dos Sports* tornar-se-ia o primeiro jornal desportivo a singrar, instrumento de divulgação e porta-voz das reivindicações da comunidade desportiva face ao estado. Depois dos jornais, a rádio viria a exercer uma influência decisiva na difusão do jogo. Em Março de 1934, a derrota da selecção nacional portuguesa de futebol com a congénere espanhola em Madrid foi transmitida pela Estação Emissora do Grémio dos Radiófilos a partir de altifalantes colocados na sede de um dos principais jornais locais, o *Notícias*. A transmissão, uma novidade na

As associações desportivas consagraram-se como esteios de um movimento associativo diverso (recreativo, mutualista, beneficente, de classe, que incluía cooperativas, associações de socorros mútuos, caixas económicas, etc, Rocha, 2002, p.144-154), muito dinâmico durante o período da primeira República portuguesa (1910-1926). Este movimento desempenhou um papel determinante na integração social dos colonos, prestando serviço de assistência e protecção ao trabalho mas transformando-se também no centro de várias redes de contactos e recursos. Noutra perspectiva, as associações prestavam um incomensurável serviço de integração dos colonos em redes de sociabilidades, comunidades de afectos e partilhas nas quais o lazer se assumia como um componente basilar.

Muitas das associações recreativas reproduziam a pertença regional dos seus membros (Melo, 2004). No contexto da organização do associativismo desportivo, o facto mais saliente encontrava-se na relação estabelecida entre clubes e associações em Lourenço Marques, e de forma mais genérica e progressiva por todo o território de Moçambique, e alguns dos mais destacados clubes desportivos metropolitanos. O Grupo Desportivo de Lourenço Marques era uma filial do Sport Lisboa e Benfica (n.1904); o Sporting de Lourenço Marques, uma filial do Sporting Clube de Portugal (n. 1906). Com o tempo, delegações destes clubes metropolitanos surgiram por todo o território.⁶ A organização desportiva foi o elemento mais activo do associativismo português em Moçambique, não apenas nas maiores cidades, como Lourenço Marques ou a Beira, mas sobretudo em cidades secundárias e

cidade, foi realizada "perante uma multidão enormíssima de pessoas que se aglomerava[...]" *O Brado Africano*, 23/3/34, p. 2.

⁶Entre outras, o Sporting criou filiais na Beira (1931, embora tivesse actividade desde 1929), Moçambique (1932), Quelimane (1933), Gaza (1934) Nampula (1948), Guijá (1949), Mucucune (1959), Massinga (1962), Pucucune (1962). O Grupo Desportivo de Lourenço Marques, filial do Benfica, abriu delegações no distrito de Moçambique (1931) e Quelimane (1931). Já sob o nome de Benfica, em Nampula (1954), Machava (1955), Lourenço Marques (1955), Chimoio (1957) Guruê (1961).

mesmo em lugares ultra-periféricos, onde o clube ou a associação desportiva se constituíam como os únicos locais de encontro para os colonos espalhados pelo território.

A ligação do movimento desportivo local aos clubes metropolitanos instituiu-se como um dos elementos fundamentais da expansão em Moçambique do que designei por “narrativa desportiva metropolitana”, instrumento de relação social, por via de interações diversas, acumulado nos *stocks de conhecimento* de um número progressivamente maior de indivíduos (Domingos, 2009). Esta narrativa, cuja base essencial eram as performances desportivas de equipas metropolitanas, conquistou, com a ajuda indispensável dos meios de comunicação social, um peso crucial na cultura popular urbana em Moçambique, não se confinando, como iremos ver, ao mundo do colono.

UMA POPULARIZAÇÃO SEGREGADA

A barreira racial que caracterizava de modo vincado o processo de estratificação social em Lourenço Marques repercutiu-se na organização desportiva, situação que se manteria suportada pela lei até ao início da década de sessenta. Nos anos vinte, quando as competições de futebol se institucionalizaram, os encontros não eram apenas jogados por atletas brancos. A racialização da estratificação social em Lourenço Marques não se constituía como uma realidade estanque, embora tendencialmente o fosse. A posição social de uma elite crioula, que deste o século XIX, sobretudo por intermédio do comércio e da administração, criara um certo estatuto local e condição material, aproximava as suas práticas e estilos do mundo colonial da elite colona (Rocha, 2002, Zamparoni, 1998). Tal proximidade reflectia-se nos hábitos de lazer e de modo particular nas práticas desportivas. Alguns

clubes, como o Desportivo de Lourenço Marques e o 1.º de Maio, incluíam nas suas equipas jogadores mestiços. Na “cidade de cimento”, o jogo não deixava de ser uma prática de classe em vias de popularização. O fenómeno de abertura do jogo a elementos de grupos sociais distintos decorreria, nestas primeiras décadas de crescimento, nos limites definidos pela pertença racial, o que significava uma popularização essencialmente “branca”.

Em Lourenço Marques, de acordo com um modelo reconhecido em inúmeros contextos, este processo beneficiou das possibilidades geradas por um proto-profissionalismo desportivo que garantia algumas vantagens aos intérpretes mais talentosos: a facilidade de conseguir um emprego, a existência de condições laborais específicas, pagamentos em géneros e mesmo, com o passar do tempo, em numerário. Desenhava-se, de forma ainda embrionária, um mercado profissional. O futebol transformara-se num dos mais consistentes espectáculos urbanos. O crescimento da população colona, sobretudo a partir da década de cinquenta, incrementou este processo⁷, não apenas nas principais cidades, mas por todo o território. Já nos anos trinta, formaram-se em Lourenço Marques diversos clubes fundados por colonos, antecipando o grande desenvolvimento do associativismo desportivo do pós-guerra. Os novos núcleos desportivos estabeleceram-se nos espaços da cidade de ocupação recente. A AFLM apenas em 1952 abriu as suas competições a estes clubes, sinal de uma pressão colona vinda de baixo que exigia a democratização de competições que há muito eram monopolizadas pelo quarteto da “baixa”, Ferroviário, Desportivo, Sporting e 1.º de Maio.

As competições de futebol não se resumiam aos jogos entre turmas locais. Lourenço Marques estabeleceu um

⁷ A população colona atingiu em 1930 os 17.842 habitantes, chegando aos 27.438, em 1940, aos 48.213, em 1950 e aos 97.245 em 1960 (Hedges, 1999, p.165). Em 1974, um ano antes da independência de Moçambique, alcançara os 200.000 habitantes (Newitt, 1993, p.406).

intercâmbio regular com as equipas sul-africanas, como as que representavam o Transvaal do Norte e o Transvaal do Sul. Mais esporádicas eram as visitas das equipas metropolitanas. Quando aconteciam, porém, estabeleciam-se como momentos de grande tumulto urbano.⁸ Estes encontros ocupavam dezenas de páginas de jornal e preenchiam horas e horas de conversas diárias. Passaram ainda por Lourenço Marques equipas inglesas, brasileiras e de outras nacionalidades⁹, quase sempre no âmbito de digressões pela África do Sul. A formação de equipas representantes da cidade para jogar contra conjuntos de fora redundava em discussões intermináveis sobre os critérios de selecção da equipa local. O fenómeno não deixava de representar uma afirmação de uma identidade local, longinquamente proto-autonomista, negociada de formas muitas vezes conflituais com o sentimento nacional, celebrado aquando das visitas dos clubes metropolitanos.

O predomínio do futebol na vida desportiva de Lourenço Marques, simultaneamente enquanto prática desportiva e dimensão elementar de uma cultura popular urbana, conviveu com o desenvolvimento de outras modalidades. Alguns destes desportos atingiram índices de popularidade significativos. O hóquei em patins revelou-se uma das modalidades mais dinâmicas no mundo colono, chegando as equipas de Lourenço Marques a fornecer o maior número de atletas à selecção nacional portuguesa. O basquetebol também se desenvolveu com rapidez. A equipa do Sporting de Lourenço Marques, três vezes, e a turma do Malhangalene, por uma vez, chegaram a alcançar o título de campeões nacionais.¹⁰ Muitas outras práticas desportivas se institucionalizaram,

⁸ Académica de Coimbra (1939 e 1951), Marítimo (1950), Benfica (1950 e 1962), Atlético (1951), Sporting (1954), F.C. Porto (1958), Belenenses (1960). Em 1967 [ou 1968], na inauguração do estádio Salazar, a selecção portuguesa jogou com o Brasil.

⁹ Aberdeen (1937), Newcastle (1952), Dundee United (1953), o Djurgardens, com Stanley Matthews (1955), Dinamo de Praga (1956), Ajax (1958), Portuguesa de Santos (1959), Ferroviário de Araraquara (1960).

¹⁰ Respectivamente, em 1967/68, 1970/71, 1972/73 e 1973/74.

embora nenhuma tenha alguma vez afrontado a popularidade do futebol.

O FUTEBOL SUBURBANO E AS PRÁTICAS DESPORTIVAS MODERNAS

A adopção de práticas desportivas modernas não se confinou à chamada “cidade de cimento”. Os sustentáculos de uma cultura urbana proliferavam também no subúrbio de Lourenço Marques sendo expectável que as práticas desportivas também ali se desenvolvessem. Já a lógica do processo de disseminação destas práticas corresponde a condições particulares. Os registos escritos que assinalam a existência de actividades desportivas modernas no subúrbio, presentes no jornal *O Brado Africano*, remontam pelo menos à década de 1920.¹¹ Estes relatos descrevem a realização de jogos de futebol organizados. O jogo terá sido praticado, de forma improvisada e adaptada contextualmente, bastante antes das referências escritas. Vários agentes contribuíram para este processo de expansão. O subúrbio africano cresceu como um espaço para onde confluíam indivíduos em trânsito permanente. As missões e as escolas missionárias¹², protestantes e católicas, as forças militares¹³, mercadores, as pequenas-burguesias crioulas que vogavam na fronteira do subúrbio, os trabalhadores que desciam à baixa e que iam adoptando as práticas de lazer

¹¹ Em 1926, tanto na página em português, mas sobretudo na secção em ronga/landim, começam a surgir notícias sobre jogos suburbanos. P.ex em 12/6/26(p.1), 3/7/26 (p.3)

¹² Os jogos realizados junto da Missão Suiça fizeram parte da infância de alguns jogadores africanos, como por exemplo, Mário Coluna. Noutros contextos, nomeadamente anglófonos, as missões tiveram um papel importante no desenvolvimento do futebol, como no Quênia (Hognestad, Tollisen, 2004, p.220), na Nigéria (Boer, 2004, p.66), no Zanzibar (Fair, 2004, p.103-113).

¹³ Método simples de congregar um conjunto de indivíduos e de lhes inculcar regras e valores, o jogo foi promovido, entre 1927 e 1932, por batalhões militares indígenas em Lourenço Marques (Azambuja Martins, 1938, p.16-17).

urbano, todos se tornaram difusores das práticas desportivas modernas. Noutro sentido, a ponte humana que sazonalmente ligava Lourenço Marques às minas sul-africanas remetia as relações entre os centros e as periferias para fora do âmbito estrito de um colonialismo pensando nacionalmente. O subúrbio, constituindo-se como uma periferia do centro do poder português em Moçambique, fazia também parte da grande periferia que tinha como núcleo agregador a força económica da florescente indústria sul-africana. Não por acaso, o futebol local organizou-se na desembocadura da estrada de Lydenburg, primeiro caminho viário, construído em 1871, entre Lourenço Marques e o Transvaal, percurso por onde passavam homens, objectos, novos hábitos e lazeres (Harries, 1998, p. 99-103). Os primeiros registos da prática de futebol na África do Sul remontam ao final do século XIX. O jogo rapidamente se popularizou entre a população negra urbanizada (Alegi, 2004) tornando-se no desporto da maioria, face ao cricket, sobretudo promovido pela elite inglesa, e o rugby, desporto por excelência do nacionalismo *boer* (Nauright, 1997, p. 102-104).¹⁴

Antes de se constituírem no subúrbio associações e clubes de futebol, o jogo, em bairros como a Munhuana, Xipamanine ou Chamanculo, ia sendo praticado nas chamadas “peladas de bairro”, momentos performativos que se tornaram em verdadeiras instituições do lazer local. Estes jogos de futebol entre equipas dos diversos bairros que iam crescendo à volta de Lourenço Marques fizeram parte de um processo de estruturação urbana que progressivamente se caracterizou pela afirmação de uma identificação dos habitantes com os seus bairros. Nos jogos reproduzia-se uma identidade bairrista, acentuada por sistemas de apostas, quase sempre envolvendo castanhas de caju, embora nas épocas de maior desafio fosse o dinheiro a reforçar a

¹⁴ Na Rodésia, os africanos terão começado a jogar futebol pelo contacto com os mineiros do Transvaal (Giulianotti, 2004, p.82).

motivação dos jogadores. Espaços primordiais de performance, os jogos de bairro estiveram na base do surgimento de uma narrativa do futebol local, constituída por relatos de gestos e movimentos extraordinários, pela celebração de heróis desportivos e pelo desenvolvimento de um estilo de jogo, cujo padrão, traduzido nos corpos e nos movimentos dos jogadores, dialogava com as condições de existência definidas pelo processo histórico colonial (Domingos, 2006 e 2009). Estas narrativas suportaram o desenvolvimento de um *stock* de conhecimento local, elemento de um fenómeno mais vasto de estruturação das sociabilidades no subúrbio. A rivalidade entre os bairros contribuía, por intermédio de uma lógica conflitual desencadeada pela natureza competitiva do jogo, para estabelecer laços e relações entre populações que chegavam ao subúrbio de origens diferentes.¹⁵ Inscrito na cultura popular urbana, o jogo tornou-se num idioma social¹⁶ particular, função que evidentemente se manifestava também do lado da cidade ocupado pelos colonos.

A institucionalização do futebol suburbano reforçou estas lógicas de estruturação de uma cultura urbana local. Em 1924 foi criada a Associação de Foot-ball Africana (a AFBA, que pouco tempo depois passaria a ser designada por AFA, Associação de Futebol Africana). Se é certo que a associação surgiu um ano depois da fundação da AFLM pela sociedade colona, a sua inspiração mais próxima terá sido o poderoso movimento desportivo, de base associativa, que percorria os subúrbios negros sul-africanos e com os representantes do qual um conjunto de habitantes de uma elite suburbana em Lourenço Marques mantinha contactos regulares. O campeonato do subúrbio juntou um número de clubes que há algum tempo realizavam jogos no histórico

¹⁵ Em consonância com o argumento do clássico de Lewis Coser *The Functions of Social Conflict* (1964).

¹⁶ O antropólogo John Peel utilizou o termo *social idiom* para caracterizar a função das religiões monoteístas na África colonial (Peel, 1984, p.154).

campo de Xipamanine. O campo era propriedade do Mahafil Isslamo, clube local mais antigo, fundado em 1915, que pertencia a uma associação de assistência, a Anjuman Anuaril Isslamo, criada três anos antes por muçulmanos provenientes das ilhas Comores (Zamparoni, 2000, p.214 e 215). Em 1920, foi a vez do Clube Desportivo João Albasini (inicialmente Tigre Gulama) e o Grupo Desportivo Beira-Mar (inicialmente Victoria da Malanga) se juntarem ao movimento do futebol do subúrbio. Ambos estavam ligados ao Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM), núcleo organizado da defesa dos interesses das pequenas burguesias crioulas e dos indígenas, cuja figura emblemática era o jornalista João Albasini¹⁷, fundador de *O Brado Africano*.

A acção de elementos de uma pequena burguesia africana, progressivamente acoçada por um estado colonial que solidificava o sistema de segregação, protegendo o colono, foi fundamental para a institucionalização do futebol suburbano durante a década de vinte. Perante a sua subalternização social, que se incrementaria depois 1926 com a restrição da canalização do protesto político, a proibição de movimentos e de actos eleitorais, o associativismo estabeleceu-se como raro espaço de organização institucional. A dinâmica desportiva no subúrbio, informal e esporádica, foi assim ordenada pelos membros desta elite, quase todos assimilados, condição obrigatória para quem desejava formar um clube desportivo. De uma cisão no GALM terá nascido em 1921 o Clube Internacional, ligado ao Congresso Nacional Africano, inspirado no pan-africanismo de Marcus Garvey, e com ligações ao Partido Nacional Africano, fundado em Lisboa em 1921. Até ao final da década de 1930 o número de projectos desportivos sólidos foi aumentando. Surgiram o Luso-Africano, clube de futebol próximo da Igreja Luso-Africana¹⁸, o Nova Aliança, com actividade

¹⁷ Sobre João Albasini ver Penvenne (1996).

¹⁸ A mais forte organização religiosa independente de cariz messiânico em actividade no sul de Moçambique, também com ligação ao GALM (Rocha, 2002, p.225).

pelo menos desde 1924, o Vasco da Gama, associação de mestiços próximo do GALM, o popular Sporting Clube Munhuanense “Azar”, fundado em 1928 no bairro da Munhuana, também com ligações ao GALM, o Atlético Mahometano, clube muçulmano criado em 1929 em resultado de uma cisão no Mahafil Isslamo e o S. José de Lhanguene, equipa da missão católica.¹⁹ Grupos de indivíduos que chegaram a Lourenço Marques de outras regiões de Moçambique fundaram clubes como o Zambeziano, o Victória Gazense²⁰, o Inhambanense ou o Beirense, demonstrando assim o papel desempenhando pelas associações desportivas como núcleos de redes de contactos e recursos no novo espaço urbano.

O FALHANÇO DA POLITIZAÇÃO E A FORÇA DO FUTEBOL

Foi desde a institucionalização do futebol do subúrbio que *O Brado Africano*, espaço de discussão e de contestação ao poder colonial dominado pela pequena-burguesia ligada ao GALM, passou a relatar as suas competições. O lugar intermédio desta elite no sistema de estratificação social em Lourenço Marques explica o maior interesse que até aí haviam manifestado pelo futebol praticado na “baixa”, onde apesar de tudo alguns mestiços ainda se faziam representar. A possibilidade do associativismo desportivo se transformar num instrumento de reorganização política alterou parcialmente tal ordem de preferências. A esperança nas potencialidades desta organização desportiva iria, no

¹⁹ O S. José era constituído por negros educados sob a lógica assimiladora e nacionalista da igreja católica. Alguns membros do Grémio Africano de Lourenço Marques foram educados na missão de S. José, a única que fazia a celebração de São Benedito, figura religiosa negra saudada por diversas correntes pan-africanas. (Rocha, 2002, p.327, n.63).

²⁰ Em 1930, a população negra da cidade estava estimada em 28.300 indivíduos, dos quais 14.950 provenientes do distrito de Lourenço Marques, 2872 de Inhambane, 617 de Quelimane, 627 Moçambique, e 417 de Manifa e Sofala e de Tete 416 (Rocha, 2002, p.114).

entanto, esmorecer, à medida que o regime ia conseguindo controlar as associações e explorar as divisões dentro da elite local, sobretudo entre negros e mestiços.²¹ Noutra sentida, estas elites, aproximando-se das concepções fomentadas pela própria retórica de algumas instituições coloniais, viam o desporto como uma escola de educação e civilização, mecanismo apropriado para a juventude africana “evoluir”.

Tanto de um lado como do outro da fronteira entre a “cidade de cimento” e a “cidade de caniço” o desenvolvimento do futebol tornou-o num fenómeno pouco condizente com a retórica dos agentes civilizadores. Em vez de um meio disciplinador e regrado, o jogo transformou-se num espaço denunciado por fomentar paixões descontroladas, disseminadas entre jogadores e públicos, redundando por vezes em actos de violência. Perante este cenário, parte da elite do subúrbio acabou por se refugiar nas virtudes educativas da ginástica, uma modalidade que o GALM acabou por promover com algum sucesso.²² O desalento de alguns membros desta elite suburbana em relação ao movimento desportivo local representava um olhar socialmente localizado. É importante que esta perspectiva não contamine a interpretação de um processo de desportivização de consequências mais profundas. O desenvolvimento do desporto no subúrbio, sobretudo do jogo de futebol, expressava o advento de uma condição urbana enquadrada pelo colonialismo.

A institucionalização do futebol local, organizada a AFA e as competições regulares que colocavam frente a frente um grupo de clubes bem maior do que aquele que disputava o campeonato

²¹ Estas divisões, fundamentalmente concentradas na luta entre o GALM, de maioria mestiça, e o Instituto Negrófilo, espaço de negros católicos assimilados, patrocinado pelo regime, repercutiram-se também no próprio movimento desportivo.

²² Em 1937, por ordem colonial o GALM e outras instituições mudaram de nome. Já foi sob a designação de Associação Africana que o antigo GALM desenvolveu as suas classes de ginástica.

da “baixa”, transformou o jogo num dos mais importantes espectáculos suburbanos. Além das competições, a AFA e os seus clubes animavam de outras formas a vida local. A organização regular de festas, modo de angariar fundos, era uma momento de reprodução de sociabilidades que enunciava também formas de estratificação social prevaletentes. O Vasco da Gama, por exemplo, promovia bailes com fato obrigatório, ao som de jazz-bands. Em contextos menos nobres, a festa podia incluir os conhecidos batuques, misturados com gramafones e muito álcool vendido nas “cantinas”, centros do comércio suburbano, muitas vezes dirigidos por portugueses e indianos. Quando a ocasião festiva era mais marcante, os clubes preparavam torneios especiais e convidavam equipas da África do Sul. O futebol do subúrbio não era um mundo fechado. Desde pelo menos os anos trinta que um intercâmbio regular se desenvolveu com equipas de associações congéneres nas regiões vizinhas²³, sobretudo com a Associação Africana de Futebol do Transval (AAFT). Quando era necessário formar uma equipa local para jogar contra os sul-africanos, as inúmeras discussões acerca da formação da equipa não eram muito diferentes daquelas que ocorriam no futebol da “baixa”. Também no subúrbio, apesar de todas as diferenças entre as suas populações, a formação de uma equipa representante do “futebol africano” ajudava a imaginar uma comunidade, segundo a conhecida formulação de Benedict Anderson (1991 [1983]). Esta possibilidade era proporcionada pelas características universais do próprio jogo, isto é, pelo facto de a AFA e de os seus clubes seguirem os regulamentos do futebol *association*²⁴, enquadramento que permitia o encontro entre equipas de contextos nacionais e regionais diferentes. Nos jogos da AFA, estavam representados os diversos bairros e

²³ Em 1930, a 12 e 13 de Julho, *O Brado Africano* (19/7/30) anunciou o que diz ser o primeiro jogo entre Lourenço-Marques e Joanesburgo.

²⁴ Embora com algumas alterações, dado que o modelo seguido era o da congénere sul-africana Joaheburg African Football Association (JAFA).

populações de uma comunidade em construção conflitual. A função representativa do desporto competitivo reforçava a existência de grupos e as fronteiras entre estes e os outros colectivos locais, diferença já de si assinalada por outras pertenças. No entanto, a mesma arena onde se jogavam as diferenças possibilitava a eclosão de um colectivo que entre si não partilhava apenas o mesmo espaço urbano, mas uma condição de vida, de trabalho, de necessidade económica, enquadrada pela discriminação dos poderes coloniais.

POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL NO SUBÚRBIO

Tal como acontecera na cidade colona, o desenvolvimento das competições no subúrbio deu origem a um processo de popularização do futebol. As elites locais controlavam os clubes, o que garantia aos seus líderes uma notoriedade importante no contexto da estratificação social local. Mas o universo dos praticantes, inicialmente um grupo socialmente fechado, com uma percentagem importante de assimilados, foi com o tempo integrando indivíduos de menor condição, revelando as características de um processo tendencialmente meritocrático, que no subúrbio foi também, numa escala própria, incentivado por diversos tipos de recompensas.

As recompensas dadas aos jogadores não se estabeleceram como as únicas estratégias de incentivo gizadas localmente. A pressão imposta pelo “processo de desportivização”, anunciando uma tendência de profissionalização, débil tendo em conta as condições materiais dos clubes suburbanos, proporcionou o desenvolvimento do que podemos abusivamente chamar “indústria da feitiçaria”. As lutas pelo “vôvô”, expressão que designava tanto quem aplicava o feitiço como o próprio feitiço, representavam a

adaptação de uma prática local aos desígnios do jogo moderno. A necessidade de vitória, um desfecho que conferia orgulho aos bairros e um reforço identitário aos adeptos dos clubes, traduzido nas interações quotidianas, originou uma especialização “futebolística” da prática do curandeiro e do feiticeiro. A procura das melhores condições para as equipas garantirem a vitória sugeriria, no entanto, a utilização de outros métodos. O “estilo de jogo local”, progressivamente sedimentado por uma comunidade performativa, foi sendo confrontado com a chegada de processos modernos de organizar o jogo de futebol e os gestos e movimentos dos jogadores. A circulação internacional de esquemas tácticos e a sua utilidade para conduzir as equipas à vitória, já discutida, sobretudo nos periódicos dirigidos por colonos, por jornalistas, treinadores e jogadores, atravessou a fronteira com o subúrbio e colocou interessantes questões sobre o modo “correcto” de praticar o jogo.²⁵

A força do processo de desportivização no subúrbio foi indiscutivelmente desencadeada pelo futebol. Não se tendo constituído como uma base de organização política, o jogo revelava a capacidade do subúrbio adoptar e transformar, tanto do ponto de vista da organização como da performance, um jogo moderno. Como elemento de uma cultura popular urbana, o futebol, mais do que uma simples prática, transformou-se num espectáculo local, fonte de identificações sociais, base de formação de um *stock* social de conhecimento usado no quotidiano como “repertório da interacção”. A construção de uma narrativa do futebol local, restrita a um espaço de sociabilidades, assinalava a fronteira imposta pelo poder colonial e sua disseminação pela cultura popular urbana. No subúrbio, todavia, não era apenas a narrativa futebolística local que era reproduzida pelos seus habitantes. Sobretudo nas áreas de fronteira e junto das pequenas burguesias africanas,

²⁵ Ver a este propósito (Domingos, 2010b).

desenvolvia-se um interesse em relação ao que se passava noutros universos, tanto no futebol da vizinha “baixa”, como também no jogo praticado na metrópole.

O ESTADO COLONIAL COMO PROMOTOR E REIFICADOR DA SEGREGAÇÃO SOCIAL

O estado colonial em Moçambique procurou circunscrever e controlar todas as actividades associativas. Este poder estava consagrado na Carta Orgânica do Ultramar, aprovada em 1929, e na Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), de 1933, leis que permitiam à administração colonial fiscalizar a actividade das associações, aprovar estatutos, orçamentos e direcções e, se necessário, extinguí-las.²⁶ De acordo com o Estatuto Político, Civil e Criminal Indígenas, estava-lhes vedada a possibilidade de criar associações, consideradas instituições de carácter europeu. Isto não impedia os indígenas de participar em actividades organizadas pelas associações, o que as colocava, quando era o caso, sob a alçada fiscalizadora da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, que possuía uma secção dedicada a Agremiações Regionais de Recreio, Defesa, Desporto e Estudo. Vários clubes africanos foram alvo de investigações, casos do Beirense e do Vitória Gazense, suspeitos de terem ligações a associações proibidas e a missões protestantes.

Podendo aceder ao desporto organizado no contexto do associativismo suburbano, os indígenas encontravam-se excluídos das políticas oficiais de educação física, se excluirmos deste âmbito o contacto disciplinar com o exercício físico que muitos

²⁶ A fiscalização competia à Direcção dos Serviços de Administração Civil (DSAC) que reservava parte dos seus serviços às Agremiações Regionais de Recreio, Defesa, Desporto e Estudo. Todos os clubes desportivos tinham um processo na DSAC.

tiveram nas companhias militares. Do ponto de vista organizacional, a primeira instituição colonial dedicada especificamente ao desporto foi a Mocidade Portuguesa de Moçambique, criada em 1939. Organização juvenil pré-militar²⁷, que havia sido criada em 1936 na metrópole inspirada nas organizações congéneres da Itália fascista e da Alemanha Nazi, a Mocidade Portuguesa de Moçambique estava incumbida de organizar o desporto escolar e fiscalizar todas as actividades desportivas para a juventude, o que implicava uma jurisdição sobre o chamado desporto particular. A organização dirigia-se apenas aos europeus e assimilados, ficando os indígenas de fora deste projecto de educação do corpo nacionalista. A Mocidade Portuguesa procurou desenvolver em Moçambique o modelo de educação física organizado pelo Estado Novo na metrópole, fortemente pré-militar, disciplinar e fundado na prática da ginástica. Aos desportos colectivos, ao contrário da centralidade que possuíam no universo colonial britânico (Mangan, 1992, Stoddart, 1988), era conferido um papel secundário. Considerava-se que os desportos, de que o futebol era o melhor exemplo, conduziam a uma espectacularização condenável das práticas físicas. O jogo era uma escola de maus hábitos, de paixões e de violência. Esta retórica nunca afectou substancialmente a organização das práticas físicas. Em Moçambique, tal como aliás sucedia na metrópole, a grande força do desporto situava-se na organização particular e no sistema federado, perante a incapacidade do estado português em criar uma rede escolar eficaz para impor o seu modelo (Domingos, 2010a).

O estado colonial não deixou, porém, de fazer alastrar ao desporto as políticas de segmentação social que impôs na vida social da colónia. Na lei que em 1956 reorganizou o desporto colonial (n.º 2083, de 15/6/56), criando novos órgãos de gestão, os

²⁷ Que ministrava aos rapazes uma preparação física antes de entrarem no serviço militar.

Conselhos Provinciais de Educação Física, os indígenas encontravam-se mais uma vez excluídos, apesar da propaganda que Portugal realizava já nessa altura, sustentada no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, na defesa do seu excepcionalismo colonial (Alexandre, 1979, Castelo, 1998). O mesmo estado, vigiando o desporto particular, negava aos indígenas a possibilidade de criarem clubes e associações. As regras formais e informais da organização desportiva federada legitimavam este sistema de discriminação. O campeonato da “baixa” estava fechado às equipas da AFA, embora estas tivessem os seus estatutos aprovados pelo estado colonial. Em 1952 abriu-se uma excepção, permitindo a AFLM a entrada nos seus campeonatos ao Vasco da Gama, juntamente, como foi referido, com um conjunto de clubes formados por colonos. Esta abertura assinalava uma democratização parcial da organização desportiva, que no caso do Vasco da Gama sugeria mais uma estratégia de cooptação de elites africanas, num contexto em que o nacionalismo no continente já deixara de ser um espectro. Aos jogadores indígenas a passagem para o futebol do colono era bloqueada; mesmo em relação aos assimilados, muito poucos fizeram a passagem. Se alguns o conseguiram, tal facto não se deveu a um abrandamento do racismo colonial, mas ao modo como o próprio jogo instituiu uma lógica minimamente meritocrática que conduziu a que os clubes não fossem insensíveis a alguns talentos suburbanos.

MUDANÇAS POLÍTICAS

Na capital de Moçambique foi apenas no final da década de 1950 que o estado colonial, face à evolução da situação internacional, decidiu que o desporto devia também ser um exemplo da “excepcionalidade portuguesa”, o que justificava o fim de

qualquer tipo de discriminação. Em 1959, a AFA foi compelida a extinguir-se e parte dos seus clubes foi integrada em campeonatos secundários da AFLM. Este primeiro passo, no contexto particular do universo do desporto, foi dois anos depois reforçado por uma medida de carácter bem mais geral: o fim do indigenato. No último período de domínio de soberania portuguesa em Moçambique, a organização do desporto registou mudanças importantes. No contexto particular competitivo verificou-se o aumento da circulação de jogadores entre o subúrbio e as equipas da "baixa", não apenas no caso do futebol mas também noutras modalidades, como o atletismo. No que respeita ao desporto promovido pelo estado, o contexto político da época, que conduziu a um forte, mas tardio, investimento nas áreas sociais, numa altura em que já lavrava pelas colónias africanas uma guerra pela independência, proporcionou a organização de um conjunto de programas de democratização da prática desportiva, a que também não foi estranha a reforma do ensino e do estudo da educação física na metrópole.²⁸

Ainda antes desta intervenção do estado, o movimento desportivo promovido pelas associações conseguira estender uma malha federada por todo o território. Havia associações de futebol em praticamente todos os distritos e as outras modalidades também revelavam uma dinâmica de crescimento e uma rede tentacular de associações e clubes. Em 1956, depois de uma iniciativa da imprensa de Lourenço Marques, foi realizado o primeiro campeonato de futebol de Moçambique. Face a esta actividade do desporto particular, eram notórias as dificuldades operacionais da infra-estrutura oficial de ensino do desporto e da educação física. O estado mostrou-se ainda incapaz de responder aos protestos de vários interesses junto das elites colonas, que

²⁸ Refletida numa perspectiva mais progressista do ensino e da pesquisa da educação física.

regularmente exigiam que as equipas organizadas em espaço colonial pudessem participar nos campeonatos nacionais. Apenas em ocasiões excepcionais estes protestos vieram a ser atendidos.

PIONEIROS AFRICANOS E A AUTONOMIA RELATIVA DO CAMPO DESPORTIVO

A autonomia relativa que devemos conceder ao processo de desportivização é fundamental para interpretar alguns dos acontecimentos que abalaram o desporto em Moçambique durante a década de cinquenta e que, em grande medida, foram também cruciais para explicar algumas das posições do estado português em relação ao desporto colonial. É certo que este acontecimento só tiveram impacto porque se interrelacionaram com outros processos de mudança estrutural, nomeadamente a transformação económica e política que atravessou Moçambique no período do pós-guerra, mas sobretudo a partir do final da década de cinquenta. Antes disso, porém, o percurso fulgurante de um conjunto de jogadores do subúrbio de Lourenço Marques, assimilados, que os conduziu à glória nos campos de futebol europeus, é um elemento crucial para interpretar toda a evolução das práticas desportivas em Lourenço Marques e, de certa forma, por todo o mundo colonial português em África. A importância destes percursos individuais, decorrentes de condições particulares entre as quais a relevância que deve ser concedida à autonomia relativa do campo desportivo, coloca questões interessantes à interpretação dos regimes de causalidade histórica.

As carreiras de homens como Matateu, Coluna, Hilário e mais tarde Eusébio explicam-se pelo seu enorme talento mas também pelo próprio mecanismo de procura de talentos decorrente do processo de profissionalização em curso. Em Lourenço Marques,

este mecanismo dialogava com as formas de discriminação social que imperavam. Estes atletas, na condição de assimilados, e quase todos mestiços, conseguiram passar da AFA para a AFLM, o que lhes garantia desde logo a possibilidade de arranjar um emprego, mecanismo de mobilidade social que, depois do fim da AFA e do fim do indigenato, se generalizou. Como as equipas do campeonato colonial se relacionavam proximamente com as do campeonato metropolitano, ligação incrementada pelas digressões metropolitanas à colónia, desenvolveu-se na metrópole o interesse em explorar um emergente mercado de jogadores. A ida de Matateu para o Belenenses em 1951, e o seu sucesso subsequente, e, mais tarde, a transferência de Coluna para o Benfica e de Hilário para o Sporting, revelaram um mercado por explorar. Ofereceram, noutro sentido, uma possibilidade inédita de indivíduos não brancos terem uma mobilidade social fulgurante. As performances destes atletas ocorreram num período de grande crescimento do campo desportivo metropolitano. Os media conferiam aos clubes e às suas vedetas uma notoriedade extraordinária. O efeito do sucesso destes jogadores fez-se sentir em Lourenço Marques. Os clubes da baixa começaram a olhar para o futebol do subúrbio de forma diferente; os seus olheiros dirigiam-se à periferia procurando potenciais vedetas. Os efeitos sociais do futebol enquanto elemento de uma dinâmica cultura popular impelira o estado colonial a intervir sobre este universo. Depois da abolição da AFA e do indigenato, o desporto servirá para alimentar a propaganda lusotropicalista, nomeadamente depois das vitórias do Benfica de Coluna e Eusébio (este só na segunda) na Taça dos Campeões Europeus em 1961 e 1962, mais tarde, com a participação da selecção no Mundial de 1966. Foi também na década de sessenta que, como foi assinalado, as tardias políticas sociais incluíram investimentos na área do desporto, sobretudo em infraestruturas.

PROCESSO SOCIAL E AS NARRATIVAS
FUTEBOLÍSTICAS DOMINANTES

Um dos efeitos mais extraordinários de todo este processo foi a disseminação das narrativas da “baixa” e “metropolitana” no espaço do subúrbio. A presença de jogadores que haviam jogado na AFA e depois nos campos da baixa e nos estádios da metrópole e por toda a Europa fizeram sentir a parte da população suburbana, aquela que mais contactos tinha com o mundo da cultura popular urbana da cidade “de cimento”, que eles também estavam integrados nas “coisas do mundo”, que faziam parte dessas narrativas internacionais de futebol, que pelos caminhos da modernidade, não apenas os da inserção nos mecanismos de exploração laborais modernos, o subúrbio se ligava aos ritmos mais velozes da história. Em Lourenço Marques, este fenómeno contribuiu para criar laços entre dois espaços que continuavam socialmente segregados. De um lado e do outro, as preferências futebolísticas aproximavam-se. Quando o estado colonial resolveu acabar com a AFA, esta ligação foi ainda reforçada. O fim da estrutura institucional que suportava o futebol do subúrbio e o aumento da mobilidade profissional dos jogadores africanos depois do fim do indigenato tornou ainda mais evidente a hegemonia das narrativas da baixa e da metrópole na cultura popular urbana de Lourenço Marques.

Esta hegemonia, consagrada diariamente nos *stocks* de conhecimento e nos repertórios da interação dos moçambicanos, não cessou com o fim do domínio português em Moçambique. Depois da independência do novo país, a 25 de Junho de 1975, os clubes da “baixa” foram nacionalizados, mantendo-se como as mais importantes células desportivas da capital. O novo regime obrigou as associações desportivas cujos nomes remetiam para uma mundividência portuguesa a alterar as suas denominações.

Ainda assim, os moçambicanos continuaram a mostrar-se interessados em reproduzir, nas suas práticas e encontros quotidianos, a antiga narrativa metropolitana. Mais do que a evidência de uma qualquer nostalgia colonial, a manutenção deste interesse reflectia o próprio papel do futebol no processo de estruturação urbana de Lourenço Marques e o modo como a história, além de viver nos objectos e nas instituições, também se reproduz nos corpos e nos hábitos.²⁹

Este efeito particular, resultado da evolução histórica de uma situação colonial específica, sugere mais uma vez a autonomia relativa do processo de desportivização. Em Lourenço Marques o desporto transformou-se num elemento crucial de uma cultura de lazer urbana, tanto no que respeita à organizações da prática, promovida em grande medida pelo esforço do associativismo, perante a debilidade da acção do estado colonial, como também no que respeita à sua dimensão como espectáculo dirigida a um público crescente. Espaço de oportunidades, de expressão consciente ou inconsciente de lutas, as práticas e os consumos desportivos desempenharam, de modo particular, um papel importante nas lutas e tensões decorrentes de um sistema de dominação brutalmente iníquo.

²⁹ A propósito deste processo no Moçambique atual ver Domingos (2005-2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGI, Peter. *Laduma: soccer, politics and society in South Africa*. Natal: University of Kwazulu-Natal Press, 2004.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres, Verso, 1991.
- AZAMBUJA MARTINS, E. *Acção educativa sôbre as populações indígenas de Moçambique, consequente de instrução militar do soldado indígena*, Lisboa, I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938.
- BALANDIER, Georges. "La situation coloniale: approche théorique". *Cahiers internationaux de Sociologie*, XI, 1951, pp.44-79.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. Nova York: Anchor Books, 1967.
- BOER, Wiebe. "A Story of heroes, of Epics: The rise of football in Nigeria". In: ARMSTRONG, G. e GIULIANOTTI, R. (ed). *Football in Africa, conflict, conciliation and community*, Hampshire, Palgrave: 59-79, 2004.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. "The Process of Urbanization in African (From de Origins to the Begining of Independence)", *African Studies Review*, vol. 34, Number 1 (april 1991), 1991, p. 1-98.
- COSER, Lewis. *The functions of social conflict*. Nova York: Free Press, 1964.
- DOMINGOS, Nuno. "O futebol Português em Moçambique como memória social". *Cadernos de Estudos Africanos* (Lisboa) n. 9/10: 113-128, 2005-2006.
- _____. "Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano". *Análise Social* (Lisboa) vol. XLI (179): 397-416, 2006.
- _____. *Football in Colonial Lourenço Marques: bodily practices and Social Rituals*. Phd Thesis. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London, 2009a.
- _____. "O desporto e o estado colonial em Moçambique desporto". In: BENTO, Jorge e CONSTANTINO, José Manuel (orgs.). *O desporto e o estado, ideologias e práticas*. Porto: Afrontamento, 2009b, p. 275-297.
- _____. "As políticas desportivas do estado colonial em Moçambique", *Lusotopie XVI* (2), 83-104, 2010a.
- _____. "A circulação de um esquema tático: o exemplo do WM em Inglaterra, Portugal e Moçambique", *Esporte e Sociedade* (no prelo), 2010b.
- ELIAS, Norbert. "A génese do desporto: um problema sociológico". In: *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 187-215.

- FAIR, Laura. *Pastimes and politics, culture, community, and identity in post-abolition Urban Zanzibar, 1890-1945*. Oxford: James Currey, 2001.
- _____. "Ngoma Reverberations: Swahili Music Culture and the Making of Football Aesthetics in Early Twentieth-Century Zanzibar", In: ARMSTRONG, Gary, e GIULIANOTTI, Richard (eds.) *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, Hampshire: Palgrave, 2004, pp. 103-113.
- FEIO, Noronha. *Desporto e Política, ensaios para a sua compreensão*, Lisboa: Compendium, 1978.
- GIULIANOTTI, Richard. "Between Colonialism, Independence and Globalization: Football in Zimbabwe", In: ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard. (eds.) *Football in Africa, conflict, conciliation and community*. Hampshire: Palgrave, 2004, pp. 80-99.
- GOFFMAN, Erving. The interaction order: American Sociological Association, 1982. *American Sociological Review*, vol. 48, n. 1, feb, 1983, 1-17.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant labores in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Social History of Africa. Portsmouth: NH, Heinemann, 1993.
- HEDGES, David. *História de Moçambique*, vol. II. Maputo: Livraria Universitária de Maputo, 1999.
- HENRIQUES, Isabel Castro. "A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos". In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, (orgs.). *A história da expansão portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999, p. 216-274.
- HOGNESTAD, Hand e TOLLISEN, A. "Playing against deprivation: football and development in Nairobi, Kenya", In: ARMSTRONG, G. e GIULIANOTTI, R. (eds.), *Football in Africa, conflict, conciliation and community*, Hampshire, Palgrave, 2004, p. 210-226.
- MANGAN, J.A. *The cultural bond: sport, empire, society*. Londres: Frank Cass, 1992.
- MARTIN, Phyllis M. *Leisure and society in colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MELO, Daniel. "Longe da Vista perto do Coração: o associativismo regionalista no império português" comunicação ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 16/17/18 de setembro de 2004.
- NAURIGHT, John. *Sports, cultures and identities and South Africa*. Londres: Leicester University Press, 1997.
- NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- PEEL, J.D.Y. "Social and Cultural Change", *The Cambridge History of Africa*, Vol. 8, Chapter 4, 1984, p. 142-191
- PENVENNE, Jeanne Marie. "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique", *Journal of African History*, Vol. 37, n. 3, 1996, p. 419-464
- _____. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.

- _____. *African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Londres: James Currey, 1995.
- STODDART, Brian. "Sport, Cultural Imperialism, and Colonial Response in the British Empire", *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 30, Issue 4, oct., 1988, p. 649-673
- ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia, 2002.
- ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890. c 1940*, tese de doutoramento em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. "Monhés, Baneanes, Chunas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940!"; *Lusotopie*, 2000: 191-222.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Esporte em vez de política no
ocaso do colonialismo
em São Tomé

Augusto Nascimento

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contribuir para uma (possível) comparação entre os processos de construção identitária com referência ao esporte nas diversas ex-colônias portuguesas,¹ este texto pretende ser uma primeira abordagem das práticas esportivas em São Tomé e Príncipe² e das suas relações com as mudanças políticas e sociais operadas nos derradeiros decênios do colonialismo, tentando salientar os condicionalismos relevantes para a construção, ou não, de uma identidade local. Sem uma tentativa de mapeamento dessas práticas esportivas e das suas imbricações com as mutações políticas, eventuais interpretações sobre os processos de identificação no arquipélago poderão não ultrapassar a mera repetição de ideias, cuja (suposta) aplicabilidade derivará

¹ Tal é um dos objetivos do projeto *Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa*, conduzido por Victor Melo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e apoiado pelo CNPq, no âmbito do qual se inscreve esta investigação.

² Este trabalho exploratório socorre-se da consulta de documentação arquivística e de fontes impressas, pesquisa que cumprirá completar com entrevistas e com a consulta de eventual documentação particular. A documentação compulsada autoriza as hipóteses interpretativas aqui esboçadas.

mais da transposição mecânica de constatações sobre outras sociedades do que do curso do esporte em São Tomé e Príncipe. Não se pretende elaborar uma história das práticas esportivas, antes se almeja confirmar a hipótese da pluralidade dos significados políticos e sociais das manifestações esportivas no arquipélago, que não podem *a posteriori* ser pura e simplesmente politizadas e, desse modo, redutoramente interpretadas à luz de (serôdias) concepções finalistas da história.

Sabemos algo sobre as intenções dos europeus relativamente à disseminação da prática esportiva e pressentimos as intenções do poder no tocante a essas práticas. Conhecemos pouco dos sentimentos do comum dos são-tomenses, para além do que nos é lícito imaginar acerca da mobilização social em torno do esporte. Ainda desconhecemos muita da repercussão das práticas esportivas, que não eram controláveis pelas intenções enunciadas ou por propósitos desencontrados a respeito da galvanização nacionalista através do esporte, para mais num meio onde o impacto social das práticas esportivas pareceu sempre muito reduzido.

Na busca dos vínculos entre as características do esporte e as das sociedades onde ele tem lugar, importará explorar o veio entre as práticas esportivas – importantes por desencadearem afetos e aglutinarem indivíduos – e os sentimentos políticos de coloração diversa, que, nos derradeiros anos do colonialismo, atravessaram a sociedade são-tomense. Procuramos esse veio, não a partir da ideia (errônea) de que todas as facetas da vida dos ilhéus tinham uma motivação anticolonial, mas na perspectiva de verificar como o esporte constituiu, ou não, um campo de afirmação identitária que podia propiciar a separação ou, em alternativa, a junção entre são-tomenses e europeus, uns e outros suscetíveis de uma ilusão (parcial) de pertença comum superadora de

clivagens cavadas por decênios de preterição dos ilhéus em favor dos colonos.

Nesse sentido, esta comunicação permite repensar a ideia comum e nunca discutida da clivagem racial no esporte no arquipélago e, adicionalmente, a concepção dos clubes como cadinhos de gestação da consciência nacionalista e anticolonial. Por outras palavras, pretende-se escrutinar a versão nacionalista acerca dos modos não belicosos da resistência dos são-tomenses ao colonialismo, mormente no campo esportivo, qual palco dessa afirmação nacionalista e anticolonial. Desde logo importa não confundir a autonomia, por mínima que fosse, do associativismo esportivo com a luta anticolonialista. Presentemente, a tese de uma afirmação independentista no arquipélago reporta-se à cultura, porventura por esta se afigurar um domínio mais nobre e de raiz local, mas, há anos, a alusão aos desagravos do colonialismo referia-se à oposição que teria tido lugar no âmbito do esporte e, especificamente, no Sporting Clube de S. Tomé. Ora, a polissemia das afeições em torno das práticas esportivas infirma leituras lineares, ademais, mal fundadas empiricamente e inferidas da retroprojeção de uma luta anticolonial, que, muito alardeada nalguns estudos, queda por aprofundar e comprovar.

Também se pretende traçar um esboço da evolução da posição oficial relativamente ao esporte, previsivelmente encarado como instrumento de contenção política e social. Digamo-lo, o investimento do poder colonial ditatorial no esporte não foi muito acentuado. Nos derradeiros anos, a par de uma maior distensão política e social, o poder regozijou-se com o esporte mas não levou longe a sua instrumentalização política.

A POBREZA DO ESPORTE E DOS CLUBES EM MEADOS DE NOVECENTOS

Nem todos os clubes desportivos nasceram como tal. Alguns começaram como “seções” esportivas de associações de vocação política.³ Em São Tomé, nos finais da década de 1930, o associativismo esportivo foi incentivado pelo governador Vaz Monteiro à guisa de compensação para o garrote policial, político e ideológico do associativismo ilhéu de pendor cívico e político, ao tempo também já com dificuldades de afirmação. Até entre ilhéus, a aposta no veio artístico seria substituída pelo incentivo ao desempenho físico, de resto, louvado na esteira da celebração do nacionalismo de tons belicistas e, nalguma medida, sacrificiais em prol da nação. Não foi preciso, Salazar quis o país afastado da conflagração mundial.

Ao tempo, por via do racismo e da falta de mundanidade, o poder descreia da possibilidade de instrumentalização do esporte para cultivar o apego afetivo à metrópole. Fosse como fosse, uma tentativa de renovação do lazer urbano fez-se através do esporte, mormente do futebol. Os derradeiros anos da década de 1930 foram de incentivo do associativismo esportivo, atividade que emergia e que tenderia a suplantar, por exemplo, o teatro. O governador Vaz Monteiro, testemunha da instrumentalização das olimpíadas para a afirmação nacionalista e da superioridade racial europeia, induziu a institucionalização da prática do futebol. Em 1939, fez instituir a Associação de Futebol, tendo mandado edificar o Parque Desportivo General Carmona. Do mesmo modo, aprovaram-se os estatutos dos clubes.⁴ O associativismo esportivo introduzia no quotidiano local uma nota de modernidade tutelada. Os

³ Uma resenha do associativismo são-tomense até essa época pode ser consultada em Nascimento (2005).

⁴ *A Colonia de S. Tomé*, n. único, 28 de maio de 1939; *A Voz de S. Tomé* n. 757, 1 de outubro de 1966, pp. 3, 6.

vários clubes de São Tomé tornar-se-iam um elo da ligação afetiva com a metrópole. Nesse tempo de clímax do ideário imperial, acreditava-se estar para durar a ligação com Portugal.

Este aparente desvelo do governador Vaz Monteiro parecia significar que as práticas esportivas se constituíam como uma atividade relevante, como um fim em si e como razão de existência de associações, atenuando um pouco os constrangimentos apostos à vida social. As práticas esportivas deixavam de ser só entretenimentos nas festas nacionalistas para se tornarem práticas corriqueiras e institucionalizadas. Pelo menos, em teoria. Com efeito, elas foram decerto afetadas por vários fatores, desde a potencial colisão com o ordenamento social até ao empobrecimento da colônia.

Entre os clubes que atravessaram várias décadas e chegaram à independência contam-se o Sporting Club de S. Tomé, o Andorinha Sport Clube e o Sport Lisboa e S. Tomé, depois Sport S. Tomé e Benfica, e o AECA, clube da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura, posteriormente denominado *Sindicalto*. Em meados da década de 1940, à atrofia resultante da hegemonia das roças,⁵ da disjunção entre os vários segmentos sociais e da microinsularidade, acrescia a pobreza trazida pela Segunda Guerra Mundial. O estiolamento da vida associativa era inegável, conforme um testemunho de 1945 no qual se considerava inexistir um passado esportivo em São Tomé. Sem se perder de vista que muitas apreciações eram encomendadas, incluindo esta que ora citamos, diga-se que nela se registava o entusiasmo desorientado da mocidade e a apatia dos dirigentes vergados à rotina. Na

⁵ Em São Tomé e Príncipe, as plantações ou fazendas ganharam o nome de roças, nome que vingou quando do início do cultivo mais sistemático do café e do cacau oriundos da Bahia. No âmbito do processo de recolonização do arquipélago por Portugal, as roças expandiram-se nas ilhas e albergaram a principal atividade econômica, a produção dos citados gêneros, para que, durante décadas, se importou mão de obra do continente. Os réditos da respectiva exportação levaram o poder colonial a apoiar quase incondicionalmente os roceiros em detrimento dos ilhéus, que, a pouco e pouco, foram marginalizados econômica e socialmente.

altura, vivia na ilha cerca de uma dúzia de jogadores com tirocínio em clubes metropolitanos. Fundara-se mais um clube que se propunha desenvolver todos os esportes. Porém, ao mesmo tempo que a juventude se ia encaminhando para o estádio municipal, preterindo *socopés* e outros divertimentos da terra considerados esgotantes e perniciosos à luz das ideias higienistas e de preconceitos raciais, a Associação de Futebol local não cuidava dos problemas esportivos, pois sancionava jogos com balizas de “brincadeira”, sem redes nem postes em condições. O campo estava quase sempre fechado nas melhores horas de prática esportiva. No entanto, os jogadores estavam reagindo e tudo augurava brilhantes acontecimentos esportivos num futuro próximo.⁶ À margem deste otimismo, que tinha muito de propagandístico, avultava um quadro de pobreza e de desorganização que avassalava os clubes, em consonância, aliás, com a situação social vivida na ilha.

Nos anos 1940, as atividades esportivas permaneciam marginais e supletivas de eventos considerados de maior dignidade, servindo, por exemplo, para angariação de receitas para ações de beneficência.⁷ Sem fins próprios, as atividades esportivas tornavam-se contingentes. Por exemplo, a chuva podia fazer gorar manifestações esportivas associadas à celebração de datas festivas.⁸

Os clubes tinham uma vida difícil, como era dito, “as competições resumem-se ao futebol, mal praticado, sem preparação nem disciplina.”⁹ Este retrato prevaleceu. Esfumado o entusiasmo suscitado pela construção do parque de jogos General Carmona,¹⁰

⁶ Cf. *S. Tomé e Príncipe*, n. único, 30 de outubro de 1945.

⁷ Por exemplo, para angariar receitas para a Santa Casa da Misericórdia, cf. *A Voz de S. Tomé* n. 5, 16 de setembro de 1947, p. 2.

⁸ Aconteceu assim em dezembro de 1947, por ocasião da festa de S. Tomé, não se tendo realizado o desafio entre a equipe da AECA e uma seleção dos restantes clubes, cf. *A Voz de S. Tomé* n. 12, 1 de janeiro de 1948, p. 1.

⁹ O campo de jogos era propriedade da Câmara (cf. Gorgulho, 1946, p. 116).

¹⁰ Em 1939, a propósito da inauguração do parque esportivo, o ilhéu Heliodoro Monteiro de Castro, ex-oposicionista da política colonial, escreveu a dar nota da sua gratidão, considerando-o obra de grande visão educativa, moralizadora e de saneamento. Este parque viera substituir o charco imundo e fétido, coito de mosquitos e de miasmas palustres (cf. *A Voz de S. Tomé*, 1939).

as atividades esportivas declinaram, alegadamente quer pela má situação financeira dos clubes, quer pela “pouca eficiência dos organismos dirigentes.”¹¹

Nos derradeiros decênios do colonialismo, os clubes integrariam “brancos nativos e mestiços” (Gorgulho, 1946, p.115 e 116). Este dado não é corroborado por testemunhos dos anos 1950,¹² mas nisso convergem testemunhos relativos aos derradeiros anos do colonialismo, sem prejuízo de os processos de recrutamento de jogadores e a trama de afinidades sociais acabarem por permitir a tipificação deste ou daquele clube como da terra ou de fora.

Na década de 1950, à semelhança de outras facetas da vida coletiva, os padrões de vida e de lazer mantinham-se estritamente contidos pelo poder político. O associativismo permanecia débil e tutelado pelo Estado, a ponto de o voluntarista governador Gorgulho lamentar a pobreza de espírito de colonos e, por conseguinte, do meio urbano.¹³ Distinguiu-se o multifacetado Sporting: os “numerosos associados” praticavam vários esportes, o clube tinha uma seção de ginástica infantil, uma seção feminina e, note-se, promovia atividades culturais. Os outros clubes, Sport Lisboa e S. Tomé, posteriormente Sport S. Tomé e Benfica, o Andorinha Sport Clube, limitavam-se às competições esportivas.

¹¹ Num arremedo propagandístico, o governador Gorgulho dizia que o Estado interviera para possibilitar aos clubes cumprir a sua missão, criando, em abril de 1951, um Conselho de Esportes que passara a coordenar e a impulsionar a “prática do esporte em toda a Província”.

¹² Francisco Tenreiro falava da circulação de brancos, mestiços e negros nas ruas mas em “círculos diferenciados”, justapostos mas distintos. A proximidade entre esses grupos não existiria, salvo, justamente, na atividade teatral e no futebol, sem prejuízo de se poder assistir a jogos de futebol “onde brancos e pretos constituam *teams* diferentes” (1961, p. 210). Anos antes, referindo-se a um jogo de futebol de brancos com pretos, Tenreiro dissera que estes jogavam melhor mas com timidez (cf. Tenreiro 1956a, p. 14).

¹³ Aliás, disso deu conta o governador Gorgulho no seu primeiro relatório ao falar da inexistência de sociabilidade e, ainda mais, de associativismo.

Apesar, ou por causa, da sua universalidade, desde cedo o esporte pareceu apropriado para cultivar o apego afetivo à metrópole colonizadora.

Em meados da década de 1930, em *O Brado Africano*, o ilhéu Atanásio Gomes dava conta da quase inexistência do desporto na colônia. Porém, localmente existiam são-tomenses, metropolitanos e africanos para, pelo menos, se formarem duas equipes de futebol, pelo queurgia organizá-los. Assim sendo, além dos cidadãos, também os roceiros e os empregados agrícolas teriam o prazer de encontrar distrações aos domingos e feriados, depois de árduos trabalhos durante a semana. Por um lado, os metropolitanos, esquecendo a existência nostálgica, ficariam a saber estar em terras que eram o prolongamento de Portugal; por outro, os ultramarinos – que não necessariamente apenas os ilhéus¹⁴ – compreenderiam que a nacionalização portuguesa em África era insofismável.¹⁵ Ou, infere-se, ficariam gratos pela modernidade e pelos cômodos do progresso trazido pela mão dos colonos. Em tempo de ensimesmado racismo, tais ponderações não sensibilizaram as autoridades. Para este ilhéu, parecia ser de interesse colocar em competição equipes definidas racialmente, quiçá para explorar um domínio em que os africanos poderiam triunfar, facilitando, assim, a sua afirmação e a sua integração social. Como se disse, a ideia não foi atendida. Provavelmente, nem sequer equacionada, dada a tendencial rendição dos governantes à arrogada hegemonia e discricionariedade dos roceiros que, exercendo-se sobre os serviçais, não deixava de afetar os ilhéus e até de condicionar os colonos que não trabalhavam nas roças. Portanto, nesta época, nem neste domínio os europeus terão difundido novos hábitos e suscitado a modernização da vida local, pois que,

¹⁴ Para além de colonos e de ilhéus, parte substancial da população do arquipélago compunha-se de *serviçais*, termo que designava os trabalhadores contratados nas outras colônias para as roças e os respectivos descendentes criados nas roças.

¹⁵ *O Brado Africano* n. 780, 2 de novembro de 1935, p. 2.

como população flutuante ou acicamente condicionada, se mostravam incapazes de uma ação continuada contra a modorra decorrente da hegemonização da vida social pela política favorável aos roceiros.

Atravessando as conjunturas depressivas e a Segunda Guerra Mundial, a sociedade isleña chegaria aos anos 1960 exaurida pelas roças. Porém, nesta altura, o poder político esboçou um movimento de recuperação da fidelidade dos ilhéus ou, pelo menos, para prevenir a disseminação das ideias nacionalistas e anticolonialistas. Essa propensão mais paternalista e menos repressiva do poder político colonial foi acompanhada da distensão política e da diversificação da vida social, na qual o esporte começou a ganhar foros de cidadania.

Com efeito, apesar das dificuldades de autonomização devidas às circunstâncias da microinsularidade e ao conservadurismo do regime colonial, nos anos 1960, o esporte começou a disputar a centralidade da vivência lúdica às manifestações religiosas que tinham tido – e ainda preservavam – um enorme peso no quotidiano local. Para além da progressiva laicização da sociedade, o esporte começava a revelar-se mais útil do que a religião na promoção da adesão afetiva à metrópole colonizadora. Afora virtudes lúdicas apreciáveis, mormente para o segmento masculino, o esporte não suscitava lucubrações intelectuais, cujas implicações poderiam levar a questionar o ordenamento social e o laço colonial. A eficácia do contributo do esporte para a conformação do quotidiano local superava a da assimilação através da religião e da instrução. Embora timoratamente, o poder adequava-se às novidades do mundo e o quotidiano começaria a deixar de ser atrofiado pela rotina laboral que pautara o arquipélago, com o que se abria a porta a uma vida coletiva mais plural e diversificada.

Sem embargo do isolamento do arquipélago, o esporte serviu para uma ligação das ilhas ao mundo nos anos cruciais para o colonialismo. A propaganda do nacionalismo português se

beneficiou dos feitos do Benfica, campeão europeu em 1962 e 1963, e da seleção portuguesa em 1966 para veicular a pujança do veio étnico *lusitano*, nesta altura e, em particular, no esporte tornado multirracial. Podendo servir para traçar ou mover fronteiras internas dentro da nação, definindo grupos eventualmente sobrepostos ou parcialmente comuns, a verdade é que os feitos esportivos, cujos autores foram Eusébio, Coluna e outros africanos, deviam causar dilemas a alguns elementos da elite são-tomense, que, na terra, não se comprometera com uma ruptura face ao colonialismo.

A sacralização e as formas rituais de legitimação do poder assente na excepcionalidade do chefe da nação não se coadunavam com a mistura com os fenômenos esportivos. O distante Salazar apenas contemporizava com a mundanidade na medida da conveniência política. Mas, em São Tomé, entre europeus e são-tomenses, os referentes políticos e esportivos apareceriam misturados, como se eles tivessem uma relação necessária, comprovando, em todo o caso, a utilidade das emoções desencadeadas pelo esporte para a canalização dos sentimentos de adesão política. Nas ruas de São Tomé, essa porosidade tornava-se operante e útil para o poder.



Indício de modernidade, o esporte passou a ser veículo da afirmação de mensagens nacionalistas, assim como de valores (aleadamente) solidários em diferentes grupos (por exemplo, a semana do empregado europeu compreendia várias manifestações, entre elas, as esportivas). Mais do que mobilização política através do esporte, talvez se possa falar de indução do esporte contra a política ou em substituição da política.¹⁶ Apenas contrariada pela precariedade dos meios e pelo aperto da vida, esta indução era relativamente fácil porquanto os ilhéus não primavam pela politização, e o esporte, qual intervalo na rotina laboral, se tornava uma atividade apetecível. Nesta conjuntura, o desporto ganharia uma importância crescente vindo a suscitar até a alteração do dia de publicação do oficioso *A Voz de S. Tomé*¹⁷ de forma a torná-lo mais atrativo para os eventuais leitores.

DO ADESTRAMENTO DOS CORPOS AOS CONFRONTOS SIMBÓLICOS

Estariam os europeus dispostos a perder nos pleitos esportivos e a conceder que a sua supremacia não se estendia a todas as facetas da vida, conquanto fosse inquestionável nos domínios econômico e político? Na verdade, nem é claro que nos despiques esportivos coletivos não se vazassem os condicionalismos da assimetria social propícios aos brancos, favorecendo-lhes, ao menos temporariamente, a primazia no futebol. Fosse como fosse, num ambiente de prevalência do ideário racial e de afirmação

¹⁶ Na década de 1930, o propósito fora o de esvaziar definitivamente os resquícios do associativismo de vocação política tributária do pan-africanismo. Desta feita, importava conter e rechazar o alastramento dos ideários comunista e independentista.

¹⁷ Em 1971, anunciou-se que o semanário *A Voz de S. Tomé* se passava a publicar às terças para ter uma página esportiva mais atualizada, incluindo o mais relevante dos jogos do domingo anterior (cf. *A Voz de S. Tomé* n. 979, 12 de fevereiro de 1971, p. 6).

da pujança física, o cotejo das capacidades atléticas seria, ainda assim, um inconveniente menor porquanto uma expressão inócua da rivalidade racial.

Mas estavam as autoridades dispostas a conviver com um elemento de competição simbólica passível de ser projetado para fora do campo esportivo e, subsequentemente, de introduzir eventuais elementos de rivalidade e, até, de acrimônia, arriscando-se a ter de lidar com o despertar de paixões de consequências sempre imprevisíveis? Na verdade, eventuais danos deveriam parecer risíveis quando comparados aos da politização dos ilhéus, além de que eram contidos pela composição heteróclita das equipes. Ainda que os receios de litígios possam ter refreado os planos de implementação de práticas esportivas suscetíveis de empolarem a identificação de contornos raciais, o fator crucial impeditivo do desenvolvimento da prática esportiva terá sido a hierarquização e rigidez da vida social em prol das roças. Por isso, os primeiros esforços, como os do governador Vaz Monteiro em finais dos anos 1930, revelaram-se inconsequentes.

Posteriormente, encarados como sinais de progresso e de cosmopolitismo, os clubes dsportivos, indutores de uma apreciável capacidade mobilizadora e identitária, seriam apadrinhados pelo poder e por figuras de vulto entre os ilhéus, que, porventura, veriam neles um patamar da “civilização” e a oportunidade de provar a supremacia atlética dos africanos.¹⁸ Evidentemente, o impacto social da atividade esportiva ficou sempre aquém da propaganda e dos intuitos, amiúde, datados.

Durante anos, o poder tentou modelar os raros momentos de lazer pela “política nacional”. A par das festividades por ocasião das visitas de governantes, as celebrações das efemérides nacionalistas, réplicas das levadas a cabo na metrópole, foram momentos altos na sofrível animação da cidade. O esporte esteve

¹⁸ *A Voz de S. Tomé*, n. único, 17 de dezembro de 1939; também *A Colonia de S. Tomé*, n. único, 28 de maio de 1939.

presente nas efemérides nacionalistas, como a do 450º aniversário da descoberta da ilha, e adornou as visitas de ministros e presidentes como, por exemplo, a de Marcelo Caetano e de Craveiro Lopes em 1954.¹⁹ Em novembro de 1945, quando da visita do ministro das colônias, Marcelo Caetano, realizou-se um desfile das forças armadas, da Mocidade Portuguesa, dos bombeiros e das organizações esportivas.²⁰ Dito de outro modo, as organizações esportivas ainda orbitavam na esfera da preparação para o desempenho patriótico.

As associações esportivas promoveram festas com fins beneméritos e nacionalistas, isto é, de vínculo do arquipélago à nação portuguesa. Tais propósitos tanto podiam brotar da consciência social quanto da indução de governadores.²¹

Nos anos 1940, em troca de colaboração, a Câmara satisfazia vários pedidos das agremiações esportivas²², incluindo a cedência da percentagem a que tinha direitos pela venda dos bilhetes em virtude das dificuldades financeiras dos clubes.²³

¹⁹ *A Voz de S. Tomé*, n. 757, 1 de outubro de 1966, pp. 3, 6.

²⁰ *Boletim Geral das Colônias*, n. 248, fevereiro de 1946, p. 463.

²¹ Na sessão da Câmara Municipal de 25 de setembro de 1940, apreciou-se a missiva do Andorinha Sport Clube, assinada pelo presidente da direção, António Aires Lourenço de Carvalho, na qual se rogava o prolongamento do fornecimento de energia elétrica nas noites de 4, 5 e 6 de outubro para se efetuar uma quermesse e mais festas no parque Carmona a favor da Santa Casa da Misericórdia da colônia e do Instituto Ultramarino de Portugal. Deliberou-se fornecer gratuitamente a energia por se tratar de fins de beneficência (cf. *AHSTP, Câmara Municipal de S. Tomé. Livro de Actas n. 36. 1940/1942*, fl.32v). Nesse caso, mais do que a consciência social, operaria a indução do governador, porquanto no ofício da Associação de Futebol de São Tomé, presente nesta mesma sessão, se referia a solicitação do governo para ela organizar um festival em benefício do Instituto Ultramarino.

²² Em sessão de 17 de fevereiro de 1944, a vereação apreciou uma carta do Sporting Club de São Tomé, assinada por José Rodrigues Pedronho. O clube requeria autorização para levar a efeito no parque esportivo municipal alguns folguedos carnavalescos de 20 a 22. Também rogava a limpeza do parque. A Câmara não só autorizou como determinou a limpeza do campo (cf. *AHSTP, Câmara Municipal de S. Tomé. Livro de Actas n. 38. 1943/1945*, Acta n. 6/944, sessão de 17 de fevereiro de 1944).

²³ Em 26 de setembro de 1945, apreciou-se uma missiva da Associação de Futebol de São Tomé: estava em curso a disputa do campeonato de São Tomé entre os filiados: AECA, Andorinha, Sporting e Sport Lisboa e São Tomé. A Associação pedia a isenção do pagamento de qualquer percentagem, o que muito auxiliaria os

Na época, pensava-se no esporte enquanto meio de adestramento dos corpos para um desempenho laboral a contento, discurso que era partilhado por ilhéus diferenciados como o advogado Tomé Agostinho das Neves.²⁴ Conquanto as práticas esportivas de modo algum se resumissem ao adestramento dos corpos, tais sugestões replicavam lemas da ideologia oficial sobre a atividade esportiva, cuja utilidade de controle social pareceu sempre diminuta. Nesses lemas, o desempenho produtivo era o mais enfatizado, porquanto não se valorizava o deveras hipotético desempenho militar. Por esse tempo, a noção de organização coletiva da equipe e do esforço físico do jogo pareciam sucedâneos da organização social como necessariamente hierárquica e submissa a uma voz de comando.²⁵ Nalgumas das festas que, por estes anos, animaram as visitas de governantes, o esporte tinha a sua componente de destreza com suposta aplicação militar. Conquanto menos prezada do que os jogos pela paixão que estes despertavam, a combinação de destreza física e de aplicação militar perdurou como elemento performativo até tarde.

clubes e a Associação. Atenta a precária situação financeira dos clubes, a Câmara dispensou a sua percentagem da venda de bilhetes, sem que isso constituísse um precedente para o futuro. Sugeriu-se à Associação de Futebol a conveniência de uniformizar o preço do bilhete de peão, fixando-o em \$50, a fim de tornar mais acessível o ingresso no parque (cf. AHSTP, *Câmara Municipal de S. Tomé. Livro de Actas n. 39. 1945/1947. Acta n. 31/945, de 26 de setembro de 1945*). Diga-se que nos decênios seguintes, com exceção dos períodos turbulentos do governo de Gorgulho, se manteve a predisposição da edilidade para atender às demandas dos clubes.

²⁴ Em 14 de maio de 1939, na inauguração da sede do Sport Lisboa e S. Tomé, que contou com a presença do governador, o advogado são-tomense Tomé Agostinho das Neves relacionou a prática esportiva com avanço civilizacional, nova mentalidade, amor ao trabalho, maior coragem para enfrentar as vicissitudes da vida e maior utilidade para a pátria (cf. *A Colonia de S. Tomé*, n. único, 28 de maio de 1939), uma visão não muito distinta da de alguns colonos sobre as virtudes atribuídas ao esporte conforme o desígnio nacionalista de uma modelação espartana dos corpos e das mentes, muito ao jeito do veio belicista de nacionalismos da época.

²⁵ Não seria difícil encontrar quem, colono ou nativo, vislumbrasse no esporte uma metáfora do necessário ordenamento social. Em 1939, o ilhéu Heliodoro Monteiro de Castro escrevia que um dos resultados do esporte era a solidariedade tendo por base o altruísmo e, logicamente, o patriotismo (cf. *A Voz de S. Tomé*, 1939).

Como vimos, na apologia do esporte juntaram-se ilhéus e europeus, fato ilustrativo da sua eficácia aglutinadora e dos efeitos dissimuladores da dominação, até por se tratar de uma atividade de aparentemente nulo significado político e cuja exteriorização de sentimentos, embora com o seu quê de imprevisibilidade, era compatível com o ordenamento (e hierarquização) social de colonos, africanos e ilhéus, incluindo a sua fugaz transgressão através da emoção proporcionada pelas circunstâncias dos jogos. Manifestação com crescente apreço social, até por colocar a terra em compasso com o mundo, o esporte também parecia contribuir para mitigar as assimetrias sociais, porquanto insinuava um sentimento de partilha, suscitando uma acomodação às posições sociais e, daí, à situação política, aliás, pouco questionada.

O desempenho atlético tendeu a substituir a performance artística das décadas anteriores. O esporte revelava-se mais acessível e oferecia mais possibilidades de concitar investimento afetivo do que, por exemplo, o teatro (entre os europeus, também as touradas eram deixadas para trás). Em virtude da sua força apelativa, o esporte suplantou as demais atividades de lazer e passaria a integrar a panóplia dos meios de civilização, desígnio acerca do qual, embora com significados diferentes, convergiriam colonos e ilhéus. Para alguns colonos, ele continha o nível de refinamento adequado ao estágio civilizacional dos africanos. Já para os ilhéus, o esporte arrastava para os clubes, meios mais cultos, centenas, senão milhares, de indivíduos abandonados aos costumes menos civilizados e proporcionava a muitos um convívio de benefícios morais incontestáveis.²⁶ Se alguns clubes mantiveram atividades culturais, a verdade é que o traço eclético do associativismo das décadas precedentes foi cedendo o passo à concentração de esforços nas atividades esportivas. Logo, os clubes substituíam as associações recreativas de inícios de Novecentos, cujo

²⁶ Heliodoro Monteiro de Castro, "Gratos" em *A Voz de S. Tomé*, 1939.

móbil politicamente orientado para a defesa dos ilhéus fora o da sua elevação cultural e civilizacional. Em virtude da aparentemente inamovível situação política e social, local e global, o associativismo esportivo tendia a substituir o esvaziamento do ecletismo do associativismo ilhéu e as subjacentes intenções de moldar a evolução dos nativos.

Depois de, num primeiro momento, ter sido um instrumento no estilhaçamento definitivo do associativismo de índole cultural, aparentemente de acordo com os desígnios do poder colonial, o esporte veio posteriormente desafiar, ainda que não ostensivamente, a hegemonia de um quotidiano dominado pela religião oficial e pelo culto da nação. Perante a aceleração do tempo político, no terceiro quartel do Novecentos assistiu-se a mudanças, depurando-se os momentos de lazer da carga litúrgica do poder.

Nos anos 1950, alguns europeus tomaram a peito a difusão dos emblemas metropolitanos. Provavelmente, num mimetismo da lógica imperial que persistia nas suas mentes, os colonos privilegiariam mais a extensão do emblema clubístico do que a prática esportiva. Mas aquela requeria esta. Alguns serviçais, mormente cabo-verdianos, foram mesmo recrutados para jogarem nos clubes da cidade, mormente no Benfica, e um grupo de cabo-verdianos chegou a constituir uma equipe de futebol (Nascimento, 2008). Por um lado, estes casos denunciavam que as roças começavam a perder o ascendente quase total sobre os serviçais e o esporte a afigurar-se justificativa suficiente para se negociarem pequenas "liberdades" para os serviçais, a que os roceiros se teriam mostrado completamente avessos poucos anos antes. Por outro, a prática e, sobretudo, a agregação para efeitos esportivos indiciava uma arrogada tentativa de afirmação de decisão da sociedade local perante o poder dos roceiros.²⁷ Fosse como fosse,

²⁷ No arquipélago, os *roceiros* eram os administradores das fazendas ou *roças*, cuja base econômica consistia principalmente nas plantações de cacau. Já se

nunca se registou uma mobilidade social significativa por causa do esporte, até pelo seu caráter de atividade supletiva de lazer.

Nos anos 1960, os clubes ganharam foro de instituições. Nesses anos, o esporte alijou a carga de trampolim para a preparação física dos corpos a imolar no altar da pátria para se revestir de uma faceta mais vincadamente lúdica. Ainda que sem notória sofisticação e sem abundância de meios, as autoridades competiram-se das virtudes das práticas esportivas como meio de apaziguamento político e social e investiram na ligação afetiva à metrópole, por exemplo, através da radiotelefonia.

Na década de 1960, quando a mudança de ambiente político e a quebra da hegemonia dos roceiros o permitiram, promoveram-se campeonatos de futebol entre as equipes das roças. Todavia, o campeonato corporativo entre equipes das roças não mobilizaria entusiasmo equiparável ao dos pleitos entre os clubes da terra, alguns dos quais recrutaram jogadores nas equipes das roças. Tal campeonato corporativo não deixava de ser mais uma atividade tutelada e, nessa medida, contrária a uma ascensão social dos intervenientes. Na realidade, tal campeonato não emulava os do mundo – por exemplo, o da metrópole – e não cortava com as roças, que, não obstante terem perdido muita da carga constrangedora, não se afirmavam como polos de identificação e afeto por parte dos seus trabalhadores²⁸, desde logo por causa da repatriação da mão-de-obra.

Aliás, surgiam novos apelos que relativizavam os ganhos de um tal campeonato. Com efeito, nos derradeiros anos do

referiu, anos a fio, os roceiros desfrutaram não só de larga discricionariedade sobre os serviços importados de outras colónias, como condicionaram fortemente as autoridades na metrópole e no arquipélago.

²⁸ Em julho de 2010, em São Tomé, escutei um testemunho que contradizia esta ideia. O depoente lembrou com saudade a meninice na roça Uba Budo e a mobilização do pessoal da roça em torno da equipe de futebol da mesma. Só investigações adicionais poderiam fazer luz sobre a amplitude de eventuais processos de identificação com as roças, em parte alavancados na prática esportiva. Como noutras circunstâncias, tais processos de identificação variariam de roça para roça.

colonialismo, assistiu-se a uma maior pluralidade de interesses na vida coletiva da pequena cidade de São Tomé. Essa diversificação permite vislumbrar uma clivagem econômica e social, grosso modo coincidente com a diferença racial. Entre as práticas esportivas que demandavam maiores posses econômicas contavam-se as náuticas²⁹, com destaque para a pesca esportiva – que só podia ser esportiva para os europeus, por a pesca ser um meio de vida para uma fração dos ilhéus – e as competições motorizadas, mormente as gincanas automobilísticas. Efetuaram-se também regatas.³⁰ Diferentemente, por ocasião das festas dos oragos das vilas, realizavam-se procissões no mar, um sinal das clivagens sociais e culturais evidenciadas pelo esporte.

O esporte poderia ter facilitado os contatos com a costa próxima, para além dos encontros que tiveram lugar com equipas de Angola, facilitados pelo laço colonial. Em junho de 1953, poucos meses após os desmandos colonialistas às ordens do governador Gorgulho³¹ na expectativa de um São Tomé versus Douala, escolheu-se uma seleção de que faziam parte nativos, mormente do Sporting.³² No caso, é provável que se procurasse a pacificação política e social através do esporte. Porém, também as dificuldades de transporte faziam gorar jogos com equipas da

²⁹ Em 1940, fundou-se o Clube Naval (*Diário de Luanda* n. 2500, 3 de julho de 1941, p.4). As atividades náuticas promovidas pelo Clube Náutico tornaram-se notórias nos derradeiros anos do colonialismo.

³⁰ Recuando quase cem anos, encontraremos menção à realização de uma regata (cf. *Jornal de S. Thomé e Príncipe* n.1, 15 de agosto de 1881, p. 3) numa época em que ainda se cria na disseminação do progresso e da civilização através da propagação de hábitos e de costumes dos europeus. Posteriormente, o poderio econômico das roças tenderia a rasurar as manifestações da vida coletiva não atinentes aos fins econômicos das roças.

³¹ Na retórica anticolonial e nacionalista são-tomense, os eventos de fevereiro de 1953 ficaram conhecidos por *massacre de Batepá*, nome de uma localidade do interior da ilha de São Tomé. O crescendo de tensão entre as autoridades e os ilhéus levou a perseguição, prisão, tortura e morte de ilhéus. Nos anos seguintes, à condução da política colonial não foi alheio o propósito de fazer esquecer as trágicas consequências do voluntarismo e dos excessos do governador Gorgulho, pouco depois exonerado.

³² *A Voz de S. Tomé* n. 115, 27 de junho de 1953, p. 3.

região e, daí, falhava a internacionalização do futebol são-tomense,³³ para além da promovida com Angola, que, mais do que a internacionalizar o futebol, acentuava as imagens do poder colonial acerca da nação.

OS LIAMES AFETIVOS EM TORNO DO ESPORTE

Na promoção do esporte em São Tomé e Príncipe nos derradeiros anos do colonialismo confluíram diferentes influências e motivações, de que se destaca a continuada tentativa de substituição de engajamentos políticos por desempenhos associativos de índole esportiva. Ao tempo, tal era facilitado pelo clima de distensão social e pelo crescendo de promoção de um sentimento de modernidade, cuja exteriorização nas manifestações esportiva não colidia necessariamente com o caráter tendencialmente fechado e retrógrado do nacionalismo português.

Apesar do caráter rudimentar dos suportes e registos propagandísticos, o poder cultivou a identificação afetiva dos ilhéus com Portugal. No domínio esportivo, os sentimentos confluíam com o apego político à nação, a que foram chamados a aderir os indivíduos das colônias. A vantagem do esporte consistia na faceta atrativa devida à sua universalidade e à sua acessibilidade, sendo uma atividade lúdica perceptível por todos. Tal não equivale a atribuir ao esporte a qualidade de tolher a clarividência dos ilhéus relativamente à dominação política a que estavam sujeitos. Em vez disso, e embora se trate de matéria a requerer aturadas pesquisas, a eficácia de unguento do esporte era tanto maior quanto as mudanças operadas nos derradeiros anos tornavam o colonialismo no arquipélago algo atípico e, à margem da questão do poder, as repercussões benéficas no quotidiano de ilhéus e dos contratados não eram desprezíveis.

³³ *A Voz de S. Tomé* n. 127, 19 de setembro de 1953, p. 1.

A identificação afetiva com Portugal era conseguida através da filtragem de notícias que empolavam os feitos esportivos lusitanos, compondo uma versão particular desses feitos. Diferentemente de épocas anteriores, a propaganda política já não incidia tanto na valorização de uma *raça lusitana* singular (cujos feitos militares nas colônias tinham sido empolados para gáudio dos *portugueses*, então só os da metrópole em oposição aos colonizados), quanto na equiparação de Portugal com os demais países nos vários domínios da modernidade. Porventura, os êxitos de uma seleção nacional com indivíduos oriundos de territórios coloniais também deviam reforçar a ideia da plurirracialidade da nação, até por nem todos os são-tomenses nem os serviçais estarem interessados ou em condições de desmontar uma tal propaganda.

As conquistas esportivas condicionavam emotivamente e, por exemplo, ser adepto do Benfica equivalia a lidar com um símbolo nacional prestigiado no mundo. Ser adepto do Benfica empurrava um pouco mais para o apego (impensado) à metrópole, do que, todavia, os são-tomenses não retiravam necessariamente ilações no respeitante aos crivos da sua cidadania e dos seus direitos. Ainda assim, para além da afeição clubista, será que os são-tomenses tomavam os jogadores como representantes simbólicos de uma qualquer comunidade a que eles sentissem pertencer? À guisa de hipótese a carecer de comprovação, dir-se-á que era mais fácil que a adesão política se operasse pela emotividade do esporte do que por outras formas de manifestação nacionalista, como a do preito à bandeira, que, em tons de paternalismo, chegou a ser teorizada por europeus como um passo na civilização, refinamento e complexidade de sentimentos dos ilhéus.

A ligação entre política e futebol nem sempre foi explorada, o que em muito se deveu à disjunção social prevalente na sociedade colonial e a eventuais reticências dos governantes à expressão de sentimentos nacionalistas através de manifestações

esportivas, cujas potencialidades do ponto de vista da captação da fidelidade política alguns deles se recusariam a compreender (aliás, ao tempo, o futebol era atividade, se não de desqualificados sociais, pelo menos marginal). Em obediência ao primado da contenção social, durante décadas os governantes ter-se-ão permitido dois raciocínios: um, o da sujeição da vida local aos imperativos das roças prevaletentes sobre qualquer outro quesito da vida social. Outro, o do receio de eventos esportivos locais poderem tornar-se ocasião de rivalidades e de conflitos de cariz racial perturbadores do clima de aparente paz social. Não haveria fortes razões para tais receios, mas as autoridades coloniais primavam pela contenção para não terem de reprimir e afetar a imagem de paz social.

O investimento político no esporte também não foi maior dada circunstância de este fenômeno encerrar ambivalências:³⁴ os clubes compunham um mecanismo de controle social, mormente na medida em que tolhiam a politização das relações raciais pautadas pela clivagem racial. Contudo, esta poderia ser potencializada pela empatia gerada pelos simbolismos transportados pelos clubes, justamente na medida em que estes tendessem a representar diferentes segmentos sociais, como pareceu suceder com o Sporting Clube de São Tomé, clube dos filhos da terra. Em todo o caso, esta rivalidade não era forçosamente politizada, nem um catalizador de reivindicações políticas.

³⁴ Estamos perante uma dimensão da vida coletiva esquiua a visões dicotômicas, até na medida em que as “escolhas” afetivas eram condicionadas por fatores simbólicos alheios à terra. Uma das maiores figuras são-tomenses, Tomé Agostinho das Neves, foi presidente da direção do Sport Lisboa e S. Tomé.

O CLIMA SOCIAL E A RALA POLITIZAÇÃO DO ESPORTE NO OCASO DO COLONIALISMO

Dos anos 1940 e 1950 para os anos 1960 e 1970 ocorreram mudanças de propósitos entre os agentes do poder político. Embora seja matéria para ulteriores indagações, podemos aventar que, até meados do século XX, os governantes pretendiam sobretudo dos ilhéus a obediência, negando-lhes, por variados meios, a pertença à nação portuguesa e, concretamente, à cidadania, não obstante apregoarem de forma dúplice o contrário. Duvidavam da civilização de parte significativa dos ilhéus e paupavam-se por um etnocentrismo embebido num racismo nem sempre agressivo, em todo o caso, suficientemente cimentado para levar duvidar da sofisticação dos africanos para a participação nas formas europeias de lazer. A ajuda aos clubes tivera o fito instrumental de soterrar nos ilhéus proeminentes os anseios políticos de outrora, permanecendo o esporte como uma forma de lazer desqualificada. Mas, com o decorrer do tempo, os governantes perceberam o interesse de enlear os são-tomenses nos eventos esportivos, para além de atribuírem virtudes pacificadoras à prática esportiva.

Numa síntese grosseira, de um racismo contido mas agressivo (diga-se que, sem embargo do racismo matricial do Estado Novo, no quotidiano insular também pesava alguma diluição das fronteiras raciais que se entrecruzavam com as sociais) evoluiu-se para o paternalismo, o que, juntamente com os ecos das mudanças no mundo, abriu maior espaço para a diversidade social e para, finalmente em consonância com o ideário colonial, os colonos se suporem difusores do progresso e da civilização. Para além da injunção do ambiente internacional, que paulatinamente coagia os colonos a desaprenderem o racismo, é possível que também o esporte tenha ajudado a desarmar preconceitos de inspiração

racista, influência que só não terá sido maior por não ser uma atividade central na vida local.

O papel dos *media* e a propaganda atinentes à capitalização política da identificação afetiva dos ilhéus com Portugal por via dos feitos esportivos foram, por regra, ralos e rudimentares. Só se publicava um jornal, o oficioso e censurado *A Voz de S. Tomé*, e a rádio só se tornou um veículo de comunicação a partir dos anos 1950. No referido jornal, as notícias dos feitos esportivos nacionais remontam a 1948, com a conquista do segundo campeonato mundial de hóquei em patins, objeto de uma descrição sóbria. As atenções viraram-se para o futebol. Em 1952, deu-se conta do Portugal versus Argentina. A partir de então, e na medida dos recursos técnicos disponíveis, foram sendo noticiadas vitórias das cores nacionais.

No tocante ao investimento político para efeitos da composição local de interesses, registou-se um momento particular. Com (prováveis) intuitos de restabelecer a normalidade na vida local, ao longo de 1953 *A Voz de S. Tomé* inseriu notícias detalhadas dos jogos do campeonato de São Tomé (o que, por exemplo, não sucedeu em anos posteriores). Decerto, ensaiava-se limitar os danos causados pelo *massacre de Batepá*, propósito evidente na visita do presidente Craveiro Lopes ao arquipélago em 1954. Então, realizou-se um festival esportivo no estádio Sarmento Rodrigues, inaugurado anos antes, que contou com várias provas de atletismo e um encontro de futebol entre o Sporting e o Benfica da ilha.³⁵

Numa colônia empobrecida e pautada pela iliteracia, a rádio – concretamente, os relatos de futebol – pode ter jogado um papel na formação das imagens do futebol, do país ou da nação e do sentimento de pertença a Portugal. A modelação dos relatos pode ter fornecido a nota emotiva precisa para a

³⁵ *Diário...* 1955, pp.91-93.

identificação com o país pela predisposição para a identificação com um clube ou com um jogador. Decerto que os piques dramáticos dos relatos não deixariam de suscitar uma comunhão de sentimentos políticos *lato sensu*. Mesmo não intencionalmente, os retratos do país passavam pela descrição do futebol e, se não focavam a valentia, enfatizariam, ao menos, a capacidade de ombrear com os adversários, tão mais notória quanto o país era pequeno, conquanto grande com as colônias.

De meados da década de 1950 em diante, assistiu-se a uma progressiva distensão política, mais pronunciada a partir dos anos 1960 em virtude das críticas internacionais ao colonialismo. Por essa altura, as equipas portuguesas – com elementos oriundos das colônias – começaram a obter conquistas no plano internacional, que granjeavam a adesão dos indivíduos quer pelas vitórias, quer pelo fato de também serem compostas por naturais das colônias.³⁶ Esta adesão tendia a colidir com a afirmação da identidade nacional são-tomense que, no arquipélago, não encontrava respaldo significativo no esporte.

A dado passo, quis-se prolongar o veio nacionalista pela réplica das rivalidades clubísticas da metrópole (por exemplo, na ilha do Príncipe, à construção da sede do Sporting seguiu-se a construção da sede do Benfica). Em parte, isso resultou da iniciativa de adeptos, que não de governantes. Anos antes em São Tomé, a notoriedade do Benfica ter-se-á devido à pertinaz dedicação de um indivíduo, na circunstância, o advogado cabo-verdiano Armando Lopes da Cruz.

Processou-se uma emancipação do associativismo, controlada, desde logo porque financeiramente amparada pelo Estado, que respondia positivamente a pedidos avulsos formulados pelos clubes. Sem deixar de constituir um paliativo para as

³⁶ Também por via dos empecilhos então vigentes no mercado futebolístico que inviabilizaram a sua transferência para a Itália, o moçambicano Eusébio foi tornado “património nacional”.

aguras da vida, o esporte deixou de ser um mero enfeite de celebrações nacionalistas (acompanhou algumas mas deixou de servir sobretudo para abrilhantar comemorações políticas) e guindou-se a uma área com fins próprios. Alguma da coreografia militar – paradas e desfiles – que rodeava as manifestações esportivas foi desaparecendo, mesmo se por inércia de linguagem, se louvasse ainda e sempre o aprumo dos atletas. Mais significativo, o regime colonial retrocedia para a defesa do essencial, isto é, do poder, prescindindo de insistir em marchas rituais com que a autonomia ou a especificidade do fenômeno esportivo e a perda de crença nas certezas do regime conviveriam cada vez pior.

O regime colonial terá beneficiado dos feitos esportivos do Benfica e da seleção nacional em que participaram naturais das colônias. Porém, como dissemos, o grau de aposta do poder colonial ditatorial no esporte não foi muito acentuado. Nos derradeiros anos, a lassidão a que se obrigou – permitindo que o esporte ocupasse um lugar central no imaginário dos portugueses – levou-o a regozijar-se, mas, até por falta de investimento ou pela convicção de que nesse domínio não se jogava algo de decisivo, o poder colonial não o instrumentalizou em toda a linha. Ademais, para o poder colonial, as emoções propícias à ligação aos clubes metropolitanos já se afiguravam um ganho. Tais afetos pareciam preencher o imaginário e o tempo dos indivíduos, arredando-os do campo da política, o que se aplicava aos ilhéus e serviçais, como, afinal, aos próprios europeus. Mais do que mobilização política através do esporte, talvez possamos falar de mobilização do esporte contra a política ou em substituição da política.

De alguma forma, o poder apostou na disseminação de um sentimento difuso de cidadania e de modernidade também através do esporte, como se aquela pudesse ser subsumida à modernidade dos modos de vida, independentemente da questão do poder, para a qual, no arquipélago, não era difícil forjar umas

eleições legitimadoras. Nos derradeiros anos do colonialismo, a modernidade e o progresso em vários domínios sociais reparavam – assim pretenderia o poder colonial – as fissuras anteriormente criadas pelas políticas coloniais, que, nos anos 1960, eram cada vez menos referidas explicitamente como tais.

Nesses anos, compulsaram-se memórias e curiosidades em torno dos clubes locais³⁷ que, dessa forma, ganharam em dignidade social. Nem todos os clubes eram êmulos ou filiais dos da metrópole. Num ou noutro caso, a identidade local convivía com a ligação à metrópole, mas não sucedia assim com o Andorinha³⁸ que, não obstante a similitude do uniforme, rejeitou ser filial de *Os Belenenses*.

Em suma, o poder colonial começara a reverter a situação vivida até meados do século, quando São Tomé e Príncipe era uma sociedade atrofiada pelas plantações e onde, por isso, não sobrava espaço para o associativismo. Sem embargo do apertado controle político da dissidência, as mutações do final do colonialismo matizaram o quadro de sufoco da sociedade insular pelas roças. Ainda assim, essas alterações não produziram mudanças de implicações duradouras. Na verdade, a população europeia não se fixava e a mão-de-obra expatriada, quando já não pensasse em retornar, não se sentia da terra. Para parte significativa da sua população, o arquipélago era uma terra de passagem, pelo que não se valorizava a ligação afetiva à terra, através, por exemplo, de um clube. Nem tal ligação se desdobrava noutros sentimentos, mormente de índole política. Poderia ser diferente com o clube da terra?

³⁷ Por exemplo, lembrou-se a internacionalização, ocorrida num desafio entre o antecessor do Sporting e um *team* do Cabo Submarino, qual imagem da Sociedade das Nações por ter indivíduos de diferentes fenótipos e colorações epidérmicas (cf. *A Voz de S. Tomé*, n. único, 17 de dezembro de 1939).

³⁸ Em 1973, anunciou-se que o Andorinha Sport Clube inauguraria a sua sede por todo o mês de março (cf. *A Voz de S. Tomé* n. 1078, 27 de fevereiro de 1973, p. 3).

OS PASSOS DO SPORTING CLUBE DE SÃO TOMÉ

Provavelmente em conformidade com a politização de todas as manifestações da vida social, tende-se comumente a procurar laivos nacionalistas nas atividades nos clubes. No tocante a São Tomé, é repetidamente dito que o Sporting era um reduto de nacionalistas³⁹, onde medravam as ideias de nacionalismo. Os elementos factuais arrolados são essencialmente de duas ordens, a condução do clube pela elite da terra⁴⁰ e conflitos com colonos e com o poder. Acresce o fato de, após os eventos de fevereiro de 1953, se terem perseguido dirigentes do clube. É possível que alguns destes ilhéus alimentassem anseios independentistas, mas parecem muito poucos os indícios de uma contumaz consciencialização política. Parece menos discutível o afloramento de uma rivalidade de recorte racial (coincidente com a diferença entre os da *terra* e os de *fora*) na disputa entre os clubes – sendo o Sporting o clube dos da *terra* –, mas não resulta claro se ela era politizada.

A disposição do Sporting de colaborar com as autoridades não cessou em virtude dos desmandos de fevereiro de 1953. Independentemente do ressentimento gerado por desmandos ordenados por Gorgulho, isso não pareceu bastar para uma irreparável ruptura da vida coletiva na exigua cidade de São Tomé. Se era difícil sustentar a recusa em participar no festival esportivo organizado em 1954 em homenagem ao presidente Craveiro Lopes, já outros fatos denunciam, no mínimo, uma menor vontade para afrontar o poder, quiçá até uma acomodação à situação.

³⁹ O caso da resistência do Sporting é assaz referido, mas os elementos compulsados não comprovam inequivocamente o clima de conflitualidade e de resistência pressuposto no comum dessas alusões.

⁴⁰ A este propósito importará verificar se todas as direções do clube e respectivas equipas foram compostas exclusivamente por ilhéus. Em todo caso, tal elemento tem uma valia relativa, dado que as posições das sucessivas direções do Sporting Clube de São Tomé e as relações com os governantes serão, porventura, mais decisivas para apurar a alardeada disposição inconformista.

Por exemplo, em finais de 1956, o clube dispunha-se a associar as festas do seu aniversário às Festas da Cidade que se revestiam de tons nacionalistas por se comemorar a descoberta da ilha. Assim sucedeu noutros anos.

Tais dados têm de ser levados em conta na discussão acerca da (mitificada) carga política da oposição racial vertida na disputa esportiva. Nas coletividades esportivas podiam lavar consciências identitárias embrionárias, designadamente as suscitadas pelas clivagens raciais prevaletentes na sociedade. Mas era difícil traçar tais fronteiras a direito e os germens de consciência identitária podiam não ser vazados numa consciência política conducente à oposição ao colonialismo.

Na verdade, o esporte poderia ter viabilizado uma simbolização do confronto entre um “nós” – são-tomenses – e um “eles” – os colonos –, mas, não obstante as asserções em torno do Sporting enquanto sede de resistência,⁴¹ não parece que essa competição simbólica ancorada no esporte tenha sido levada longe. A circunstância de vários são-tomenses, empregados subalternos no Estado e com aspirações mais ou menos contidas relativamente à independência, se congregarem no Sporting não basta para considerar este clube um fórum de resistência anticolonial, de resto, assaz débil, desde logo pela falta de uma acesa competição social.

Respiguemos alguns elementos da história do clube. A 17 de dezembro de 1939, o Sporting publicou um número único de *A Voz de S. Tomé*, uma iniciativa por ocasião do 6º aniversário do governo de Ricardo Vaz Monteiro, de quem, certamente, o

⁴¹ Seibert refere que o Sporting se tornou “o centro das aspirações nacionalistas dos forros”, divulgando “costumes, canções, danças e cozinha dos forros, contribuindo, desta maneira, para o fortalecimento do pensamento nacionalista” (2001, p. 75). Também Hodges e Newitt aduzem que foi entre a classe média dos *forros* que as aspirações protonacionalistas circularam, encontrando expressão em associações recreativas, mormente no Sporting (1988, p. 90). A meu ver, carece-se de muita investigação adicional para se poder corroborar, ou infirmar, a ideia de o Sporting ter sido um importante centro de consciencialização nacionalista.

clube se sentia devedor. Em tempo de hegemonia da visão imperial, os ilhéus, incluindo os que se tinham empenhado na luta pela valorização da *raça negra*, pareciam rendidos ao colonialismo português, respaldado na cena internacional que dava nota da hierarquização do mundo. Tal era denotado pela repetição de ideias em voga acerca da relação entre esporte, progresso material e civilização dos indivíduos num contexto colonial.

Nos anos 1940, o Sporting seria o único clube que preservava uma feição eclética, na esteira da vocação das associações de outrora. O Sporting dividia-se em várias seções: esportiva, diversões, propaganda, finanças e economia, juventude, literária e uma seção feminina. Por ocasião de datas históricas, promovia conferências e palestras educativas⁴², assim como concursos literários e saraus.⁴³ Em 1945, uma récita da Seção Dramática do Sporting, composta por 30 figuras, foi vista com agrado.⁴⁴

De alguma forma, o clube singrara encostado às autoridades coloniais. Por regra os aniversários do clube contavam a presença do governador e, nalguns casos, podiam incluir uma “parada esportiva” com apresentação de ginástica das seções feminina e infantil.⁴⁵ Nesse tipo de desfiles, de inspiração militar, a modernidade conjugava-se com o ordenamento social segundo relações assimétricas de gênero e geracionais.

Como se disse, nos anos 1950, o Sporting reunia uma elite local, empregada no aparelho administrativo, que contava entre os seus antepassados alguns elementos da elite militante do

⁴² Conforme reportagem do *Diário de Luanda*, em meados de 1941, teve lugar um sarau musical e literário no Sporting, precedido de uma conferência feita por Tomé Agostinho das Neves sobre Camões. O conferente foi muito aplaudido, mormente pelo desejo de pretender valorizar intelectualmente os jovens da terra, cf. *Diário de Luanda* n. 2500, 3 de julho de 1941, p. 4. Como o nome indica, este jornal publicava-se em Luanda. Por esta altura, o jornal inseria notícias do arquipélago enviadas por um correspondente, provavelmente europeu.

⁴³ *Diário de Luanda* n. 2559, 1 de setembro de 1941, p. 4.

⁴⁴ *S. Tomé e Príncipe*, n. único, 30 de outubro de 1945.

⁴⁵ *Diário de Luanda* n. 2719, 13 de fevereiro de 1942, p. 4.

tempo do pan-africanismo. Mas não é de crer que guardasse o denodo panfletário dos seus ascendentes. Ainda assim, é possível que na sede do clube se tenha verberado o voluntarismo do governador Gorgulho, fato sabido e, com certeza, insuflado por boatos, o que decerto terá ampliado a ira de Gorgulho.

Não obstante, em vésperas dos desmandos de fevereiro de 1953, na festa de homenagem pela conquista do campeonato regional pelo Sporting, presidido por José Rodrigues Pedronho, dizia-se que na ilha, como em todo o Império, se destacava a rivalidade entre Sporting e Benfica "para engrandecimento do Desporto Nacional".⁴⁶

Nesses dias, mais precisamente a 31 de janeiro, por ocasião de uma apresentação do grupo de teatro, ocorreram confrontos físicos quando alguns europeus tentaram entrar no cinema Império sem bilhete (Seibert, 2001, p. 81).⁴⁷ Diga-se, o desagravo das indecências perpetradas por europeus atizados pelo clima de tensão latente não equivale necessariamente a uma decantada e irredentista consciência nacionalista.

Entre outras consequências, os trágicos eventos de fevereiro de 1953⁴⁸ pareceram decepar o Sporting. Alguns dos seus elementos e, em particular, o seu presidente, José Pedronho, foram perseguidos. Em junho, anunciado o campeonato local, dava-se conta da grande azáfama para a escolha de dirigentes. Porém, cerca de um mês depois, face à demissão de Gorgulho, já se

⁴⁶ *A Voz de S. Tomé* n. 94, 29 de janeiro de 1953, p. 2.

⁴⁷ Tal indicia menos uma matriz nacionalista, mesmo que embrionária, do clima de tensão pelo qual o voluntarismo agressivo e as irreflexões do governador Gorgulho eram responsáveis.

⁴⁸ Carlos Espírito Santo transcreve excertos de declarações de ilhéus com menções a reuniões na sede do Sporting, onde supostamente se teria combinado uma revolta e o assassinato dos brancos. Aduz que o governador Gorgulho nutria forte antipatia pelo Sporting (2001, p. 543). Ficamos sem a opinião do autor relativamente à ocorrência, ou não, de tais conluios. Ademais, tais declarações incriminatórias foram certamente obtidas sob coação, atenta a necessidade de Gorgulho de se justificar com uma alegada revolta dos são-tomenses. Nestas circunstâncias, é difícil tomar tais elementos como prova de conluios contra a ordem colonial e, menos ainda, de uma consciência nacionalista.

anunciava que José Rodrigues Pedronho, antes suspenso, retomava os afazeres esportivos.⁴⁹

Por esse ano, o clube – mais eclético do que os outros – perdeu a sua sede na vizinhança do palácio do governador, no centro da cidade. Temporariamente sem sede, teve os seus bens mobiliários espalhados por várias casas. É possível que tal tenha tido a ver com os eventos de fevereiro, mas tal não foi assim apresentado numa entrevista de inícios de 1954.⁵⁰

Se a disposição colaborante do Sporting Clube de São Tomé não cessara em virtude dos desmandos de fevereiro de 1953, também não findou em razão da interdição das atividades do seu grupo cultural aquando da prisão de são-tomenses em Lisboa em finais de 1965 (Seibert, 2001, p. 98 e 99) por suspeitas de atividades subversivas. Em outubro de 1966, o campeonato provincial desse ano chegara ao fim. O jornal da terra deixava saudações ao Sporting Clube de São Tomé, dito um vencedor indiscutível.⁵¹ Desta saudação, inserida no mesmo número em que se iniciava a publicação das histórias dos principais clubes da terra, podemos dizer que conteria uma velada proposta de apaziguamento político depois da arbitrária prisão de são-tomenses em Lisboa no final do ano anterior. A convivência política e social fazia-se de meias palavras e de contemporizações recíprocas conquanto de significado desigual. A 4 de dezembro de 1966, aquando da inauguração do recinto de jogos no Parque Popular – um equipamento de vocação lúdica –, o espetáculo abriu com uma parada em que desfilaram todos os clubes filiados na Provincial de Desportos com

⁴⁹ *A Voz de S. Tomé* n. 114, 20 de junho de 1953, p. 3; n. 116, 4 de julho de 1953, p. 4. Já nos anos 1960, José Rodrigues Pedronho seria indicado para, numa candidatura única, preencher uma vaga no conselho de governo. Anos depois, seria eleito representante da província na Câmara Corporativa, participando nos respectivos trabalhos em Lisboa (cf., respectivamente, *A Voz de S. Tomé* n. 499, 16 de setembro de 1961, p. 1 e n. 769, 24 de dezembro de 1966, p. 5).

⁵⁰ *A Voz de S. Tomé* n. 142, 9 de janeiro de 1954, p. 3.

⁵¹ *A Voz de S. Tomé* n. 757, 1 de outubro de 1966, p. 6.

as suas várias seções.⁵² Decerto, o Sporting marcou presença nesse desfile.

Independentemente de eventuais aspirações nacionalistas, em 1963, dos corpos gerentes da Associação Provincial de Desportos de São Tomé faziam parte ilhéus que, de algum modo, pertenciam à elite local como Tomé Agostinho das Neves⁵³ e Pascoal Aires Pires dos Santos⁵⁴, vítimas da sanha persecutória de Gorgulho em 1953. Este evento, comumente designado de momento fundador do nacionalismo são-tomense, não se constitui como uma divisória no campo esportivo. Todavia, nos anos 1960 e 1970, terão emergido divisões no clube, ligadas a mudanças geracionais traduzidas em novos comportamentos e em novas ambições.

Em 1972, no decorrer de um desafio de futebol, a expulsão de um jogador do Sporting deu azo a conflitos físicos (Seibert, 2001, p. 102). Todavia, são-tomenses que tomaram parte nesses confrontos negam que ele se tenha revestido de um cariz político. Num campo específico como o do futebol, podendo exprimir algum acréscimo de competitividade social entre ilhéus e colonos, tais conflitos, que muitos teriam por picardias próprias da competição esportiva, não eram necessariamente politizadas. Podendo ser reciprocamente interpretadas como resultantes da falta de civilização dos ilhéus ou como produto da sobrançeria de colonos, não parece que dessa conflituosidade decorressem consequências políticas de vulto.

Afinal, o poder colonial esforçava-se porfiadamente em transmitir sinais de pacificação social. Em 1973, *A Voz de S. Tomé* publicou uma foto da presença do governador Cecílio Gonçalves numa noite de convívio na sede do Sporting Club de S. Tomé.⁵⁵ O

⁵² *A Voz de S. Tomé* n. 768, 17 de dezembro de 1966, p. 6.

⁵³ No caso, um familiar do advogado homónimo que, como vimos, pontificara no Sport Lisboa e S. Tomé nos anos 1930 e 1940, posteriormente também perseguido por Gorgulho.

⁵⁴ *Boletim Oficial* nº6, 7 de fevereiro de 1963, p.137.

⁵⁵ *A Voz de S. Tomé* n. 1087, 8 de maio de 1973, p. 8.

clube foi participando nas festas da cidade até 1973. E, com a afeição dividida, muitos são-tomenses permaneceram adeptos do Sporting Clube de Portugal, de quem, hoje, cidadãos de um país independente, podem ser adeptos sem dilemas morais.

NOTAS CONCLUSIVAS

Os processos de afirmação identitária, mesmo quando tidos por profundos e inexoravelmente determinados por realidades como a coloração epidérmica ou o fenótipo, são históricos. Amiadadamente são também objeto de interpretações anacrônicas determinadas por motivações panfletárias ou alheias ao rigor científico.

Mesmo sem se pressupor uma imbricação entre manifestações esportivas e sentimentos nacionalistas – que frequentemente plasma as investigações sobre o crescendo das consciências nacionalistas –, poderia, ainda assim, ter existido uma instrumentalização dos clubes para a difusão da mensagem anticolonial. No arquipélago, a ideia da militância anticolonial forjada também no âmbito do esporte parece muito exagerada e mais tributária de um discurso aprendido e repetido sobre a afirmação do nacionalismo anticolonial do que referida à realidade vivida na ilha. Menos por razões relacionadas com as virtualidades do esporte enquanto veículo de gestação e de disseminação de sentimentos nacionalistas do que até pela própria configuração do nacionalismo e do processo de independência do arquipélago, não parece que se possa afirmar que o esporte contribuiu decisivamente para o nacionalismo são-tomense.

Da perspectiva oposta, se o esporte não parece um fenómeno refratário à sua manipulação por poderes totalitários, a verdade é que esse desígnio não mereceu um investimento

consequente do poder colonial em São Tomé no sentido de obter a adesão política dos ilhéus. Da parte das autoridades, com o fomento do esporte pretendia-se, sobretudo, que os ilhéus se apartassem da política. Não se esperava, tão pouco, que os ilhéus expressassem sentimentos políticos em prol de Portugal. Anos a fio, exigiu-se fidelidade e obediência aos são-tomenses. Em troca, proporcionou-se-lhes a espaços a possibilidade de prática esportiva, que não constituía, longe disso, um imperativo para a governação colonial.

Pelo seu atributo de linguagem universal e de intermediação entre homens e nações, o esporte contribuiu para os são-tomenses se situarem no mundo, conquanto sob mediação portuguesa. Em todo o caso, a terra não era esportivamente representada, no que os são-tomenses e outros poderiam ter tido protagonismo. Mas se localmente não existiam fatos esportivos indutores de uma ilusão de pertença comum e de partilha entre colonos, ilhéus e mais africanos, o mesmo não sucedia na metrópole, onde, em tempo de distensão social, os feitos da seleção multirracial eram celebrados e festejados. O futebol não bastaria como indutor da afirmação da pertença portuguesa. Em todo o caso, já nos últimos anos do colonialismo, deve ter contribuído para a criação de laços simbólicos com a metrópole e, por via dela, com o mundo.

Por entre os constrangimentos da exiguidade e do depauperamento da ilha pela extroversão econômica das plantações, em São Tomé o futebol foi induzindo apego afetivo e fidelidades. A sua pobreza nunca o guindou a fato crucial na ordenação da vida coletiva. Ainda assim, não deixa de ser interessante o apego à modernidade e ao cosmopolitismo inscrito na prática esportiva. É crível que os são-tomenses manifestassem crescente adesão às atividades esportivas e cada vez menor atração pelas suas manifestações, ditas folclóricas – puíta, socopé e outras –, denotadoras

de horizontes sociais, que, não obstante a condição colonial, os são-tomenses acreditariam ir deixar para trás. Independentemente de políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- COELHO João Nuno. *Portugal, a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media. A reprodução dos jornais desportivos*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de São Tomé e Príncipe e Angola em 1954, 1955*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- DOMINGOS, Nuno. "O futebol português em Moçambique como memória social". In: *Cadernos de Estudos Africanos* nº9/10, Lisboa, CEA, ISCTE, 2006, pp. 113-127
- DUNNING, Eric. "Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra críticos sobre a sociologia convencional e configuracional de desporto e lazer". In: *História. Questões e debates* n. 39, Curitiba: Editora UFPR, 2003, pp. 11-40.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- GORGULHO, Carlos de Sousa. *Relatório anual. Ano 1945*, S. Tomé, Imprensa Nacional de S. Tomé, 1946.
- HODGES, Tony e NEWITT, Malyn, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*. Londres: Westview Press, 1988.
- NASCIMENTO, Augusto. *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, UNEAS, 2005.
- _____. *Vidas de São Tomé segundo vozes de Soncente*, Mindelo, Ilhéu Editora, 2008.
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. "Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional". In: *História. Questões e debates* n. 39, Curitiba, Editora UFPR, p. 121-151, 2003.
- SANTO, Carlos Espírito, *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Cooperação, 2001.
- SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega, 2001.
- SOUZA, Candice Vidal de, "A Folha de São Paulo e o 'País do Futebol': narrativas jornalísticas da nação e o debate de 1997 sobre o futebol brasileiro". In: *História. Questões e debates* n. 39, Curitiba, Editora UFPR, 2003, pp. 65-90

TENREIRO, Francisco. *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*. Praia: Imprensa Nacional, 1956.
_____. *A Ilha de S. Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

A PRESENÇA DA ÁFRICA NO ESPORTE
DA AMÉRICA DO SUL

279

Afrocolombiano no esporte:
o paradoxo de ser
herói discriminado

David Quitián

Somos os genuínos representantes de nossos deuses,
por isso dizem que somos a personificação do demônio.

Manuel Zapata Olivella

Bem, desde que vivia lá, naquele bairro a um negro não restava alternativa se não o *ring* e a fama. Sim, porque as demais profissões são ofícios para brancos. Virgem Maria! Bem, a não ser que o senhor, poxa, se meta com um desses trabalhos em que deve mexer-se junto com a medalhinha da Santíssima Trindade (três-pessoas-divinas-e-um-só-deus-verdadeiro).

"El Flecha", de David Sánchez-Juliano

Já no título, este artigo aborda um tema que para muitos pode parecer discutível: o "quanto" nós somos africanos? Quanto do que hoje compreendemos como colombiano tem relação com a herança africana. Pode-se dizer, se for o caso, que a presença e a influência africana foi a mesma para todos do país? Trata-se de questões que não são inéditas, já debatidas por autores nacionais, como Manuel Zapata Olivella (1967, 1983), Jaime Arocha

(1982, 2004), Claudia Mosquera (1998), envolvendo aspectos históricos, como os processos desencadeados pela abolição da escravidão, em 1852; aspectos demográficos, como os assentamentos afros na costa do Atlântico e do Pacífico; aspectos idiossincráticos, como a conformação de alguns imaginários que ao fim foram úteis ao discurso e a práticas de discriminação e segregação; e aspectos políticos, se questionarmos a proclamada igualdade cidadã, declarada na Constituição de 1991, e se examinarmos o que na época foi denominado de “melhoramento da raça” (Pedraza, 1989) como uma condição *sine qua non* para a consolidação de um projeto nacional.

Em pleno século XXI, estas perguntas podem parecer supérfluas; diriam alguns que essas situações estão superadas como demonstra a eleição de Barack Obama para presidente da principal potência mundial. Os mesmos que apontam a inutilidade dessas questões, indicativas de cenários onde há desigualdade social para os afroamericanos, defendem que a extinção da Ku Klux Klan nos Estados Unidos, o fim do apartheid na África do Sul e a chegada de políticos, artistas e atletas negros ao topo da fama mundial seriam exemplos do fim da discriminação étnica. Pelé, Muhammad Ali, Michael Jackson, Michael Jordan, Colin Powell, Condoleezza Rice, Beyonce, Oprah Winfrey, Tiger Woods, as irmãs William e Lewis Hamilton são citados para defender a inutilidade da discussão. Se as “pessoas de cor” – para usar um eufemismo discriminador – podem chegar até as mais altas posições, por que insistir na existência de racismo? Para fortalecer essa posição, se usa um argumento que parece contundente: alguns desses personagens alcançaram a glória e chegaram ao topo em ambientes tradicionalmente “de brancos”.

Nesse artigo vamos apresentar alguns elementos que contestam a inexistência de segregação cultural em termos raciais e étnicos, mesmo com todos os problemas que possam ter as

expressões “racial” e “étnico”, por conterem uma conotação imperial e hegemônica, típica dos primeiros tempos da antropologia. Esse tipo de desconsideração de um tema relevante lembra as práticas de certas torcidas de futebol que se opõe a seus rivais desconhecendo sua existência (“os torcedores do River não existem”, dizem os adeptos do Boca Juniors). Foi essa, aliás, uma estratégia usual do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe: a negação dos conflitos internos e a mudança de denominações, como a de “desplazados”¹ para “migrantes”².

O objetivo desse artigo, contudo, não é demonstrar algo tão óbvio – ainda que muitos insistam em escondê-lo – mas sim apresentar alguns exemplos de resistência real e simbólica, parte de uma estratégia maior de exaltação do afro e da luta por igualdade, em que estão também envolvidos mulheres e indígenas. O campo esportivo será usado como fórum privilegiado para discutir tais tensões.

Cinco cenas ajudam a exemplificar o poder dos símbolos para ilustrar certas situações marcadas pela discriminação positiva (centrada em disposições legais, como a “Lei de Cotas” para mulheres e a “Circunscrição especial para grupos étnicos e minorias políticas”³, direcionadas para a população afrocolombiana e indígena), pelo determinismo biológico (o mito eugênico),

¹ De acordo com os dados de ACNUR, em 2009 havia cerca de 4 milhões de “desplazados” na Colômbia. “Desplazados” são aqueles que têm que deixar o seu lugar de moradia, normalmente se deslocando para as grandes cidades, em função dos conflitos entre as forças do governo, as forças da FARC e as forças paramilitares, que estão, supostamente, desmobilizadas. (N.T.).

² A estratégia de Uribe consiste em substituir antigos termos por outros mais “leves”, mais neutros do ponto de vista político. O exemplo mais comum é chamar de “La Far” as guerrilhas das Farc, negando-se a usar a sua denominação de origem e pela qual é conhecida no plano do terrorismo internacional.

³ Cito a Lei n. 581 de 2000 que obriga a participação de pelo menos 30% de mulheres em cargos dos três poderes públicos. Cito também a Lei n. 649 de 2001, intitulada “Circunscrição nacional especial na Câmara de representantes para as comunidades afrocolombianas, indígenas, de minorias políticas e colombianos residentes no exterior”, que obriga o preenchimento de cinco vagas, sendo três delas étnicas, assim distribuídas: duas para comunidades negras e uma para indígenas (que têm duas vagas no Senado).

expresso no clichê “os negros só servem para desportistas” e pelo determinismo cultural, que descreve a população afro – e por extensão a que vive na Costa – como “preguiçosa, festeira, irresponsável e esperta”⁴; esse imaginário contribui para o racismo, conformado na piada cruel: “que faz um negro com jaqueta branca? Vender paletas”⁵

As cenas que vamos discutir têm relação com a prática esportiva não somente porque nesse âmbito se percebem resistências e resiliências (como ocorre com a capoeira e com o próprio esporte no Brasil), mas sim porque sua capacidade de impacto na comunidade nacional a torna altamente significativa, bem como porque foram atletas negros (como já ocorrera, a propósito do Bicentenário, seus antepassados nos tempos da independência, da mesma forma que ocorreu com os atletas dos Estados Unidos ligados ao Black Power, nos Jogos Olímpicos do México, 1968) que expressaram a postura política de substituir sua condição subalterna por outra de sujeitos ativos, descolonizados. Esses casos serão debatidos a partir do trabalho etnográfico que desenvolvi por ocasião da preparação de minha dissertação de mestrado (Quitán, 2009).

As cinco cenas nos lembram que – exceto *Cochise* Rodríguez, Helmut Bellingrodt, Lucho Herrera, Juan Pablo Montoya e Camilo Villegas – todos campeões colombianos são negros, incluindo a impressionante equipe de futebol da Copa do Mundo de 1990 (Itália), também dirigida por um negro: Francisco Maturana.

As cinco cenas falam por si, cinco personagens de cinco esportes que sugerem uma reflexão sobre o significado de “ter mais melanina” do que os demais e sobre como isso afeta com incomum impacto a forma como vivemos e nos diferenciamos. Devemos perguntar até que ponto essa ascensão social que

⁴ Marcada pelo *jeitinho*, nos termos de DaMatta (1982).

⁵ A jaqueta branca, na Colômbia, como em outros países, é símbolo da profissão médica. Paleta pode ser traduzido como pá ou colher de pedreiro. (N.T.).

possibilita o esporte à comunidade afro da Colômbia é mesmo útil à própria prática segregacionista. Medida prevista pelo esporte para a comunidade afro na Colômbia é a separação funcional da práxis.

Devemos refletir sobre como essa “verdade de Perogrullo”⁶, a afirmação de que o esporte colombiano, pelo menos aquele que chama a atenção da nação, o esporte de alto rendimento, é africano e negro, nos leva ao seguinte paradoxo: “Como aqueles cidadãos que discriminamos, dos quais nos afastamos, são exatamente aqueles que nos deram os maiores orgulhos por suas performances esportivas? Como é que aqueles que discriminam os cidadãos são precisamente os que têm maior orgulho em ostentar tais façanhas?”

UM ESCLARECIMENTO PARA ALÉM DA SEMÂNTICA

Nesse texto se privilegia o uso da expressão “negro” e se usa como sinônimos os adjetivos derivados de “afro”. A razão dessa abordagem tem a ver com várias experiências de campo nas quais fomos interrompidos pelos entrevistados quando pronunciávamos os termos “afro”, “afrodescendente”, “afro-americano” e “afrocolombiano”. Muitas vezes sentimos – no meio das conversas e entrevistas – que eles não entendiam tais expressões (ou quiçá, elas soavam muito artificiais); a gota d’água, que nos fez passar a empregar a palavra “negro” sem pudor, foi quando Abel Cassiani, treinador de boxe de San Basilio de Palenque, nos repreendeu gentilmente: “Os doutores me chamam de afrocolombianos, chame-me de negro sem problema algum. Somos negros e somos

⁶ O Dicionário da Real Academia Espanhola define o termo “verdade de Perogrullo” como uma verdade que, por ser reconhecida notoriamente, simplifica e enfatiza uma informação. (N.T.).

palenqueros⁷, com muita honra” (entrevista realizada em 20 de novembro de 2008). Assim, mesmo reconhecendo – em termos gerais – a discussão atual sobre o que significa ser “afrocolombiano” e/ou “negro” (especialmente em nosso ambiente nacional, particularmente no âmbito acadêmico), bem como sem nenhum intuito de validar formas discriminatórias, racistas e classistas – explícitas ou não, esclarecemos que usamos “negro” mais como uma qualidade, uma entidade metafísica, um “poder”, como se pode perceber em alguns testemunhos apresentados nesse artigo, mais do que como uma descrição física.

CENA UM: A IMPORTÂNCIA DO NEGRO

ANTONIO CERVANTES KID PAMBELÉ

Antes de Pambelé, os principais pugilistas colombianos podiam merecer o título mundial, mas não o buscavam, porque achavam que não estava a seu alcance. Após Pambelé, mesmo os piores boxeadores acreditavam que era fácil ser campeão. Essa é também a síndrome de Gabriel García Marquez: nenhum escritor colombiano tinha se atrevido a procurar uma editora internacional porque achava que estava sonhando alto demais. Depois de García Marquez, qualquer um crê que pode ganhar o Prêmio Nobel. Por isso eu digo que García Marquez é o Pambelé da literatura e Pambelé é o García Marquez do boxe.

Juan Gossain

Enquanto Luther King e “Bobby” Kennedy caíam mortos pelas balas assassinas da intransigência política e cultural norte-americana, o Vietnã estava queimando na barbárie, e, no México, às vésperas dos Jogos Olímpicos, centenas de estudantes eram massacrados na Praça de Tlatelolco. Enquanto em Paris adotava-se a minissaia e a pílula anticoncepcional e no Brasil encontravam

⁷ O *palenquero* é uma língua crioula falada em Palenque de San Basilio, na Colômbia, departamento de Bolívar, a 50 quilômetros de Cartagena de Índias.

um substituto popular para a realeza dos Pedros⁸, aclamado por “Rei Pelé”, na Colômbia criávamos o primeiro instituto da juventude e do desporto (Coldeportes) e coroávamos nosso primeiro rei crioulo, o cesarense (natural do Departamento de Cesar) Alejo Durán Díaz, proclamado soberano absoluto do Primeiro Festival da Leyenda Vallenate, realizado na província de Padilla e Valledupar, no ano de 1968. O *Negro Alejo* alcançava esse êxito quatro anos antes de Pambelé conquistar, no Panamá, seu título mundial, no combate com “Peppermint” Frazer.

Que me perdonen/ si yo me quejo/ pero me gusta más
como la canta Alejo
Soy Pacífico, soy Caribe/ y en Santa Marta juego fútbol
con el Pibe
Quiero gritarlo/ lo voy hacerlo/ ¡Viva Palenque y viva
Pambelé!

(Fragmento del vallenato “Pa’ Mayté” de Carlos Vives)

Antonio Cervantes nasceu na primeira cidade livre da Nova Granada, San Basílio de Palenque, nos arredores da primeira cidade que passou, na América do Sul, por um processo de libertação, a segunda (depois de Caracas) a alcançar a independência dos espanhóis, no glorioso dia de 11 de novembro de 1811, pelo que recebeu – depois de resistir a um cerco de mais de três meses – o honroso título de “A Heroica”: Cartagena de Indias. Pambelé nasceu em uma terra duplamente emancipada: a dos descendentes de africanos que, como canta Joe Arroyo em “Rebelión”⁹, não toleraram mais a escravidão colonial; e a dos crioulos, que

⁸ O autor se refere a d. Pedro I e d. Pedro II, imperadores do Brasil no século XIX. (N.T.).

⁹ Um fragmento da canção diz: “Quiero contarle mi hermano un pedacito de la historia negra/ de la historia nuestra, caballero/ Y dice así:/ en los años 1600/ cuando el tirano mandó/ las playas de Cartagena/ aquella historia vivió/ Cuando aquí llegaban esos negreros/ Africanos en cadenas besaban mi tierra/ Esclavitud perpetua/ Coro: Esclavitud perpetua (bis) [...] Un matrimonio africano/ Esclavos de un español/ El les daba muy mal trato/ y a su negra le pegó/ Y fue allí, se rebeló el negro guapo/ Tomo venganza por su amor/ Y aún se escucha en la verja/ No le pegue a mi negra/ No le pegue a la negra (bis)/ No, no, no, no, no (bis)...”

inspirados na tradução dos Direitos do Homem, de Antonio Nariño, lançaram-se contra a Coroa Espanhola reivindicando autonomia política. Kid Pambelé nasceu às vésperas do natal do ano que sucumbiu ao holocausto nazista e terminou a Segunda Guerra Mundial, ano do surgimento da Organização das Nações Unidas – ONU (1945).

O culto a sua figura se devia, explica Juan Gossain, ao fato de que Pambelé foi o homem que nos ensinou a ganhar. “Antes Del” – acrescenta – “éramos um país de perdedores”. Conso-lávamo-nos conjugando o verbo “quase triunfar”. Vivíamos, todavia, celebrando o empate com a União Soviética no mundial de 1962. Pambelé nos convenceu de que sim se podia e nos ensinou para sempre o que é passar das vitórias morais para as vitórias reais (Salcedo, 2005, p. 21).

Uma comparação forçada diria que Antonio Cervantes foi nosso “Cassius Clay”. Naturalmente essa afirmação pode soar como uma heresia para muitos já que o peso pesado dos Estados Unidos é considerado o melhor de todos os tempos em sua arte. Porém, essa encarnação do “ser nacional”, expressa pelo filho preferido do povo palenquero, não se deve considerar no caso do “Loco de Louisville”, que não chegava a ser uma personificação do *habitus*¹⁰ da pátria do Tio Sam, até mesmo pela dificuldade que apresenta a diversidade étnico-racial que faz dos Estados Unidos uma nação de imigrantes.

Isso, contudo, não impede que vejamos Muhammad Ali como um ícone das comunidades afro-americanas, militante dos Panteras Negras, antibelicista (questionou a Guerra do Vietnam ao dizer: “não vou porque é uma guerra de brancos contra vermelhos e amarelos, na qual morrem negros”) e, inclusive, como ativista do islamismo (rebatizou-se como Muhammad e aderiu aos *Black*

¹⁰ Expressão sociológica cunhada por Pierre Bourdieu que pode ser considerada como sinônimo de “Talante” (*semblante*) como se referia o político conservador Álvaro Gómez Hurtado. O *habitus* é o sistema subjetivo de expectativas e predisposições adquiridas através das experiências prévias do sujeito.

Muslims). Ele tem uma trajetória que contrapõe outro ídolo da época, James Dean, dedicando sua rebeldia à causa antirracista e contra o segregacionismo próprio de sua cidade natal (Kentucky) e dos Estados Unidos. Um testemunho que descreve inteiramente o medalhista de ouro nos Jogos de Roma (1960), a medalha que jogou fora por não ter sido atendido em restaurante no seu país devido a cor “incorreta” de sua pele, é o seguinte:

Muhammad Ali, 1,88m de altura e, em seu auge, 86 kg, contra os 1,92m e 112 kg de Big Foreman (...). Foreman representava o bom negro, integrado, norteamericanista, o negrinho Yankee que apoiava os soldadinhos na Indochina. Foreman era tímido, introvertido, feio, não caía muito bem. Ali é o oposto. Fanfarrão, apenas a qualidade de seus punhos podia igualar-se a sua língua afiada com a qual se impunha frente a tudo e frente a todos. Vai ao Congo, ao mesmo inferno, para recuperar algo que crê como seu (Romero, 2007, p. 2).

Situação semelhante acontecia com o boxeador de San Basílio de Palenque, que no imaginário público colombiano combinava a candura do campo com a astúcia da cidade; o *Viejo Pambe* (em 1974 considerado pela revista *The Ring* como o segundo boxeador do mundo, atrás de Ali), autor de vários aforismos que se tornaram lendas; o mais conhecido – e o mais desmentido – é o que diz “é melhor ser rico do que pobre”.

De qualquer forma, o campeão júnior dos meio-médios é o melhor exemplo do que DaMatta (1982) chama de “jeitinho” e que, cheio de “malandragem”, usava muitas vezes o discurso autoritário (próprio da Colômbia burocrática), sintetizado na pergunta: “Você sabe com quem está falando?”, a mesma que depois seria utilizada também pelo jogador de futebol Faustino Asprilla quando, cansado do assédio da imprensa, questionou a um jornalista insistente quem era ele para molestá-lo quando ele (Tino) ganhava 50 milhões por semana.

“Você quer dólares? Então pegáaa negro filho da puta, pegáa ou voltas a comer merda em Palenque!”, gritou com raiva Ramiro Machado¹¹, de seu *corner*, a Kid Pambelé, que não se atrevia a superar sua timidez para ganhar de “Peppermint Frazer” o título mundial junior dos meio-médios (Jimeno, 1993, p.3).

O grito lembrou Pambelé – informa o jornalista Ramon Jimeno – que ganhar significava dinheiro e não fazê-lo era resignar-se – dessa vez para sempre – a ser como seus pais: vendedores de frutas nas ruas de Cartagena e Caracas.

Como se alguém tivesse injetado um ponteiro de 90% na jugular, o choque da adrenalina foi tal que Pambelé encontrou em poucos segundos a combinação de *jabs* e a entrada precisa para colocar em Peppermint o gancho de esquerda que faria a fama de Kid. Frazer permaneceu com os olhos fechados, estático, sem ver nem a contagem de Herrera, na horizontal na lona do tablado do Novo Panamá, no meio do abrupto silêncio de 15 mil torcedores que foram ver como o quarto campeão mundial que nesse ano teve o istmo apanhada do palenquero (Jimeno, 1993, p.3).

É necessário ser “de cor” para subir ao quadrilátero? É necessário ter ancestral africano para pegar alguém a punhos em um *ring*? A resposta é relativa. Deve-se responder negativamente se se observa a fria estatística mundial: os países da outrora “Cortina de Ferro” ainda dominam o boxe amador, além do que México e Argentina, para citar dois exemplos, contaram e contam com eminentes atletas das luvas. Além disso, lutadores extraordinários como Jack Dempsey, Rocky Marciano, Roberto “Mano de Piedra” Durán, Julio César Chávez e Oscar de la Hoya tinham (têm) a pele branca ou, em qualquer caso, não negra. No âmbito colombiano, Miguel “Happy” Lora é a contraprova do postulado do *boxe como uma prática negra*.

David Quitián: Tem algo a ver com viver perto do mar, isto é, ser *costeño* ou habitante de uma ilha, em todo caso, o fato da cor da pele, o ser negro, o ser descendente africano, enfim, para ser um bom lutador?

¹¹ Trata-se do treinador de Pambelé. (N.T.).

Martin Valdez: Sim, tem muito a ver com as idiossincrasias, o biotipo, o estilo de vida da pessoa, a nossa característica para esse esporte que é tão alegre, como um baile, uma dança. Então ser boxeador é muito próprio para a gente dessa zona do mundo, como é a América Central e o Caribe, que tem essa grande mistura das três raças principais (entrevista realizada em 8 de maio de 2008).

De fato, a lista dos lutadores e das celebridades afro é pelo menos cinco vezes maior do que a dos de pele branca e morena. O assunto parece ser trivial, mas não é. Tampouco se pretende com essa análise jogar lenha no velho e ainda não superado dilema da “superioridade de raças”, que tanta barbárie e violência produziu em nossa história. Ainda mais, não estamos de acordo com o termo “raça”, que por si só está marcado por uma estratégia imperialista e discriminativa. Também admitimos que é um “assunto incômodo” na antropologia, daqueles que os mestres recomendam “afastar-se o mais rapidamente possível”. Não obstante, não podemos fugir já que devemos registrar que a cor da pele é uma característica fundamental do boxe da Colômbia e que a expressão “raça” é utilizada com frequência pelos próprios boxeadores, que lhes dão, em quase todos os casos, um teor de orgulho étnico e racial, usando termos deles próprios.

David Quitián: Abel, vou fazer a pergunta direta: ser negro ajuda a ser um bom boxeador? Ou seja, posso dizer afrodescendente, mas estou utilizando a palavra “negro” e agora mesmo, digamos, acaba de ganhar as eleições dos Estados Unidos um negro, um afrodescendente, nesse caso um afroamericano. Mas o boxeador branco, o boxeador negro, você crê que a cor da pele dá um *plus*, uma coisa adicional?

Abel Cassiani: Influencia muito, influencia muito porque... quer dizer, “negro” não me molesta, me enche de orgulho... a raça negra é mais forte, não somente para o boxe, mas para qualquer tipo de esporte que se necessite e também para quando o negro surge na universidade também vai com profundidade, somos muito inteligentes, ainda que deva-se ter em conta que anteriormente parece que à raça negra não se dava oportunidade de avançar, já hoje em dia nos dão oportunidades para

que avancemos no que queiramos e os senhores estão vendo onde está chegando a capacidade de cada um de nós com tudo o que queremos fazer (entrevista realizada em 20 de novembro de 2008).

A maioria dos boxeadores colombianos de elite tem ascendência africana, a cor da pele é mais do que mera coincidência. Recusar essa evidência é um erro que explicita uma consideração que, quiçá, pode apontar um processo inverso ao dos estereótipos: não é que se *deve ser negro para ser um boxeador*, é que todo boxeador é negro na Colômbia:

- Para você é a mesma coisa boxear com um branco e com um negro?
- Sim, ainda que me sinta mais relaxado frente a um branquelo
- Como assim?
- Bem, eu nunca perdi para um branco e não consigo imaginar quando isso vá acontecer! (entrevista de Alexis Ángulo à televisão, transmitida no programa "Giroscópio", em 15 de agosto de 2008).

Essa forma de encarar a questão não existe somente no território nacional; também nos Estados Unidos se identifica tal ideia, como se percebe na expressão que anunciava os desafiadores brancos a disputa do cetro mundial com campeões negros: "esperança branca". Outra constatação consolida essa compreensão; seu fundamento está além da presunção de que a "raça negra era mais forte", se enraíza na segregação e na desigualdade: durante cerca de duas décadas do século passado (nos anos 1920 e 1930), existiu uma espécie de veto a boxeadores "de cor", que não eram permitidos a desafiar brancos, chegando a ocorrer duas classificações separadas: a dos brancos e a dos negros.

É a vez de Fred Curtis o encorajou bastante antes de sua entrada ao *ring*: "Não esqueças que és Woodlawn, negro!" Está extremamente nervoso, mas entra socando as costelas de seu adversário, um jovem mexicano atarracado em que dá uma surra selvagem em dois rounds (Wacquant, 2006, p. 235).

CENA DOIS: O RITMO DIABÓLICO DE WILLINGTON ORTIZ

Não tenho dúvidas de que Wily foi o melhor de sua época. Não somente na Colômbia, mas em toda a América do Sul. Em toda a região não havia jogador mais hábil do que ele. Sua capacidade de drible, sua rapidez e sua coragem fizeram com que ocupasse um lugar brilhante entre os anos 1971 e 1988, quando chegou a hora de sua despedida, privando a Colômbia de um jogador que dificilmente terá similar em nosso futebol.

Gabriel Ochoa Uribe

Willington Ortiz veio ao mundo no mesmo ano em que o século XX se dividiu em dois, nascido no departamento de Nariño, em Tumaco, uma cidade de pescadores negros. Seus primeiros anos foram vividos como qualquer criança, entre a pobreza e o jogo, até que em um dia do mês de setembro de 1971, após um amistoso que o time alviceleste disputou na cidade tumaqueña, Jaime Arroyabe levou-o para a capital, junto com Eládio Vasquez, colocando-os nas divisões de base do Millionarios.

Desse tipo de safári (pegar “boas caças esportivas” para apresentá-las na capital) nunca se arrependeria Arroyabe, que percebeu como aquele pequenino pássaro superava em muito seus adversários e encantava com sua finta a jogadores e espectadores. Desde aquela distante tarde, Willington jamais decepcionou seu descobridor, convertendo-se – como escrevera Jaime Ortiz Alvear – “em um driblador extraordinário, como a música de Celia Cruz”. Existe gente, completa o jornalista, que não tem igual, (que) é genuína, diferente. Assim foi Willington Ortiz: um romântico do jogo, destro, veloz e indescritível em qualquer parte do campo.

Um radialista, Iván Mejía Álvarez, repetia nos seus programas que Willington Ortiz foi o nosso Pelé, outros colegas – na linguagem metonímica que gostam de usar – vão mais além: “O velho Willy é a Colômbia”.

Esse uso metafórico não é exclusivo dos nossos jornalistas. O dramaturgo Nelson Rodrigues assegurava que a nacionalidade brasileira se encontra nos atributos físicos e pessoais de Edison Arantes do Nascimento: desde a cor ébano de sua pele, sua ascendência africana, sua malícia lusitana, sua graça para a finta (típico da capoeira), para a dança (o drible, magnificamente expresso no samba), sua criatividade (ele inventou o número “10” do jogo moderno), sua generosidade caribenha, sua valentia hermafrodita de indígena amazônico¹² e sua ambição mestiça que lhe erguera como o melhor de sua geração e o melhor desde sempre; assim, é difícil qualquer comparação com outro jogador, até mesmo Maradona¹³ parece incompleto ao lado de Pelé (Qutián, 2007, p. 117).

Willington Ortiz “pendurou as chuteiras” em 15 de março de 1989, aos 39 anos, quando já era carinhosamente chamado de “velho”. Sua última camisa foi a do América de Cali. Willington, além de diabólico atacante, foi treinador da seleção nacional juvenil e ator de TV; também dirigiu uma escola de formação esportiva, batizada com seu nome, e o Unión Meta, da terceira divisão de Villavicencio.

Graças à Copa descobri porque os colombianos torciam tanto para Willington Ortiz: era um atacante extraordinário. Em 73 veio a Avellaneda com os Millionarios. Deve ter feito raiva na primeira partida, na qual venceram os azuis no Campin, porque os quatro defesas vermelhos faziam fila para pegá-lo. Era gente dura. Cada vez que o moreno tocava na bola, pum!, o derrubavam. Qualquer um teria se acovardado, Willington não. Ia outra vez, recebia, os driblava, voltava a sofrer violência e voltava a fazer o mesmo. Não puderam pará-lo por nada. Que jogador! (Barraza, 2004).

Ele também foi deputado da República (de 2002 a 2006), escolhido pela circunscrição eleitoral nacional à câmara como representante das comunidades negras do país. Willington foi eleito com 22.410 votos. Muitos só votaram nele, em agradecimento às várias jogadas com que deleitou os amantes do futebol.

¹² O nome “Amazonas” lembra o pavor das tropas de Francisco de Orellana em enfrentar as mulheres indígenas, tão ferozes quanto as mulheres do mito grego.

¹³ Pelé brinca com isso dizendo: *Maradona, tente se comparar comigo quando souber chutar com a direita e cabecear.*

Mas, como argumento para debate, digamos que o “Viejo Willie” passou pelas mesmas dificuldades de infância e discriminação do que Pelé; sua descoberta foi tão turbulenta quanto casual e sua promoção social acabou sendo um modelo para a moral burguesa ocidental: os dois surgirão de pouco conhecidas equipes do interior para clubes da capital; dali – no momento do fim da carreira – para a televisão e depois para a carreira política. Outra coincidência tem relação com o espírito sul-americano; enquanto na França não há dúvidas de que o melhor jogador foi Platini e na Alemanha foi Beckenbauer; no Brasil há dúvidas entre Garrincha e Pelé e na Colômbia entre o Pibe Valderrama e Willington Ortiz. Finalizemos com esse apontamento: os Millionarios de Bogotá é um dos poucos clubes do mundo que teve o prazer de derrotar duas vezes o invencível Santos de Edson Arantes (em 1967 e 1971) (Quitiañ, 2007, p. 117).

CENA TRÊS: A ASTÚCIA DE BERNARDO CARABALLO

Se Antonio Cervantes bem representa o *jeitinho* de Palenque e Pambelé bem representa a *malandragem costeña* e foi “o único gigante que se atreveu a explodir sua própria escultura”¹⁴, foi porque teve antecessores. Entre eles, Bernardo Caraballo, “o homem que partiu em duas a história do boxe” ao ser o primeiro a desafiar um campeão mundial, em 1964, quando foi nocauteado, em Bogotá, pelo rei do peso galo, o brasileiro Eder Jofre.

Por isso, no dia que me levaram a Montería, ao Estádio 18 de Junio, à primeira luta fora de Lorica, passou o que passou. Claro, velho: eu tinha os joelhos trêmulos. Mas, merda, subi ao quadrilátero brincando e tal, fazendo-me de contente. Ia lutar com Johnny González, a mão de pedra mais forte de Córdoba. Merda: e aí passou o que passou. Atingiu-me primeiro Johnny e “tas”, um murraço na cara, e eu “pá”, caí na lona, como quem vai beijar os pés de Coltejer. Merda, no momento em que o árbitro começou a contar, um, dois, três, quatro, “chás”, apagou a luz do estádio. Poxa. Merda, se fez um silêncio duro, fundo, cru, mano. Mas o árbitro seguiu contando, cinco, seis, sete, e quando ia para oito, “chás”, chegou a luz. Caramba: imagino a cara do árbitro, do público e a do Johnny, poxa, quando encontraram a lona vazia. Porque, caramba, eu, quando chegou a luz, estava já a quatro quadras do estádio, caminhando para minha casa,

¹⁴ Frase de Juan Gossaín, publicada no livro de Salcedo Ramos (2005, p.48).

Virgem Maria. Sai voando, como uma flecha. Siiimm: eu não parava mais (Trecho do conto "El Flecha" Sanchez-Julião, 1981, p. 45).

Antes de prosseguir, um esclarecimento: o *jeitinho* necessita, para entrar em cena, do otário (o enganado, o tolo) e dos espectadores que sofrem ou gozam com a ofensa. Para todos, no jogo da vida, haverá uma infinidade de ocasiões em que estarão em uma das pontas da tríade: *jeitinho*, otário, espectador. Se não há alarde depois do engano, frente ao público da ocasião ou familiares e amigos, se perde a razão de ser (que nos desminta Muhammad Ali!). Serve como exemplo um trecho da entrevista com Bernardo Caraballo:

David Quitián: Após a aposentadoria e de receber pensão dos Portos de Colômbia, o que você fazia no terminal, campeão?

Bernardo Caraballo: Bem, legalmente, vou te dizer a verdade, eu fui estivador, estivador durante 12 anos, carregando sacos e isso... Uma vez, na primavera, eu deixei cair uma pilha, Plop! Naquele instante passava o gerente geral, o dr. Villate, me lembro. Abaixei-me para organizar a pilha, na mesma hora ele se virou, me viu e disse ao chofer: "retorna com o carro, aquele não é o Caraballo?", ao que respondeu o motorista: "sim, é o Caraballo"; então, voltou com o carro. Meus companheiros disseram: "Olha, Caraballo, aí vem o gerente geral porque você quase o matou com a pilha, vai te demitir"; então eu disse: "Não, homem, sou o campeão, deixe que venha".

DQ: (risos)

BC: Então, quando ele chegou, baixou-se. Era o dr. Villate, era de Tunja. Chamou o supervisor, chamou o chefe de guindastes, ele veio, e lhe disse: "Ouça o senhor, como temos essa glória que deu glória à Colômbia, como o senhor o tem carregando fardos? Ponha esse homem como mensageiro, em qualquer sala e com um bom soldo."

DQ: ah! Caramba! Sem palavras, o que ele disse foi, "o que passa aqui?", ou seja, ele se mostrou indignado.

BC: Sim. Em seguida me mandaram para casa e me disseram que voltasse no dia seguinte, bem vestido. Voltei bem vestido e me colocaram de mensageiro, onde estava o melhor, o Fundo Social (entrevista realizada em 8 de maio de 2008).

Caraballo se sentia privilegiado, admirado, um campeão ou, ao menos, como lhe dissera Walberto Salcedo (entrevista realizada em 8 de maio de 2008), como “um campeão sem coroa” e isso lhe permitia certas licenças frente aos outros mortais, o que transcendia ao mero fato de ser demitido da estiva no segundo porto comercial da Colômbia.

Quando Caraballo disputou o título mundial, em 1964, frente a Edder Jofrey, dedicou – por meio do rádio e da televisão – a luta “ao mansinho que está lá”, referindo-se ao presidente da República da época (Gillermo León Valencia). Mas Caraballo perdeu a luta (mais por ingenuidade do que por incapacidade) e no dia seguinte foi chamado no Palácio de Nariño. Seu treinador – meio de brincadeira, meio a sério – lhe disse: “Percebes Caraballo, o presidente vai te fuder por perder e por chamar-lo de ‘man’”, ao que o pugilista cartaginense respondeu “que vaa...esse ‘man’ pode ser o presidente, mas eu sou o campeão!!!”

Caraballo foi o primeiro do país a trazer um par de tênis com luzes. Trata-se de pequenas lâmpadas inseridas na sola dos sapatos, que se ativam cada vez que se toca no chão, hoje uma sensação entre as crianças. Pois bem, todos em “Corralito de Piedra” lembram como Caraballo mandava – nas noites – baixar as luzes (os fusíveis de alta tensão) do bairro onde vivia para sair a caminhar – à moda de Fercho Durango – com sua incandescente aquisição. Todo exibido! (Disponível em <<http://www.eltiempo.com/blogs/blogota/2008/11/en-la-heroica-con-la-leyenda-d.php>>)

CENA QUATRO: O CORPO DE DELITO DE FAUSTINO ASPRILLA

Em Faustino Asprilla há, pois, duas personalidades que se contradizem, que vivem no mesmo corpo alto, forte e genialmente instintivo, nessa inteligência que, no futebol, é uma maneira de dignificar o uso dos pés com o cérebro que os guia. Duas personalidades que vivem vidas paralelas, atitudes em luta. Uma, a do disciplinado e habilidoso jogador; outra, a do tumultuador do bairro que em sua Tulúa nativa aprendeu a meter-se em confusões e sacar um “ferro” porque essa era a linguagem primitiva de um poder das ruas que muitos converteram em cultura.

Óscar Collazos

Faustino Asprilla nasceu no “coração do Valle”, no seio de um humilde lar, cujo pai era um cortador de cana. Fausto chegou ao mundo quatro meses depois que o homem chegara à lua. Quando estava competindo, seu peso rondava os 65kg e sua cédula de cidadania informava que media 1,80m, uma estrutura física longilínea. Sua história é notável, tanto assim que inaugurou no país uma dinastia de jogadores, muitos se identificando como parte de uma linhagem direta com Faustino.

Asprilla é também lembrado por três atos que foram notícia nacional; embriagado se envolveu em um tiroteio nas ruas de sua cidade natal. Mais tarde, também em sua cidade natal, se meteu em uma briga com um motorista de caminhão que se chocou com seu carro. Da mesma forma, se lembra com morbidez a ocasião em que Tino agrediu a uns jornalistas de televisão que lhe pediam declarações sobre alguns acontecimentos. Asprilla empurrou-o e jogou na cara de um insistente jornalista a seguinte pergunta: “Você sabe quanto ganha por dia? Quanto você ganha?” Duas versões cruéis da antonomásica pergunta do tipo “jeitinho”, que na ocasião teve eficaz utilidade: o jornalista evaporou.

Talvez o fato de que mais se recordam os colombianos ocorreu em pleno Mundial da França (1998) quando Asprilla foi expulso da seleção pelas fortes declarações que deu ao ser excluído da primeira partida com a Romênia. As aborrecidas opiniões do tuluêño percorreram o planeta já que desvendaram os problemas internos do grupo colombiano.

Faustino encerrou sua vida futebolística no clube da Universidad do Chile, como atração do torneio austral por sua relação com *top models*; mas também pela fotomontagem da imprensa sensacionalista que o fantasiou de *cowboy* em função dos disparos que fez com uma pistola, enquanto gritava com seus companheiros: “corram *cabrones* se querem ser campeões” (Quitián, 2006, p. 124).

“Gols são amores” diz o ditado popular. Contudo, isso não funcionava para Faustino Asprilla, que não era aceito pelo severo pai de sua namorada, entre outras coisas pela cor de sua pele, típica da costa pacífica. Para Hernán Darío Gómez, o rendimento do jovem atacante telueño era inexplicável; já não tinha o brilho ou a pontaria de meses atrás. Parecia distante, retraído e apático nas atividades em grupo que antes lhe pareciam tão amenas. Por fim, pensava o “Bolillo”, deveria mandá-lo para a reserva em função desse declínio esportivo.

A fórmula surtiu efeito já que Fausto não esperou uma segunda partida no banco de reservas, explodiu e correu a contar tudo a seu técnico amigo. Claro que o momento não foi o mais apropriado: uma da madrugada, o que não impediu Hernán Darío de entrar na sua caminhoneta e ir com ele, até então desconhecido jogador, à casa do sogro intolerante, que se rendeu ao ver na porta o DT do Nacional e da seleção colombiana.

Obviamente, a mediação foi exitosa e Faustino a partir daí retomou sua veia goleadora, dedicando muitos gols a sua amada. Como moral da história destaca-se o fato de que Asprilla fura redes se lhe dão o menor espaço; mas no que se refere à namoradinha desse relato, deve-se dizer que deve estar nos braços de outro homem, porque as relações das mulheres com o atacante vallecaucano duram tanto quanto a Bolívia no Mundial dos Estados Unidos (1994).

(Retirado de <www.futbolred.com/cuentosdefutbol/davidquitian>).

Indisciplina, desembaraço, irreverência, malícia indígena, são alguns dos adjetivos que os jornalistas usaram para definir o hábil atacante vallecaucano. O significativo do assunto é que a astúcia que lhe atribuíam não era uma invenção da imprensa, que fazia a fama do esportista dentro e fora dos campos. Todavia, um detalhe diferenciou Asprilla de seus predecessores negros: ademais da idolatria do país amante do futebol (entendida como a popularidade no universo masculino que se apaixona por este esporte), “Tino” foi uma celebridade por sair com modelos e atrizes, por seus escândalos noturnos e pelo mito de ter um membro viril, em função de umas reveladoras fotografias nas quais se sobressai algo por baixo de seu calção: “não tinha cuecas”, assegurou com espontaneidade Asprilla quando lhe perguntaram sobre o incidente.

Sobre o assunto, a caneta do jornalista, apelidado de MEPORTO, joga luzes sobre esse mundo de hormônios e feromônios que rodeavam Tino. Aqui um trecho testemunhal do boxeador negro Rodrigo Valdéz:

Na cerimônia de pesagem, Valdéz devia ter 66 kg e para não enfrentar a dificuldade de umas gramas a mais, eterno tormento dos boxeadores, subiu à balança pelado. Chamou-lhe a atenção que uma loira com sardas se aproximou com sua Kodak, tirando fotos, repetindo o click da câmara diretamente para baixo de seu umbigo. Depois lhe perguntou o nome e lhe disse que ela também regressaria a Nova York depois de suas férias em Las Vegas (Porto, 1978, p. 37).

Como o "Pibe" Valderrama, Higuita, Leonel Álvarez e "Gato" Pérez, Faustino Asprilla queimou seus últimos cartuchos vendendo sua imagem na televisão, não como jogador, mas sim como participante e ator de programas nos quais sua personalidade funcionava como combustível para a trama. Sua última saída foi aparecer nu na capa da revista *Soho*,¹⁵ uma publicação do tipo *Playboy*, de circulação nacional. Com essa máscara, Asprilla ratificou sua condição de *sex simbol*, convertendo-se no primeiro colombiano da história editorial do país a aparecer sem roupa na capa de uma revista de celebridades.

CENA CINCO: AS LIÇÕES DE MARÍA ISABEL URRUTIA

Na história da outra "Grande Negra da Colômbia"¹⁶, Marisa Urrutia, ocorreram fatalidades próprias ao negros no país: origem humilde e uma vida de pobreza, marcada por analfabetismo, violência familiar, marginalidade e falta de oportunidades; o esporte de alto rendimento como um meio de ascensão social e de

¹⁵ *Soho*, n. 89, setembro de 2007.

¹⁶ A primeira é a folclorista e cantora Leonor González Mina.

aquisição de *status* frente o caminho fechado para outras possibilidades de rápida mobilidade, como a carreira de modelo (que não requer formação escolar, mas que, excetuando-se algumas manequins negras, como Belky Arizala, é um território colonizado “pelas brancas”¹⁷) e o mundo artístico (especialmente a música, em ritmos como a salsa, o merengue e o vallenato) que se abriu à comunidade afro desde que o ator Óscar Borda estreou *Los Colores de la Fama*, em 1988.

Todavia, o ambiente atlético não é o que o romantismo apresentado pela imprensa sugere: é uma atividade de padecimentos, que requer sacrifícios. A única diferença com a dureza da vida real é que alimenta a esperança de uma vida melhor, ainda que esconda uma verdade desoladora: somente uns poucos, a minoria, triunfam.

Alguém se mete com o boxe para suportar a fome, mas segue a suportando!, já que para manter o peso sempre se tem que cuidar do que se come e à medida que se acercam as lutas, que é quando mais se trabalha no ginásio, mais fome dá, ao invés de comer mais; nos reduzem a quantidade de comida (entrevista com Óscar Torres, realizada em 17 de março de 2008).

Para dar conta de seus problemas, María Isabel Urrutia escolheu, se não a mais rigorosa, uma das mais difíceis e perigosas artes do meio olímpico: o halterofilismo, uma disciplina que desde o nome a ninguém interessa. Se tivesse escolhido o futebol, o ciclismo ou o boxe (esportes tradicionalmente masculinos) pelo menos teria assegurado o interesse dos noticiários que indistintamente dividem sua seção de esportes entre essas três disciplinas.

Urrutia não se inclinou para o futebol que – como ocorre em toda América Latina – é o esporte mais popular e mediático.

¹⁷ O Reinado Nacional da Beleza se celebra – paradoxalmente – no outrora porto escravista de Cartagena de Indias. A disputa que, de acordo com seu *slogan*, elege a cada ano a mulher mais bela da Colômbia, somente escolheu uma mulher negra na sua edição de 2001, quando foi coroada Vanessa Mendoza.

Ela não pôs seu interesse no ciclismo, declarado pelo Congresso da República como “o esporte nacional” e modalidade que deu muitas vitórias ao país (como o campeonato mundial dos 4 mil metros perseguição individual de “Cochise” Rodríguez, em 1971, e a “Vuelta a España” de *Lucho* Herrera, em 1987); tampouco escolheu o boxe, que é o esporte no qual a Colômbia obteve mais títulos: 34 (incluindo três bronzes olímpicos), 21 deles obtidos por costeños (a halterofilista nasceu na Costa Pacífica, na cidade de Cali), 24 vencidos por afrodescendentes como ela.

Quais foram as razões para que escolhesse os pesos? A resposta é tão absurda como ridícula: não era boa em nenhum dos esportes que antes praticara e “não havia ninguém que quisesse integrar a equipe de pesos”, como ela mesmo relata aos meios de comunicação. Por acaso e por eliminação, então, chega esta negra ao homoerotizado mundo do arranque e do empurrão. Para escapar da pobreza e do fatal mundo da marginalidade termina por cumprir a fatalidade dos negros colombianos: praticando um esporte.

Outro lugar comum que marca a trajetória da halterofilista é atuar em uma modalidade individual: está demonstrado – com uma sorte de odioso determinismo – que os colombianos parecem ineptos (dentro e fora do esporte) para os esportes coletivos e para o trabalho em grupo. Basta olhar os títulos mundiais obtidos para darmos conta dessa evidência irrefutável.

Nos dias de hoje, María Isabel é uma mulher renomada e que possui um *status* incomum para seu gênero e grupo populacional (excetuando a Ministra da Cultura, Paula Moreno, que também é negra): ela, como Willington Ortiz y Edgar Perea¹⁸, foi representante à Câmara pelas negritudes no Parlamento e não é raro tê-la como comentarista em sua especialidade esportiva nas

¹⁸ Narrador esportivo afrodescendente que foi eleito para uma cadeira do senado, atualmente embaixador da Colômbia na África do Sul.

rádios, nos jornais e redes de televisão. Definitivamente teve sucesso: através do esporte chegou a ser considerada heroína, logrando diminuir a discriminação; por ora não volta a sentir que – segundo suas próprias palavras – *é uma cidadã de menor valor que os outros*.

Onde se encontra a grandeza de María Isabel? O que faz sua medalha olímpica (Sidney, 2000) ser melhor que a dos outros colombianos? A resposta é tão simples quanto incômoda para o povo machista, racista e classista que somos: ela se destacou na categoria de 75kg ainda que fosse mulher, mesmo que negra e ainda que pobre, sendo até agora o/a única esportista do país medalhista de ouro e que subiu ao posto mais alto das disputas olímpicas.

COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E ESPORTE: PALAVRAS FINAIS

Em plena comemoração do bicentenário da independência da Colômbia, pode parecer paradoxal que, na ocasião, tanto nos exércitos patriotas quanto nos espanhóis houvesse número significativo de africanos e filhos de africanos, além de povos indígenas e camponeses, pessoas que, sem as características eugênicas descritas em livros de história, falam-nos sobre os heróis libertários.

A emancipação, logo, veio sobre os ombros dos subordinados que só agora estão sendo reconhecidos com as novas descobertas históricas e com a própria Constituição (1991), que declara a Colômbia multiétnica e multicultural. A influência do elemento africano é imensurável, até mesmo pela impossibilidade de separá-lo do que chamamos de “nossa cultura.” A mestiçagem

se concretizou, apesar dos esforços desesperados da liderança conservadora do século XIX até a primeira metade do século XX.

Não é difícil rastrear a origem da população negra colombiana, a segunda maior da América do Sul, depois do Brasil: principalmente Guiné, Daomé, Níger, Senegal, Sudão. Sobrenomes como Mina, Congo, Lucumi, Biáfara, Cambindo, Cuenú, Carabalí Chala identificam atletas proeminentes do nosso país e são nomes de tribos do norte da África e do Congo.

O esporte como uma prática imperialista da metrópole, ao ser assimilado pelas colônias, vai transformando sua natureza, subvertendo os valores originais de posição dominante. O esporte como campo de emancipação. O esporte, parafraseando Norbert Elias (1992), como sublimação da violência política. O esporte como um cenário de vitórias simbólicas e de reivindicação social: as vitórias dos negros contra os brancos, dos pobres contra os ricos, das mulheres contra os homens. O esporte como um substituto "civilizado" da guerra.

Ao final, contudo, não se pode esconder o cinismo. As lutas seguem sendo as mesmas: conseguir a liberdade, a igualdade e o respeito às diferenças, só que os campos de batalhas não foram trocados pelos campos de jogo, como ocorreu em outros lugares. Aqui a violência não se sublimou. Dois séculos após a vitória de Simon Bolívar, a Colômbia continua envolta em uma espiral de violência e desigualdade de níveis inimagináveis. A luta segue de muitas maneiras. Não se percebem grandes perspectivas de paz e reconciliação nacional. Que papel pode desempenhar nesse cenário o esporte? Provavelmente mais do que se poderia pensar, exemplos como o do rugby na África do Sul nos deixa lições. Segue o jogo.

Tradução de Victor Andrade de Melo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROCHA, Jaime; S DE FRIEDEMANN, Nina. *Herederos del jaguar y la anaconda*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1982.
- _____. ALINE Helg, BABALOLA YAI, Olabiya et al. *Utopías para los excluidos: el multiculturalismo en África y América Latina*. Bogotá: Unibiblos, 2004.
- BARRAZA, Jorge. "La Historia de la Copa: Willington Ortiz." Visitado el 14/12/2005. Disponível em URL <<http://www.losmillonarios.net/los-millonarios/leyendas/19.html>>, 2004.
- DA MATTA, Roberto (comp.) *O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- ELIAS, Norbert (1992). *Deporte y ocio en el proceso de civilización*. Bogotá: FCE.
- JIMENO, Ramón. "El ocaso de los ídolos." *Revista Número*, n. 2, 1993, pp. 2-5.
- MOSQUERA ROSERO-LABBÉ, Claudia. *Estrategias de inserción de la población negra en Santafé de Bogotá: acá en Bogotá antes no se veían negros*. Bogotá: Observatorio de Cultura Urbana, IDCT, 1998.
- PEDRAZA, Zandra. *En cuerpo y alma: visiones del progreso y de la felicidad*. Bogotá. Universidad de los Andes, 1989.
- PORTO ARIZA Melanio. *Rocky Valdez: el cóndor del ring*. Bogotá: Plaza & Janes, 1978.
- QUITIÁN, David. "Cuentos de fútbol." Visitado em 10/06/2004. Disponível em URL <<http://www.futbolred.com/cuentosdefutbol/davidquitian>>, 2006.
- _____. "En la heroica con la leyenda de Caraballo." Blog: blogota. Visitado em 04/03/2010. Disponível em <<http://www.eltiempo.com/blogs/blogota/2008/11/en-la-heroica-con-la-leyenda-d.php>>, 2006.
- _____. *Fútbol sin barrera: reseñas y semblanzas de protagonistas emblemáticos del balompié mundial*. Armenia: Kinesis, 2006.
- _____. "Guayos, guantes, bielas y fuelles: el fútbol, el boxeo, el ciclismo y la música como prácticas diacríticas de identidad latinoamericana. Caso Colombia." *Revista Aquelarre*. Universidad del Tolima. Vol. 6, n. 12, 2007, pp. 113- 126.
- _____. *La sobrecogedora experiencia de ser boxeador en Bogotá: un ejercicio etnográfico en el mundo de las narices chatas*. Tese de Mestrado. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.
- ROMERO, Ignacio. "The fight." Blog: Una de cal y otra de arena. Visitado em 19/01/2009. Disponível em URL <<http://www.ignaciromero.blogspot.com/2007/12/fight.html>>, 2007.
- SALCEDO Ramos, Alberto. *El Oro y la Oscuridad. La vida gloriosa y trágica de Kid Pambelé*. Bogotá: Editorial Debate, 2005.
- SÁNCHEZ JULIAO, David. *Abraham al humor, El Pachanga y El Flecha*. Bogotá: Tiempo Americano Editores, 1981.
- WACQUANT, Loïc. *Entre las cuerdas. Cuadernos de un aprendiz de un boxeador*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

ZAPATA OLIVELLA, Manuel. *Chambacú corral de negros*. Medellín: Editorial Bedout, 1967.
_____. *Changó el gran putas*. Bogotá: Oveja Negra, 1983.

ENTREVISTADOS CITADOS

Martin Valdez
(boxeador, campeão do peso médio), realizada em 08/05/2008.

Abel Cassiani
(treinador de box de San Basilio de Palenque), realizada em 20/11/2008.

Alexis Ángulo
(boxeador da Seleção de Bogotá), realizada em 15/08/2008.

Bernardo Caraballo
(legenda cartagenero do boxe), realizada em 08/05/2008.

Walberto Ahumado
(jornalista cartagenero), realizada em 08/05/2008.

Óscar Torres
(boxeador da Liga de Bogotá), realizada em 17/03/2008.

Os usos políticos de uma
"África mítica": o caso da capoeira

Vivian Fonseca

Refletir sobre as influências africanas na capoeira não parece, a princípio, uma tarefa muito árdua. Qualquer leigo no assunto apontará a capoeira como uma manifestação de origem negra, o que nos remonta, inevitavelmente, à África, de onde partiam os navios negreiros com os escravos. No entanto, para além desse lugar comum, influências tais quais símbolos negros e/ou africanos continuam, hoje, a serem utilizados e mobilizados por diversos mestres de capoeira no intento de formarem as fronteiras identitárias de seus grupos e em demandas de caráter político e mercadológico. Isso se dá no momento no qual a capoeira se vê em franca expansão na sociedade brasileira e disseminada em mais de 150 países, colocando-se como um produto de exportação, trazendo milhares de estrangeiros todos os anos para o Brasil. Igualmente tem-se realizado editais públicos e privados com objetivos de fomento de vários aspectos relacionados à prática. Um dos exemplos mais significativos desse movimento é o *Programa Capoeira Viva*, implementado pelo Ministério da Cultura (Minc).¹ No entanto, em um mercado cada vez mais saturado de

¹ O primeiro edital foi organizado pelo Museu da República em 2006 e o segundo pela Fundação Gregório de Mattos em 2007. O lançamento do terceiro foi anunciado pelo Minc para o ano de 2009, entretanto até o presente momento não se

shows, workshops, CDs, DVDs e aulas de capoeira, dentre outros produtos, não há espaço para todos os mestres e professores. Nesse ponto, uma questão se coloca muito cara para a prática em estudo: a autenticidade de determinadas escolas e grupos em detrimento de outros. Apenas os mestres vinculados a tradições e heranças entendidas como autênticas, e por isso legítimas, poderão usufruir dessa grande visibilidade e oferta de recursos com os quais a capoeira tem se defrontado. Tendo em vista essas questões, o presente artigo tem por objetivo analisar os usos políticos que os capoeiristas fazem de símbolos negros e/ou africanos, inclusive através da escravidão. O interessante para o estudo proposto é perceber porque determinadas vinculações são realizadas e em que o momento histórico no qual são elaboradas nos ajudam a entendê-las.

Geralmente a capoeira é vista, pelos capoeiristas, como uma resposta à escravidão, uma resistência a ela. É constantemente realizada a vinculação da prática como mecanismo de luta contra a escravidão negra, pela liberdade e contra a discriminação. Nesse caso não apenas contra os negros e sim, também, contra os mais pobres e marginalizados. Ligações como as estabelecidas entre as maltas² e os Partidos Conservador e Liberal, ao final do Império são, nesse sentido, esquecidas. Conforme apontado por Matthias Assunção (2005) há na capoeira uma grande valorização de uma memória da resistência, ou seja, colocando os capoeiristas

concretizou. Esses Editais têm por objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, documentários, acervos e ensino de capoeira ao redor do Brasil. Para mais informações, pode-se consultar o site: <<http://www.capoeiraviva.org.br>>.

² As maltas eram grupos de capoeira que detinham símbolos de identificação próprios. Cada uma era identificada a uma região da cidade, o que fazia surgir uma nomenclatura popular que no dia a dia da capital rotineiramente substituía a designação oficial das freguesias. Elas entravam em conflito recorrente pelas ruas da cidade, seja contra os policiais ou contra maltas rivais de outras freguesias. Ao final do período imperial, diversos desses grupos agiram como capangas eleitorais em eleições, funcionaram como verdadeiras forças paramilitares, decidindo muitas eleições a base de cabeçadas e navalhadas. Para mais informações sobre as maltas, consultar Soares (2001; 1999).

como agentes que sempre buscaram resistir às imposições e intransigências do Estado e de grupos políticos dominantes. Dentre esses momentos de resistência mobilizados, pode-se citar, além da luta contra a escravidão, a Guerra do Paraguai – como um momento de resistência ao perigo estrangeiro, e a sobrevivência da capoeira frente às perseguições e criminalização implementadas pelos governos da Primeira República. Mais recentemente, os embates com os Conselhos Federal (CONFEF) e Regionais (CREFs) de Educação Física³ e, ainda, uma luta contra a desigualdade social e o preconceito, como apontado pelo Contracestre Urubu, um dos entrevistados para a pesquisa.⁴ O silêncio sobre a ligação de maltas com políticos importantes, citada acima, nos indica que lembrar e esquecer são ações que andam estreitamente relacionadas, já que, por definição, só se lembra algo porque outros elementos são esquecidos. Ainda, segundo Henry Rousso (2004, p. 9), “os silêncios ou os esquecimentos, notadamente de atos cometidos” em situações atualmente reprovadas, “são, sem sombra de dúvida, participantes de uma necessidade política tanto quanto social”⁵.

³ O sistema CONFEF/ CREF, a partir da regulamentação da profissão de Educação Física em 1998, começou a elaborar resoluções que tentavam obrigar representantes de outras atividades físicas, tais quais: capoeira, yoga, kung fu, a se registrarem nos Conselhos de Educação Física de suas respectivas regiões e/ou se graduarem nesta disciplina para poderem seguir ensinando suas práticas. Essa ação desencadeou muita tensão entre grande parte dos profissionais dessas atividades, que formaram a *Frente Unida pela Autonomia Profissional da Educação e das Tradições Populares*. Apesar de a maioria ser contra essas imposições, alguns grupos e mestres de capoeira se filiaram aos CREFs, mostrando a heterogeneidade de interesses no campo. No entanto, diversos mestres e grupos levaram a questão à Justiça, obtendo parecer favorável à manutenção do exercício da profissão de mestre e professor. Muitos capoeiristas afirmaram, sobre essa questão que, essas imposições representavam, mais uma vez, a tentativa de controle e perseguição à capoeira, como por exemplo, a ocorrida no século XIX.

⁴ A pesquisa mencionada ocorreu entre os anos de 2004 e 2009 e teve como um dos produtos a minha dissertação de mestrado (Fonseca, 2009). Configuraram-se como objetivos desta pesquisa, dentre outros, analisar como se dão os conflitos de tradição na capoeira, e as disputas de memória existentes entre os mais diversos grupos, na tentativa de se legitimarem como a verdadeira capoeira. Buscou-se compreender de que maneira os mestres de capoeira constroem e recuperam o passado, legitimando seus discursos atualmente.

⁵ Tradução da autora.

Essa memória da resistência contra a escravidão e imposições de grupos dominantes, cultuada por capoeiristas atualmente, auxilia na valorização da prática. Evidencia pela lógica dos praticantes, que se hoje ela permanece como uma manifestação cultural viva foi porque os capoeiristas souberam, ao longo da história, manter suas características e valores. Esse é um ponto largamente explorado pela maior parte dos grupos e escolas atuantes até o presente momento, sejam eles da linha das Capoeiras Angola, Regional, Contemporânea, entre outras.

No entanto, apesar de ser uma fala mobilizada por capoeiristas de diferentes escolas, essa característica de uma capoeira que mantém grande parte dos seus valores desde os tempos da escravidão, é usualmente mais reivindicada pelos praticantes de Capoeira Angola, conhecidos como angoleiros.⁶ Eles apontam que a capoeira jogada por eles é a mais próxima da praticada pelos negros escravos. Esse aspecto conferiria a ela maior valor, por ser a mais próxima, segundo essa lógica, de uma capoeira original.

A própria denominação Angola, cunhada entre os anos 1930 e 1940, da qual Mestre Pastinha aparece como um dos principais representantes, em oposição ao estilo criado por Mestre Bimba, Capoeira Regional⁷, se dá nesses termos: buscando evidenciar uma ligação, ou mesmo continuidade, com o local de origem

⁶ Diz-se angoleiro o praticante da Capoeira Angola. Seus praticantes formam um grupo tão fechado e com uma identidade de grupo tão forte que criaram essa terminologia para se diferenciarem dos outros praticantes de capoeira. O mesmo não existe pelo lado da Capoeira Regional ou de outros estilos, seus praticantes se chamam por uma denominação mais geral, capoeiristas.

⁷ As décadas de 1930 e 1940 marcam o início da expansão da capoeira no país a partir da criação das duas grandes Escolas de capoeira existentes até os dias de hoje: Regional e Angola, com os Mestres Bimba e Pastinha, respectivamente, como representantes. É a partir desses modelos que a capoeira começa a ganhar espaço e visibilidade na sociedade e passa a aparecer em um formato que procurava se desvincular de estigmas como malandragem e vagabundagem, aos quais esteve atrelada durante todo o século XIX e início do XX. Essas duas Escolas também protagonizaram disputas acerca de qual seria a mais verdadeira, ou seja, a que guardaria maior relação ou continuidade com a capoeira jogada pelos negros nos tempos da escravidão. Para análise mais aprofundada, consultar Fonseca (2009) e Reis (1997).

de muitos descendentes de negros, ex-escravos. Denominando dessa maneira a sua prática, demarcando seus vínculos com a tradição africana, buscavam afirmar que eles sim jogavam a verdadeira capoeira. Com isso, buscavam deslegitimar o novo estilo, afirmando que não podia ser entendido como tal. Nessa visão, a Capoeira criada por Mestre Bimba nos anos 1930, teria descaracterizado a prática, pois, ainda seguindo essa lógica, ela incorporava elementos de outras lutas, embraquecendo-a.

Os Mestres Bimba e Pastinha, na medida em que se consolidaram como grandes ícones da capoeira, são rotineiramente mobilizados. Não apenas por seus alunos diretos e por capoeiristas vistos como herdeiros de suas tradições (é o caso de alunos dos alunos dos Mestres, como Urubu), como também por capoeiristas de outras Escolas. São feitas, rotineiramente, interpretações distintas sobre as trajetórias desses dois Mestres e que nos informam quais são os projetos políticos desses capoeiristas hoje.

SIGNIFICANDO TRAJETÓRIAS: DISPUTAS EM TORNO DAS FIGURAS DOS MESTRES BIMBA E PASTINHA

Com relação ao Mestre Bimba, em uma interpretação normalmente feita pelos mestres que *não* foram alunos e *não* seguem a sua Escola, ele é identificado como o deturpador ou o descaracterizador da capoeira. Bimba é visto, muitas vezes, como o Mestre que inseriu golpes de outras lutas, levou a capoeira para o ringue e elitizou-a, esvaziando suas tradições e rituais. Por isso, Getúlio Vargas teria apoiado a sua Capoeira, pois a desligava de características populares e/ou negras e de um “mundo da malandragem” que cercava a prática. Vargas, ao suportar a Capoeira de Bimba, estaria tentando discipliná-la e enquadrá-la dentro de um parâmetro que, na realidade, estaria esvaziando-a do seu sentido

original. Por outro lado, seus ex-alunos procuram ressaltar que Bimba foi um grande conhecedor e divulgador da cultura negra, de onde surgiu a capoeira. Eles procuram destacar que, ao realizar as mudanças na capoeira que se praticava no período, Mestre Bimba possibilitou que ela conseguisse visibilidade e se espalhasse por diferentes grupos sociais. Nesse caso, o presidente Getúlio Vargas, ao sentir a força que esse modelo de Capoeira estava ganhando, deu suporte a ela em busca de maior apoio social. Vargas teria dado maior destaque à Capoeira Regional porque ela atualizava e retirava de si elementos pejorativos como marginalidade, ao ser ensinada em espaços próprios, as academias. Mais ainda, alguns apontam que se hoje a capoeira é praticada, deve-se em grande parte ao Mestre Bimba.

A valorização ou descrédito da Capoeira de Bimba passa, em grande parte, pela possível vinculação ou não, com elementos relacionados à cultura negra. De fato, nem sempre alunos interessados em capoeira, buscam essa ligação na hora de escolherem o local de treinamento. No entanto, em vários canais, essa ligação aparece como fundamental. Diversas vezes, os pares reconhecem essa ligação como um dos elementos que faz com que os mestres se destaquem em relação aos outros. A valorização desses elementos ocorre com grande intensidade também por elementos externos à capoeira. Um exemplo dessa ação seria, ainda nos anos 1930, a relação traçada entre intelectuais e capoeiristas na Bahia.

Durante esse período, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1930, aprofundando-se ao longo do Estado Novo, passa a operar um novo processo de construção da identidade nacional, tomando-se agora como referência negativa a Primeira República, enquanto o Império é analisado positivamente (Oliveira, 1982). Nesse novo processo, a figura do mestiço não foi vista de maneira negativa, ao contrário, “nossa coloração vira

ponto de mérito" (Pereira, 2003, p. 157), diferentemente das correntes evolucionistas de finais do século XIX e início do XX, que creditavam ao mestiço e ao negro o "atraso" brasileiro. Segundo observa Lília Schwarcz, a ideia de cultura valorizada como representante oficial do Brasil nos anos 1930 foi a mestiça, procurando um resgate ou criação de manifestações "genuinamente brasileiras" em diversas esferas. É nesse contexto que, na década de 1940, é criado o Movimento Folclórico Brasileiro. Este, por sua vez, classificava as manifestações culturais a partir de um ideal de pureza. Conforme explicita Simone Vassalo (2003, p. 109), "as manifestações culturais consideradas autênticas exprimiram a essência da brasilidade, ao passo que as outras seriam fruto dos processos de sincretismo, urbanização e industrialização". Ainda nessa lógica, esses intelectuais estariam a procura de manifestações culturais puras ainda sobreviventes e ameaçadas pelo progresso. Elas poderiam ser encontradas, mais facilmente, no Nordeste, ao passo que no Sudeste, mais afetado pelos processos de modernização, as práticas já estariam demasiadamente descaracterizadas. Nesse sentido, a capoeira baiana aparece como uma categoria mais pura do que a carioca ou a encontrada em outras regiões. Mas não qualquer capoeira baiana seria valorizada, e sim a Angola, em detrimento à Regional. Mestre Pastinha, considerado o guardião máximo da Capoeira Angola, ao longo de sua vida estabeleceu laços de amizade com importantes intelectuais que muito o ajudaram na tarefa de projetar sua imagem, como o pintor argentino Hector Carybé, o fotógrafo e etnógrafo francês Pierre Verger, o escritor baiano Jorge Amado, e o folclorista Édison Carneiro.

Esses últimos, em especial, foram de grande valia na tarefa de difundir pela sociedade o termo Capoeira Angola e esse estilo como sendo o mais puro e mais próximo ao jogo praticado nos tempos da escravidão. Na visão desses intelectuais, a Capoeira Regional aparecia como um estilo que havia perdido seus valores

e características originais, o que fez com que Mestre Bimba, à época do Segundo Congresso Afro-brasileiro, organizado em Salvador em 1937 por intelectuais e folcloristas, dentre eles Carneiro e Amado, não fosse sequer mencionado para constar na lista de participantes. Por outro lado, Pastinha e seus alunos foram convidados a se apresentarem no evento. Ainda seguindo essa lógica, Mestre Pastinha foi um dos convidados a representar a delegação brasileira no I Festival Mundial de Artes Negras, realizado em 1966 em Dakar, capital do Senegal. Mais uma vez, Mestre Bimba, criador da Regional, muitas vezes vista como uma deturpação da capoeira tradicional, a saber, Angola, se manteve excluído dessa comissão. Essa viagem de Pastinha é, rotineiramente, mobilizada por angoleiros de diversos grupos, e até mesmo por capoeiristas de outros estilos. Uma rápida consulta ao Google, procurando por este fato, aponta mais de 10 mil resultados de páginas diferentes sobre a visita de Pastinha a Dakar, demonstrando a popularidade deste acontecimento. Na ânsia de dar maior visibilidade à Capoeira de Pastinha, usualmente são esquecidos fatos como a origem ibérica de seu pai, o contato do Mestre ainda novo na Marinha, com lutas de origem europeia e, ainda, as modificações e modernizações implementadas por ele em sua Capoeira. É preciso lembrar que Pastinha passou a ensinar no Centro Esportivo de Capoeira Angola, criou um uniforme homenageando seu time de futebol do coração, o Sport Clube Ypiranga e, assim como outros mestres, realizou apresentações em *shows* folclóricos na Bahia. Conforme nos explica Simone Vassalo (2003, p. 120):

através da trajetória de Pastinha, podemos constatar que a reivindicação da pureza lhe abriu várias portas em termos profissionais, graças à mediação de artistas e intelectuais ávidos por "culturas autênticas". Mestre Pastinha emerge num contexto de valorização das tradições africanas, erigindo-se como representante da pureza, aliado aos mesmos intelectuais que defendem a superioridade do candomblé nagô. Graças à manipulação de

símbolos de africanidade, obtêm a proteção dos artistas e pesquisadores, e é sob esta condição que sua projeção social é efetivada. [...] O “paradigma de pureza”, sugerido por Édison Carneiro, ganha corpo e ideologia no trabalho de Pastinha.

Essa busca por uma ligação mais estreita entre elementos de culturas africanas e determinados mestres e tradições continua ocorrendo hoje na capoeira. Mais uma vez, esses símbolos seguem sendo mobilizados no intuito de valorizarem, ou não, determinado estilo. Durante as entrevistas de história oral⁸ que realizei com diversos mestres de capoeira atuantes no Rio de Janeiro, esses elementos, via de regra, aparecem com grande destaque em suas falas. É interessante perceber como a figura de Mestre Bimba aparece, ao mesmo tempo, como o deturpador e o guardião da “cultura negra”, dependendo do estilo ao qual está vinculado cada um desses Mestres. Essas leituras do passado indicam, em larga medida, de qual local eles estão falando atualmente, esclarecendo, mais uma vez, como a configuração dos quadros sociais do presente influenciam nossas falas. Nesse sentido, farei uma rápida apresentação de cada Mestre recuperado nesse texto, a fim de que o leitor possa, mais facilmente, entender o local e o porquê de determinado depoimento.

Mestre Vilmar, com 65 anos, representa a vinculação com uma capoeira entendida como tradicionalmente carioca, não estabelecendo vínculo com nenhum dos Mestres ícones, Bimba e Pastinha. O local que ocupa no meio da capoeira não é mais uma posição de destaque, mas o Mestre foi figura bastante conhecida em décadas anteriores. Já o Contramestre⁹ Urubu, o mais novo

⁸ Foram realizadas cinco entrevistas de história oral, com mestres oriundos de diversas localidades e representantes de estilos de capoeira diversos, com o objetivo de dar conta da multiplicidade e diversidade de visões de mundo presentes no campo.

⁹ Contramestre é uma titulação imediatamente inferior a de mestre na Capoeira Angola e em alguns outros grupos. Apesar de ainda não ser mestre, o capoeirista já encontra respaldo para ter e gerenciar seu próprio espaço de treinamento e grupo de capoeira.

dos entrevistados, 39 anos, é representante da linha de Capoeira Angola, sendo bastante conhecido e reconhecido atualmente na capoeira. Fez parte de um tradicional grupo, o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, de Mestre Moraes, e há alguns anos fundou o seu próprio, o Grupo de Capoeira Angola Aluandê. Urubu defende a Capoeira Angola como sendo a mais original, a capoeira que guardaria maior ligação com a jogada pelos negros nos tempos da escravidão. Isso conferiria à mesma um valor maior, pois, desse modo, teria uma ancestralidade. O terceiro entrevistado, Mestre Camisa, 54 anos, foi ex-aluno de Mestre Bimba, criador da Regional, e é o Mestre de um dos maiores grupos atualmente, o ABADÁ-Capoeira, com sede em diversas cidades brasileiras e no exterior e com aproximadamente 40 mil alunos vinculados ao seu grupo, segundo estimativa do próprio Mestre. Seu irmão mais velho, o Mestre Camisa Roxa¹⁰, também foi aluno de Bimba, sendo conhecido por sua grande destreza no jogo. O quarto entrevistado, Mestre Russo, 53 anos, apesar de ter se inserido em campeonatos, fazendo parte de um grupo de capoeira ligado à Federação de Pugilismo, após sua ruptura com ele, passou a praticar exclusivamente uma capoeira de rua, sendo um dos fundadores de uma roda bastante conhecida no Rio de Janeiro: a Roda Livre de Caxias. Dos Mestres entrevistados nesta pesquisa, Russo é o único representante de uma capoeira carioca dita de rua e da Baixada Fluminense. O último entrevistado para este trabalho foi Mestre Nestor Capoeira, 63 anos. Ele começou no jogo dentro do padrão de uma capoeira tradicionalmente carioca, com Mestre Leopoldina¹¹, mas

¹⁰ Camisa Roxa, Edvaldo Carneiro e Silva, é o Grão-mestre do grupo ABADÁ-Capoeira, que é o título de maior grau neste grupo, sendo também um título vitalício. O Grão-mestre nasceu em 1944, no interior da Bahia, como Mestre Camisa, e começou a treinar com Mestre Bimba na década de 1960, tendo se formado na Academia do Mestre. Também é reconhecido como um dos melhores alunos de Bimba, aspecto frisado em diversos locais onde seu nome aparece.

¹¹ Mestre Leopoldina aprendeu capoeira, segundo seus relatos, com um malandro que andava pelos arredores da Central do Brasil. Nessa época, Leopoldina, que havia fugido de casa, não tinha moradia fixa e vivia da venda de balas pelos trens e de entrega de jornais. Leopoldina aprendeu uma capoeira de rua, bem diferente

após três anos de treinamento com ele, passou a fazer parte do Grupo Senzala, um dos principais grupos do Rio de Janeiro a partir da década de 1960, quando acontece sua criação. O modelo de capoeira utilizado por esse grupo é um dos modelos hegemônicos até os dias de hoje. Na década de 1990, Nestor se afasta do Senzala e cria sua própria Escola. Ele também foi um dos pioneiros no ensino de capoeira no exterior.

Abaixo transcrevo algumas falas exemplares das mobilizações de símbolos ligados à cultura negra efetivadas por alguns desses Mestres em torno da figura de Bimba:

Vivian Fonseca: Por que o senhor acha que muita gente fala que a capoeira Regional seria mais uma prática esportiva, que ela seria dedicada a aprimorar os golpes, os movimentos?

Maurício Xavier: Até incorporando elementos de artes marciais diferentes...

Mestre Camisa: Não. Não concordo. *Isso é um movimento anti-Bimba*, entendeu? Não concordo. O que tinha, e que não era de outra luta, era como cobaia pra aprender a se defender, ela [capoeira] foi adquirindo uma postura, movimentos, foi se desenvolvendo. Mas *a Capoeira Regional tem toda uma tradição, tem toda uma cultura* e uma série de coisas que se vê hoje que diz que é Regional que não é. Que não existia na Regional. *Regional tem todo um ritual, tem um fundamento, tem uma história, tem uma tradição, tem uma cultura desenvolvida pelo Mestre Bimba que não tem em capoeira praticamente nenhuma*. E o trabalho da capoeira, eu acho que *a Regional, a ideia de Mestre Bimba é uma evolução, um desenvolvimento da capoeira antiga*. Porque diz hoje, os próprios pesquisadores, vocês que são historiadores vão pesquisar e ver, que a capoeira, o próprio nome *Angola é tão contemporâneo quanto a Regional*. Porque antes não se achava Capoeira Angola nos livros antigos de referência, se acha capoeiragem, capoeira, não é?

(...) Então o problema, essa coisa do Mestre Bimba. Então todos falam: ah, Bimba lutador, ninguém fala que *a forma dele cantar era impressionante, como os africanos, que ele era excelente tocador de berimbau*. Pode colocar qualquer música,

daquelas ensinadas em academia. Foi então, anos mais tarde, em contato com Artur Emídio, que Leopoldina passou a frequentar o seu local de ensino e a se familiarizar com essa capoeira mais regrada de academia.

qualquer disco, outro trabalho. Compara a musicalidade dele, ninguém fala. Sobre o método, ninguém fala. Sobre a postura, ninguém fala. *Ligado às culturas e tradições africanas*, ogã, alabê, a mulher dele é de Queto e ele de Angola. Ou de Angola ou de Queto e a mulher de Angola. Então ele conhece as nações Queto e Angola. *Preservou as tradições*, o homem que tinha poligamia, duas mulheres e viviam em harmonia, juntos. Vinte e tantos filhos. *Culturas africanas foram herdadas dos...* Pô, como é que é? O homem que preservou tudo na religião, na família, nas lutas, *porque tudo que tem dentro das lutas dele, tem nas culturas africanas*. Africano luta agarrado, luta dando cabeçada, luta de cotovelada. Então, *eu vejo um referencial das... Buscando nos africanos, o Bimba o maior representante*. Ninguém fala, entendeu? Sempre de lutador, dá aula pra elite... *A elite que ele dava aula, Mestre Pastinha também dava*. Podem olhar todos os antigos, não têm ninguém... E tinha lá todo tipo de pessoas,: do Nordeste de Amaralina, preto, pobre, todo tipo tinha. Então é a Escola dele, ele não queria... Ah! Não queria vagabundo. Tinha gente de todos os jeitos ali (...). [grifos da autora]

O depoimento de Nestor Capoeira, mesmo não tendo sido aluno de Mestre Bimba, como Camisa, vai ao encontro da fala do discípulo de Bimba, com elementos muito parecidos nas duas falas. Cabe lembrar que o Grupo ao qual Nestor se filia durante boa parte de sua trajetória na capoeira, o Senzala, quando surgiu, tinha em Bimba sua grande referência.

VF: Mas de onde veio a ideia de se chamar Senzala?

Mestre Nestor Capoeira: "Primeiro temos que dar nome".
"Eu quero Quilombo!" "Eu quero Senzala!"

VF: Sempre tentando buscar uma referência...?

MNC: Porque é o seguinte: todo mundo era ligado no Bimba. O Bimba. *As pessoas, especialmente o pessoal da Angola, tentam falar como se o Bimba fosse um cara muito fora das tradições. Ele tinha um Candomblé dentro da casa dele. Ele era o cara do Candomblé.*

VF: A mulher dele era mãe de santo.

MNC: Exato. *A mulher dele era mãe de santo. Samba de roda, ele batia samba de roda. Maculelê ele mandava demais...* era um cara *completamente dentro daquela cultura*. [...] Mas o que tentam fazer é estereotipar ele como se ele fosse um cara, assim, um

pouco mais *escravo dos brancos*... [...] Que dava aula para a classe média, vendido, [...] cada grupo, cada corrente da capoeira prega os seus elementos para usar e para... Tudo, de certa maneira, é uma tentativa da conquista, da hegemonia... não que vá mandar nos outros mas que ali é a parada [...]. [grifos da autora]

Atualmente busca-se um discurso conciliatório, sendo assim, tanto angoleiros como praticantes da Regional ou da Contemporânea, fazem questão de ressaltar o papel tanto de Bimba quanto o de Pastinha no processo de revalorização da capoeira, efetivado a partir dos anos 1930. As disputas acerca da memória do Mestre que teria uma capoeira mais ligada às culturas negras, de onde surgiu a prática, são apresentadas como valorizações normais das próprias correntes, como algo que seria comum em qualquer prática, não apenas na capoeira. Apesar desse discurso conciliatório, ainda mostra-se nítido o racha na construção de uma memória da capoeira autêntica. Urubu, angoleiro, ressalta pontos diferentes relativos ao Mestre Bimba e sua criação:

Contramestre Urubu: Olha só, por um lado pode ser bom (a criação de Bimba), por outro lado pode ser ruim. Vou falar pelo lado bom. O lado bom é que ele foi o primeiro Mestre a ter academia própria e divulgou a capoeira na mídia, né? Mestre Bimba foi a Getúlio Vargas, na época. Getúlio Vargas, né?

VF: É.

MX: Foi, foi.

CmU: Getúlio Vargas, ele foi lá e aí foi que Getúlio Vargas assinou a liberação da capoeira. Porque *a Capoeira Regional*, na época, *ia pro ringue*, tá entendendo qual é? E ganhou alguns lutadores de outras lutas. Então, o que aconteceu? *A capoeira tomou nome, tomou condição, apareceu pra mídia, foi pra zona sul*. Então, quer dizer, o nome "capoeira" se espalhou aí pelo mundo. Por outro lado, *foi ruim porque perdeu um pouco da tradição, da raiz*. Hoje em dia você vê muita gente fazendo capoeira... *Essa coisa do cordel, da corda é de origem de outras lutas*. [grifos da autora]

O Contra-mestre Urubu ao falar da Regional, e que “a capoeira tomou nome, tomou condição, apareceu pra mídia, foi pra zona sul”, projeta valores de separação do espaço urbano carioca para explicar as mudanças que aconteceram quando foi criada a Capoeira Regional. Nesse caso, zona sul seria entendido como uma elitização da capoeira e sua divulgação dentre as classes mais abastadas. Apesar de ressaltar que a expansão da capoeira é sim um ponto positivo, ele aponta os riscos de esvaziamento dessa prática.

Ao compararmos as falas dos Mestres Camisa e Nestor e do Contramestre Urubu, torna-se evidente essa polarização em torno da criação de Mestre Bimba e dele próprio. Camisa e Urubu fazem uso da história formal para explicarem e argumentarem sobre suas posições. No entanto, significados distintos são dados por eles. Ao passo que Camisa faz questão de ressaltar as raízes negras de Bimba e da Regional, Urubu aponta que a Capoeira de Mestre Bimba teria “perdido as tradições”. Estas, entretanto, teriam sua preservação garantida com a divulgação e a manutenção da Capoeira Angola, comumente chamada de Capoeira Antiga e/ou Tradicional, com o objetivo de deixar clara a sua ancestralidade e autenticidade. Essas diferentes verdades, em muitos casos, são fundamentadas em documentos históricos interpretados de maneira a dar sentido às suas falas. Não obstante, é possível, igualmente, encontrar argumentos em trabalhos acadêmicos que, apesar de passarem por regras próprias ao meio universitário, tomam versões de determinados grupos como verdades absolutas. Nesses casos, todo o caminho da pesquisa é percorrido de maneira a encontrar ao final, unicamente o que já se pretendia achar, seja entrevistando pessoas de uma mesma corrente, seja buscando documentos que ofereçam os mesmos pontos de vista.

Nestor Capoeira de maneira consciente, reflete sobre as questões de tentativa de hegemonia de um grupo em relação a

outro, quando se colocam as diferentes interpretações sobre Mestre Bimba. De maneira geral, em diversos momentos de sua entrevista, Nestor aborda a questão da busca de mercado como um dos motivos para tomadas de decisões em diversos aspectos. Tanto em uma maior exigência para se tornar mestre, quanto para as visões sobre as correntes, por exemplo. Esse ponto se coloca em destaque à medida que a disputa de mercado, muitas vezes evidente, não costuma ser tratada. Tudo acontece como se a capoeira estivesse imune a tensões econômicas. Os jogos de linguagem presentes no campo da capoeira atribuem motivações somente ideológicas, esvaziando-se a tensão presente relativa à disputa de alunos e do mercado externo (*workshops*, palestras, batizados etc.). Evidentemente, a lógica econômica não determina e não é a única a definir as tensões presentes nos diferentes embates sobre concepções acerca da prática. No entanto, ignorar tal aspecto seria negar questões cada vez mais presentes no mundo atual, onde um mercado cada vez mais saturado torna a competição por postos de trabalho um elemento quase que inevitável.

Enquanto Mestre Bimba é visto como uma figura polêmica, sendo atribuídos diferentes sentidos à sua trajetória, Mestre Pastinha, apesar de igualmente cultuado, não atrai tantos discursos antagônicos. A visão sobre ele costuma ser mais conciliadora, aparecendo normalmente como o grande organizador da Capoeira Angola. A polêmica se dá quando Bimba é colocado como o deturpador e Pastinha como o preservador. Frente a isso, os defensores de Bimba apontam o aspecto da preservação da cultura negra por Bimba e que modificações também foram implementadas por Pastinha. Exemplos de mudanças realizadas por Pastinha colocam-se no que diz respeito à criação de um centro de treinamento, a CECA, de dar aulas também para a classe média, e sua ligação com intelectuais e universitários.

No início dos anos 1990, alguns grupos e mestres, em sua maioria da Capoeira Angola, começaram a estreitar relações com setores do Movimento Negro brasileiro. Além disso, a maior valorização de elementos relacionados à cultura negra nos últimos anos, em grande parte devido à militância desses setores, tem dado maior destaque a essa vinculação com uma cultura negra original por parte dos capoeiristas. Ainda, a Lei n. 10.639/03, de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras, tem sido mobilizada por alguns grupos e mestres no sentido de ser incluído o ensino de história da capoeira nessa vertente. Nesses termos, foi proposto um projeto junto ao Programa de Formação Continuada de Docentes da Educação Básica da Rede Pública de Ensino da Universidade Federal de Uberlândia intitulado "A História do Brasil através da Capoeira Angola: uma proposta para a Lei n. 10.639/03". Como coordenadores do projeto estão acadêmicos da própria Universidade e o Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, do qual alguns estagiários graduandos em História fazem parte. Nessa proposta, fica clara a imbricada rede de relações às quais a capoeira tem feito parte principalmente na última década. A relação entre praticantes e setores da academia, muitas vezes se presta a legitimar, com ares de cientificidade, a visão de autenticidade de uma linha em detrimento de outras. Nessa proposta, não à toa observamos que a Capoeira escolhida para contar a história do Brasil e contemplar a lei citada foi a Angola. No projeto a que tive acesso, o primeiro ponto diz respeito a uma abordagem da história e cultura africanas. Logo em seguida, como segundo aspecto a ser tratado, vem o "Conhecendo a Capoeira Angola", no qual a trajetória do negro brasileiro é analisada a partir de músicas e da própria trajetória da linha Angola. A ladainha sugerida para ser utilizada em sala de aula, não cita as relações da capoeira com elites e grupos dirigentes, destacando o caráter de resistência da prática frente às intransigências da escravidão.

Some-se a isto, a luz que é lançada a Pastinha e a sua capoeira “genuína”, em contraponto a uma capoeira descaracterizada com golpes de outras lutas.

Outro exemplo de vinculação da Capoeira Angola a elementos e regiões africanas, acontece pela fala de Mestre Jurandir, fundador do Grupo de Capoeira Angola de Moçambique. Em texto escrito por Sandra Hernandes (2005), integrante da Fundação Internacional de Capoeira Angola (FICA), a formação do grupo e seu ensino para os africanos, são vistos por Jurandir como o projeto de “levar a Capoeira Angola ‘de volta’ à África”, além de possibilitar o contato “com a nossa Ancestralidade”. Como já apontado anteriormente, essa categoria de ancestralidade é, muitas vezes, fundamental para se entender a visibilidade de determinada vertente. Mobilizada com maior desenvoltura por angoleiros, essa ideia tem aparecido como fator de diferenciação no campo. Não obstante, esse movimento de vinculação com tradições africanas puras e genuínas, que encontram ecos também nas ações afirmativas, começa a se aprofundar no final dos anos 1980, quando se tem uma revalorização da Capoeira Angola.

O FORTALECIMENTO DA CAPOEIRA ANGOLA E O MOVIMENTO DE BUSCA DE IDENTIDADE NEGRA A PARTIR DE MESTRE MORAES

Ao longo da segunda metade do século XX, o estilo de Bimba foi se sobressaindo em número de praticantes ao redor do Brasil, em relação ao número de angoleiros. Some-se a isso, a criação e grande crescimento de uma capoeira criada no Sudeste que misturava os estilos locais com as linhas Angola e Regional, e que tinha mais acentuado um caráter esportivo. Frente à expansão de um modelo de capoeira esportivizado, a Capoeira Angola tinha decaído no número de praticantes. Seu renascimento em geral é

relacionado à década de 1980. Um dos grandes nomes desse florescimento é Pedro Trindade Moraes, o Mestre Moraes, baiano, que passou alguns anos no Rio de Janeiro, e aqui fundou um dos grupos de Capoeira Angola mais importantes atualmente: O Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP). Na apresentação do encarte do CD *Capoeira Angola Salvador from Brazil*, escrito por Daniel Dawson, pesquisador de questões ligadas à cultura negra, o GCAP é apresentado como uma “das mais ativas organizações culturais da Diáspora Africana” (1996, p. 13). Em um período que a Capoeira Angola vinha perdendo força, Mestre Moraes articula uma reformulação desse estilo, buscando uma interação com mestres mais velhos, além de ter o apoio de capoeiristas mais jovens que começavam a aparecer no cenário nacional, como o Mestre Cobra Mansa, hoje atuante em Washington D.C. Mestre Cobra Mansa, originário do município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, foi um dos fundadores da Roda Livre citada anteriormente. Além de cofundador da Roda Livre, Cobra Mansa também foi um dos fundadores da FICA, em 1994, que se consolida atualmente como a maior organização de Capoeira Angola atuante em diversas partes do mundo.

O movimento iniciado por Mestre Moraes na década de 1980, consegue fazer uma reviravolta nesse cenário, ampliando o destaque da Escola de Pastinha. Após alguns anos no Rio de Janeiro, Mestre Moraes, que havia aprendido capoeira com Mestre João Grande na Academia de Mestre Pastinha, funda o GCAP em 1980. Em 1982, retorna à Bahia juntamente com Mestre Cobra Mansa, tornando Salvador a sede do grupo. Conforme apontado no encarte do CD supracitado (1996, p. 15), o objetivo central do GCAP se baseia na preservação:

de todos os aspectos da cultura de Capoeira Angola e, através do ensino e da pesquisa, sublinhar a participação da Capoeira Angola como expressão da cultura afro-brasileira no painel cultural mundial, identificando e reafirmando suas raízes africanas.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, o GCAP, assim como seu principal representante, Mestre Moraes, começam a desenvolver projetos sociais e a estreitar os laços com entidades do Movimento Negro baiano. Essa estratégia de aproximação com o Movimento Negro tem sido mais presente nos grupos baianos em relação aos cariocas. De maneira mais enfática, nos grupos ligados ao estilo de Capoeira Angola, à medida que a grande maioria de seus praticantes busca se afirmar como continuadores de uma tradição africana que, segundo eles, a Capoeira Angola seria uma fiel representante. Nesse momento, tem-se um maior resgate da figura de Zumbi como um dos primeiros capoeiras a lutar a favor dos negros escravizados no país.

O 13 de maio e a assinatura da Lei Áurea, assim como sua principal protagonista, princesa Izabel, são figuras recorrentes em cantigas de capoeira. No entanto, a partir desse período, a figura de Zumbi começa a ser mais recorrentemente mobilizada e a abolição passa a ser vista como fruto de um processo que não se poderia frear, destacando a falta de amparo governamental para esses negros libertos. Assim, passa a ser comemorado o 20 de novembro em detrimento ao 13 de maio. Zumbi começa a ser visto como o primeiro capoeirista de que se tem notícia. O Quilombo de Palmares transforma-se, rapidamente, em um local relacionado, para algumas vertentes, com a origem da prática. Apesar dessas mudanças, nos últimos anos o 13 de maio voltou a fazer parte de diversas comemorações em grupos de capoeira. No entanto, essas não são datas tão hegemônicas, não encontrando eco em todos os grupos e vertentes. As interpretações do passado além de transmitidas através de gerações pelos capoeiristas, são também modificadas pelos agentes em momentos históricos e políticos diversos. Se em momentos anteriores a Princesa era exaltada, agora se ressaltava o caráter de resistência dos negros e seu papel no processo de abolição. Esse é um deslocamento que

acontece em diversos movimentos negros do país e traz consequências para alguns estilos de capoeira. É nesse período que é escrita por Mestre Moraes a seguinte ladainha de capoeira que é bastante elucidativa dessas questões:

A História nos engana/ Diz tudo pelo contrário/ Até diz a abolição/Aconteceu no mês de maio/ A prova dessa mentira é que da miséria eu não saio/ Viva 20 de novembro/ Momento pra se lembrar/ Não vejo em 13 de maio/ Nada pra comemorar/ Muitos tempos se passaram/ E o negro sempre a lutar/ Zumbi é nosso herói/ Zumbi é nosso herói, colega velho/ De Palmares foi senhor/ Pela causa do homem negro/ Foi ele quem mais lutou/ Apesar de toda luta, colega velho/ O negro não se libertou, camarada! (Ladainha: Rei Zumbi dos Palmares).

Essas distintas interpretações da história brasileira se dão, pois, como apontado por Marie-Claire Lavabre (2001), ao falar de memória, se fala com frequência dos usos sociais e políticos da história. Nesse sentido, ocorre uma instrumentalização política do passado, que é interpretado de maneira a dar sentido e maior valorização a uma postura atual em detrimento de outra. Recuperando mais uma vez Rousso (2004), no fim do século XX e o início do XXI, nossas sociedades ocidentais se viram tomadas por um “regime de historicidade” que se vê ligado a alguns elementos como, por exemplo, de reparação. Ao longo da gestão de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, assiste-se, em parte, a um discurso semelhante em relação aos capoeiras. A Capoeira era colocada pelo ex-Ministro como parte importante do patrimônio cultural brasileiro ligada à cultura negra que, durante muito tempo, se viu marginalizada pelo Estado e que, também por isso, deveria receber um maior cuidado do Governo. Essa mudança de postura, aliada a uma maior militância por parte dos capoeiristas, gerou a destinação de verba pública para inúmeros projetos ligados ao tema pela primeira vez na História brasileira. Ainda como uma dessas conquistas, em 2008, a capoeira foi reconhecida como

parte do Patrimônio Imaterial do Brasil, abrindo-se, então, novas portas de ação.

Tendo em vista a riqueza e a complexidade das questões ligadas à valorização de símbolos negros e/ou africanos pelos capoeiristas, não foi objetivo deste artigo esgotar as análises sobre o tema. No entanto, já é possível notar, ao longo dos exemplos citados no texto, a posição de destaque dessas vinculações feitas por mestres de capoeira. Pode-se entender o incremento dessas ações se contextualizadas histórica e politicamente. Atualmente tem-se a crescente visibilidade e valorização de elementos relacionados às culturas negras, em parte pela militância incrementada a partir dos anos 1970 pelo Movimento Negro. As ações afirmativas, ainda, abrem as portas para possibilidades de inserção dessas visões. Por mais que a vinculação de grupos e estilos de capoeira estivesse presente desde a institucionalização da prática nos anos 1930 e 1940, é nesse momento que, não à toa, assistimos a essa intensificação. Mais uma vez, os quadros sociais do presente, nos quais esses mestres estão ligados, influenciam como e o que é dito por eles. Mudanças de posição dentro de um determinado grupo, de vida e de conjuntura política, dentre outros fatores, podem acarretar novas visões de mundo e novas maneiras de interpretar o que e como foi vivido certo evento. *Os Mestres que tive a oportunidade de entrevistar reconstróem seu passado e percebem a história da capoeira de maneiras muitas vezes distintas e outras vezes semelhantes, de acordo com a questão e os interesses que estão em jogo. Isso não quer dizer que nenhum desses Mestres minta, ou que recupere determinado aspecto e não outro de maneira totalmente consciente.* Sendo assim, mais relevante do que taxar se o que dizem as fontes é ou não mentira, deve-se analisar os caminhos de construção dessas memórias. Além disso, as possíveis distorções e esquecimentos nos trazem grandes indícios dos valores que esses indivíduos e os grupos dos quais eles fazem

parte compartilham. O tema de análise aqui proposto ainda merece estudos mais exaustivos e acompanhamento de pesquisa, visto que se coloca como uma questão em ascensão e que se encontra ainda em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias consultadas

Leis, Resoluções, Pareceres, projetos

BRASIL. Lei n. 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set.1998.

CONFEEF. *Resolução 046/02, de 18 de fevereiro de 2002*. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro, Fev.2002. Disponível em <<http://www.confef.org.br>>.

GIL, Gilberto. Brasil, Paz no Mundo. Discurso proferido em Genebra em 19 de agosto de 2004.

RODRIGUES FILHO, Guimes (coord.). A História do Brasil através da Capoeira Angola: uma proposta para a Lei n. 10.639/03. Projeto desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia.

DEPOIMENTOS

Vilmar da Cruz Brito (Mestre Vilmar)

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, no dia 3 de novembro de 2005.
Entrevistadores: Vivian Fonseca e Maurício Xavier.

Célio Luiz de Paula Gomes (Contramestre Urubu)

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, no dia 14 de novembro de 2005.
Entrevistadores: Vivian Fonseca e Maurício Xavier.

José Tadeu Carneiro Cardoso (Mestre Camisa)

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, no dia 21 de março de 2006.
Entrevistadores: Vivian Fonseca e Maurício Xavier.

Jonas Rabelo (Mestre Russo)

Entrevista realizada em Belford Roxo, no dia 23 de agosto de 2006.
Entrevistadora: Vivian Fonseca.

Nestor Sezefredo dos Passos Neto (Mestre Nestor Capoeira)
Entrevista realizada no Rio de Janeiro, no dia 20 de novembro de 2008.
Participação de Ligia Cavalcanti de Albuquerque.
Entrevistadora: Vivian Fonseca.

Mestre Leopoldina
Entrevista realizada em 19 de agosto de 2001.
Entrevistadora: Izabel Ferreira.
(Transcrição da entrevista concedida pela autora.)

Professor Rudolf Hermann sobre Agenor Sampaio (Mestre Sinhôzinho)
Entrevista concedida em 11 de abril de 2002.
Entrevistadora: Izabel Ferreira.
(Transcrição da entrevista concedida pela autora.)

Gilson Fernandes (Mestre Lua Rasta)
Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2002 pela *Nossas Referências – Revista mensal de entrevistas afrocêntricas*, número 1. Disponibilizado em <<http://www.portalcapoeira.com>> (Acesso em agosto de 2008).

DISCOGRAFIA

Mestre Bimba – Curso de Capoeira Regional CD.

Capoeira Angola Salvador from Brazil – Grupo de Capoeira Angola Pelourinho. Smithsonian Folkways Records, Washington D.C., 1996. CD e encarte.

Mestre Moraes – Grupo GCAP. Capoeira Angola. Coletânea Inédita com os maiores sucessos. Revista Praticando Capoeira.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABIB, Pedro J. *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo de saberes na roda*. Campinas. Unicamp/ CMU; Salvador: EDUFBA, 2005.

ABREU, Fred. *O Barracão de Mestre Waldemar*. Salvador, Zarabatana, 2003.
_____. *Bimba é Bamba – A capoeira no ringue*. Instituto Jair Moura – Núcleo de Documentação e Pesquisa da Capoeira. Salvador, BA, 1999.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 13-31.

_____. “Histórias dentro da história.” In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.155-202.

AMADO, J. & FERREIRA, M. (orgs.). *Usos de abusos da história oral*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV: 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Lisboa:Edições 70, 2005.

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Capoeira: the history of an afro-brazilian martial art*. EUA, Routledge, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8ª edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2005.
- BRETAS, Marcos Luiz. "Navalhas e Capoeiras: uma outra queda". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro. V.10, n. 59, p. 56-64, nov. 1989.
- _____. "A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras)". In: *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 239-256, jun. 1991.
- _____. "A Polícia Carioca no Império". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, 1998.
- CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 2. ed., 2002.
- DEVEREUX, Georges. "L'identité ethnique: sés bases logiques et sés dysfonctions". In: *Ethnopsychanalyse complémentaire*. Paris: Flammarion, 1972, pp. 131-168.
- FERREIRA, Izabel. *A Capoeira no Rio de Janeiro: 1890-1950*. Coleção Capoeira Viva. Rio de Janeiro: Editora Novas Ideias, 2007.
- FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. "O Estado Novo e o Homem Novo". In: *Cultura Política*, n.1, março de 1941, pp. 133-148.
- FONSECA, Vivian Luiz. *Iê Viva Meu Mestre – disputas de memória nos discursos de mestres de capoeira do século XX*. Monografia de Conclusão da graduação em História apresentada à Universidade Federal Fluminense. 2006
- _____. *Capoeira Sou Eu: memória, identidade, tradição e conflito*. Dissertação de mestrado apresentada no âmbito do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 2009.
- FRIGERIO, Alejandro. *Capoeira: de arte negra a esporte branco*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_05.htm>.
- HERNANDES, Sandra. "Capoeira Angola e Vertentes Africanas: Mestre Jurandir apresenta em Maputo o II Encontro da África Austral de Capoeira Angola". In: *Jornal do Capoeira*, Edição 44: 22 a 28 de agosto de 2005. Edição especial: Capoeira e Negritude. Disponível em: <<http://www.jornalexpress.com.br>>.
- HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, FGV: 1997.
- KOSSELLECK, Reinhart. "A História dos Conceitos". In: *Estudos Históricos*, v. 2, 2001.
- LAVABRE, Marie Claire. "De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives". In: CEFAÏ, Daniel. *Cultures Politiques*. Paris: Puf, 2001.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

- LEJEUNE, Philippe. "Le pacte autobiographique", disponível em <<http://www.autopacte.org/> 2006>. (Último acesso: agosto/ 2008).
- LOPES, André Luiz Lacé. *Capoeiragem no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo*. Literatura de Cordel, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2005.
- NEDER, Gizlene. "Cidade, Identidade e Exclusão Social". In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1997, pp. 106-134.
- NETO, Nestor Sezefredo dos Passos. *Ritual Roda, mandinga x tele-real*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Jogo Corporal e Comunicultura*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- NOZAKI, Hajime T. *Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. 2004, 399pp. Tese (doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- OLICK, J. e ROBBINS, J. "Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices". In: *Annual Review of Sociology*, vol. 24, 1998, pp. 105-140.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1982. 166 p. (Política e Sociedade).
- PEREIRA, Amílcar A. e ALBERTI, Verena. "Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, jan-jun de 2007, pp. 25-56.
- PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Unicamp. 1996.
- _____. "A Capoeira: política cultural no mundo das letras e conflitos simbólicos no Brasil Republicano (1890-1950)". In: OLIVEIRA, Rosy de & PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões (orgs.). *Sociabilidades Negras – comunidades remanescentes, escravidão e cultura*. Belo Horizonte. Editora Gráfica Daliana Ltda, 2006.
- POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, pp. 3-15.
- _____. *L'expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris, Métailie, 1990.
- _____. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- REIS, Leticia V. de Souza. *O mundo de pernas para o ar – a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.
- ROUSSO, Henry. "Les Dilemmes d'une mémoire européenne" In: *Studies in Contemporary History*. (2004) cópia.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850 - 1890*. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

- _____. "A capoeiragem baiana na Corte Imperial. 1863 - 1890". *Afro-Ásia*, Salvador, v. 24, 1999b, pp. 243-291.
- _____. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro 1808 - 1850*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp/ CNPq/ Fapesp/ Cecult, 2001.
- SODRÉ, Muniz. Mestre Bimba: corpo de mandinga, 2002. (cópia, sem maiores informações).
- Toques d'Angola*. Brasília, Ano II, nº3, novembro de 2004.
- VASSALO, Simone Ponde. "Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira autêntica". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, 2003, pp. 106-124.

ANDREA MARZANO

Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora adjunta de História da África na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Atualmente desenvolve a pesquisa “Esporte, lazer e expansão colonial em Luanda (1870-1930)”. Publicou o livro *Cidade em cena: Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)* (Folha Seca, 2005) e organizou, com Victor Melo, a coletânea *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)* (Apicuri, 2010).

AUGUSTO NASCIMENTO

Licenciado em história, foi cooperante em São Tomé e Príncipe de 1981 a 1987. Em 2000, obteve o grau de doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. É investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa. Colabora com o Centro de Estudos Africanos do ISCTE e com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Publicou textos científicos sobre São Tomé e Príncipe e Cabo Verde em livros e em revistas nacionais e internacionais.

BEA VIDACS

Bea Vidac é pesquisadora senior do Instituto Max Planck de Antropologia Social, em Halle, Alemanha. Já lecionou Antropologia em Nova York, e em Budapeste e Pécs, na Hungria. Publicou em 2010 o livro *Visions of a Better World: Football in the Cameroonian Social Imagination*, pela Editora Lit (Alemanha).

DAVID LEONARDO QUITIÁN ROLDÁN

Sociólogo e mestre em Antropologia pela Universidad Nacional de Colombia. Professor da Universidade Pedagógica Nacional e da Universidade de los Llanos. Presidente da ASCIENDE (Asociación Colombiana de Investigación y Estudios Sociales del Deporte). Investigador do grupo "Lúdica, Cuerpo y Sociedad". Suas investigações e publicações giram em torno do esporte como fenômeno social em campos como a política, a economia, a cultura, o conflito interno, o narcotráfico e a cultura em geral.

FERNANDO BORGES

Graduado em Comunicação Social (jornalismo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em comunicação e jornalismo pela Universidade de Coimbra com a tese "Futebol e globalização: Tensões entre modernidade e tradição". Participou da cobertura pelo Sportv da Copa do Mundo de Futebol de 2006, dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2008. Atualmente atua na Universidade de Santiago, em Cabo Verde e desenvolve pesquisas na área do esporte e globalização.

JONUEL GONÇALVES

Doutor em ciências pela UFRRJ. Seus livros mais recentes são: *Atlântico Sul XXI – África Austral e América do Sul na virada do milênio* (org.) e *Franco atiradores – formal e espontâneo nas vias de abertura em Angola*.

MARCELO BITTENCOURT

Graduado em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em antropologia na Universidade de São Paulo e doutor em história na Universidade Federal Fluminense. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, e sua área de atuação é Angola Contemporânea. Entre seus livros estão *“Estamos Juntos!” O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)* (Kilombelombe, 2009) e *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana* (Vega, 1999).

NUNO DOMINGOS

Investigador do ICS da Universidade de Lisboa. Publicou recentemente *“Building a motor habitus: Physical education in the Portuguese Estado , International Review for the Sociology of Sport, Volume 45 Issue 1, March 2010, pp. 23-37* e *“As políticas desportivas do estado colonial em Moçambique”, Lusotopie XVI (2), 2010 pp.83-104.*

RICHARD GIULIANOTTI

Professor de sociologia da Universidade de Durham, no Reino Unido, Giulianotti é autor de quatro livros, incluindo *Football: a Sociology of the global game* (Polity, 1999); *Sport: a critical sociology* (Polity, 2005) e *Globalization and football* (com Roland Robertson, Sage, 2009). Sua primeira obra foi traduzida para o português, e publicada como *Sociologia do futebol* (Nova Alexandria, 2002). Atualmente, Giulianotti está coeditando edições especiais dos principais jornais de ciências sociais *Urban Studies* (2011) e *British Journal of Sociology* (2012).. Seus principais interesses de investigação estão em futebol, o desporto, a globalização, o desenvolvimento e a paz, mega-eventos do esporte e do crime e desvio. Ele orientou pesquisas, palestrou e trabalhou como convidado, no Reino Unido, Europa, América do Norte e do Sul, no Oriente Médio, Sul e Leste da Ásia, Austrália e África. Seu foco pesquisa hoje em dia concentra-se na “esporte, desenvolvimento e paz” setor (financiado pela Fundação Nuffield), e sobre o policiamento e as relações polícia-comunidade, no Jogos Olímpicos Londres 2012 (financiado pelo ESRC Reino Unido).

VICTOR ANDRADE DE MELO

Professor dos Programas de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e em Educação Física/EEFD da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do projeto “Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (apoiado pelo CNPq e pela Faperj). Coordenador do “Sport”: Laboratório de História do Esporte. Autor de livros e artigos relacionados à história do esporte. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

VIVIAN FONSECA

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisadora do SPORT: Laboratório de História do Esporte e do Lazer da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1ª edição – Dez. 2010 – 1000 exemplares
Capa: Cartão Supremo 250g/m²
Miolo: Off-set 75g/m²
Fonte: Myriad Roman

dos relacionamentos com os países africanos é algo que deve ser melhor entendido, sendo fundamental não só para o âmbito das relações internacionais, a partir de uma compreensão mais profunda do cenário geopolítico contemporâneo, como também para que possamos ampliar o grau de entendimento sobre nossa própria trajetória, a partir de novas questões que vão emergir do contraste entre as peculiaridades históricas.

Este livro reúne artigos produzidos por ocasião da realização do Simpósio Internacional "Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa". Os textos tratam da relação entre a prática esportiva e o continente africano, divididos da seguinte forma: "O esporte no continente africano: panoramas"; "A presença da África no esporte da América do Sul" e "Estudos sobre Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe". Esperamos que essa obra possa contribuir para lançar novos olhares tanto sobre o esporte quanto sobre a África, tanto sobre o nosso país quanto sobre a América do Sul como um todo. E como não dizer: também sobre a imprecisa, mas necessária, ideia de constituição de uma comunidade lusófona.

SPORT:HISTÓRIA

A coleção *Sport: História* publica livros que, na interface com as Ciências Humanas e Sociais (notadamente com a História), tratam das práticas de lazer e das práticas corporais institucionalizadas (esporte, educação física, dança, capoeira, ginástica, entre outras) considerando-as temas privilegiados para discutir um determinado contexto em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e/ou políticos.



9 788561 822426



FÓRUM DE
CIÊNCIA E
CULTURA
UFRJ



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ministério
do Esporte